AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: AU, ADDIS ABABA

CONFERÊNCIA DA UNIÃO
Vigésima Primeira Sessão Ordinária
26 – 27 de Maio de 2013
Adis Abeba, Etiópia

Assembly/AU/3(XXI)
Original: Inglês

PROJECTO REVISTO DO PLANO ESTRATÉGICO DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA PARA 2014 – 1017

Índice

Síntese 8

Lista de Acrónimos 27

1.1 ANTECEDENTES E CONTEXTO 34

1.2 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO 37

CAPÍTULO 2: REALIZAÇÕES E LIÇÕES APRENDIDAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DA CUA 2009-2012 40

2.1 REALIZAÇÕES 40

CAPÍTULO 3: ANÁLISE DA SITUAÇÃO/CONTEXTO DO PLANO ESTRATÉGICO: 51

ÁFRICA EM MUDANÇA 51

3.1 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, CRESCIMENTO INCLUSIVO E REDUÇÃO DA POBREZA 51

3.2 INTEGRAÇÃO REGIONAL, COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS EM ÁFRICA 60

3.3 PAZ, SEGURANÇA, ESTABILIDADE E BOA GOVERNAÇÃO 66

3.4 DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 71

3.5 AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS 78

3.6 IGUALDADE DO GÉNERO E CAPACITAÇÃO DAS MULHERES E DA JUVENTUDE 84

3.7 VISÃO GERAL E CONCLUSÃO DA ANÁLISE SITUACIONAL 89

CAPÍTULO 4: O PLANO ESTRATÉGICO DA CUA 97

2014-2017 ..... Error! Bookmark not defined.

4.1 PREOCUPAÇÕES ESTRATÉGICAS E PRIORIDADES A ABORDAR 97

4.2 OS JUSTIFICATIVOS DO PLANO ESTRATÉGICO 98

4.3 OBJECTIVO E VISÃO GERAIS DO PLANO ESTRATÉGICO 2014-2017 99

4.4 VISÃO GERAL DO PLANO ESTRATÉGICO 2014-2017 104

4.5 ESTRATÉGIA E ACÇÕES A SEGUIR 108

CAPÍTULO 5: Implementação, Monitorização e Avaliação 135

5.1 QUADRO/MODALIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO INTERNA 135

5.3 MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS 139
5.4 PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO 145
5.5 CONDIÇÕES FAVORÁVEIS 145
CAPÍTULO 6: ORÇAMENTO DE PROGRAMAS E MECANISMOS DE FINANCIAMENTO . 147
A. ORÇAMENTO DE PROGRAMAS 147
CAPÍTULO 7: CONCLUSÃO 150
Anexos 152
ANEXO 1: ANÁLISE DOS INTERVENIENTES E SUAS EXPECTATIVAS 152
ANEXO 2: FORMATO DO PLANO DE TRABALHO ANUAL 154
ANEXO 3: FORMATO DE MONITORIZAÇÃO TRIMESTRAL/SEMESTRAL 155
ANEXO 4 : MODELO DE ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO MENSAL 156
ANEXO 5: INSTRUMENTO AFRICANO DE MONITORIZAÇÃO AVALIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS 157
ANEXO 6: TERCEIRO PLANO ESTRATÉGICO DA CUA (2014-2017): QUADRO DE RESULTADOS 160

Lista de Tabelas

Tabela 1: África, Crescimento (%) por Região e Grupo de Países
Tabela 2: Um Continente em processo de Mudança
Tabela 3: Definição de Crescimento Inclusivo
Tabela 4: Desafios para a Agenda de Crescimento Inclusivo
Tabela 5: As Seis Fases para a Criação de União Económica Africana
Tabela 6: O Desafio de Infra-estruturas de África
Tabela 7: Progressos e Desafios em relação ao Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação em África
Tabela 8: O Flagelo dos "Big Three"
Tabela 9: Panorama Regional: A Juventude em África
Tabela 10: Relação entre o Terceiro Plano Estratégico da CUA, a Visão da UA e outros Instrumentos
Tabela 11: O Terceiro Plano Estratégico da CUA em Revista: Elementos Chave
Tabela 12: Visão Geral sobre o Terceiro Plano Estratégico da CUA 101

Tabela 13: Realizações e Acções/Estratégias a Seguir sob o Resultado 1: Existência de Políticas e Programas para reforçar o acesso aos cuidados básicos de saúde, ensino e as aptidões úteis apoiadas por investimentos na ciência, investigação e inovação **Error! Bookmark not defined.**

Tabela 14: Realizações e Acções/Estratégias a Seguir sob o Resultado 2: Existência de políticas e instituições para aumento da produção agrícola, expansão do mais-valia e do acesso ao mercado, para aumento de rendimentos e melhoria da segurança alimentar e nutricional e gestão do ambiente..... 117

Tabela 15: Realizações e Acções/Estratégias a Seguir sob o Resultado 3:Promovido o desenvolvimento económico inclusivo e industrialização conduzidos pela integração económica, projectos continentais de infra-estruturas e o sector privado rumo ao comércio intra-africano, acesso global e a utilização sustentada dos recursos do Continento 120

Tabela16: Realizações e Acções/Estratégias a Seguir sob o Resultado 4: Promovida a paz e a estabilidade, a boa governação, a democracia e os direitos humanos como base para o desenvolvimento e de sociedades estáveis:

Tabela17: Realizações e Acções/Estratégias a Seguir sob o Resultado 5:Existência de Estratégias para a mobilização de recursos, incluindo as fontes alternativas de financimanto, para permitir que África financie os seus programas e desenvolvimento 129

Tabela18: Realizações e Acções/Estratégias a Seguir sob o Resultado 6: Realizado o objectivo de uma União centrada nas pessoas com a participação de todos os intervenientes na definição e execução da Agenda de

africanos..... 147

Tabela19: Realizações e Acções/Estratégias a Seguir sob o Resultado 7: Reforçao da capacidade institucional da CUA e optimização das relações com as CER e órgãos da UA e com outros parceiros estratégicos

Tabela 20: Plano de Monitorização & Avaliação do Terceiro Plano Estratégico

Tabela 21:Orçamento por Resultado do Terceiro Plano Estratégico

Lista de Figuras

Figura 1: Africa – Potenciais Cenários para os Próximos Anos 93
Figura 2: Implementação/Governação Interna e Fiscalização .... **Error! Bookmark not defined.**

Prefácio

Tenho o prazer de apresentar o Plano Estratégico da Comissão da União Africana 2014-2017. O Plano constitui o quadro que define as prioridades gerais da Comissão para o período de quatro anos, e fornece orientação para a formulação e priorização de programas. Fornece igualmente espaço para que a CUA possa desempenhar o seu papel de facilitador, particularmente no que diz respeito à definição de políticas e estratégias, coordenação e promoção da agenda socioeconómica e de integração de África, criação de consenso e advocacia, partilha de experiência e de informações. Destina-se a estabelecer os alicerses para a criação de bens públicos continentais e as condições propícias para a paz, segurança, estabilidade política e crescimento.

A UA está em processo de desenvolvimento de uma Agenda Africana de 50 anos e um Quadro Estratégico à escala da União a fim de proporcionar uma maior coerência às acções e iniciativas da União Africana, seus órgãos e dos principais intervenientes e parceiros (CER, NPCA, Estados-membros, sociedade civil e sector privado, etc.) Além de criar melhores sinergias e colaboração prevê-se que o plano à escala da União melhore os impactos no terreno. O plano estratégico da Comissão será ajustado de modo a tomar em consideração as orientações previstas no Plano à escala da União, uma vez aprovado pelos Órgãos Deliberativos da UA.

O presente Plano Estratégico é elaborado num momento imprtante da história do Continente Africano. O ano de 2013 marca o 50 º aniversário da fundação da Organização da Unidade Africanoa (OUA) em 1963, enquanto o ano de 2012 marca a primeira década da criação da União Africana (UA) como sucessora da OAU, bem como estabelecimento da Comissão da União Africana. Durante este período, o mundo e África testemunharam desenvolvimentos extraordinários. África está a registar progressos estáveis e rápidos em termos de crescimento económico, desenvolvimento social e democratização, desenvolvimento do capital humano e promoção da paz e estabilidade. Muitos dos ganhos obtidos têm elementos de sustentabilidade, e capacidades e competências são necessárias para reforçar o caminho rumo ao progresso e à auto-suficiência.

Apesar dos muitos desafios, há melhorias notáveis nos sistemas de governação económica e política do continente, e há oportunidades para que África possa tornar o crescimento robusto das economias africanas testemunado nos últimos anos mais inclusivo e mais orientado para a criação de emprego, particularmente para as mulheres e jovens, e ter impacto maior sobre a eliminação da pobreza. O processo de integração continental está a ser acelerado com o objectivo de colocar em prática a Zona de Comércio Livre Continental em 2017, mas estamos cientes da necessidade de promover o comércio intra-africano e transformá-lo em oportunidades de crescimento, emprego e desenvolvimento.

Os conflitos diminuíram substancialmente e a paz, segurança e segurança estão em destaque, embora a fragilidade persistente e novas ameaças de segurança, incluindo o tráfico de drogas, o terrorismo e as tensões relacionadas com fronteiras continuem a ser

uma grande preocupação. Ganhos significativos estão a ser feitos na área de democratização, com um número crescente de eleições livres e justas.

O continente tem estado a registar avanços significativos no ensino primário, bem como no que diz respeito à representação política das mulheres. O desafio que permanece é o alcance da autonomia económica e promoção do ensino superior, da ciência, da tecnologia e da inovação. África necessita de capacidades para que possa transformar os desafios em maiores oportunidades de desenvolvimento económico através da implementação de políticas de diversificação de produtos e de exportação; gestão de recursos naturais, investimentos em desenvolvimento do capital humano, ciência, tecnologia e inovação e desenvolvimento de infra-estruturas.

O trabalho da Comissão é impulsionado pela convicção de que o sonho africano de um continente integrado, que oferece condições para uma vida decente e segura e a livre circulação de pessoas, bens e serviços não só possível, mas pode ser materializado num prazo mais curto. Assim, há um novo sentido de urgência de acelerar acções concretas para concretizar a visão da União Africana.

O nosso objectivo geral é ***acelerar o progresso rumo a uma África integrada, próspera e inclusiva, em paz consigo mesma, desempenhando um papel dinâmico na arena continental e global, conduzida por uma Comissão responsável, eficiente e ágil***. Ao longo dos quatro anos de vigência do Plano Estratégico, a Comissão procurará acelerar o progresso rumo a uma África estável, pacífica, próspera e integrada dentro de um ambiente de boa governação, prestando especial atenção às mulheres, jovens e outros grupos marginalizados e vulneráveis. A Comissão irá trabalhar para construir uma União centrada nas pessoas através de uma comunicação activa dos programas da União Africana, promoção da marca da União e participação de todos os intervenientes, incluindo os que se encontram na diáspora, na definição e implementação da agenda africana. Também será dada prioridade ao reforço da capacidade institucional da CUA, e melhoria das relações com as CER e outros órgãos, e com parceiros estratégicos e outros actores.

Portanto, como uma Comissão, temos como objectivo abordar as oito principais prioridades que este plano estratégico traduziu em metas concretas e anuais nas seguintes áreas-chave que que têm um impacto directo no bem-estar, vidas e meios de subistência dos africanos em todas as esferas da vida:

1) Desenvolvimento da capacidade humana na área da saúde, educação, ciência, pesquisa, tecnologia e inovação;
2) Agricultura e agro-processamento;
3) Desenvolvimento económico inclusive através da industrialização, desenvolvimento de infra-estruturas, agricultura e comércio, e investimento;
4) Paz, estabilidade e boa governação;
5) Integração da mulher e dos jovens em todas as nossas actividades;
6) Mobilização de recursos;
7) Construção de uma União centrada nas pessoas através do desenvolvimento de uma comunicação activa e divuldação da marca União Africana; e

8) Reforço da capacidade institucional da União e de todos os seus órgãos.

Este plano estratégico representa um ponto de viragem na forma como a Comissão planifica, orçamenta, implementa e monitoriza o seu trabalho. O plano é totalmente baseado em resultados e centrado na concretização de metas concretas e claramente mensuráveis, e as metas anuais representam os resultados finais que devem ser alcançadas pela Comissão numa base anual. Ao adoptar essa abordagem, estamos a consolidar mais a mudança para uma cultura de gestão de desempenho baseada em resultados. Todas as áreas acima são apoiadas por um mecanismo de implementação robusto e um quadro de monitorização e avaliação.

Portanto, devemos aproveitar a oportunidade oferecida por este novo Plano Estratégico para centrar o diálogo entre a Comissão e os Órgãos Deliberativos da UA nos resultados, ao invés de actividades. As metas estabelecidas colocam ênfase na implementação das estruturas, políticas e instrumentos legais existentes a fim de alcançar as metas previstas no plano estratégico e cumprir com o compromisso da Comissão de facilitar a aceleração da realização da Visão da UA.

O plano também esclarece as funções e responsabilidades, não só internamente entre os departamentos da CUA, mas também no que diz respeito a actores externos (outros Órgãos da UA, NPCA, CER, Estados-membros e parceiros de cooperação). Tal como acontece com qualquer plano, deve existir um conjunto adequado de condições a fim de garantir o sucesso. Destacamos um conjunto de elementos facilitadores que todos devem procurar pôr em prática: Órgãos da UA, Estados-membros, instituições e organizações nacionais, a Comissão, parceiros, etc. Vamos envidar esforços especiais, começando com a divulgação do plano com vista a aumentar a visibilidade do nosso trabalho a nível dos cidadãos africanos e contamos com os Estados-membros para ajudar neste processo.

Por último, tomamos nota com satisfação do excelente trabalho em equipa e do elevado grau de participação que tem caracterizado o processo de desenvolvimento do plano estratégico. O plano é realmente o fruto de um esforço de colaboração e do trabalho árduo de muitos contribuintes, órgãos da UA, CER, departamentos técnicos da Comissão, etc. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para expressar a minha gratidão pelos seus esforços e contribuições. Gostaria de salientar, em particular, os Estados-membros, através do Comité de Representantes Permanentes e do Conselho Executivo, pelo papel que têm desempenhado. A nossa colaboração com eles enriqueceu o plano estratégico e tornou-o mais direccionado, adequado, realista e exequível do que poderia ter sido. Portanto, manifestamos o nosso profundo agradecimento.

Dr. Nkosazana Dlamini Zuma
Presidente da CUA

Síntese

INTRODUÇÃO

A União Africana tem a responsabilidade de liderar a rápida integração, a prosperidade e o desenvolvimento sustentável de África através da promoção da unidade, solidariedade, coesão e cooperação entre os povos africanos e Estados Africanos, bem como através do desenvolvimento de novas parcerias em todo o mundo.

A criação da UA marcou um capítulo importante na história do continente na medida em que a sua visão e objectivos incidem no "desenvolvimento centrado nas pessoas" e numa agenda de transformação. A Visão da UA é de: "construir uma África integrada, próspera e pacífica, orientada e gerida pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena internacional". Os objectivos da União são:

- Acelerar a integração política e socioeconómica do continente;
- Promover a paz, a segurança e a estabilidade no continente ;
- Promover instituições e princípios democráticos, a participação popular e a boa governação;
- Promover o desenvolvimento sustentável a nível económico, social e cultural, bem como as economias africanas; e
- Coordenar e harmonizar as políticas entre as Comunidades Económicas Regionais existentes e futuras com vista à realização gradual dos objectivos da União

Estes objectivos são orientados pelos princípios previstos no Acto Constitutivo, incluindo o princípio de igualdade do género e valores centrados nas pessoas.

Ao longo da última década, a Comissão da UA desenvolveu e implementou dois sucessivos planos estratégicos (Quadro Estratégico da Comissão da União Africana 2004 - 2007 e o Plano Estratégico 2009 - 2012). O Plano Estratégico da Comissão (2014-2017) foi elaborado para orientar as intervenções e os programas da CUA a médio prazo.

Durante a avaliação da implementação do Segundo Plano Estratégico da CUA constatou-se que a implementação inadequada das intervenções da Comissão era uma das principais lacunas, e isto resultou do facto da maioria das acções estar centrada em realizações ((seminários, estudos, conferências, instrumentos jurídicos, etc.) e não em resultados tangíveis. Apesar das realizações importantes, a falta de enfoque em resultados tangíveis a nível nacional e sub-regional e capacidade inadequada para fazer um acompahamento dos referidos resultados tangíveis a nível nacional foram identificadas como um constrangimento fundamental. O Plano foi considerado como sendo muito ambicioso, com priorização limitada, vaga e estratégias pouco práticas, e com distinções limitadas entre estratégias e resultados previstos (objectivos fora das atribuições da CUA, sem resultados mensuráveis). A falta de planos de implementação fez com que não se

prestasse atenção a detalhes e, muitas vezes, levava à duplicação de esforços. Estas lições foram tidas em conta na elaboração do Plano Estratégico 2014-2017, particularmente para o desenvolvimento de um quadro de resultados mais elaborado e definição das funções e responsabilidades dos principais actores e intervenientes, tanto internos como externos.

A elaboração do Terceiro Plano Estratégico da Comissão coincide com a decisão de desenvolver a Agenda Africana para um período de 50 anos e de um Quadro Estratégico à Escala da União, a fim de proporcionar uma maior coerência às acções e iniciativas da União Africana, dos seus órgãos e dos principais intervenientes e parceiros (CER, NPCA, Estados-membros, sociedade civil e sector privado, etc.). A Agenda 2063, além de criar melhores sinergias e colaboração deverá melhorar o impacto no terreno. Embora os dois planos estejam a ser desenvolvidos em conjunto, prevê-se que o Plano Estratégico da CUA seja ajustado para incluir as orientações estratégicas previstas na Agenda 2063, logo após a sua aprovação pelos Órgãos Deliberativos da UA. Portanto, a Comissão fez esforços para esclarecer o seu nicho e isto está reflectido nas prioridades de programas identificadas.

Visão Geral das Principais Questões e Desafios

África era, no início do século 21, vista de forma exagerada pelos órgãos de comunicação social como um lugar de golpes de estado, fome e corrupção. Em grande medida, o continente fazia-se representar de forma inadequada nos fóruns mundiais, era marginalizado nas negociações, debates e processos decisórios globais. Todavia, depois deste período o continente viu o seu destino mudar para melhor, com melhorias nos sistemas de governação económica e política. A paz e a estabilidade foram reestabelecidas em muitas regiões do continente e os conflitos que prevaleceram na década de 1990 reduziram significativamente.

A Análise Situacional da África contemporânea revela que o continente tem registado um progresso constante e rápido em todas as áreas, desde o crescimento económico, desenvolvimento social e democratização, desenvolvimento do capital humano e promoção da paz e da estabilidade.

Todavia, apesar destes ganhos, ainda persistem grandes desafios.

- O crescimento económico impressionamente registado pelos países africanos durante a última década não tem sido inclusivo e tem sido orientado por produtos de base, apesar de haver actualmente um crescimento significativo no sector de consumo;
- O crescimento não tem criado empregos suficientes, especialmente para a mulher e jovens, não se tem traduzido na eliminação da pobreza;
- As desigualdades em termos de rendimento têm aumentado;
- Tem-se deparado com um processo de desindustrialização, declínio da produtividade agrícola, aumento de inseguran alimentar e problemas de auto-suficiência ;

- Os conflitos diminuíram substancialmente e a paz e segurança estão em destaque, mas a fragilidade persistente e as novas ameaças de segurança, incluindo o tráfico de drogas, o terrorismo e as tensões sobre as fronteiras continuam a ser uma grande preocupação;
- Em geral, estão a ser registados ganhos na área de democratização, com um número crescente de eleições livres e justas. Todavia, a democratização e a boa governação estão a enfrentar muitos desafios, incluindo o combate à corrupção e a promoção do Estado de Direito;
- As capacidades de recursos humanos são em geral baixas, embora haja avanços significativos na educação primária. O continente está muito aquém de outras regiões no que diz respeito às áreas de ciência, tecnologia e inovação;
- O continente tem registado avanços significativos no que diz respeito à representação política das mulheres, bem como no que se refere à paridade na educação primária, mas fica atrás no empoderamento económico e ensino superior;
- Apesar da maioria das questões de paz e segurança que ocorre no continente, África continua a não ter uma representação permanente no Conselho de Segurança da ONU;
- O processo de integração continental está a ser acelerado com vista a criar uma Zona de Comércio Livre Continental até 2017, mas ainda há muito a ser feito.
- O volume do comércio intra-africano enfrenta sérios obstáculos e situa-se em 10-12%, representando uma oportunidade perdida de crescimento, emprego e desenvolvimento.

Para enfrentar estes desafios, muito irá depender das orientações de políticas que os países africanos irão adoptar em resposta às mutáveis condições globais e aos impulsionadores de mudança nas próximas décadas.

Para que o continente prospere e esteja numa trajectória positiva, África deve, entre outras coisas:

- Acelerar o processo de integração continental, incluindo o desenvolvimento de infra-estruturas e reforço do comércio intra-africano;
- Melhorar a produtividade agrícola e pôr em prática medidas para enfrentar a insegurança alimentar e nutricional crónicae, bem como enfrentar desafios ambientais e de recursos naturais, em especial as alterações climáticas;
- Reforçar os sistemas de governação económica e política, melhorar a democracia, Estado de Direito e a boa governação;
- Desenvolver estratégias para explorar as suas vastas vantagens comparativas em matérias-primas (incluindo o acréscimo de valor) para promover e consolidar o crescimento e abordar o problema de desigualdades de rendimento, desemprego e consolidar a paz e a segurança;
- Desenvolver o capital humano;
- Adoptar políticas e quadros para melhorar o bem-estar dos seus cidadãos;
- Consolidar a paz e a segurança;
- Prestar apoio de desenvolvimento aos Estados pequenos e frágeis.

A maioria do esforço continua a ser da responsabilidade dos Estados-membros. Todavia, os organismos regionais e continentais, tais como as CER e a Comissão da União Africana (CUA) têm um importante papel de facilitador, especialmente no que refere a:

- Definição de políticas e estratégias;
- Coordenação e catalisação da agenda socioeconómico e de integração;
- Criação de consenso & advocacia;
- Partilha de experiências e de informações; e
- Definição de quadros e criação de condições propícias necessárias para a paz, segurança, estabilidade política e crescimento – ou seja, a criação de bens públicos continentais e regionais.

Visão Geral do Processo de Desenvolvimento do Plano Estratégico

O processo de desenvolvimento de plano estratégico foi totalmente participativo e baseou-se nas contribuições internas dos departamentos e de todas as unidades da Comissão, bem como Estados-membros e intervenientes externos. Para assegurar isto, os seguintes processos foram seguidos:

- Foi feita uma revisão do Plano Estratégico 2009-2012 em Fevereiro de 2012;
- Um workshop sobre o Plano Estratégico 2014-2017 foi realizado a 19 e 20 de Setembro de 2012.
- O workshop envolveu representantes das CER e outros Órgãos da UA e da NPCA.
- Entre outros pontos, o workshop fez uma revisão da configuração dos pilares e propôs 5 pilares contrariamente a 4 previstos no Plano Estratégico anterior. A configuração modificada dos Pilares é a seguinte:

  - ✓ Paz & Segurança
  - ✓ Desenvolvimento Social, Económico & Humano
  - ✓ Integração, Cooperação & Parcerias
  - ✓ Valores Comuns
  - ✓ Reforço Institucional e de Capacidades e Comunicação

- As recomendações do workshop foram aprovadas pela Comissão.
- Por conseguinte, foram solicitadas contribuições de todos os Departamentos e Divisões para o processo, e estas foram usadas para formular um quadro de resultados contendo resultados previstos, realizações, estratégias, acções e indicadores.
- O Primeiro Projecto de Plano Estratégico 2014-2017 foi apresentado a uma reunião conjunta de Comissários e Directores a 12 de Dezembro de 2012
- Durante a reunião, a Comissão forneceu orientação de modo que o Plano Estratégico fosse elaborado com base nas 8 prioridades identificadas durante o retiro realizado em DebreZeit, de 24 a 26 de Novembro de 2012, que ajudou na

definição do objectivo geral do Plano Estratégico e dos objectivos específicos para o período 2014-2017.

- Na sequência da reunião conjunta de Directores e Comissários realizada a 12 de Dezembro de 2012, um segundo Projecto foi elaborado.

Uma parte principal do Plano Estratégico são as metas anuais que representam os resultados que a Comissão deve atingir numa base annual, e que iriam orientar também os processos anuais de planificação e orçamentação. Ao adoptar esta abordagem, está-se a consolidar a mudança para uma cultura de gestão do desempenho baseada nos resultados. Neste conetexto, o Plano proporciona uma oportunidade para centrar o diálogo com os Órgãos Deliberativos da UA nos resultados ao invés de actividades. As metas estabelecidas estão centradas na implementação de estruturas, políticas e instrumentos jurídicos existents, a fim de alcançar a meta do plano estratégico e cumprir com o compromisso da Comissão de facilitar a realização acelerada da Visão da UA. Tudo isto é apoiado por um mecanismo de implementação e quadro de M&A robustos.

O plano esclarece também as funções e responsabilidades, não apenas dos Departamentos da CUA, como também de outros actores (outros Órgãos da UA, NPCA, CER, Estados-membros, Parceiros de Cooperação) em torno das seguintes cinco áreas:

- ✓ Elaboração de Programas;
- ✓ Mobilização de Recursos;
- ✓ Implementação;
- ✓ M&A e Elaboração de Relatórios; e
- ✓ Comunicação, Advocacia e Sensibilização sobre cada uma das prioridades.

Análise SWOT da Comissão da União Africana

Para que a Comissão se posicione para implementar esse Plano, uma análise SWOT foi levada a cabo para identificar os seus pontos fortes e oportunidade de modo a serem plenamente utilizadas, os pontos fracos que devem ser abordados de modo a melhorar a eficiência e a eficácia, bem como as ameaças para acções adequadas. Os resultados dessa análise, combinados com a avaliação da implementação do Plano Estratégico 2009 – 2012 são apresentados no quadro a seguir.

Pontos Fortes	**Pontos Fracos**
• Melhoria do Perfil global; • Aumento da capacidade para realizar reuniões para definir agendas continentais • Determinação da liderança da Comissão para uma mudança positiva • Coordenação da Arquitectura Africana de Paz e Segurança • Colaboração com as CER	• Prestação de serviços ineficientes e deficientes • Mecanismos estruturais e organizacionais inadequados (Maputo) • Falta de cultura/comportamento e atitude organizacional – colaboração fraca (mentalidade de silos, ausência de trabalho de equipa, resistência à mudança, etc.); • Uma mentalidade predominantemente

• Diversidade do pessoal em termos de cultura, conhecimento e experiência • Uma liderança comprometida com a mudança • Infra-estruturas físicas adequadas	baseada em actividades (Gestão Baseada em Resultados ainda não enraizada); • Não cumprimento do Regulamento Financeiro • Pessoal desmotivado • Falta de pessoal • Falta de formação no local de trabalho • Dependência de profissionais que são parte da Comissão • Falta de cumprimento de horários e de prazos • Falta de um Quadro de Monitorização e Avaliação robusto • Duplicação de esforços entre e a nível da CUA, NEPAD e CER • Apresentação tardia e insuficente de relatórios • Fraca implementação de decisões e programas • Incapacidade para organizar e apresentar dados internos aceitáveis; • Resistência à mudança • Elevada rotação de funcionários • Falta de financiamento sustentável • Falta de enfoque claro/priorização limitada na elaboração/implementação de programas
Oportunidades	• **Ameaças**
• Crescimento económico firme • Boa vontade dos 54 Estados-membros para construir uma União forte • Necessidade de África reforçar a sua capacidade para falar a uma só voz sobre principais questões internacionais; • Boa vontade dos Parceiros de Desenvolvimento para apoiar os programas da Comissão • Crescente experiência de África para resolver os seus próprios problemas • Nova Parceria Estratégica para África • Colaboração com a NPCA e outros Órgãos da UA, CER e Mecanismos	• Excessiva dependência dos Parceiros de Desenvolvimento para financiar o orçamento de programas (falta de financiamento sustentável) • Percepção da Comissão como um Órgão sem valor acrescido • Visibilidade fraca da União e da Comissão. • Pagamento tardio de contribuições estatutárias pelos Estados-membros • Alterações climáticas; • Produtos de base limitados; • Desemprego no seio da juventude • Conflitos • Fundamentalismo • Terrorismo e extremismo • Representação inadequada de África

Regionais (para apoiar o mandato); • Sentido geral de Pan-africanismo • Disponibilidade de apoio profissional das organizações Pan-africanas tais como o BAD e a UNECA; • Boa governação através do MAAP • Prontidão da Juventude africana para participar nos esforços continentais de desenvolvimento e humanitários	no Conselho de Segurança das Nações Unidas l • Os Estados-membros não implementam as decisões, resoluções e tratados da UA • Falta de coordenação entre os grupos africanos, por exemplo em Nova Iorque, Genebra, Bruxelas, etc • Os Estados-membros não aderem totalmente aos tratados da UA • Ressurgimento de golpes de Estado

VISÃO GERAL DO PLANO ESTRATÉGICO

O documento do Plano Estratégico 2014-2017consiste em quatro partes e sete capítulos, como se segue:

PARTE I: INTRODUÇÃO, ANTECEDENTES E REALIZAÇÕES E LIÇÕES APRENDIDAS: abrange a Introdução, Antecedentes e Contexto e situa o novo Plano Estratégico, no contexto geral do trabalho da União. Incide igualmente nas Realizações e Lições Aprendidas: sintetiza os progressos realizados na implementação, as lições do Segundo Plano Estratégico da CUA e o desenvolvimento organizacional da Comissão.

PARTE II: ANÁLISE DA SITUAÇÃO/CONTEXTO DO PLANO ESTRATÉGICO: Apresenta a Análise da Situação/Contexto do Plano Estratégico, que analisa o ambiente externo - evolução do continente africano, questões e desafios relacionados, que influenciaram as prioridades identificadas no plano.

PARTE III: O PLANO ESTRATÉGICO: representa o núcleo do documento e apresenta o Plano Estratégico para 2014 - 2017 cobrindo os fundamentos do plano estratégico e descreve o objectivo geral, os principais resultados, realizações e estratégias e acções a serem desenvolvidas. Esta secção estabelece igualmente as regras de execução, acompanhamento e avaliação dos processos e condições que permitem determinar o sucesso da implementação do plano estratégico. A secção termina com uma apresentação do Orçamento e Modalidades de Financiamentos; apresenta o orçamento global do programa e as modalidades de financiamento e as Conclusões Gerais;

PARTE IV: ANEXOS: apresenta os anexos em formatos de Orçamento de Programas, Monitorização e Avaliação e as Matrizes de Resultados.

A matriz abaixo resume os principais elementos (os resultados e principais realizações) do plano estratégico, incluindo destaques dos seus vínculos com a Visão da UA, bem como a Missão, mandato e pilares estratégicos da CUA e prioridades da Comissão.

Visão	“Uma África integrada, próspera e pacífica, dirigida pelos seus

	próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena global”
Missão	Tornar-se em “uma instituição eficiente e de valor acrescido, dirigindo a integração africana e o processo de desenvolvimento em estreita colaboração com os Estados-membros da União Africana, as Comunidades Económicas Regionais e os cidadãos africanos”.
Mandato	1. Representar a União e defender os seus interesses sob a orientação de e conforme mandatado pela Conferência e pelo Conselho Executivo; 2. Iniciar as propostas para consideração pelos Órgãos Deliberativos; 3. Implementar as decisões tomadas pelos Órgãos Deliberativos; 4. Organizar e gerir as reuniões da União; 5. Agir como guardião do Acto Constitutivo, os seus protocolos, tratados, instrumentos jurídicos, decisões adoptadas pela União e os herdados da OUA; 6. Estabelecer, com base nos programas aprovados, unidades funcionais conforme se julgue necessário; 7. Coordenar e monitorar a implementação das decisões dos outros órgãos da União em estreita colaboração com o CRP e informar regularmente o Conselho Executivo; 8. Assistir os Estados-membros na implementação dos programas e projectos da União, incluindo CSSDCA e NEPAD; 9. Elaborar projectos de posições comuns e coordenação de acções dos Estados-membros nas negociações internacionais; 10. Preparar os Programas e Orçamento da União para aprovação pelos Órgãos Deliberativos; 11. Gerir os recursos orçamentais e financeiros, incluindo a recolha de receitas aprovadas das várias fontes, estabelecimento de Fundos fiduciários, de reserva e especiais com aprovações apropriadas e aceitação de doações e concessões que sejam compatíveis com os objectivos e princípios da União; 12. Gerir os bens activos e passivos da união em conformidade com os regulamentos e procedimentos estabelecidos: 13. Preparar planos estratégicos e estudos para consideração pelo Conselho Executivo; 14. Tomar medidas no domínio da responsabilidade, conforme venha a ser delegado pela Conferência e pelo Conselho Executivo. Os domínios devem incluir o seguinte: i) controlo de epidemias; ii) gestão de catástrofes; iii) crime internacional e terrorismo; iv) gestão do meio ambiente; v) negociações relativas ao comércio externo; vi) negociações relativas a dívida externa; vii) população, migração, refugiados e deslocados internos, viii)segurança alimentar,

	ix) integração socioeconómica; e x) todas as outras áreas nas quais se tenha estabelecido uma posição comum. 15. Mobilizar recursos e formular estratégias apropriadas para auto-financiamento, actividades de geração de rendimentos e investimento para a União; 16. Promover a integração, desenvolvimento socioeconómico; 17. Fortalecer a cooperação e coordenação de actividades entre os estados-membros em áreas de interesse comum; 18. Assegurar a promoção da paz, democracia, segurança e estabilidade; 19. Proporcional apoio operacional; 20. Elaborar, promover, coordenar e harmonizar os programas da União com os das Comunidades Económicas Regionais; 21. Preparar e submeter um Relatório Anual sobre as Actividades da União à Conferência, ao Conselho Executivo e ao Parlamento; 22. Preparar Normas e Regulamento do Pessoal para aprovação do Parlamento; 23. Implementar as decisões da Conferência em relação à criação e encerramento de secções, escritórios administrativos ou técnicos; 24. Acompanhar e assegurar a aplicação do Regulamento e Estatutos dos Órgãos da União; 25. Negociar, em consulta com o CRP, com os países anfitriões, os Acordos de Sede da União e dos seus escritórios administrativos e técnicos; 26. Reforçar a capacidade para a investigação científica e desenvolvimento para o reforço do desenvolvimento socioeconómico nos Estados-membros; 27. Envidar esforços para promoção e divulgação dos objectivos da União; 28. Recolher e disseminar informação sobre a União e criar e manter uma base de dados fiável; 29. Assegurar a integração do género em todos os programas e actividades da União; 30. Realizar uma investigação sobre a União e sobre o processo de integração; 31. Desenvolver capacidade, infra-estruturas e manutenção tecnologia de informação e comunicação intercontinental; e 32. Preparar e submeter ao Conselho Executivo, para aprovação, regulamentos administrativos, circulares e Normas e Regulamentos para a gestão dos negócios da União e manter livros de contabilidade apropriados.
Pilares Estratégicos da	1. Paz & Segurança; 2. Desenvolvimento Social, Económico & Humano;

Comissão da União Africana	3. Integração, Cooperação e Parceiras; 4. Valores Comuns; 5. Capacitação Institucional e Comunicações.
OBJECTIVO GERAL	O objectivo geral do plano estratégico é o de: "Acelerar o progresso rumo a uma África integrada, próspera e inclusiva, em paz consigo própria, desempenhando uma função dinâmica na arena continental e global, orientada efectivamente por uma Comissão responsável, eficiente e receptiva.
PRIORIDADES ESTRATÉGICAS E PREOCUPAÇÕES A RESOLVER	As prioridades que resultam da análise e reflexão interna dentro da Comissão e que constituem o foco do Plano Estratégico da Comissão podem ser agrupadas em oito grupos, conforme se apresenta a seguir: 1. Promover a paz e estabilidade, incluindo iniciativas regionais, boa governação, democracia e direitos humanos, como fundamento para inclusão, segurança e desenvolvimento do continente e dos seus povos; 2. Expandir a produção agrícola, através do desenvolvimento dos sectores de agro-processamento e comercialização dos produtos agrícolas, aumento do acesso aos mercados e alcance da auto-suficiência alimenetar e nutricional colectiva em África, por intermédio de promoção de pequenos agricultores, boa gestão do meio ambiente e de recursos naturais, incluindo as mudanças climáticas; 3. Promover desenvolvimento inclusive e industrialização através de aceleração de projectos de desenvolvimento de infra-estruturas que auxiliarão a integração económica, alcançar as metas do comércio intra-africano e acesso aos mercados globais, adição do valor, fortes parcerias dos sectores público-privados, utilização eficaz e sustentável dos recursos minerais e naturais do continente; 4. Desenvolver a capacidade humana africana através da priorização dos Cuidados Primários de Saúde e Prevenção, Educação, desenvolvimento de aptidões profissionais e investimento na ciência, investigação e inovação, acesso a água potável e saneamento, incluindo os grupos vulneráveis; 5. Integração e participação das mulheres e dos jovens em todas as prioridades a União e do continente; 6. Implementar estratégias de mobilização de recursos, incluindo fontes alternativas de financiamento e/ou de financiamento adicional para permitir que África financie os seus programas e o desenvolvimento; 7. Desenvolver uma União centrada nas pessoas através de programas activos de comunicação da União Africana, criação da imagem da União e da participação dos Estados Membros e de outros intervenientes na definição e implementação da agenda africana; e 8. Reforço da capacidade institucional da CUA, das CERs e outros

	Órgãos e o seu relacionamento com os parceiros estratégicos e outros.
VISÃO GERAL DO PLANO ESTRATÉGICO	• Objectivo e Visão Gerais; • Oito (8) Áreas Prioritárias; • Sete (7) Resultados; • Trinta e cinco (35) Realizações/Actividades. • *[Média de 5 Realizações por Prioridade/Resultado];* • Cento e Sessenta e Oito (168) Estratégias e Acções a Prosseguir; • ***[****Média de 24 Estratégias por Prioridade/Resultado];* • *[5 Estratégias e Acções por Realização]* • Um Orçamento de Programas de 1.119.348.519 $EU
	Resultado 1: Promoção da Paz e estabilidade, boa-governação, democracia e direitos humanos como bases para o desenvolvimento e para sociedades estáveis A Comissão vai trabalhar para aumentar as capacidades de Prevenção e de Resposta aos Conflitos, Edificação da Paz e fortalecimento da participação da mulher, juventude (incluindo a UA-YVC) e da sociedade civil na edificação da paz, prevenção de conflitos e de recuperação e desenvolvimento pós-conflito. Tendo em vista a fragilidade de situações pós-conflito, a Comissão irá trabalhar para melhorar a reconstrução pós-conflito e os mecanismos de edificação da paz A Comissão irá trabalhar para promover a boa governação e democracia, incluindo a facilitação da ratificação e da implementação a nível local dos instrumentos jurídicos e Valores Comuns, incluindo aquelas voltadas para os direitos da mulher e da juventude. Sob este resultado, a Comissão irá trabalhar para garantir que os Direitos Humanos com base nos instrumentos africanos e universais sejam promovidos e protegidos. Finalmente, reforço da capacidade da UA para coordenar e responder a situações humanitárias e de protecção de civis em zonas de conflito e calamidades
	Resultado 2: Implementação de políticas e instituições para o desenvolvimento sustentável e aumento da produção agrícola, segurança alimentar e nutricional e acréscimo de valor e acesso ao mercado e gestão dos recursos ambientais e naturais. A Comissão vai se esforçar para garantir que os programas prioritários do CAADP como um instrumento para eliminar a fome e redução da pobreza para aumentar a produção e produtividade agrícola e melhoria da auto-suficiência alimentar e nutricional sejam implementados. Da mesma forma, a Comissão irá apoiar a implementação de programas prioritários de Meio Ambiente e

	Recursos Naturais, melhoria e aceleração do acesso da mulher e jovens aos recursos produtivos, a fim de alcançar a segurança alimentar e nutricional. Reforço igualmente das infra-estruturas de acesso aos mercados, agregação de valor e comércio de produtos agrícolas com este resultado, e programas para a melhoria da implementação do Agronegócio e acesso e capacidade da mulher e da juventude à tecnologias e modelo de negócio comercial
	Resultado 3: Desenvolvimento de infra-estruturas e ambiente para o impulsionamento do desenvolvimento económico inclusivo, industrialização, comércio intra-africano liderado pelo sector privado e utilização sustentável dos recursos naturais. Tendo em conta que grande parte do crescimento económico das últimas décadas não levou a uma redução proporcional na pobreza e nem foi rica em empregos, a Comissão irá trabalhar com os Estados-membros para promover o crescimento inclusivo e a redução da pobreza e acelerar o progresso em direcção aos ODM. Grandes esforços serão mobilizados para acelerar igualmente o Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África e para melhorar o acesso a serviços de energia modernos para a maioria da população africana. A Comissão irá trabalhar para promover políticas e padrões para promover a integração continental e expandir comércio intra-africano e acesso ao mercado global. Dado o papel crucial do sector privado, a Comissão intensificará os seus esforços para melhorar a participação do sector privado e do Clima de Negócios em África. O empreendedorismo da mulher e da juventude, será promovido e abordadas as dificuldades em fazer negócios além das fronteiras nacionais e a nível regionais. Finalmente, a Comissão irá trabalhar para garantir que os recursos minerais e outros do continente sejam utilizados e geridos de forma sustentável
	Resultado 4: Implementação pelos Estados-membros de Políticas e Programas de melhoria da saúde, educação e habilidades de emprego apoiadas por investimentos em serviços, ciência, investigação e inovação. Sob este resultado, a Comissão irá trabalhar com os Estados-membros e outras partes interessadas para promover e implementar políticas e programas essenciais sobre Cuidados Primários de Saúde e Prevenção. Promoção e impulsionamento do aumento dos investimentos internos e parcerias estratégicas na educação de qualidade, desenvolvimento de competências e prestação de serviços, em especial para a mulher e os jovens. Promoção de investimentos estratégicos em ciência, pesquisa e inovação para melhorar a competitividade global de África. E, finalmente, reforço da segurança social e protecção dos grupos vulneráveis, como crianças e pessoas portadoras de deficiência.

	Resultado 5: Implementação de Estratégias para a mobilização de recursos, incluindo fontes alternativas e adicionais de financiamento, para que África possa financiar seus programas de desenvolvimento. A Comissão irá trabalhar para garantir que seja alcançado o objectivo de uma Comissão financeiramente sustentável e viável, incluindo a finalização e operacionalização do conceito de mecanismos de fontes alternativas de financiamento
	Resultado 6: Uma CUA que comunica e colabora coms Estados-membros/Intervenientes na definição e implementação da Agenda Africana. A Comissão irá se envolver numa Comunicação e Campanha de Marca Activa para melhorar a visibilidade da União Africana, incluindo a melhoria da participação das partes interessadas na Agenda Africana e garantia de que a identidade corporativa da UA seja bem conhecida e apropriada. Desenvolvimento da Comissão Pan-africana de comunicação social e liberdade de expressão, melhoria da acessibilidade, divulgação e transparência da informação e construir a parceria necessária e aliança. Finalmente, a Comissão iniciará a Elevação, Racionalização, Integração e Liberalização da Comunicação e garantir o reforço das infra-estruturas de comunicações e melhoria da gestão das comunicações
	Resultado 7: Melhoria da capacidade institucional da CUA e reforço das suas relações com as CER e outros órgãos da UA, parceiros estratégicos e outros Com base nos progressos, a Comissão continuará a reforçar as capacidades institucionais da CUA, bem como melhorar as relações com os órgãos da UA e CER, bem como com os parceiros estratégicos e outros. Irá procurar igualmente explorar e reactivar os acordos de iniciativas de capacitação celebrados com os Estados-membros, de mdo que a formação para o pessoal e apoio técnico da UA esteja disponível sempre que necessário.

Quadro e Modalidades de Implementação

O quadro de implementação do Plano Estratégico 2014-2017 propõe estruturas internas para supervisionar a implementação e as ligações entre elas e as suas respectivas funções e responsabilidades no planeamento, monitorização e na elaboração de relatórios.

O quadro visa a melhorar:

- Prestação de contas: em que esclarece as funções e responsabilidades dos diversos actores e identifica os produtos para oferecer em cada nível, para garantir uma boa execução - Desde o nível inferior.

- Integridade vertical: uma vez que providencia um quadro integrado que desce até aos planos individuais da equipe de trabalho que serão organicamente ligados ao plano estratégico global. Desta forma, o quadro vai melhorar a prestação de contas a todos os níveis da Comissão.

- Coerência horizontal: através do aumento da colaboração inter-departamental e incentivar o planeamento conjunto, monitorização e providenciar relatórios sobre a implementação.

Internamente dentro da Comissão, as seguintes estruturas com responsabilidades diferenciadas supervisionarão a implementação.

Hierarquia e Responsabilidades Institucionais

O Quadro a seguir fornece um resumo das hierarquias na UA e dos seus papéis na monitorização e avaliação da implementação do Plano. O nível hierárquico está baseado nos dados apresentados na Secção 5.1:

Nível e Responsabilidades Atribuídas no Mecanismo de M&A;

Nível	**Responsabilidades Atribuídas**
Membros da Comissão e Director Executivo da NPCA	1. Estabelecer/rever/aprovar os indicadores anuais e objectivos dos resultados (matriz macro); 2. Aprovar planos anuais de trabalho e os orçamentos; 3. Receber/rever/fazer comentários sobre os relatórios semi-anuais/anuais de monitorização; 4. Receber/rever/aprovar as Avaliações Parciais e Final da Implementação do Plano.
Comité Directivo	1. Rever/aprovar trimestralmente os indicadores e objectives para contribuições; 2. Aprovar trimestralmente os planos de trabalho e os orçamentos; 3. Receber/rever/fazer comentários sobre os relatórios trimestrais de monitorização; 4. Elaborar trimestralmente os relatórios de actividades para análise da Comissão; 5. Recrutar/supervisionar os trabalhos dos consultores para o Plano de Implementação a médio prazo e final; 6. Proporcionar supervisão aos trabalhos dos Grupos das Vertentes Técnicas.
Grupos Técnicos	1. Preparar anual/trimestralmente os planos de trabalho da Vertente (Resultado);

	2. Rever os progressos na realização das contribuições/resultados numa base trimestral; 3. Facilitar a monitorização da implementação do Plano numa base trimestral/anual; 4. Elaborar trimestral/anualmente o relatório de actividades para análise do Comité Directivo; 5. Elaborar relatórios semi-anuais com planos de acção para análise do Comité Directivo.
SPPMERM	1. Agir como Secretariado do Comité Directivo: • Preparar/submeter trimestral/semi-anualmente os planos de trabalho para validação do Comité Directivo; • Elaborar/submeter trimestral/semi-anualmente os relatórios de monitorização para validação do Comité Directivo; • Processar o recrutamento e supervisão dos Consultores para avaliação; 2. Agir como Secretariado das Vertentes Técnicas • Coordenar/organizar as reuniões das Vertentes Técnicas; • Coordenar a preparação para a obtenção dos Resultados para validação do Comité Directivo; 3. Gerir a monitorização e o ciclo de avaliação; • Emitir directrizes e estabelecer prazos; • Organizar as reuniões de coordenação; • Afectar pessoal a cada um dos Comités Técnicos para monitorização dos indicadores/objectives, incluindo a fiabilidade e precisão das informações fornecidas relativamente aos meios de verificação; • Prestar apoio técnico suplementar as Vertentes Técnicas/Departamentos; 4. Elaborar os relatórios anuais de monitorização e de avaliação.
Departamentos/ Divisões/Unidades	1. Preparar os planos de trabalho trimestrais/anuais e os orçamentos; 2. Monitorizar os progressos na realização das contribuições através do uso de meios de verificação dos resultados da matriz onde for necessário; 3. Participar nas deliberações das Vertentes Técnicas onde aplicável; 4. Elaborar os relatórios de monitorização do Departamento, incluindo da monitorização mensal das actividades.

Monitorização e Avaliação

O quadro de monitorização e avaliação proposto é centrado em factores: níveis de hierarquia dentro da UA, responsabilidade de M & A apropriada para cada nível na hierarquia e ciclo de M & A para cada acção/estratégias de M & A.

O Mecanismo de M&A do Plano Estratégico deverá servir quatro objectivos primordiais:

- Fornecer informações numa base trimestral/semi anual e anual aos Comissários/Departamentos sobre os progressos rumo ao nível de obtenção dos resultados do Plano;

- Servir como plataforma para revises/actualizações das contribuições/indicadores e os objectivos;

- Melhorar o nível final operacional de tomada de decisão da Comissão na base de factos;

- Ligar os resultados/contribuições aos recursos despendidos – para verificar o nível de eficiência operacional da Comissão.

Princípios

A elaboração do mecanismo para a monitorização e avaliação do Plano é sustentada por, entre outros, quarto princípios-fundamentais, nomeadamente:

- **Participação**: Todos os níveis hierárquicos da Comissão – ao Gabinete dos Comissários, Departamentos e Divisões foram atribuídas funções a desempenhar. A participação de todos assegurará que todas as entidades identificáveis pela Comissão se apropriem tanto dos processos como dos resultados da implementação do Plano;

- **Transparência**: Os formatos e processos para desenvolvimento das matrizes dos resultados macro/micro, preparação dos planos de trabalho trimestrais/anuais e processos de monitorização trimestrais/anuais mostram a abertura, apoio consistente e comportamento convergente de todas as partes;

- **Prestação de contas**: Os indicadores e objectivos a serem monitorizados e avaliados estão unicamente atribuídos aos Departamentos. No quadro de uma área de resultados/contribuições há um Departamento que lidera, tomando responsabilidade/proporcionando liderança na coordenação das contribuições dos Departamento de apoio. Aos Departamentos de apoio também foram atribuídos indicadores e objectives onde foi apropriado. Tornar os Departamentos responsáveis pelo desempenho contribuirá imensamente para atingir os objectivos/resultados/contribuições do Plano.

- **SMART:** Tanto quanto possível todos os indicadores e os seus acompanhantes objectivos deverão ser SMART: simples, mensuráveis, realizáveis, fiáveis e oportunos.

Remover as ambiguidades/incertezas com relação à quando cada nível deve cumprir as funções atribuídas na cadeia de monitorização e avaliação, foi definido um ciclo de monitorização que mostra o nível de hierarquia, os resultados e as suas datas de cumprimento foram propostos como parte do quadro de monitorização do plano de implementação.

Foram fornecidos dois tipos de formatos para a elaboração dos planos de trabalho trimestrais/anuais e preparação de relatórios anuais/trimestrais de monitorização. Ambos estão ligados às matrizes de micro resultados das várias realizações.

Para que o Plano tenha sucesso e impacto na realização dos seus objectivos, são necessários certos factores:

- As principais Instituições intervenientes do continente bem como os cidadãos africanos devem ter consciência do que a Comissão, através do seu Terceiro Plano Estratégico, pretende atingir de forma a reforças a sua apropriação e envolvimento. Medidas para popularizar o Plano Estratégico deverão, por isso, ser tomadas, envolvendo a imprensa, TV, brochuras, etc.;

- Os Programas do Terceiro Plano Estratégico deverão ser plenamente assumidos pela África, o desempenho pelo continente de um progressivo maior papel e a assunção da liderança no financiamento desses Programas;

- Uma cultura de pensamento integrado deverá ser alimentada e reforçada na Comissão para que a Comissão possa agir como única entidade na prossecução dos objectives e prioridades do Terceiro Plano Estratégico;

- A Comissão deverá sair de um trabalho com incidência a predominante normativo para um mais proactivo envolvimento na implementação de muitos e complexos mecanismos inter-regionais, políticas e dos programas; estudos de viabilidade/avaliação, concepção, negociações/corretagens de acordos, criação de mecanismos de gestão, monitorização e de mobilização de recursos, etc. e assim acelerar os progressos rumo a realização da Agenda continental;

- A Comissão deverá adquirir capacidades fundamentais e competências para impulsionar a Agenda continental. A complexidade técnica de projectos com a participação de muitos Países e negociação de investimentos exigirão novas aptidões que a Comissão deverá adquirir ou reforçar.

Modalidades de Financiamento

São propostos os seguintes opções de modalidades de financiamento do Plano Estratégico 2014-2017:

a) Estados Membros: as contribuições dos Estados Membros têm suportado os custos de funcionamento e a um valor do orçamento programa da Comissão. Há necessidade de um aumento das contribuições dos EM ao orçamento programa da Comissão, como uma demonstração da vontade política e do sentido de propriedade. Há uma urgente necessidade de explorar novas e inovadoras fontes de financiamento em parcerias com os Governos e sector privado dos Países africanos;

b) Doadores tradicionais: os Parceiros tradicionais da Comissão têm generosamente fornecido a maior parte do financiamento dos programas da Comissão. Espera-se que essa parceria tenha continuidade no Plano Estratégico 2014-2017e, em última análise, se converta plenamente em apoio ao orçamento. No entanto, como uma demonstração da propriedade dos programas prioritários da Comissão, os Estados-Membros terão de assumir uma parcela maior do orçamento-programa.

c) Doadores não tradicionais: com a diversificação dos parceiros comerciais e de investimentos seria importante estabelecer novas parcerias com essas regiões emergentes.

d) Também irá procurar explorar e reactivar as iniciativas relativas a acordos sobre o reforço de capacidades que tem com os Estados-membros para que a formação do pessoal da CUA e de apoio técnico esteja disponível sempre que necessário.

A implementação com sucesso do Plano Estratégico (ou seja, implementação de Estratégias para a mobilização de recursos, incluindo fontes alternativas de financiamento, para que África possa financiar seus programas de desenvolvimento) contribuem igualmente para o financiamento do Plano Estratégico, mas o mais importante seria a base para o financiamento sustentável de longo prazo para a realização da visão da UA.

Conclusão

O mundo, incluindo África, está passando por mudanças deslumbrantes em todas as esferas da vida e os países africanos terão que reconhecer este facto para que possam continuar competitivos. A Comissão da União Africana é o motor para atingir a visão da União para "construir uma África integrada, pacífica e próspera, conduzida pelos africanos e gerida pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena internacional" deverá ser, por isso infundida de um renovado sentido de urgência no seu trabalho. Deverá ser uma mudança decisiva na forma como a Comissão trabalha, uma mudança de estar satisfeita com a implementação das funções normativas para um apoio

proactivo a aceleração da implementação da integração continental e da Agenda socioeconómica do continente.

Há provas convincentes de que o continente africano está num caminho sustentável que conduzirá a consolidação da paz, estabilidade, segurança e prosperidade para os seus cidadãos. O que resta em questão é como acelerar esse processo para assegurar que a Visão da UA seja atingida o mais rapidamente possível.

Lista de Acrónimos

AATF	Fundação Africana de Tecnologia Agrícola
ABI	Instituto Africano de Biociências
ABS	Sorgo Biofortificado para África
ACBF	Fundação Africana para o Reforço de Capacidades
ACCES	Alterações Climáticas, Meio Ambiente e Segurança em África
CADHP	Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos
ACERWC	Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar da Criança
ACP	África-Caríbas- Pacífico
ADIC	Diagnóstico de Infra-estruturas em África Orientado por País
CEA	Comunidade Económica Africana
AFC	Comissão Africana de Cinema
AFCAC	Comissão Africana da Aviação Civil
AFCON	Campeonato Africano das Nações
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
AFRISOC	Sociedade Africana de Informação
AFS	Africa Foundation Stone
AGA	Arquitectura Africana de Governação
AGOA	Lei de Crescimento e Oportunidades para África
AGRA	Aliança para uma Revolução Verde em África
AGSHA	Grupo Africano para a Harmonização das Estatísticas
AHRM	Administração e Gestão de Recursos Humanos
TADHP	Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
AICD	Diagnóstico de Infra-estruturas em África Orientado por País
ALC	Centro Africano de Laser
ALICT	Liderança Africana em TIC
AMCEN	Conferência Ministerial Africana sobre o Meio Ambiente
AMCOST	Conselho Ministerial Africano sobre Ciência e Tecnologia
AMCOW	Conselho Ministerial Africano sobre a Água
AIMS	Instituto Africano de Ciências Matemáticas
AMERT	Instrumento Africano de Monitorização, Avaliação e Elaboração de Relatórios
AMESD	Monitorização Africana do Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável
AMU	União do Magrebe Árabe
AOSTI	Observatório Africano da Ciência, Tecnologia e Inovação
APAI	Plataforma Africana para Acesso à Informação
APF	Mecanismo Africano para a Paz
APRM	Mecanismos Africano de Avaliação pelos Pares
APROB	Conselho de Nomeação e Promoção
APSA	Arquitectura Africana de Paz e Segurança
AQIM	Al Qaeda no Magrebe Islâmico
ARIC	Conselho Africano de Pesquisa e Inovação
ARNS	Estratégia Regional Africana para a Nutrição
ASI	Iniciativa Africana para a Solidariedade

ASTI	Indicadores Africanos de Ciência e Tecnologia
ATFFND	Grupo de Trabalho Africano para o Desenvolvimento Alimentar e Nutricional
ATM	SIDA, Tuberculose e Malária
ATI	Acesso à Informação
UAT	União Africana das Telecomunicações
UA	União Africana
CUA	Comissão da União Africana
AURES	Sistema de Registo Electrónico da União Africana
AUSA	Agência Espacial da União Africana
AU-YVC	Corpo de Jovens Voluntários da União Africana
AWA	Observatório Africano da SIDA
AWD	Década da Mulher Africana
AYC	Carta Africana da Juventude
GP	Gabinete da Presidente
GVP	Gabinete do Vice-presidente
BIAT	Promoção do Comércio Intra-africano
BMZ	Bundesministerium Fur Wirtschaftliche Zusammenarbeit
BRICS	Brasil, Rússia, ìndia, China e África do Sul
CAADP	Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África
CADSP	Política Comum Africana de Defesa e Segurança
CAMI	Conferência dos Ministros da Indústria
CARMMA	Campanha para a Redução Acelerada da Mortalidade Materna, Neonatal e da Criança em África
CAR	República Centro-Africana
CCFDHA	Comité Coordenador da Deslocação Forçada e de Acções Humanitárias
CEN-SAD	Comunidade dos Estados do Sahel-Sahara
DE	Directores Executivos
CEWS	Sistema Continental de Alerta Prévio
CFCR	Centro de Direitos Constitucionais
ZCLC	Zona de Comércio Livre Continental
CGIAR	Grupo Consultivo sobre Pesquisa Agrícola Internacional
CIDA	Agência Canadiana para o Desenvolvimento Internacional
CIDO	Sociedade Civil e Diáspora
COMESA	Mercado Comum dos Estados da África Oriental e Austral
CPA	Plano de Acção Consolidado
CSD	Direcção de Serviços de Conferências
OSC	Organização da Sociedade Civil
CTA	Centro Técnico para a Cooperação Agrícola e Rural
DBSA	Banco de Desenvolvimento da África Austral
DCMP	Direcção de Gestão de Conferências e Publicações
DEA	Departamento de Assuntos Económicos
DFID	Departamento para o Desenvolvimento Internacional
DHRST	Departamento de Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia
DIC	Departamento de Informação e Comunicação
DIE	Departamento de Infra-estruturas e Energia
DMS	Departamento de Serviços Médicos
DPA	Departamento de Assuntos Políticos

DPO	Organização de Pessoas Portadoras de Deficiência
DPOA	Plano de Acção da Década
DPKO	Departamento de Operações de Manutenção da Paz
DPS	Departamento de Paz e Segurança
DRC	República Democrática do Congo
DREA	Departamento de Economia Rural e Agricultura
RRC	Redução do Risco de Catástrofes
DSA	Departamento de Assuntos Sociais
DTI	Departamento de Comércio e Indústria
CAO	Comunidade da África Oriental
CEA	Comissão Económica para África
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
ECOSOCC	Conselho Económico, Social e Cultural
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
UE	União Europeia
APE	Acordos de Parceria Económica
ERM	Mecanismo de Resposa Rápida
ERP	Planificação de Recursos Empresariais
E&Y	Ernst & Young
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FARA	Fórum de Pesquisa Ágricola em África
IDE	Investimento Director Estrangeiro
ZCL	Zona de Comércio Livre
VBG	Violência Baseada no Género
PIB	Produto Interno Bruto
GEWE	Igualdade do Género e Empoderamento da Mulher
GIZ	GesellschaftfürInternationaleZusammenarbeit
GGWSSI	Programa de Grande Muralha Verde para a Iniciativa do Sahara e Sahel
GSM	Sistema Global de Comunicações Móveis
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
HIPC	Países Pobres Altamente Endividados
VIH	Vírus de Imunodeficiência Humana
RH	Recursos Humanos
HRST	Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia
IAIDA	Desenvolvimento de Infra-estruturas em África
IBAR	Escritório Inter-africano para Recursos Animais
ICBP	Programa de Reforço Institucional e de Capacidades
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
IFPRI	Instituto Internacional de Pesquisa de Políticas Alimentares
CI	Crescimento Inclusivo
IGAD	Autoridade Inter-governamental para o Desenvolvimento
IMIS	Sistema Integrado de Informação de Gestão
IPA	Prémio Africano de Inovação
IPSAS	Normas Internacionais de Contabilidade para o Sector Público
TI	Tecnologia de Informação
ITN	Redes Mosquiteiras Tratadas com Insecticida
CAC	Comité Administrativo Conjunto

MFC	Mecanismo de Financiamento Conjunto
JSSO	Escritório Conjunto de Apoio ao Secretariado
KMS	Sistema de Gestão do Conhecimento
PMA	Países Menos Avançados
CJ	Conselheiro Jurídico
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIA	Gabinete do Auditor Interno
OIE	Organização Mundial da Saúde Animal
MDR	Alívio da Dívida Multilateral
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
MFW4A	Parceria para o Desenvolvimento do Sector Financeiro em África
M&A	Monitorização & Avaliação
MEA	Acordos Ambientais Multilaterais
MERCUSOR	Mercado Comum do Sul
PIM	Programa de Integração Mínima
TMM	Taxa de Mortalidade Materna
MNCH	Saúde Materna, Neonatal e da Criança
MdE	Memorando de Entendimento
EM	Estados-membros
MSD	Direcção de Serviços Medicos
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MTEF	Quadro de Despesas de Médio Prazo
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
ONG	Organizações Não Governamentais
NPCA	Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD
OEA	Organização do Estados Americanos
OUA	Organização da Unida Africana
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
GCJ	Gabinete do Conselheiro Jurídico
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OER	Recursos de Ensino Aberto
OIC	Organização da Cooperação Islâmica
OXFAM	Comité de Oxford para Alívio à Fome
PACS	Espaço Cultural Pan-Africano
PAIC	Código de Investimento Pan-Africano
PAIPO	Organização Pan-Africana de Propriedade Intelectual
PAMEN	Rede Pan-Africana de Comunicação Social
PAMNET	Rede Pan-Africana de Comunicação Social
PAP	Parlamento Pan-Africano
UPP	União Postal Pan- Africana
UPA	Universidade Pan-Africana
PBA	Abordagem Baseada em Programas
PBFA	Programas, Orçamento, Gestão Financeira e Contabilidade
PCRD	Reconstrução e Desenvolvimento Pós-conflito
CSP	Cuidados de Saúde Primários
PIDA	Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África
PMPA	Plano de Fabricação de Produtos Farmacêuticos para África

CRP	Comité dos Representantes Permanentes
CPS	Conselho de Paz e Segurança
OPP	Operações de Apoio à Paz
PPD	Pessoas Portadoras de Deficiência
GBR	Gestão Baseada em Resultados
CCR	Conferência Consultiva Regional
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
CER	Comunidades Económicas Regionais
PMR	Países Membros Regionais
RPPs	Programas de Parceria Regionais
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SAP	Sistemas, Aplicações e Produtos
CD	Comité Directivo
DSIGA	Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África
SIDS	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
PME	Pequenas e Médias Empresas
PE	Plano Estratégico
QPS	Quadro de Política Social
SPPME-RM	Planificação Estratégica de Políticas, Monitorização, Avaliação e Mobilização de Recursos
SPS	Regime de Pagamento Únido
SRHR	Saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos Conexos
SROs	Escritórios Sub-regionias da ECA
SSA	África Subsariana
CTE	Comités Técnicos Especializados
STEM	Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática
CTI	Ciência, Tecnologia e Inovação
SWOT	Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças
TB	Tuberculose
ZCL-T	ZCL Tripartida (vide ZCL)
TVET	Formação e Ensino Técnico e Profissional
RU	Reino Unido
NU	Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ONUSIDA	Programa das Nações Unidas de Combate ao VIH/SIDA
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
UNISDR	Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Catástrofes
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
UPDEA	União de Produtores, Transportadores e Distribuidores de Energia Eléctrica em África
UPU	União Postal Universal
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
EUA	Estados Unidos da América
USD	Dólares dos Estados Unidos

VS	Versus
BM	Banco Mundial
WEF	Fórum Económico Mundial
PAM	Programa Alimentar Mundial
WGDD	Direcção da Mulher, Género e Desenvolvimento
OMM	Organização Meteorológica Mundial
OMS	Organização Mundial da Saúde
OMC	Organização Mundial do Comércio

PARTE I:

Introdução, Antecedentes, Realizações & Lições

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO, ANTECEDENTES & CONTEXTO

1.1 ANTECEDENTES E CONTEXTO

A União Africana tem a responsabilidade de liderar a rápida integração, a prosperidade e o desenvolvimento sustentável de África através da promoção da unidade política e económica, assim como da solidariedade, coesão e cooperação entre os povos africanos e Estados Africanos, bem como através do desenvolvimento de novas parcerias em todo o mundo. A criação da UA marcou um capítulo importante na história do continente na medida em que a sua visão e objectivos incidem no "desenvolvimento centrado nas pessoas" e numa agenda de transformação. A Visão da UA é: "**construir uma África integrada, próspera e pacífica, orientada e gerida pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena internacional**". Os objectivos da União são:

- Acelerar a integração política e socioeconómica do continente;
- Promover a paz, a segurança e a estabilidade no continente;
- Promover instituições e princípios democráticos, a participação popular e a boa governação;
- Promover o desenvolvimento sustentável a nível económico, social e cultural, bem como as economias africanas; e
- Coordenar e harmonizar as políticas entre as Comunidades Económicas Regionais existentes e futuras com vista à realização gradual dos objectivos da União.

Estes objectivos são orientados pelos princípios previstos no Acto Constitutivo, incluindo o princípio de igualdade do género e os valores centrados nas pessoas.

Num esforço para traduzir a visão e os objectivos da UA em realidade, a Comissão da UA desenvolveu e implementou, ao longo da última década, dois sucessivos planos estratégicos (Quadro Estratégico 2004 - 2007 e o Plano Estratégico 2009 - 2012). No entanto, têm sido registados progressos em várias áreas. O Plano Estratégico da Comissão 2009-2012 findou em Dezembro de 2012 e o Plano Estratégico 2014-2017 da Comissão foi elaborado para orientar as intervenções e os programas da CUA a médio prazo. Uma revisão final do segundo Plano Estratégico foi realizada durante o ano de 2012, na qual constatou-se que foram alcançados progressos em várias áreas, e que havia lições úteis a serem tiradas. O relatório concluiu que o segundo Plano Estratégico da CUA era muito relevante e que os seus programas abordavam colectivamente todas as questões identificadas como prioritárias para África de acordo com o Acto Constitutivo. Em geral, o Plano foi considerado como sendo uma resposta firme à visão da União. Durante a revisão constatou-se que a Comissão tinha feito um esforço significativo para implementar os diversos programas identificados no Plano. No entanto, a revisão também revelou que o Plano apresentava as seguintes deficiências:

- Era demasiado ambicioso e limitado em termos de priorização (18 objectivos estratégicos, 74 estratégias e 91 resultados previstos a serem alcançados em 4 anos);

- As estratégias eram vagas e impraticáveis, e a maioria delas não era abrangida pelas atribuições da CUA;

- Carecia de um plano de implementação detalhado;

- Não prestava atenção adequada ao papel de outros intervenientes da União, particularmente aqueles responsáveis por traduzir as actividades/realizações da Comissão em resultados e impactos a nível regional e nacional. Estes intervenientes incluem as Comunidades Económicas Regionais (CER), Estados-membros, a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), Parceiros, Organizações da Sociedade Civil, Académicos, Grupos de Reflexão e o Sector Privado.

Das realizações importantes alcançadas na primeira década da sua existência importa destacar as seguintes:

- Elaboração do plano de desenvolvimento socioeconómico sob a égide da NEPAD;
- A criação do Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (MAAP), destinado a reforçar a governação, a prestação de contas e reduzir a impunidade;

- A criação de órgãos-chave que sustentam a visão da União Africana, incluindo o Conselho de Paz e Segurança que tem como objective gerir os conflitos inter-africanos com base em negociações, diálogo e resolução pacífica de disputas.

Com base no supracitado, recomendou-se que fosse elaborado um novo Plano Estratégico da Comissão da União Africano de quatro anos, 2014-2017. Recomendou-se igualmente que fosse elaborado um Agenda 2063.

No processo de desenvolvimento do Plano Estratégico da CUA 2014-2017 foram envidados esforços para traduzir o compromisso assumido pela Comissão durante o seu retiro realizado em DebreZeit, Etiópia, de 24 a de 26 de Novembro de 2012, bem como os compromisso previstos no Programa de Integração Mínima (PIM), de “definir metas concretas para os próximos quatro anos para que a CUA possa avaliar se o processo de integração continental, a prosperidade e a paz estão a ser acelerados.” Este compromisso enriquece a essência da abordagem adoptada no desenvolvimento deste plano, incluindo a introdução de metas anuais.

O ano de 2013 marca o 50.º aniversário da fundação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963, enquanto o ano de 2012 marcou a primeira década da criação da União Africana (UA) como o órgão sucessor da OUA, bem como a criação da Comissão da União Africana. Durante este período, o mundo e África testemunharam

acontecimentos importantes, com mudanças políticas, económicas, sociais, culturais e tecnológicas radicais.

Portanto, o Plano Estratégico 2014-2017 da Comissão da União Africana (CUA) é elaborado num momento muito importante da história do Continente Africano. Oferece uma oportunidade para avaliar as realizações passadas registadas nos dois anteriores planos estratégicos, e traçar um novo rumo de médio prazo para a realização da visão da União. Embora tenha como alicerce as realizações do passado e a consolidação dos ganhos obtidos, o Plano Estratégico da CUA 2014-2017 visa implementar acções específicas, direccionadas e mensuráveis, a fim de reforçar e acelerar o progresso com o objectivo de criar as bases para a construção de um continente integrado, próspero, centrado nas pessoas e pacífico que respeita a diversidade cultural, linguística e do património.

O Plano Estratégico da Comissão 2014-2017 também coincide com a decisão de desenvolver uma Agenda Africana de 50 anos e a Agenda 2063, a fim de proporcionar uma maior coerência nas acções e iniciativas da União Africana, dos seus órgãos e dos principais intervenientes e parceiros (CER, NPCA, Estados-membros, sociedade civil e sector privado, etc.). A Agenda 2063, além de criar melhores sinergias e colaboração deverá melhorar o impacto no terreno. Embora os dois planos estejam a ser desenvolvidos em conjunto, prevê-se que o Plano Estratégico da CUA seja ajustado para incluir as orientações estratégicas previstas na Agenda 2063, logo após a sua aprovação pelos Órgãos Deliberativos da UA. Portanto, a Comissão fez esforços para esclarecer o seu nicho e isto está reflectido nas prioridades de programas identificadas.

O Plano Estratégico 2014-2017 é composto por sete partes e seis capítulos como se segue:

PARTE I: INTRODUÇÃO, ANTECEDENTES, REALIZAÇÕES & LIÇÕES

- **Capítulo 1:** *Introdução, Antecedentes e Contexto;* situa o novo Plano Estratégico no contexto geral do trabalho da União

- **Capítulo 2:** *Realizações & Lições Aprendidas: apresenta* um resumo dos progressos feitos na implementação do Segundo Plano Estratégico da CUA e das Lições; incide também no desenvolvimento organizacional da Comissão

PARTE II: ANÁLISE SITUACIONAL/CONTEXTO DO PLANO ESTRATÉGICO

- **Capítulo 3:** *Análise Situacional/Contexto Plano Estratégico*: examina o ambiente externo – desenvolvimentos a nível do continente africano, questões e desafios conexos, que tenham influenciado as prioridades identificadas no plano e o ambiente interno da Comissão da UA

PARTE III: O PLANO ESTRATÉGICO

- **Capítulo 4:** *Plano Estratégico 2014-2017:* este capítulo apresenta os fundamentos do plano estratégico e descreve o objectivo geral, os principais resultados, as realizações, as acções e estratégias a serem seguidas.

- **Capítulo 5:** *Implementação, Monitorização e Avaliação*: estabelece as modalidades de implementação, os processos de monitorização e avaliação e as condições propícias que irão determinar a implementação com sucesso do plano estratégico.

- **Capítulo 6:***Orçamento e Acordos Financeiros:* apresenta o orçamento geral dos programas e os acordos financeiros.

- **Capítulo 7:** Conclusões

PARTE IV: ANEXOS

- Anexos sobre o Orçamento dos Programas, formatos de Monitorização & Avaliação e Matrizes de Resultados.

Para cada um dos resultados das metas anuais previstas no Plano Estratégico, indicadores, meios de verificação, departamentos responsáveis/co-responsáveis da CUA, departamentos colaboradores e parceiros externos foram definidos e são apresentados nos Anexos. Estes formam a base para a planificação, implementação e monitorização dos mecanismos e processos, bem como elaboração de planos de trabalho a nível dos departamentos, unidades e individual.

Tratando-se de um plano de quatro anos evolutivo, espera-se que as metas anuais sejam revistas e ajustadas sempre que necessário para que a Comissão incorpore as necessidades emergentes.

1.2 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO

O processo de desenvolvimento de plano estratégico foi totalmente participativo e baseou-se nas contribuições internas dos departamentos e de todas as unidades da Comissão, bem como os Estados-membros e intervenientes externos.

Para assegurar isto, os seguintes processos foram seguidos:

- Foi feita uma revisão do Plano Estratégico 2009-2012 em Fevereiro de 2012.
- Um workshop sobre o Plano Estratégico 2014-2017 foi realizado a 19 e 20 de Setembro de 2012.
- Além dos Directores da CUA, o workshop envolveu representantes das CER e outros Órgãos da UA e da NPCA.

- Entre outros pontos, o workshop fez uma revisão da configuração dos pilares e propôs 5 pilares contrariamente a 4 previstos no Plano Estratégico anterior. A configuração modificada dos Pilares é a seguinte:

  - ✓ Paz & Segurança;
  - ✓ Desenvolvimento Social, Económico & Humano;
  - ✓ Integração, Cooperação & Parcerias;
  - ✓ Valores Comuns; e
  - ✓ Reforço Institucional e de Capacidades e Comunicação.

- As recomendações do workshop foram aprovadas pela Comissão.

- Por conseguinte, foram solicitadas contribuições de todos os Departamentos e Divisões para o processo, e estas foram usadas para formular um quadro de resultados contendo resultados previstos, realizações, estratégias, acções e indicadores.

- O Primeiro Projecto de Plano Estratégico 2014-2017 foi apresentado a uma reunião conjunta de Comissários e Directores a 12 de Dezembro de 2012.

- Durante a reunião, a Comissão forneceu orientação de modo que o Plano Estratégico fosse elaborado com base nas 8 prioridades identificadas durante o retiro realizado em DebreZeit, de 24 a 26 de Novembro de 2012, que ajudou na definição do objectivo geral do Plano Estratégico para o período 2014-2017 e dos seus objectivos específicos.

- Na sequência da reunião conjunta de Directores e Comissários realizada a 12 de Dezembro de 2012, um segundo Projecto foi elaborado.

- Conforme acordado, as 8 prioridades da Comissão foram tomadas como o ponto de partida para todo o exercício.

- Uma análisa da situação foi levada a cabo a fim de validar as 8 prioridades, e as principais questões e desafios em torno das referidas prioridades foram resumidos. Isto foi feito para fornecer contexto e justificação da importância destas prioridades para o continente.

- As 8 prioridades foram usadas para orientar na definição do objectivo do plano estratégico, dos resultados previstos, realizações, estratégias e acções.

- As estratégias e acções foram usadas para desenvolver uma matriz de resultados, que mostra os indicadores para o período previsto, bem como as metas anuais.

- As metas anuais representam os resultados que a Comissão deve atingir numa base anual, e iriam também orientar os processos anuais de planificação e orçamentação.

- Ao adoptar esta abordagem, está-se a consolidar a mudança para uma cultura de gestão do desempenho baseada nos resultados.

- Há necessidade de usar a oportunidade oferecida por este novo Plano Estratégico para centrar o diálogo com os Órgãos Deliberativos da UA nos resultados ao invés de actividades.

- As metas estabelecidas estão centradas na implementação de estruturas, políticas e instrumentos jurídicos existents, a fim de alcançar a meta do plano estratégico e cumprir com o compromisso da Comissão de facilitar a realização acelerada da Visão da UA.

- Tudo isto é apoiado por um mecanismo de implementação e quadro de M&A robustos.

- O plano esclarece também as funções e responsabilidades, não só dos Departamentos da CUA, como também de intervenienyes externos e outros actores (outros órgãos da UA, NPCA, CER, Estados-membros, Parceiros de Cooperação) em torno de cinco áreas:

  - ✓ Elaboração de Programas;
  - ✓ Mobilização de Recursos;
  - ✓ Implementação;
  - ✓ M&A e Elaboração de Relatórios; e
  - ✓ Comunicação, Advocacia e Sensibilização sobre cada uma das prioridades.

- Foram realizadas reuniões para obter contribuições das CER e outros órgãos da UA nos dias 17 e 18 de Março de 2013, bem como dos parceiros da Comissão em Março de 2013.

- À semelhança de outros intervenientes, o Estados-membros, através do Subcomité do CRP de Programas, também tiveram a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento do plano estratégico, em Março de 2013.

Após estas etapas, o projecto final do Terceiro Plano Estratégico foi submetido à reunião extraordinária do Conselho Executivo da UA, realizada a 8 e 9 de Abril de 2013, para aprovação.

CAPÍTULO 2: REALIZAÇÕES E LIÇÕES APRENDIDAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DA CUA 2009-2012

A Comissão da União Africana acaba de concluir a implementação do seu Segundo Plano Estratégico que abarca o período 2009-2012. Conforme indicado nos capítulos anteriores, uma avaliação externa independente foi realizada e culminou com o "Relatório de Revisão da Implementação do Plano Estratégico 2009-2012 da Comissão da União Africana". Este capítulo é totalmente baseado nesse relatório que foi adoptado pelos Órgãos Deliberativos da UA. Apresenta uma análise das realizações e as principais lições tiradas da sua implementação do Plano Estratégico 2009-2012, e avalia também o desenvolvimento institucional da Comissão, bem como os progressos feitos no reforço dos sistemas, processos e capacidades institucionais.

2.1 REALIZAÇÕES

O Plano Estratégico da Comissão da União Africana 2009-2012 foi baseado em quatro pilares estratégicos, como demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 1: Plano Estratégico da CUA 2009-2012:
Os Quatro Pilares Estratégicos para Programas de Intervenção

I. Paz e Segurança
II. Integração, Desenvolvimento e Cooperação;
III. Valores Comuns; e
IV. Reforço Institucional e de Capacidades.

O relatório sobre a avaliação do Plano Estratégico da Comissão 2009-2012 concluiu que este foi muito relevante e que os seus programas abordaram colectivamente todas as questões identificadas como prioritárias para África ao abrigo do Acto Constitutivo. O Plano foi, na sua generalidade, considerado como uma boa resposta à visão da União de ***"uma África integrada, próspera e pacífica, orientada pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena internacional.***" Após a avaliação, reconheceu-se que a Comissão tinha feito um esforço para implementar os diversos programas identificados. Estas acções enquadram-se em três grandes categorias: (i) Criação de Consenso, (ii) Capacitação e (iii) constituição e implementação de regimes (desenvolvimento e ratificação de instrumentos jurídicos)[1]. Alguns dos projectos emblemáticos fundamentais implementados pela Comissão são apresentados no Anexo 1.

2.1.1 Implementação de Programas Temáticos

A União Africana está ainda numa fase formativa, mas entre as suas realizações significativas na primeira década de existência importa destacar as seguintes: o plano de desenvolvimento socioeconómico sob a égide da NEPAD; a criação do Mecanismo

[1] Relatório Provisório sobre a Avaliação da Implementação do Plano Estratégico da Comissão da União Africana 2009-2012

Africano de Avaliação pelos Pares (MAAP), destinada a reforçar a governação e a prestação de contas e reduzir a impunidade, o plano de desenvolvimento socioeconómico sob a égide da NEPAD, e a criação dos principais órgãos para sustentar a visão da União Africana, incluindo o Conselho de Paz e Segurança para gerir conflitos intra-africanos com base em negociações, diálogo e resolução pacífica de disputas. Para a UA, o principal desafio continua a ser a integração económica do continente, conforme previsto no Tratado de Abuja, e falta de financiamento sustentável para os programas da União;

***Paz e Segurança*:** A Arquitectura Africana da Paz e Segurança (APSA), cujo principal Pilar é o Conselho de Paz e do Segurança, apoiado pelo Sistema Continental de Alerta Prévio (SCAP), a Força Africana em Estado de Alerta (FAA), o Painel dos Sábios, e outros, tem estado em implementação desde 2004. A Política de Reforma do Sector de Segurança foi aprovada. Tem havido igualmente progresso em termos de promoção e coordenação de um programa de Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito e geração da APSA.

***Desenvolvimento, Integração e Cooperação*:** A CUA tem tomado medidas para impulsionar o comércio intra-africano com reuniões ministeriais e a dedicação da 18ª Sessão Ordinária da Conferência Conferência a impulsionar o comércio intra-africano, e aceleração do estabelecimento da Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC) até 2017. Progressos notáveis foram registados no avanço da agenda do Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), em termos de mobilização de compromisso político, apoio à formulação de políticas baseadas em evidências e estratégias, incluindo a sua harmonização e mobilização de recursos de investimento para a implementação, bem como na bem-sucedida implementação de programas emblemáticos, como a promoção da saúde e produtividade animal.

No domínio das infra-estruturas, a CUA, em parceria com a NPCA, CEA, BAD, desenvolveu o Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA), que abrange os sectores dos transportes, energia, telecomunicações/TIC e água. Progressos também foram registados no desenvolvimento e sustentação das capacidades humanas através de um maior acesso à saúde, educação, nutrição, habitação, saneamento e emprego. A Comissão criou a Universidade Pan-Africano, criou o Programa de Bolsas de Estudo da União Africana Mwalimu Nyerere, instituiu uma Estratégia Nutricional Regional Africana, lançou a Campanha de Redução Acelerada da Mortalidade Materna, Neonatal e da Criança em África (CARMMA), e intensificou acções de acompanhamento do Apelo de Abuja para uma Acção Acelerada Rumo ao Acesso Universal a Serviços de VIH/SIDA, Tuberculose e Malária e outras Doenças Infecciosas.

O Desenvolvimento da Juventude e a Capacitação das Mulheres têm sido promovidos através da Carta Africana da Juventude, de um Plano de Acção da Década para o Desenvolvimento da Juventude em África (2009 – 2018), e de um programa de Capacitação da Juventude através do programa de Ensino Não Formal, Técnico e Profissional (TVET), e a Década da Mulher Africana e Fundo da Mulher Africana. A Conferência Ministerial Africana sobre Ciência e Tecnologia (AMCOST) foi institucionalizada, incluindo o desenvolvimento do Plano de Acção Consolidado Africano para Ciência e Tecnologia (PAC) e a criação do Programa da União Africana de

Subvenção de Bolsas de Estudo para Pesquisas. Uma Carta Africana de Estatística também foi desenvolvida em 2009.

Para reforçar a integração continental, uma decisão da Conferência de Banjul, realizada em 2006, reduziu o número de organismos inter-estatais, reconhecidos como REC, de 16 para 8. Esta decisão visa promover a racionalização das CERs, bem como promover a coordenação e harmonização das suas actividades. A CUA desenvolveu também um Programa de Integração Mínima (PIM) com as CER e um Plano de Acção. As áreas abrangidas pelo PIM são: comércio, desenvolvimento de infra-estruturas, livre circulação de pessoas, bem como a paz e a segurança, mas continuam desafios com relação à implementação e sobreposições com outras estruturas como a BIAT – deste modo, a necessidade de esclarecer a via a seguir.

A CUA estabeleceu parcerias estratégicas amplas em todo o mundo - Fórum África-Índia, Parceria África-América do Sul, Parceria África-União Europeia, Parceria África-Turquia, Cooperação CUA-Austrália, Cooperação CUA-EUA, Cooperação África-Árabe, Parceria CUA-Secretariado da OIC, Parceria CUA-Secretariado Geral da OEA, Parcerias África-Japão, Cooperação entre a CUA e o Secretariado da Commonwealth. As medidas tomadas para promover a posição comum africana em fóruns multilaterais e regionais incluem o desenvolvimento da Posição Comum Africana em relação aos APE, OMC e AGOA, em estreita colaboração com a UNECA e outros parceiros. Isto levou a uma melhor coordenação e desenvolvimento da posição comum durante o diálogo UA-UE e nas negociações sobre o comércio na Ronda de Doha e e UA-ONU Pós-2015, Rio +20 e CIPD além de 2014 e AU-EUA etc.

Contudo, o aumento da quota de África no comércio mundial continua a ser um desafio monumental, especialmente em relação ao aumento das exportações de produtos de valor acrescentado, o que evidencia o nexo entre a política comercial e industrial. Nesse sentido, a UA aprovou o Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado para África (AIDA), bem como o Plano de Acção para a Visão de Mineração Africana, que promove o aproveitamento dos recursos minerais para o desenvolvimento sustentável. As parcerias Norte-Sul bem como as parcerias Sul-Sul oferecem uma oportunidade para implementar quadros continentais, tais como o CAADP, PIDA, AIDA e BIAT de forma prioritária e estratégica.

A Peste bovina, uma doença que tem causado estragos nas comunidades pastoris, foi erradicada do mundo em geral e em África em particular, com o reconhecimento internacional das contribuições da Comissão da União Africana como um todo e do Departamento de Economia Rural e Agricultura, em particular através dos seus Gabinetes Técnicos, o Bureau Inter-africano para os Recursos Animais (BIRA) e o Centro Pan-Africano da Vacinação Veterinária (PANVAC), juntamente com parceiros internacionais: a OIE, FAO e a AIEA, na concretização deste sucesso.

De igual modo, uma Posição Comum Africana sobre Alterações Climáticas foi desenvolvida em 2008, com base na qual África tem, desde então, negociado com uma única voz em fóruns internacionais sobre as alterações climáticas, facilitado pelo mecanismo de coordenação simplificado existente a nível técnico, ministerial e da Cimeira.

Tal experiência foi mais tarde para servir como um modelo para a África desenvolver posições comuns que foram avançadas a uma só voz juntamente com as CER e os mecanismos institucionais parceiros existentes para melhorar as capacidades dos Estados-membros nas áreas do acesso a informações, resistência e preparação sobre o clima para risco de calamidades – poderia ser mencionada a criação, em 2012, da Capacidade Africana de Risco como uma Agência Especializada da UA.

Valores Comuns

A Comissão criou a Arquitectura e Plataforma Africana de Governação, como um quadro político e institucional geral para melhorar a interacção, coordenação e sinergias entre os órgãos, instituições da UA e CERs na promoção da boa governação e democracia em África. A Plataforma AGA coordena a implementação dos instrumentos de valores comuns da UA, revisão e avaliação do cumprimento das normas da UA e prestação de apoio técnico aos Estados-membros em matéria de governação e consolidação da democracia.

Relativamente à abordagem de desenvolvimento baseada nos direitos, a Comissão operacionalizou vários instrumentos, incluindo a Declaração de Ouagadougou e o Plano de Acção para o Emprego e Alívio da Pobreza e o Quadro de Política Social da UA, que fornecem orientações aos Estados-membros na promoção dos direitos e asseguram o bem-estar dos grupos marginalizados e excluídos. A União Africana desenvolveu um projecto-Quadro de Política Humanitária que visa promover uma maior preparação jurídica dos Estados-membros para superar barreiras regulamentares à assistência efectiva nos casos de catástrofes transfronteiriças. A Comissão liderou os esforços de desenvolvimento e adopção de um Programa de Acção para a implementação da Estratégia Regional Africana para a Redução de Riscos de Catástrofes (2006-2015) e criação do projecto de *Capacidade Africana para Responder a Riscos*.

A Comissão tem procurado promover o Renascimento Cultural Africano e a protecção do património cultural africano. A CUA elaborou uma Carta para o Renascimento Cultural e um Plano de Acção para as Indústrias Culturais e Criativas, e há planos de traduzir a carta nas línguas africanas transfronteiriças, tais como Kiswahili, Hausa, e Fulfulde. Além disso, um estudo de viabilidade preliminar sobre a criação do Instituto Cultural Pan-Africano foi levado a cabo. Os objectivos da Rede Pan-Africana de Órgãos de Comunicação Social (PAMEN), que a CUA lançou na Cidade do Cabo em 2011, incluem a tomada de medidas para corrigir as imagens distorcidas de África. Isto seguiu as tentativas anteriores da Comissão, em colaboração com o Egipto, de criar a Estação de Rádio e Televisão Pan-Africana. A Direcção de Organizações e Cidadãos da Diáspora Africana (CIDO) foi criada e uma equipa de trabalho da Diáspora formada.

O Corpo de Jovens Voluntários da União Africana foi lançado em 2010, no qual mais de 200 profissionais jovens (jovens) foram formados para o trabalho voluntário e está a ser implantado em instituições, do sector público, incluindo a CUA. Na promoção da participação e contribuição dos jovens, a 17ª Sessão Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana foi dedicada ao tema *"Acelerar a Capacitação da Juventude para o Desenvolvimento Sustentável"*, e a sua decisão posicionou África a prestar como

um continente dos jovens por meio de uma Base de Dados estatística comparativa sobre a situação da juventude em Africa. Foram também realizadas acções para promover a ratificação e entrada em vigor de todos os instrumentos jurídicos pendentes adoptados pela Conferência da União.

Esforços para promover a integração do género levaram à adopção da Política do Género da UA em 2009, à declaração de 2010-2020, pela Conferência, como a Década da Mulher Africana, ao desenvolvimento do Roteiro e Plano de Acção Decenal para o Género e à criação da Direcção do Género no Gabinete do Presidente da Comissão. Iniciativas relacionadas incluem programas de capacitação como "Políticas Económicas Sensíveis à Questão do Género em África", visando a promoção da planificação e desenvolvimento de programas sensíveis à questão do género a nível nacional. Além disso, o compromisso da UA de combater a violência baseada no género, tal como consagrado na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, no Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos relativo aos Direitos das Mulheres em África, na Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África (DSIGA) e uma série de decisões e medidas tomadas ao longo dos anos, constituem, em parte, as medidas tomadas por vários Estados-membros para banir a violência baseada no género, apesar de algumas práticas culturais como mutilações genitais femininas continuarem a ser um desafio em todo o continente.

2.1.2 LIÇÕES APRENDIDAS

Apesar dos progressos descritos acima, a avaliação da implementação do Plano Estratégico da UA 2009-2012 identificou o impacto ineficiente das intervenções da Comissão como uma das principais lacunas verificadas durante a implementação do mesmo, devido ao facto da maioria das suas acções estar centrada em realizações (seminários, estudos, conferências, instrumentos jurídicos, etc.) e não resultados. Embora se reconheça que tenham havido muitas realizações, a falta de enfoque em resultados a nível nacional e sub-regional e capacidade inadequada para acompanhar esses resultados a nível nacional foram identificados como uma deficiência fundamental da forma como a Comissão concebeu, implementou e divulgou as suas actividades. Parte do problema reside no facto de ter sido dada atenção inadequada ao papel de todos os intervenientes da Comissão, particularmente aqueles responsáveis por traduzir realizações em resultados: as CERs, os Estados-membros, os parceiros, as organizações da sociedade civil e o sector privado. A avaliação recomenda que a concepção de programas deve, no futuro, ter em conta todo o quadro - a **cadeia de resultados** completa - a fim de reforçar o impacto no terreno.

Foi igualmente observado que o Plano tinha sido demasiado ambicioso, com priorização limitada, estratégias vagas e pouco prático, bem como distinções limitadas entre estratégias e resultados esperados (objectivos fora das atribuições da CUA, sem resultados mensuráveis). A falta de planos de implementação levaram à desatenção aos detalhes e, muitas vezes, à promoção de duplicação de esforços.

Os desafios identificados para o desenvolvimento do Plano Estratégico da CUA para 2014-2017 foram, por conseguinte, os seguintes:

- Demonstrar impacto ao nível da base ao invés de informar sobre os instrumentos jurídicos que foram assinados ou workshops e conferências que foram convocadas;
- Necessidade de mudar a ênfase de realizações simples apenas para resultados que têm impacto a nível regional e nacional;
- Necessidade de articular as realizações da CUA para os restantes órgãos da UA para gerar resultados;
- Necessidade de objectivos SMART para a CUA, e articulações coerentes entre todos os níveis da estrutura de actividades (prioridades/resultados previstos/realizações/estratégias e acções);
- Necessidade de demonstrar a utilização transparente, eficiente e prudente dos recursos para mobilizar recursos financeiros adicionais dos Estados-membros e parceiros de desenvolvimento e estratégicos.

Estas lições foram tidas em conta na elaboração do Plano Estratégico 2014-2017, particularmente no desenvolvimento de um quadro de resultados mais elaborado e no esclarecimento das funções e responsabilidades dos principais intervenientes e partes interessadas, tanto interna como externamente.

2.2 Desenvolvimento Organizacional da Comissão

A Comissão registou progressos no que diz respeito a melhorias no âmbito institucional e organizacional que resultaram no reforço dos seus sistemas e processos de planificação, orçamentação, monitorização e avaliação e parceria entre a Comissão e os seus doadores.

Houve uma melhoria qualitativa nos sistemas da Comissão, e os processos de planificação, orçamento, monitoramento e avaliação. A Comissão adoptou uma abordagem de gestão e prestação de contas com base nos resultados do seu trabalho (RBM). Quando totalmente institucionalizada, RBM irá garantir maior eficiência e eficácia na gestão dos recursos humanos e financeiros da Comissão para atingir as metas organizacionais.

A *Capacidade de Planificação Estratégica está a ser reforçada:* a Comissão iniciou uma série de reformas nas áreas de planificação estratégica. A abordagem do quadro lógico introduzido em 2009 como ferramenta para a planificação continuou a ganhar terreno entre os usuários nos anos seguintes até 2012. O uso da ferramenta proporcionou capacidade aos departamentos da Comissão da UA e outros órgãos da UA de se concentrarem em resultados tangíveis destinados a fazer a diferença no Continente Africano. Durante o segundo período do Plano Estratégico, foram apresentados indicadores de desempenho cuidadosamente seleccionados, que ajudaram a situar o progresso da implementação, especialmente, a nível da Comissão da UA. Além de melhorar a planificação a nível departamental, introduziu-se o Quadro de Despesas a Médio Prazo (MTEF) e está na fase de implementação pela Comissão. No entanto, o departamento carece de pessoal-chave na análise de políticas centrais, planificação, monitorização e elaboração de relatórios. Fora dos 15 funcionários actualmente que estão

a desempenhar as suas funções, apenas 6 são funcionários regular, representando 40 por cento, enquanto os restantes são funcionários de curto prazo, apoiados com recursos de parceiros.

Há um Programa Avançado de Monitorização e Avaliação: O AMERT (Instrumento Africano de Monitorização, Avaliação e Relatórios), um sistema electrónico on-line, acessível a todos os departamentos, já está operacional com os módulos de planificação, monitorização e relatórios. Os oficiais de programas na Sede da Comissão da UA e Escritórios Regionais foram formados sobre o uso do AMERT.

Registou-se muito progresso na melhoria da administração e da gestão dos recursos humanos.

- Gestão de Recurso Humanos: Em Julho de 2011, foram aprovados Novas Normas e Regulamento do Pessoal; foram criados comités de gestão administrativa com objectivo de dar orientação sobre a Estratégia da Força de Trabalho, desenvolvimento de programas dos RH, e reforçar a supervisão da organização. Os mais importantes são o APROB (Conselho de Nomeação e Promoção) e JAC (Comité Conjunto de Administração) para aperfeiçoar e actualizar as políticas administrativas a fim dês as harmonizar com o mandato da UA.

- Sistema de Gestão de Informação: a equipa de TI actualizou o sistema para um nível aceitável. Por exemplo, a CUA tem um centro de dados seguro e digno de confiança, apoiando todos os serviços de TI, tais como correio electrónico e acesso à internet de alta velocidade; IMIS SAP ERP - controlos de sistemas, redução de custos, redução do tempo do processo e do tempo de espera.

  Mecanismo de Gestão: Gestão Electrónica de Documentos-AURES - espaço aberto para mudar o ambiente de trabalho;

- Aquisições, Viagens e Armazenagem: um manual de aquisições que obedece a normas internacionais; reunião semanal do Comité de Conselho de Concursos;

- Segurança e Protecção: existe firewall do sistema de segurança física em curso.

Durante o Segundo Plano Estratégico da Comissão, a Direcção de Programas, Orçamento, Finanças e Contabilidade (PBFA) liderou o processo de modernização do sistema de contabilidade da Comissão da UA, no âmbito do Programa Desenvolvimento Institucional e Capacitação (ICBP). Foram introduzidas, em Janeiro de 2009, medidas de um sistema de contabilidade de exercício e as demonstrações financeiras preparadas para o exercício de 2009 e, daí em diante, o nível de conformação está de acordo com as normas de contabilidade internacionalmente aceite sobre o regime de exercício modificado. O trabalho sobre a modernização do sistema de contabilidade ainda não está concluído. Alcançar um sistema de TI totalmente integrada leva tempo e, como resultado, sistema de contabilidade de exercício continuará a ser desenvolvido até que se conforme plenamente com as normas de contabilidade da IPSAS em 2015. Houve uma melhoria na

qualidade das informações e controles contabilísticas, contudo, a estrutura de gestão de ambiente de controlo interno, relatórios financeiros e gestão do risco precisa de ser melhorada, a fim de trazê-la ao nível de organizações análogas.

Parceria Reforçada entre a Comissão e os seus Principais Parceiros: A Comissão desenvolveu relações de trabalho importantes e estratégicas com diversos parceiros de desenvolvimento que se reflecte no aumento do apoio financeiro para o trabalho da Comissão. Dentre estes, os parceiros chaves são a União Europeia e alguns dos seus Estados Membros (por exemplo, Reino Unido, Alemanha, França, Espanha, Dinamarca e Suécia). A parceria com a UE e os seus Estados Membros efectiva-se através da Estratégia Conjunta UE-África, aprovada na 2ª Cimeira UE-África, realizada em Lisboa, em Dezembro de 2007. Os parceiros importantes que não são membros da UE incluem os EUA, a China e o Canadá.

Os parceiros da UA oferecem recursos humanos, técnicos e financeiros para a implementação dos programas da Comissão. Durante o período do 2º Plano Estratégico, estimativas colocam a contribuição dos parceiros de desenvolvimento para o Orçamento do Programa da CUA em mais 90 por cento. A dependência excessiva de fundos de doadores para programas da organização levanta questões de propriedade, independência e controlo, que devem ser dirigida aos Estados-membros.

O aumento da confiança dos doadores nos sistemas da Comissão, práticas de gestão, planificação e processos de orçamentação impulsionaram acções para uma melhor coordenação e harmonização dos doadores, mas o objectivo do apoio orçamental total continua indefinida. Actualmente, os Mecanismos de Financiamento Conjunto (JFA) foram acordados entre a Comissão e alguns de seus parceiros, o que marca um passo importante na racionalização e coordenação das contribuições dos doadores e na redução dos custos de transacção, e prepara o terreno para a Comissão receber apoio orçamental para os programas.

Apesar do progresso feito no âmbito de desenvolvimento institucional da Comissão, há uma série de questões chave pendentes para a agenda da reforma. Incluem a institucionalização da RBM, em conjunto com a gestão do desempenho e prestação de contas, gestão de mudança, implementação das recomendações do Relatório de Auditoria do Painel de Alto Nível de 2007, implementação das recomendações e outras medidas que devem ser tomadas a fim de melhorar o mandato abrangente (avaliação institucional do Adedeji Panel, Ernest & Young e outras iniciativas de reforma).

A Comissão identificou também as seguintes áreas para melhoria institucional, que devem ser reforçadas:

a) Relações de trabalho com o CRP e outros órgãos deliberativos bem como com as CER e os Estados-membros.

b) Sistema interno da CUA através de ferramentas tais como Gestão Baseada e Resultados (RBM), Sistemas Integrados de Gestão da Informação (IMIS), Programa de Monitorização, Avaliação e Relatórios de África (AMERT), o

Sistema de Gestão do Conhecimento (KMS), Recrutamento Electrónico, etc. e processos que permitam exercer com eficácia o seu mandato e garantir a prestação de contas, transparência, alto desempenho e eficiência operacional.

c) Parcerias Estratégicas e outras

d) Gestão dos intervenientes com vista a criar uma União centrada nas pessoas.

e) A coordenação interna no seio da Comissão.

Foram feitos avanços significativos quanto ao aumento da visibilidade e consciencialização da UA, bem como dos seus símbolos, a nível continental e internacional, por exemplo, a campanha da marca da UA, ligação com a media, a criação do centro da media, divulgação generalizada de informações e actividades das relações públicas. Decorrem esforços destinados a aumentar a consciencialização sobre os símbolos da UA, tais como a bandeira, o hino e o logótipo através de uma estratégia de marca bem coordenada.

A Comissão deve também melhorar a prestação de serviços. Os departamentos de serviços da Comissão (AHRM, PBFA, MSD, DCMP, e Divisão de Serviços Protocolo) também enfrentam uma série de desafios, apesar dos avanços registados.

a) A análise indica que a Direcção de Administração e Gestão de Recursos Humanos (AHRM) confronta-se com três desafios estratégicos principais:

- <u>Abordagem orientada para o cliente insuficiente.</u> O departamento ainda age como um provedor de serviços e considera os actores como "utentes" e não como "clientes". As consequências deste comportamento são: atraso de implementação; falta de eficácia do custo; e baixa satisfação dos clientes

- <u>Inovação inadequada e cultura de mudança.</u> A AHRM tem dificuldade de introduzir mudanças e adoptar inovações. A resistência à mudança é muito importante e é um dos principais entraves para o desenvolvimento da Direcção. As principais consequências deste comportamento são: falta de optimização da tecnologia de informação (TI) (a organização resiste na adopção de um leque completo de opções de Tecnologia da Informação e na reestruturação dos seus processos de trabalho de acordo com as circunstâncias. Portanto, está a ficar atrasada na revolução de informação e da comunicação que se manifesta pelo mundo e está a transformar as relações entre organizações e países);

- <u>Adopção insuficiente das inovações</u> (novas iniciativas na AHRM encontram alguma dificuldade de a serem adoptadas e implementada pela equipa. Kaizen é um caso em questão).

- <u>Fraca liderança e governação:</u> a Direcção confronta-se com o facto de que muitas actividades e decisões são tomadas sem que seja acompanhado por

quadros políticos formais ou estrutura de governação. As principais consequências desta situação são: Funcionamento dos comités de gestão; falta uma de decisão oportuna; falta de normas; falta de comunicação e colaboração internas; Estrutura da direcção; falta de habilidades de gestão de projectos; e falta de uma abordagem sistémica.

b) Apesar dos progressos registados, PBFA confronta-se com desafios que afectam o seu funcionamento eficaz e eficiente. Dentre eles destacam-se:

- Fraca comunicação intra-departamental entre o departamento de finanças e outros departamentos/unidades operativas da Comunicação da UA.

- Inadequação dos mecanismos existentes na Sede para uma fiscalização eficaz sobre os controlos e monitorização dos Escritórios Regionais/de Representação;

- A necessidade de redimensionar a implementação do novo ERP (SAP), mas num ambiente com poucos recursos humanos, associado à necessidade de melhorar ainda mais o ambiente de controlo e adopção de estratégias de gestão de risco;

- A falta de clareza das funções entre unidades organizacionais dentro da PBFA, resultando em duplicação e/ou omissão de papéis críticos;

- Actividades intra-departamentais incoerentes e descoordenadas na gestão baseada nos resultados relativas a questões de planificação, programa, orçamento e relatórios de desempenho bem como a incapacidade da PBFA de desempenhar a função de programação de forma eficaz;

- Gestão inadequada da tesouraria relacionada à exposição de transacção, taxas de câmbio negociadas, previsão de fluxo de caixa e gestão de investimentos visando aumentar os potenciais ganhos de recursos não utilizados.

c) Nos últimos três anos, a Direcção de Serviços de saúde de CUAl melhoraram a qualidade dos sistemas de prestação de serviços evidenciados pela redução do número de reclamações dos clientes e pelo aumento do número de clientes que utilizam estes serviços. Apesar dos sucessos acima referidos, a Direcção dos Serviços de Saúde confronta-se com os seguintes desafios que precisam de ser abordados: fundos inadequados para os serviços de saúde (em especial no que diz respeito a equipamento); atraso no processo de aquisição de medicamentos; e espaço inadequado para a prestação de serviços.

PARTE II:

Análise Situacional/Contexto do Plano Estratégico

CAPÍTULO 3: ANÁLISE SITUACIONAL/CONTEXTO DO PLANO ESTRATÉGICO: ÁFRICA EM MUDANÇA

Durante o ano de 2013 os Africanos irão comemorar os 50 anos da criação da OUA/UA em 1963. A decisão de 1999 de criar a União Africana foi baseada principalmente na percepção de que o mandato inicial da OUA de livrar o continente da colonização foi praticamente cumprido e que África estava a enfrentar novos desafios que precisavam de novos mecanismos institucionais para promover a sua agenda de desenvolvimento e integração.

Em 2012, a União Africana completou uma década de existência desde a realização da primeira Cimeira da UA dos Chefes de Estado e de Governo em Julho de 2002, em Durban, África do Sul, e uma nova estrutura (designada como "Estrutura de Maputo") foi acordada na Cimeira de Maputo em Julho de 2003. Num espaço de tempo relativamente curto, África, a União Africana (UA) e a Comissão da União Africana (CUA) testemunharam transformações e mudanças significativas.

A imagem de África era, no início do século 21, quando a União Africana foi criada, vista de forma exagerada pelos órgãos de comunicação social como um lugar de golpes de estado, fome e corrupção. A região era caracterizada por instabilidade política e conflitos, sistemas de governação que não prestam contas, desenvolvimento socioeconómico fraco, associado a persistente pobreza, insegurança alimentar crónica na maioria das regiões, desenvolvimento limitado de infra-estruturas e sistemas de comunicação, baixo capital humano, analfabetismo e epidemias de doenças. Em grande medida, o continente fazia-se representar de forma inadequada nos fóruns mundiais, marginalizado nas negociações, debates e processos decisórios globais. Depois deste período o continente viu o seu destino mudar para melhor, com melhorias nos sistemas de governação económica e política.

3.1 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, CRESCIMENTO INCLUSIVO E REDUÇÃO DA POBREZA

África tem estado a registar progressos significativos em termos de crescimento económico, mas enfrenta sérios desafios em tornar o crescimento inclusivo

Durante grande parte do período pós-colonial, particularmente nas duas últimas décadas do século 20, muitos países africanos estagnaram em termos de crescimento e desenvolvimento económico. Durante um período de 20 anos, desde meados da década de 1970 até meados da década de 1990, o crescimento per capita do PIB na ASS foi zero ou negativo. No entanto, o desempenho económico em África tem estado a melhorar de forma notável nos últimos tempos. A partir da década de 1990, o PIB aumentou e continuou a crescer rapidamente até 2008. Como resultado, África foi a segunda região que mais cresceu no mundo de 2000 a 2008. Apesar da crise económica mundial o crescimento "robusto" de África retomou desde então.

Os países africanos têm registado algumas das taxas de crescimento económico mais rápidas do mundo e estão entre os mais rápidos motores do Índice de

Desenvolvimento Humano [2] - relatórios indicam que, desde 2001, seis das 10 economias que mais rápido cresceram no mundo eram de África. Dada a políticas macroeconómicas e gestão firmes prevê-se que o PIB combinado do continente, de 1.5 triliões $EU, duplique até 2020. De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento, as economias africanas cresceram 3,4% em 2011, tendo o Norte de África registado um crescimento de 0,5% e a África subsaariana 5%; espera-se que as economias africanas cresçam 4,5-4,8% em 2012 - Tabela 1[3]. Todavia, a crise na zona Euro e da dívida soberana europeia poderá levar à baixa procura de produtos africanos e menores fluxos de recursos externos - IDE e remessas.

Tabela 1: África, Crescimento (%) por Região e Grupo de Países[4]

	2010	2011	2012	2013
África	5.0	3.4	4.5	4.8
África Central	5.7	5.1	4.9	4.8
África Oriental	7.1	5.0	5.1	5.6
África do Norte	4.1	0.5	3.1	4.0
África Austral	3.5	3.5	4.0	4.4
África Ocidental	6.9	6.3	5.9	6.4
Países Exportadores de Petróleo	5.3	2.9	4.7	5.0
Países Importadores de Petróleo	4.5	4.1	4.2	4.7

O crescimento das economias africanas foi registado em todo o continente, tendo 27 das 30 maiores economias africanas registado um crescimento mais rápido na década de 2000 do que nas décadas anteriores[5]. Além disso, estima-se que 70% da população africana vive em países em que o crescimento do PIB foi em média superior a 4% na última década. Os mercados de consumo interno também estão a crescer com o sector privado a agir como um poderoso motor do crescimento. As exportações estão a aumentar substancialmente e os mercados para os produtos africanos tornaram-se mais diversificados, reduzindo assim a dependência em relacionamentos comerciais Norte-Sul e existe uma importância crescente do comércio Sul-Sul para o continente africano.

De 2000 a 2012, o investimento em África aumentou de forma constante de 15,9 por cento do PIB para mais de 22 por cento. Prevê-se que a tendência irá continuar dado

[2]Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, África, PNUD, 2012
[3] Africa dentro de 50 Anos: Caminho para o Crescimento Inclusivo, BAD, 2011
[4] Africa dentro de 50 Anos: Caminho para o Crescimento Inclusivo, BAD, Setembro, 2011
[5]Novo Africano, Julho, 2012, No. 518

que um número crescente das economias da região é capaz de explorar os mercados de capitais internacionais para ajudar a resolver os principais problemas de défice de infra-estruturas. África recebeu a maior fatia de sempre de investimento directo estrangeiro (IDE) em 2011, de acordo com a Ernst and Young. Em 2011, o IDE cresceu 27%, aumentando assim a quota de África no investimento mundial para quase um quarto. Os fluxos de IDE situam-se em 80 mil milhões $EU e prevê-se que alcancem 150 mil milhões $EU até 2015. Houve fluxos significativos para serviços e projectos relacionados com produção e infra-estruturas. A Zâmbia registou um aumento de 93% em termos de IDE, devido à boa gestão económica e uma transferência de poder pacífica. Gana, Botswana, Tanzânia, Cabo Verde e Maurícias também tiveram elevados fluxos de IDE.

O investimento privado intra-africano cresceu substancialmente mais do que qualquer outra categoria, e foi liderado pela África do Sul, Quénia e Nigéria. A Pesquisa sobre Atractividade de África da Ernest & Young de 2012 indicou uma confiança e optimismo crescente entre os africanos para investir e fazer negócios em África. Entre 2003 e 2011, foi registada uma taxa de crescimento composta de 23% no que se refere a investimento intra-africano em novos projectos de IDE. Esta tendência acelerou a partir de 2007, com um crescimento impressionante de 43%[6]. Foi informado que o investimento intra-africano como proporção do número total de projectos de IDE mais do que duplicou, e em 2011 foi responsável por 17% de todos os novos projectos de IDE. Durante o período, os investimentos do Quénia e Nigéria em África cresceram 77,8% e 73,2%, respectivamente, enquanto o da África do Sul cresceu 63,8%.

A emergência da China como um novo parceiro de África está a levar a uma grande mudança de paradigma dos padrões de comércio, ajuda e investimento no continente. As trocas comerciais entre África e China atingiram 166 mil milhões $EU em 2011, maior do que entre EUA ou Europa. Além disso, a China prometeu 20 mil milhões $EU em créditos para os países africanos ao longo dos próximos três anos, a partir de 2012.

O aumento do ímpeto de África é amplamente reconhecido, mas as fontes deste crescimento e da sua sustentabilidadea não estão totalmente certas[7]. Analistas prevêem um crescimento contínuo forte e apontam que o aumento do crescimento do continente é devido ao *boom* de recursos naturais. Embora o *boom* de recursos tenha contribuído positivamente para o crescimento económico de África, entre 2000 e 2008, contribuiu apenas 24% para o crescimento do PIB do continente - O crescimento económico acelerou em 27 das 30 maiores economias e a taxa de crescimento do PIB foi similar em países com ou sem um nível significativo de exportação de recursos naturais - o resto das exportações resulta do comércio a grosso e a retalho, transportes, telecomunicações, indústria e serviços[8].

A aceleração do crescimento foi atribuída a[9]:

---

[6] Pesquisa sobre a atractividade dos Jovens em África, Ernest & Young 2012

[7] Os Leões em Movimento: Progressos e Potencial das Economias Africanas, Instituto McKinsey Global, 2010

[8] Ibid

[9] ibid

- Redução de conflitos em vários países africanos e aumento de regimes democráticos, que criam as condições necessárias para estabilidade política e boa governação;
- Políticas macroeconómicas e de coordenação para implementar medidas que reduziram a inflação, bem como redução da dívida externa e dos défices orçamentais;
- Reformas de mercado favoráveis, incluindo a privatização, a redução de barreiras comerciais, impostos mais baixos e reforço dos sistemas jurídicos e reguladores.

O futuro crescimento do continente é favorecido pelas tendências globais externas como o *boom* dos produtos de base, maior acesso ao capital e criação de novas parcerias económicas. O continente tem conseguido melhores preços para os seus abundantes recursos naturais: tem 12% das reservas mundiais de petróleo, 50% de ouro e 90% de cromo e metais do grupo de platina, 20% de cobre, 60% das terras aráveis não cultivadas do mundo e tem depósitos significativos de bauxite e de outras matérias-primas[10]. O mundo precisa de matérias-primas de África, mas acordos melhores são necessários e infra-estruturas de interligação devem ser criadas; as instituições regionais devem projectar, implementar e supervisionar infra-estruturas transfronteiriças. Esforços também devem ser intensificados para agregar valor às exportações africanas ao invés de depender do comércio de matérias-primas, diversificando os produtos destinados aos mercados locais, regionais e internacionais.

No entanto, factores internos irão desempenhar um papel fundamental, assim como as tendências sociais e demográficas, em particular a crescente população activa, urbanização e surgimento de consumidores de classe média. Além disso, 60% da população do continente, 1.030 mil milhões, têm menos de 25 anos de idade, que se for devidamente capacitada poderia catapultar África para se tornar um centro mundial de produção, TIC e indústrias de prestação de serviços. O aumento da classe média, devido à rápida urbanização, pode criar um novo impulso para o crescimento e transformação – estimativas indicam que a classe média é de 300 milhões pessoas, e que irá rapidamente alcançar a paridade com a Índia e a China.

No futuro o desempenho económico de África deverá manter-se sustentável devido ao seguinte[11]:

- Uma forte procura mundial contínua por recursos naturais/produtos de base, associada a mudança de parceiros comerciais de África, o que aumentou o IDE de 9 mil milhões $EU em 2000, 62 mil milhões $EU em 2008;

---

[10] Quadro Orçamental da CUA 2013

[11] Documento sobre o Quadro Orçamental da CUA, 2013

[11] Africa depois de 50 Anos: Progressos Rumo ao Crescimento Inclusivo, BAD, Setembro, 2011

- As tendências demográficas estão a criar novas fontes de crescimento, ou seja, a urbanização e o aumento da classe média. Prevê-se que as famílias com despesas discricionárias aumentem em 50% para 128 milhões dentro de uma década. A crescente força de trabalho, que se estima atingir 1.1 mil milhões até 2040, irá provavelmente superar a da China e Índia, e África possui um das maiores populações activas e mais jovens no mundo com um rácio de dependência baixo;
- O aumento de novas oportunidades de negócios tais como os sectores de consumidores, recursos, agricultura, que combinados poderão gerar uma receita total de 2.6 triliões $EU até 2020. Os sectores de consumo africanos (bens de consumo, telecomunicações, banca) estão a crescer duas ou três vezes mais rápido do que os dos países da OCDE. Os investimentos privados de infra-estruturas situam-se em 72 mil milhões $EU anualmente, e a quota de África no investimento privado de infra-estruturas corresponde a 13% do total do mercado emergente, acima dos 7% registados em 2000.

Apesar da perspectiva positiva económico, é importante destacar que as economias de África não são uniformes e existe uma grande variabilidade entre os países africanos como abaixo se demonstra:

- Países costeiros vs países sem litoral: os últimos possuem menos oportunidade, mas podem ganhar muito com as ligações das infra-estruturass;
- Países menos desenvolvidos vs países de rendimento médio;
- Países ricos em recursos vs países pobres em recursos;
- Países com um bom potencial agrícola vs países com menos potencial agrícola;
- Países acabados de sair de situações de conflito com instituições frágeis e baixa capacidade produtiva, défice de infra-estruturas e ambiente macroeconómico instável.
- Pequenas Estados Insulares em Desenvolvimentos que enfrentam problemas similares aos deoutros países em desenvolvimento, mas que têm as suas próprias características peculiares e vulnerabilidades. Enfrentam muitas desvantagens devido à pequena dimensão das suas economias. Isto varia de base reduzida de recursos, alta vulnerabilidade a evoluções globais, alta densidade populacional (da qual resulta pressões sobre os recursos, uso excessivo e esgotamento de recursos) e ainda o pequeno número da população, mercados internos limitados.

Todas essas categorias de Países enfrentam condições e caracterísiticas chave distintas que determinam o caminho do desenvolvimento e as estratégias a seguir embora eles partilhem problemas similares tais como altos níveis de pobreza, analfabetismo, doenças e alta mortalidade infantil e materno-infantil. Por conseguinte, face a essa realidade, os Países africanos deverão individual e colectivamente traçar os seus caminhos para desenvolvimento.

Crescimento Inclusivo, Pobreza e Desafios do Desemprego

Os benefícios do crescimento económico parecem estar a chegar a muitas pessoas e a pobreza está a reduzir. Todavia, embora a pobreza esteja a melhorar ligeiramente, a desigualdade entre ricos e pobres está a aumentar em muitos países da África sub-Sahariana (ASS). 32 de 43 países africanos têm coeficientes de Gini (medida de desigualdade na distribuição da renda) maiores do que a média dos países a nível mundial. A desigualdade está a aumentar em cerca de metade dos países africanos e a cair na outra metade[12]. Em 2010, foi reportado que seis dos 10 países com maiores desigualdades do mundo eram da ASS: os três primeiros, Namíbia, África do Sul e Lesoto, tiveram coeficientes de Gini de 70, 65 e 63, respectivamente[13]. Na maioria dos países africanos, 20% da população recebe mais da metade de toda a renda gerada.

O principal ponto fraco é a falta de crescimento inclusivo para todos os grupos da população - Tabela 3. Há desigualdade em termos de renda, acesso a educação e serviços de saúde, oportunidades de emprego limitadas, especialmente para jovens e mulheres, e quadros institucionais, reguladores e de negócios deficientes[14].

Tabela 2: DEFINIÇÃO DE CRESCIMENTO INCLUSIVO[15]

O BAD define o Crescimento Inclusivo (IG) como o crescimento económico, que resulta num acesso mais amplo a oportunidades socioeconómicas sustentáveis para um número maior de pessoas, regiões ou países, ao mesmo tempo que protege as camadas vulneráveis, tudo ocorrendo num ambiente de honestidade, igualdade de justiça e pluralidade *política.*

Crescimento inclusivo é um crescimento de base ampla que abrange todos os sectores; inclui o emprego produtivo e protege os grupos desfavorecidos e marginalizados dos choques adversos. A análise do crescimento inclusivo toma em conta parâmetros tais como: sexo, idade, regional ou lacunas e equilíbrios geográficos, bem como diferenças e equilíbrios sectoriais. Assim, o crescimento inclusivo tem elementos que pertencem ao "crescimento de base ampla, crescimento compartilhado, e crescimento pró-pobre".

Crescimento inclusivo incide sobre a taxa e o padrão do crescimento, que deve ser abordado em conjunto, porque eles estão interligados. Elevadas rachas de crescimento sustentável a longo prazo são necessárias para redução da pobreza e devem ser acompanhadas por um aumento do emprego produtivo a fim de reduzir a desigualdade. As políticas para o crescimento inclusivo devem abordar o emprego produtivo, em vez do emprego *per si* ou redistribuição do rendimento, que gera novos empregos e novos rendimentos para indivíduos, em contraste com o potencial de aumentar os salários dos que já estão empregados e promover o retorno dos que estão no auto-emprego.

[12] África em Mudança: Criação de Emprego e Crescimento Inclusivo, Instituto Mckinsey Global, Agosto 2012
[13]Ibid
[14]Chigunta, F: Crescmento Inclusivo e Redução da Pobreza em África
[15] Resumo de Informação 6: Estratégia do BAD a Longo-Prazo para a Agenda do Crescimento Inclusivo, 2012

Em geral, os ingredientes políticos fundamentais que constituem a taxa de crescimento inclusivo são: crescimento, emprego produtivo e infra-estruturas económicas, a renda, a pobreza e equidade, incluindo a igualdade do género; capacidades humanas e protecção social.

No entanto, existem muitos desafios para o crescimento inclusivo em África - ver Tabela 4 abaixo.

Tabela 3: DESAFIOS PARA A AGENDA DE CRESCIMENTO INCLUSIVO[16]

Infra-estruturas: Dados de 2006-2009 mostram que apenas 28% da população de África tinham acesso a electricidade, em comparação com 70% dos outros países em desenvolvimento; 69% da população tinha acesso à água potável em comparação com 88% da população dos outros países em desenvolvimento. Melhores infra-estruturas, incluindo um ambiente regulador funcional, aumentarão a competitividade e a produtividade de África, reduzirão os custos para fazer negócios, e facilitarão o comércio e o investimento directo estrangeiro. Elas vão aprofundar a integração económica e social e criar oportunidades de emprego durante a implementação do projecto e se funcionamento. As infra-estruturas também apoiam a prestação de serviços sociais e contribuem para o Crescimento Inclusivo (CI).

A Integração e o Comércio Regional oferecem oportunidades para aumentar as capacidades de produtivas das economias africanas, criar economias de escala e melhorar a competitividade. As políticas/regulamentos de integração e comércio regional promovem agregação de valor aos produtos básicos de África que podem ter impactos positivos sobre a agenda do CI. As regiões que estão bem conectadas por transporte rodoviário, TIC, sistemas de abastecimento de electricidade e de água verão a inclusão reforçada. A integração regional irá criar maiores espaços económicos, competitivos que são atraentes para os investidores e levam ao aumento do emprego e da mobilidade de pessoas pelas das fronteiras. As infra-estruturas de transporte promovem o CI, por exemplo, quando ligam empresas e agricultores aos mercados, ajudam a corrigir os desequilíbrios territoriais no interior dos países, ou estabelecem ligação entre as economias pequenas/estados frágeis a uma rede económica regional.

As actividades para o Desenvolvimento do Sector Privado são transversais e promovem o crescimento inclusivo em todos os sectores económicos e em todos os tamanhos de empresas, desde Empresas Médias, Pequenas e Micro (EMPMs) a grandes corporações, gerando crescimento, emprego e oportunidades económicas para a maioria, incluindo os pobres. O sector privado de África representa mais de 80% da produção total, 67% do investimento total, 75% do total do crédito para a economia e 90% da força de trabalho. Todavia, as taxas de produtividade são baixas em comparação com outras regiões, com agricultura que usa mão-de-obra intensiva e ineficiente em muitos países africanos.

Fracas instituições e instrumentos de governança: A agenda para o crescimento inclusivo na governação implica estabelecer normas e condições para promover a mobilização de recursos, desenvolver instituições fortes, integrar a transparência e vozes de apoio e prestação de contas para avançar o crescimento de base ampla ainda. África precisa de instituições fortes, com a capacidade e os recursos necessários para efectivamente estabelecer um quadro macroeconómico saudável, através de uma boa gestão financeira pública. Um melhor ambiente de negócios com um quadro jurídico e regulamentar que facilite a execução de contratos, direitos

[16] ibid

de propriedade, irá incentivar a criação de empregos e ajudar a criar uma sociedade mais estável e segura. Um número de RMCs está a melhorar o seu ambiente de negócios, o que representa uma considerável restrição para o investimento privado. O relatório *Doing Business* 2012 inclui, entre as 10 economias reconhecidas como tendo melhorado a facilidade de fazer negócios em várias áreas de regulamentação, cinco dos países são de África.

Ensino Superior, Ciência e Tecnologia: O ensino superior na de ciência, tecnologia, formação profissional e desenvolvimento de competências são fundamentais ao desenvolvimento. Os sistemas de ensino superior de África devem abordar os desafios de acesso, da qualidade e relevância.

Como foi referido anteriormente, o rápido crescimento económico vivido por África na última década não se traduziu numa redução proporcional da pobreza, nem em aumento de empregos[17].. O ritmo lento do progresso na redução da pobreza está associado ao: crescimento inadequado e inconsistente; altas taxam crescimento populacional; baixa elasticidade do crescimento da pobreza, e os níveis elevados e persistentes de desigualdades de género e geográficas[18].

África tem vivenciado um declínio nas taxas de pobreza, bem como o número de pobres absolutos. Mas a taxa de declínio é muito lenta para alcançar a meta dos ODMs até 2015. A proporção de pessoas que vivem com menos de 1,25 $EUA por dia decresceu de 56,5% em 1990 para 52,3% em 2005 e para 47,5% em 2008[19]. Outros relatórios mostram um padrão semelhante: a proporção de pessoas que vivem abaixo de um dólar por dia decresceu de 47% para 43% entre 2000 e 2005 e o número de pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia estima-se que tenha decrescido de 68,7% em 1990 para 60,8% em 2010.

Além disso, a África está a 41% da meta dos ODMs 2015 de redução da pobreza, em comparação com 25% para a Ásia do Sul e 6% para a América Latina[20]. A situação é agravada pela alta vulnerabilidade no seio da classe média; a pobreza também está concentrada nas áreas rurais (embora com a rápida urbanização, há um fenómeno crescente de aumento da pobreza urbana); e a pobreza afecta homens e mulheres de formas diferentes.

Além da pobreza persistente, também se tem registado um progresso lento na redução da proporção de pessoas que sofrem de fome. O Índice Global da Fome 2011 do Instituto Internacional de Pesquisa de Alimentos (IFPRI) relata o registo de uma melhoria de 18% em África, entre 1990 e 2011, em comparação com 25% na Ásia do Sul e 39% na África do Norte[21]. O continente não melhorou rápido o suficiente para atingir a meta dos ODM de reduzir a prevalência de crianças com baixo peso com menos de cinco anos de idade.

---

[17]Relatório dos ODMs, 2012: Avaliação dos Progressos em África Rumo aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio
[18] Relatório dos ODM 2012: Avaliação dos Progressos em África Rumo aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio
[19] Ibid
[20] Ibid
[21] Ibid

O desemprego é talvez o maior desafio que dificulta os esforços dos países africanos de materializar o crescimento inclusivo. O continente está pronto para colher um dividendo demográfico nas próximas décadas como sua força de trabalho na medida em que ela cresce para se tornar a maior do mundo em 2035 e os seus declínios do rácio de dependência. Taxa oficial do desemprego no continente é de apenas 9%, no entanto, apenas 28% da força de trabalho tem trabalho assalariado estável[22]. Com poucas redes de segurança social, a maioria dos adultos tem de trabalhar para sobrevivência. O crescimento económico é um pré-requisito para a criação de emprego, mas alguns sectores que contribuem fortemente para o crescimento do PIB não podem criar muitos empregos, sendo ignorado o sector privado. Por exemplo, os recursos naturais (petróleo, gás, mineração e) contribue de forma significativa para o crescimento do PIB da África, para a receita do governo, receitas de exportação, mas empregam menos de 1% da força de trabalho disponível em África[23].

O desemprego dos jovens em todo o continente é até duas a três vezes maior do que o desemprego entre os adultos[24]. A maioria das pessoas pobres (72%) é constituída por jovens (15-24 anos). O desemprego dos jovens continua elevado na maioria dos países. Na Nigéria, Etiópia, Uganda, Zâmbia e Burundi, o desemprego juvenil é superior a 80%. É necessário estabelecer estratégias orientadas para combater o desemprego juvenil, tais como resolver a falta de competências práticas e da experiência de trabalho.

Desafios especiais também são enfrentados por mulheres no emprego, e estes incluem: (i) as mulheres são mais propensas a ter empregos de menor nível do que os homens (79% vs 63%); (ii) as mulheres enfrentam desvantagens como empregadoras, enfrentam desafios para iniciar negócios ou fazê-los; (iii) para algumas regiões (Norte e partes da África Ocidental), a taxa de participação feminina na força de trabalho é menor devido a factores culturais[27].

Quadro 2: Destaque das principais lacunas – Desenvolvimento Económico, Crescimento Inclusivo e Eliminação da Pobreza
África teve um amplo crescimento impressive com 27 das maiores economias com melhor desempenho na década de 2000 do que nas anteriores décadas. As fontes de crescimentos são as mais diversificadas e o IED está crescendo, incluindo o investimento intra-africano. A diminuição de conflitos, políticas macroeconómicas sólidas e as reformas propícias aos mercados ajudam a explicar esse desempenho. Contudo, as lacunas permanecem: • Em todos os Países o crescimento não tem sido uniforme e a crise economica e financeira global tendo tido um efeito negativo; • O impressivo crescimento não está traduzido na correspondente redução da pobreza e existe

[22]África em Mudança: Criação de Emprego e Crescimento Inclusivo, Instituto Mckinsey Global, Agosto, 2012
[23]Ibid
[24]Políticas de Integração Regional para Apoiar a Criação de Emprego para a Crescente População de Jovens em África, documento de Trabalho da ACBF No. 21, 2011

uma crescente desigualdade na obtenção de rendimentos;
- Insuficiente criação de emprego, especialmente para mulheres e jovens – o crescimento não foi rico em empregos;
- O número de pessoas que vivem com fome não baixou suficientemente rápido;
- Melhoria do ambiente de negócios e desenvolvimento do sector privado;
- Consentir muitos mais esforços para atribui aos produtos e matérias-primas da África mais-valia.

Isto indica que os países africanos têm que formular e promover políticas para crescimento inclusive para tartar essas lacunas.

3.2 INTEGRAÇÃO REGIONAL, COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS EM ÁFRICA

Integração Regional

Para a África poder sustentar o seu actual desempenho do crescimento económico positivo, uma prioridade chave para a próxima década, é o de acelerar a profundidade e o ritmo da integração regional, a fim de facilitar maiores níveis de comércio, impulsionar a diversificação e o crescimento sustentável, criar de mercados maiores, mobilizar recursos humanos, capitais e naturais, e aprimorar as vantagens comparativas de diferentes países africanos.

A Carta da OUA e o Acto Constitutivo de 2000 que cria a UA identifica a integração regional como um dos fundamentos para a Unidade Africana. O Plano de Acção de Lagos e o Tratado de Abuja apresentam o roteiro para o alcance da integração regional e especificam os mecanismos económicos, políticos e institucionais para o alcance deste objectivo. O Tratado de Abuja de 1991 criou cinco áreas regionais em preparação de a criação da Comunidade Económica Africana (AEC) em seis fases, ao longo de um período de 34 anos - Tabela 5.

Tabela 4: As Seis fases para a Criação da Comunidade Económica Africana
• Criação de blocos regionais em regiões onde não existem - com conclusão prevista para 1999; • Reforço da integração intra-CER ou harmonização inter-CER - com conclusão prevista para 2007; • Criação de um Zona de Comércio Livre e União Aduaneira em cada bloco regional - com conclusão prevista para 2017; • Criação de uma União Aduaneira de âmbito continental e também de uma Zona Continental de Comércio Livre - com conclusão prevista para 2023; • Criação de uma União Económica e Monetária Continental e de um Parlamento Pan-Africano - com conclusão prevista para 2028; • Fim de todos os períodos de transição até 2034.

Os países africanos estão em processo de integração através de diferentes blocos económicos regionais, oito dos quais são oficialmente reconhecidas pela UA como seus pilares de integração que levaram à criação da Comunidade Económica Africana (AEC): a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Comunidade da África Oriental (EAC), a Autoridade Inter-governamental para o Desenvolvimento (IGAD), o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), a Comunidade dos Estados do Sahel-Saara (CEN-SAD) e da União do Magrebe Árabe (UMA).

Uma evolução positiva foi um acordo entre 26 Chefes de Estado e de Governo de África de Outubro de 2008, cobrindo a EAC, COMESA e SADC, que concordou em estabelecer um acordo tripartido entre as três comunidades com o objectivo de criar uma Zona de Comércio Livre - também conhecido como o ZCL Tripartida - que visa ampliar o comércio intra-africano, promover a colaboração entre as CER em causa e facilitar a mobilização de recursos e implementação de projectos. A ZCL deverá tornar-se efectiva em Junho de 2014. Quando plenamente estabelecida, a ZCL-T vai criar um mercado integrado com: (i) uma população combinada de 530 milhões de pessoas (57% da população de África e com apenas a China e Índia a superando em termos de população); (ii) um PIB total de 630.000 milhões $EU, (53% do PIB de África); e (iii) uma taxa de crescimento do PIB a longo prazo de 5-6%.

Há outras vantagens para a integração regional, que transcendem questões comerciais e económicas[25], tais como a gestão dos recursos partilhados e outros bens públicos. A água, é um caso fundamental em questão. África tem mais de 60 rios transfronteiriços e bacias hidrográficas internacionais que cobrem mais de 60% do continente, com quase todos os grandes rios a atravessarem muitos países (o Nilo passa por 10, o Níger nove, o Senegal quatro e o Zambeze oito). Os recursos hídricos partilhados exigem investimentos transfronteiriços na capacidade de gestão da água e instituições, de acordo com princípios de múltiplas vantagens.

A monitorização e avaliação da implementação da Agenda de Integração Africana e o desenvolvimento de África sempre foi um problema em África. Há uma enorme lacuna entre a oferta e a demanda de informação estatística que se acentuou nos últimos anos. As estatísticas são produzidas de acordo com metodologias que nem sempre reflectem a realidade africana e ainda não são comparáveis de um país para o outro. Os sistemas estatísticos nacionais, fontes primárias de dados estatísticos usam principalmente conceitos, definições e metodologias que diferem de um país para o outro, tornando difíceis as comparações e gerando agregados sem grande relevância do ponto de vista regional e/ou continental. Programas de harmonização de estatísticas das Comunidades Económicas Regionais (CER) variam de uma região para outra e quase não cumprem a demanda de estatísticas harmonizadas. Isto realmente constitui uma desvantagem na monitorização e avaliação da integração regional e continental. Para fazer face a esses desafios, dois documentos principais, nomeadamente, a Carta Africana de Estatística e a

[25] Relatório dos ODM 2012: Avaliação dos Progressos em África Rumo aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio

Estratégia para a Harmonização das Estatísticas em África (SHaSA) foram desenvolvidos para orientar e regular a produção de estatísticas de qualidade no continente.

Interligação e Desenvolvimento de Infra-estruturas

À luz da integração regional, as infra-estruturas - para ligar os mercados e aumentar a produção de energia eléctrica para apoio à produção e outros sectores - tornam-se fundamentais.

Um estudo realizado pela Diagnóstico Africano de Infra-estruturas Nacionais (AICD) - uma parceria entre a CUA, BAD, DBSA, NEPAD, Banco Mundial, etc. - mostrou que as infra-estruturas de África ficam atrás de outras regiões em desenvolvimento - Tabela 6. Em comparação com outros países de baixa renda, a África Subsaariana possui uma menor densidade de estradas pavimentadas, de cobertura de telefones fixos e capacidade de produção de energia. Os transportes e comunicação são linhas vitais que ligam os SIDS com o resto do mundo e entre elas. A distância e o isolamento resultaram em relativamente altos custos dos transportes. É necessária uma acção decisiva para fechar escassez de infra-estruturas, caso contrário, os esforços de integração regional não vão levar ao crescimento acelerado previsto em termos do comércio e investimento internos no continente, bem como a nível mundial, com o resto do mundo.

O Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA), um quadro continental iniciado pela, CUA, NPCA e BAD, que foi adoptado em Janeiro de 2012 pela Cimeira da UA, assume que, com 6,2 por cento de crescimento anual do PIB entre 2010 e 2040, as necessidades da infra-estruturas de África são as seguintes[26]

- A demanda de energia aumentará seis vezes;
- Os volumes de transporte vão aumentar em 6-8 vezes, com um aumento particularmente forte de até 14 vezes a partir dos países sem litoral;
- As necessidades de água irão pressionar algumas bacias hidrográficas, incluindo a do Nilo, Níger, Orange, e as bacias de Volta, à beira ecológica;
- A demanda de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) vai se multiplicar várias vezes mesmo antes de 2020, uma vez que África atinge os níveis de banda larga.

- Reduzir os custos de energia e aumentar o acesso. Os africanos vão colher poupanças de energia de 30 bilhões $EU por ano, ou 17% dos gastos de energia, caso os projectos PIDA sejam implementados e a conectividade energética entre residentes irá subir para 60%. Os custos de produção de energia serão muito diminuídos, rendendo mais de 900 bilhões $EU em poupanças até 2040;
- Reduzir os custos dos transportes e aumentar o comércio intra-africano. O PIDA irá produzir ganhos de eficiência dos transportes de pelo menos 175 bilhões

[26] Estudo do PIDA : Perspectivas, 2040

$EU, com o potencial de poupança muito maiores uma vez abertos os corredores comerciais. Avanços constantes na integração regional e de serviços vão finalmente criar uma mudança do comércio exterior para o comércio entre os países e dentro das regiões, ajudando a cumprir a promessa do pacto da Zona de Comércio Livre Africana 2028;

- Garantir a segurança da água e alimentar. África tem o menor nível de capacidade de armazenamento de água e agricultura irrigada no mundo, e cerca de metade do continente enfrenta algum tipo de défice hídrico ou escassez de água e a demanda vai aumentar. O PIDA vai construir infra-estruturas de armazenamento de água e de energia hídrica necessária para evitar uma crise futura;
- Aumentar a conectividade global. O PIDA vai aumentar a conectividade de Internet em 20 pontos percentuais. O aumento da penetração da Internet em 10%, o que pode ser esperado em 2018, vai aumentar o PIB em 1% com o reforço das conexões entre produtos e mercados e entre as pessoas e empregos.
- Para os SIDS, a criação e o reforço de investigação e políticas de reforço de capacidades para desenvolvimento de fontes novas e renováveis da energia, incluindo eólica, solar, geotérmica, de ondas e biomassa;

O custo total de capital do PIDA é de 360 bilhões $EU até 2040 (2020 para as TIC) e vai cumprir com o seguinte:

Indicadores	**PIDA 2040 (2020 para TIC)**
Auto-estradas Modernas	37 300 KM
Ferrovias modernas	30 200 KM
Capacidade adicional de toneladas nos Portos	1,3 mil milhões de toneladas
Geração De Energia Hidreléctrica	61 099 MW
Linhas de Interligação de Energia	16 500 KM
Novas Capacidades de Armazenamento de Água	20 101 hm^3
TIC Capacidade Internacional de Banda Larga	6 Tera bits

O Plano de Acção Prioritário (PAP) do PIDA, a ser implementado durante o período 2012-2020 é composto por 51 programas e projectos com um investimento de 68 bilhões $EU ou cerca de 7,5 bilhões $EU anualmente. Embora os PAP PIDA sejam ambiciosos, são, no entanto, acessíveis, uma vez que em 2011, menos de 0,2% do PIB da África foi dedicado para o desenvolvimento de infra-estruturas. Isso representa apenas 1% dos orçamentos nacionais e apenas 5% do orçamento de investimento combinado.

Tabela 5: Desafio de Infra-estruturas de África[27]

- As infra-estruturas são responsáveis por mais de metade do desempenho da África

[27] Futuro da África, 2050

do aumento do crescimento e tem potencial de contribuir mais no futuro;

- As redes de infra-estruturas da África ficam atrás dos outros países em desenvolvimento, com falta de ligações regionais;
- A difícil geografia económica de África (baixa densidade populacional, economias pequenas, grande número de países sem acesso ao mar) é um desafio para o desenvolvimento de infra-estruturas da região;
- Serviços de infra-estruturas de África são duas vezes mais caros que noutros lugares, o que reflecte falta de economias de escala na produção e de altas margens de lucro do perfil causadas pela falta de concorrência;
- A energia é o maior desafio de infra-estruturas em África, com 30 países que enfrentam escassez de energia regulares e muitos a pagar prémios elevados para energia de emergência. Depois de energia, segue o abastecimento de água e saneamento, e depois o transporte, estes são os mais significativos;
- O custo de atender às necessidades de África em termos de infra-estruturas é de cerca de 93.000 milhões dolares por ano, sendo cerca de um terço necessário para a manutenção;
- Desafio de infra-estrutura varia com o tipo de país - os Estados frágeis enfrentam um fardo impossível e os ricos em recursos estão atrasados apesar de sua riqueza. Responder às necessidades dos países de rendimento médio parece mais prático, o que o Banco Mundial estima que pode ser feito com 10% do seu PIB;
- Gastos internos em infra-estruturas em África são maior do que se pensava anteriormente (cerca de 45 bilhões $EUA por ano) e compreende a maior fatia do orçamento do governo central, que é o principal impulsionador do investimento em infra-estruturas;
- Mesmo que se acumulasse grandes potenciais ganhos de eficiência, a África ainda enfrentaria um déficit de financiamento de infra-estruturas 31 bilhões $EUA por ano, principalmente no domínio da energia;
- As reformas institucionais, regulamentares e administrativas de África têm registado progressos consideráveis e, embora estejam apenas a meio caminho, estão a demonstrar os seus efeitos sobre a eficiência do funcionamento.

Comércio Intra-Africano

Como foi indicado anteriormente, a África continua a fazer rápidos progressos em termos do crescimento económico. Dado o seu potencial, o continente também poderá atrair IDE longe de regiões concorrentes, tais como outras economias emergentes, em virtude de seus vastos recursos minerais inexplorados, mercado consumidor potencialmente grande e vastas oportunidades para o negócio. Além disso, as estimativas apontam para um crescimento do PIB da África em 5-6% na próxima década, em comparação com 2-3% para a economia global no meio da baixas expectativas de grande crescimento na China e Índia e nos países industrializados desenvolvidos.

No entanto, apesar dos de um bom potencial de investimentos e crescimento do continente, o comércio intra-africano é muito baixo e constitui um sério obstáculo e uma oportunidade desperdiçada para o crescimento, desenvolvimento e emprego para o continente.

A análise dos fluxos de comércio de África sugere o seguinte padrão[28]:

- Comércio intra-africano é de 10%, comparado a 70% para os 27 países da União Europeia, 52% dos países asiáticos, 50% dos países da América do Norte, e 20% para a América do Sul, ao passo que a quota de África no comércio mundial é de 3%;
- As principais exportações de África para parceiros comerciais tradicionais (EUA, UE) representam 57% das exportações. As principais fontes de importação para a África se encontram fora do continente. Entre 1995-2006, África exportou 15 bilhões $EU da categoria básica de alimentos, mas importou 21 bilhões $EU, o que representa um saldo negativo nessa categoria;
- As exportações e importações Intra-CER tendem a ser dominadas por poucos países;
- A UE e os EUA são os principais destinos de exportação, embora os países asiáticos apresentam uma importância crescente;
- As principais fontes de importação para a África estão fora do continente;
- O comércio confinado entre as CER (15% de crescimento) parece ser menos ideal do que o comércio a nível de toda a África (25% de crescimento), indicando a necessidade de acelerar esforços para criar mercados mais alargados de África.

Uma das razões principais para o baixo nível do comércio intra-africano são os altos custos a ele associados, ironicamente obrigando os países africanos a procurar parceiros comerciais fora do continente. No entanto, a recessão mundial e possíveis repercussões negativas sobre o desempenho económico criaram uma prioridade urgente para acelerar os esforços para impulsionar comércio intra-africano.

Algumas das principais questões e desafios com relação ao relançamento do comércio intra-africano incluem:

- Ampliação do espaço económico e de mercado de África através da aceleração da Zona de Comércio Livre Continental;
- Desenvolvimento de capacidades produtivas e da industrialização e abordar os constrangimentos do lado da oferta;
- Infra-estruturas e serviços relacionados com o comércio;
- Medidas de facilitação do comércio (por exemplo, remoção de barreiras não-tarifárias, simplificação dos procedimentos e documentação aduaneiras, operação de corredores de transporte e trânsito);
- Disponibilidade de informações comerciais e financiamento do comércio;

[28]Fortalecimento do Comércio Intra-africano: Questões que Afectam o Comércio Intra-africano, Proposta de Plano de Acção para Fortalecimento do Comércio Intra-africano e do Mecanismo para Aceleração da Zona Continental de Comércio Livre, CUA/UNECA, Janeiro, 2012

- Implementação de mecanismos de compensação para o enfrentar custos de ajustamento comercial.
- Os SIDS têm que desenvolver mercados de exportação para os produtos com mais-valia nas áreas que possuem vantagem competitiva.

Contudo, o quadro não está totalmente sombrio; se se excluir o petróleo, comércio intra-africano sobe para 22%. Além disso, o comércio intra-africano na agricultura e manufactura atingiu duas vezes o nível do comércio global, criando assim uma base sólida sobre a qual o comércio intra-africano pode ser aprofundado através do desenvolvimento de cadeias de valor regionais. Está igualmente previsto que, com a adopção, ratificação e operacionalização do Código Pan-Africano de Investimento (PAIC), o comércio intra-africano vá testemunhar um aumento sem precedentes devido a políticas comerciais harmonizadas em todo o continente.

A recente Decisão da Cimeira da União Africana (2012) para acelerar o estabelecimento de uma Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC) até a data indicativa de 2017, é outro desenvolvimento positivo não só para o comércio intra-africano, mas igualmente para a integração de África no comércio mundial, uma vez que isto vai criar um dos maiores mercados do mundo e, deste modo, atrair igualmente os necessários Investimentos Estrangeiros Directos (IED). Um Plano de Acção foi desenvolvido para impulsionar o comércio intra-africano de 10-13% para 25% ou mais na próxima década.

3.3 PAZ, SEGURANÇA, ESTABILIDADE E BOA GOVERNAÇÃO

Paz, Segurança e Estabilidade

Paz, segurança e estabilidade são ingredientes essenciais para prosperidade e desenvolvimento. Até o início da década 90, o continente africano era assolado por inúmeros conflitos, cujos custos são incalculáveis. Estimativas sugerem que na República Democrática do Congo vários milhões de pessoas perderam a vida, e perdas económicas em todo o continente têm sido elevadas. Mais recentemente, o Quadro de Paz, Segurança e Cooperação para a RDC e na Região dos Grandes Lagos, assinado 22 de Fevereiro de 2013 observa que as consequências "da violência no leste da RDC é nada menos do que devastadora. Actos de violência sexual e violações graves dos direitos humanos são utilizados regularmente e quase diariamente como armas de guerra. Os números de deslocamentos estão entre os mais altos do mundo e persistentemente atingem cerca de 2 milhões de pessoas."

No entanto, desde os anos 90, os conflitos e a violência diminuíram substancialmente no continente africano. A UA e a ONU têm ajudado a mitigar a eclosão e intensificação dos conflitos através do uso de forças de manutenção de paz. Uma estabilidade geral está a ser restaurada em partes do continente assoladas por conflitos tais como na região dos Grandes Lagos (embora continue a haver muitos desafios no leste do Congo) e na África Ocidental (Sierra Leone, Libéria, Côte d´Ivoire). África teve um declínio drástico em termos do número de conflitos violentos em comparação à outras regiões em desenvolvimento. Representa igualmente a maior parte do declínio global em conflitos violentos. A implementação progressiva da Arquitectura Africana de Paz e Segurança trouxe mais

sinergia entre os vários componentes e actores no seio da arquitectura, levando assim a ter uma transformação positiva do cenário da paz e segurança em África.

Todavia, a fragilidade de muitos países africanos continua a ser elevada e o potencial de resvalar para o caos é inaceitavelmente alto. Novas ameaças estão a surgir e haverá forças destrutivas no continente nas próximas décadas, decorrentes da urbanização; as taxas de criminalidade pode aumentar, assim como o tráfico de drogas através da África Ocidental; e o aumento de migrações e conflitos sobre recursos desencadeados pelas mudanças climáticas. A diminuição do conflito violeta tende a ser contrabalançada por uma tendência crescente de violência criminal e do comércio de drogas, a urbanização e os conflitos sociais. Recentes estimativas anuais de transbordos de cocaína através África Ocidental varia de 60 a 250 toneladas, produzindo receitas entre 3 e 14 bilhões de $EUA[29]. Devido a débeis instituições de aplicação da lei, a corrupção relacionada com a cocaína representa uma grave ameaça à governação e estabilidade. Um fenómeno recente é a fabricação e transporte de metanfetamina para a Ásia, enquanto relativamente novo gera rendimentos substanciais para os traficantes. A ascensão de grupos militantes religiosos (por exemplo, na África Ocidental) é outra ameaça à segurança que o continente enfrenta.

Disputas fronteiriças e a gestão e segurança das fronteiras constituem um desafio crescente por causa de conflitos em torno dos recursos que se situam nas zonas fronteiriças; o crime transfronteiriço e ameaças da segurança internacional, tais como milícias, o terrorismo e redes de criminosos representam uma verdadeira ameaça. A conivência de funcionários de Estado e redes criminosas que, em alguns casos conseguem constituir uma "economia de insegurança", prosperando no tráfico ilícito, etc. Apesar dos progressos que se registam, ainda há problemas relacionados com golpes de estado, tensões no contexto dos acordos de paz, fortes disputas políticas internas, tensões territoriais e ligadas a movimentos secessionistas.

De notar que a prevenção e resolução de conflitos e a reconstrução pos-conflito são componentes essenciais da Agenda de Paz e Segurança em África. A Agenda interage com a grande transformação diplomática e esforços de desenvolvimento socioeconómico dos países africanos, bem como com os projectos continentais de reforço das capacidades humanas e de integração institucional. O estabelecimento pleno e efectivo da Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA) é um marco importante nos esforços de proporcionar ao continete as capacidades exigidas para fazer face aos desafios da paz e segurança, contribuindo de igual modo para o processo de integração desajados pelos povos e líderes de África. É com base nisto que o Comissário de Paz e Segurança, que tem a responsabilidade da concepção, liderança, coordenação, gestão, avaliação e controlo, e chamado a desenvolver uma visão ampla e de longo prazo orientada para a acção. Cobre o desenvolvimento de quadros conceptuais e estratégicos e de instrumentos e mecanismos necessários para o alcance dos objectivos definidos, bem como a realização de uma variedade de actividades no âmbito das prerrogativas do Departamento

[29] Futuro da África, 2050

de Paz e Segurança, tendo em consideração a necessidade de uma coerência geral de todas as acções africanas em todas as esferas.

Uma revisão concisa dos esforços para a operacionalização da APSA leva a concluir que apesar das fragilidades e deficiências, houveram significativas conquistas e progressos, apesar destes variarem de acordo tanto da região como da componente. A pespectiva e diminuída, uma vez que as componentes essenciais da APSA estejam estabelecidas. O que é necessário neste momento é concluir o processo iniciado, mobilizar mais recursos próprios para o funcionamento da APSA, de modo que a África possa assumir a sua plena "apropriação", e optimizar a utilização dos vários instrumentos que compõem a APSA, incluindo o Sistema Continental de Aviso Prévio e a Força Africana em Estado de Alerta. Isto irá ajudar a gerir melhor as diferentes fases das situações de Conflito, desde a prevenção à reconstrução, utilizando plenamente a mediação e, caso necessário, operações de apoio a paz, que podem incluir desdobramentos preventivos.

O Conselho de Paz e Segurança está no centro da Arquitectura. Reforçado pelo Paínel de Sábios e em estreita colaboração com a Comissão, o Conselho Baseiam-se nos compromissos dos seus Estados-membros, incluindo a autoridade dos próprios Chefes de Estado, para promover a Agenda de Paz do Continete. Coordena igualmente as contribuições, especialmente a do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Comité de Política e Segurança da União Europeia e o Conselho de Paz e Segurança da Liga dos Estados Árabes e outras formas de assistência como parte das grandes parcerias forjadas por África. Para além da consolidação das conquistas, deve ser dada prioridade a melhoria da eficácia do Conselho, especialmente com optimização das suas relações funcionais com as Comunidades Económicas Regionais/ Mecanismos Regionais que formam a base de todo o edifício. O Parlamento Pan-Africano, o Tribunal Africano de Justiça e a Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos têm igualmente importantes contribuições a fazer, nesse sentido.

A necessidade de "Soluções Africanas para Problemas Africanos" está no centro da visão de independência e ambição exigida pelas responsabilidades do Comissário de Paz e Segurança. Isto é para garantir aos africanos ter o controlo das soluções para os seus próprios problemas, com base nos seus valores de referência, cultura e uma análise global das situações a serem abordadas e dos requisitos para a promoção de soluções justas e duradouras. Os esforços em curso na Somália e no Sudão, incluindo o relativo à coexistência pacifica de dois Estados viáveis, e as acções tomadas na Côte d'Ivoire e Líbia são exemplos que suportam esta abordagem. De igual modo, as soluções abrangentes articuladas para combater os flagelos do terrorismo, pirataria e criminalidade transnacional são parte deste quadro. O reforço da cooperação regional organizado para eliminar o LRA e AQIM prometem significativos avanços. A implementação do Tratado de Pelindaba tem o potencial de dar um salto qualitativo para África na sua busca pela segurança e desenvolvimento.

A promoção da paz e segurança em África irá permitir ao continente tirar vantagem plena do seu enorme potencial. Libertar África dos flagelos de conflitos significará transformar o continente numa zona de paz e prosperidade partilhada, libertação completa dos povos africanos dos grilhões do colonialismo e apartheid, através do desenvolvimento de todos

os direitos do homem e dos povos, tornando África um actor e beneficiário eficaz e respeitado na nova configuração das relações internacionais, difundida pelas conquistas do génio humano, desenvolvimento optimizado dos recursos e do equilíbrio geral entre os frutos regionais do futuro. De igual modo e acima de tudo significa proteger um bilião de africanos que somos do medo e de necessidades.

Democratização, Direitos do Homem e Boa Governação

Apesar dos recentes reveses, o continente africano está a fazer bons progressos rumo a democratização e boa governação. Os relatórios indicam que há uma exigência popular e apoio por cidadãos comuns africanos a democracia e boa governação, e existe participação relativamente boa nas eleições em todo o continente, indicando que os africanos dão um grande valor ao pluralismo político, quando dada a oportunidade. Apesar dos desafios, eleições livres, justas, transparentes e democráticas estão cada vez mais a norma, com vários exemplos de transferência pacífica do poder. Nos anos 60 e 70, reporta-se que África teve em média 28 eleições apenas para a década. Na década de 1990, este número aumentou para 65 por década. Só entre 2000 e 2005, os países africanos realizaram 41 eleições[30]. Relata-se que em 2011, 18 países de África são considerados democracias eleitorais, em comparação com apenas quatro em 1991. A impunidade também está a ser reduzida de forma progressiva.

Uma outra evolução positiva é o facto de que cada vez mais as eleições estão a conseguir o padrão mínimo de justiça democrática, assinalando melhor qualidade dos processos eleitorais. Outros aspectos da imagem de governação em África estão relacionados com questões que incidem sobre o Estado de direito e corrupção, liberdade de expressão e prestação de contas, todas as quais constituem sinais de melhoria e de rejeição de africanos da velha maneira de fazer as coisas.

Claramente, a estabilidade política está em grande parte em ascensão e existe maior vontade política e capacidade tanto dos órgãos regionais como continentais para lidar com as crises de governação que no passado têm assolado o continente. Além disso, foi estabelecida uma série de iniciativas lideradas por África relacionadas com a governação e a democratização estão:

i. A Arquitectura e Plataforma Africana de Governação com os seus cinco subgrupos: Governação; Democracia; Direitos Humanos; Constitucionalismo e Estado de Direito; e dos Assuntos Humanitários.

ii. MARP (Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares), com quatro componentes: democracia e governação política; governação económica e de gestão, governação empresarial e desenvolvimento socioeconómico. Cerca de 29 dos 53 países africanos juntaram-se e, até agora, 13 foram voluntariamente avaliados.

[30]Futuro da África, 2050

Durante a última década, muitos países africanos têm igualmente feito progressos impressionantes na edificação de Estados capazes e isto acresce às tendências positivas no que diz respeito à consolidação de uma democracia estável, maior inclusão política, liberdade de expressão e prestação de contas e melhor gestão económica. Este progresso é notável, dado que as reformais empreendidas nos anos 80 e 90 enfraqueceram de forma considerável as instituições africanas do sector público, com políticas orientadas para a redução dos déficits fiscais[31]. No entanto, ainda há muito por fazer, especialmente em termos de profissionalização do serviço público através de inserção valores éticos e sistemas adequados e de estabelecimento de burocracias independentes e neutras - uma tarefa difícil e complexa.

Com base na experiência de "estados excessivamente centralizados", a governação e descentralização local já é um facto real em África e destina-se a levar os governos mais perto do povo, promover a participação dos cidadãos e boa governança local. Os governos distritais, provinciais e municipais estão na vanguarda da prestação de serviços. No entanto, o crescimento da população de África tem superado as capacidades das autoridades locais de prestação de serviços. Muitas dessas entidades têm fraca capacidade devido à sua incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado, não desenvolveram uma forte cultura de prestação de serviços, não estão equipados com o apropriado de TI, sistemas financeiros e outros, e geralmente têm difíceis relações de trabalho com o governo central. Caso se pretenda que a descentralização seja eficaz, é preciso desenvolver a capacidade, implementar a descentralização fiscal, desenvolver fortes equipas de gestão e o estabelecimento de parcerias com entidades privadas para a prestação de serviços.

Quadro 3: Destaque das Lacunas Chave – Paz, Segurança, Democracia e Boa Governação
Em África os conflitos diminuiram substancialmente nas últimas décadas e existe crescente estabilidade e segurança no continente. Mais progressos deverão ser atingidos para resolver os seguintes problemas: • Consolidação da Arquitectura de Paz e Segurança (APSA), incluindo a mobilização de recursos para o seu pleno funcionamento para permitir aos africanos tomar a apropriação total da Agenda de segurança e assegurar que “Soluções africanas para os problemas africanos “ sejam uma realidade; • Eliminação de ameaças emergentes ligadas as drogas, tráfego, extremism, crimes transfronteiriços, ameaças a segurança marítima e convulsões sociais; • Mecanismos para resolver as disputas fronteiriças, gestão das fronteiras e conflitos através de recursos transfronteiriços; • Consolidação da reabilitação pós conflito, recuperação e redução dos factores que contribuem para a fragilidade; • Tratamento dos assuntos das mulheres, jovens e crianças na gestão de conflitos,

[34] Futuro da África, 2050

[31] Relatório de Integração Regional em África II: Racionalização das Comunidades Económicas (UNECA/CUA, Maio de 2006) informou que até 1996, apenas 1% da população da África Subsaariana trabalhava como funcionários públicos, comparando com 3% dos países em desenvolvimento e 7% fpara OECD.

edificação da paz e na reconstrução pós conflitos e reabilitação.

Muitos progressos estão sendo registados em muitas frentes relativamente a democracia, boa governação. Contudo, há necessidade de tratar as seguintes lacunas:

- Implementação total da Arquitectura Africana de Governação e da Carta Africana sobre a Democracia e Eleições;
- Tratamento de questões relativas à anti-corrupção, estado de direito, prestação de contas e transparência;
- Criação de instituições do sector public efectivas e eficientes para melhorar a gestão macroeconómica e prestação de serviços;
- Aprofundamento da descentralização e do governo local para impulsionar a participação, controlo local e melhoria da prestação de serviços.

3.4 DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Apesar dos progressos registados na frente económica, o desenvolvimento humano continua a ser um desafio para a África. Em todas as dimensões, a África tem os indicadores do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos de todas as regiões. Os indicadores do IDH em 2011 foram: IDH (0,463); Esperança de Vida ao Nascer (54,4 anos); Média de anos de Escolaridade (4,5 anos); anos previstos de escolaridade (9,2 anos), e rendimento nacional bruta per capita ($ 1.966). as classificações do IDH pelo PNUD para 2011 não mostra nenhum país africano na categoria muito alta, dois países (Seychelles e Maurícias) na categoria de alto e 11 países na categoria Médio (Gabão, Egipto, Botswana, Namíbia, África do Sul, Marrocos, Cabo Verde, Gana , Guiné Equatorial, Congo e Suazilândia). Dos 45 países do mundo na categoria de baixo, 34 são de África, com todos os 15 países no fundo da lista sendo africanos[32]. Os SIDS mais pequenos e vulneráveis necessitam de grande atenção as questões da população, educação, formação e saúde para um efectivo recurso de desenvolvimento humano.

No entanto, os países africanos também têm estado entre os dez melhores impulsionadores do IDH entre 2000-2010 (Ruanda, Sierra Leone, Mali, Moçambique, Burundi e Níger). O principal factor para o aumento do IDH em África é a educação, enquanto o VIH/AIDS ainda continua a ser responsável por um progresso lento. África continua a fazer bons progressos na melhoria do acesso à educação e na promoção da educação da rapariga, com desempenho que se aproxima ao da Índia. No entanto, a dramática perda de esperança de vida, devido ao VIH/SIDA tem reduzido movimento ascendente da África do IDH. No geral, apesar do flagelo do VIH/SIDA, desenvolvimento humano em África está conhecer melhorias de forma contínua.

Educação Básica (de Qualidade) & Alfabetização

A educação é um componente fundamental do desenvolvimento do capital humano e constitui um elemento chave no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD.

[32] Relatório do PNUD SOBRE o Desenvolvimento Humano de África, 2012

A educação é a base para o desenvolvimento de competências, ciência e tecnologia e inovação, e é igualmente crucial para a autonomização das mulheres, e faz uma contribuição significativa para a saúde e bem-estar da família, incluindo a saúde materna e infantil.

A nível primário, regista-se um rápido progresso e muitos países africanos estão a caminho de atingir a meta dos ODMs em escolarização líquida de 95%. De acordo com os relatórios, a inscrição líquida agregada no ensino primário aumentou de 64% em 2000 para 84% em 2009 em África e a maioria dos países (incluindo países frágeis acabados de sair de conflitos) estão a caminho de cumprir a meta em 2015[33]. Um dos principais catalisadores desse desempenho foi a introdução do ensino primário obrigatório e gratuito. Entretanto, há também muitos países que poderão não atingir o alvo (por exemplo, Djibouti, Eritreia, Cabo Verde, Malawi, África do Sul, e Gâmbia).

Contudo, as taxas de conclusão no nível primário são baixas, embora alguns países estejam a mostrar um bom progresso - dos 20 países do mundo com taxas de conclusão baixas/altas desistências, 16 estão em África. Apenas seis países africanos registaram taxas de conclusão do ensino primário iguais e superiores a 90%.[34] A taxa de conclusão para as raparigas é geralmente pior do que para os rapazes e deve se introduzir políticas apropriadas para reverter estas tendências.

Outros desafios estão relacionados com a qualidade de ensino que sofreu devido ao rápido aumento de ingressos, infra-estruturas inadequadas, falta de materiais didácticos e a fraca qualidade dos professores. A Educação e Desenvolvimento da Infância também não está integrada nas políticas e disposições nacionais de educação. Há uma séria falta de professores qualificados, especialmente em Ciência, Matemática e Tecnologia e Materiais de Ensino e Aprendizagem inadequados e impróprios, especialmente para a Matemática, Ciência e Tecnologia.

As taxas de alfabetização de jovens (15-35 anos) também estão a subir, mas o progresso rumo à meta dos ODMs é lento e há uma forte desigualdade de género nas taxas de alfabetização, com as mulheres a registar atraso. Em 24 dos 37 países africanos que têm dados disponíveis, em 2009, as taxas de alfabetização entre os jovens do sexo masculino superam as do sexo feminino[35] .

Ensino Superior, Ciência, Tecnologia & Inovação

Como foi mencionado anteriormente, a rica dotação de África em recursos naturais, aumentou os fluxos de capital, juntamente com uma maior estabilidade e crescimento nos sectores de consumo, tendo estimulado o crescimento significativo na última década. Todavia, para que o crescimento seja sustentável, em particular no contexto da globalização, o desenvolvimento económico de África deve ser acompanhado por uma

[33] Relatório dos ODM 2012: Avaliação do Progresso em África Rumo aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio

[34] Ibid

[35] Relatório dos ODM 2012: Avaliação do Progresso em África Rumo aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio

forte capacidade de gerar e utilizar o conhecimento a fim de manter uma vantagem competitiva.

África pode aproveitar os benefícios da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI). Como foi colocado sucintamente num relatório[36]... "existe uma vasta gama de novas tecnologias disponíveis para aumentar a produtividade e diversidade das economias africanas. O stock de conhecimento e inovações relacionadas à disposição dos países africanos está cada ver a crescer. A diversidade e convergência tecnológica tornam relativamente fácil e mais barato ter acesso ao e aplicar o conhecimento com vista a agregar valor aos recursos naturais de África. Por exemplo, a Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) converge com a biotecnologia para criar bioinformática, o que torna possível para melhorar a biodiversidade e a prospecção mineira em África. A aplicação da Biossistemática e lixiviação bacteriana permitirá os países africanos produtores de petróleo exportar produtos petrolíferos de alto valor. A tecnologia está a romper barreiras ao acesso e circulação do capital. Os desenvolvimentos tecnológicos, associados telefonia móvel, permitem movimentar ou transferir capital para as áreas rurais e na maior parte da África, em uma questão de segundos. "

Os líderes africanos estão conscientes do papel fundamental da CTI na promoção do crescimento e do desenvolvimento do continente e tomaram medidas para criar estruturas e programas adequados para o efeito. As organizações internacionais de desenvolvimento, tais como o Banco Mundial, a UNESCO e o BAD também são activos promotores da CTI em África. Todos os organismos africanos no âmbito continental e regional reconhecem a importância da CTI para a integração regional e desenvolvimento (por exemplo, os Artigos 13º (i) e 14º (d) do Acto Constitutivo da UA). Sob os auspícios da União Africana, a NEPAD criou o Plano de Acção Consolidado (CPA) para CTI em África e estabeleceu uma série de redes (por exemplo, Instituto de Biociências de África - ABI, AIMS, *Africa Laser Center - ALC*, e Indicadores da Ciência e Tecnologia Africanas (ASTI). A maioria dos países também pôr em prática várias disposições institucionais para R & D e vários países desenvolveram políticas e estratégias para promover a CTI.

***A Universidade Pan-Africana e a expansão geral do nosso sector do ensino superior irá equipar os nossos jovens com habilidades críticas para impulsionar a inovação, as ciências, empreendedorismo, pesquisa, desenvolvimento social e industrialização* "**

Discurso da Presidente da Comissão da União Africana (CUA), ao abordar a Sessão Ordinária da 20a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana em 27 de Janeiro de 2013.

África tem sido pioneira na inovações tais como sistemas móveis de transferência de dinheiro que estão a ajudar as pessoas, incluindo aquelas que se encontram em áreas rurais remotas, a ter acesso a recursos e ter alguma medida de controlo das suas vidas;

---

[36] Ciência, Tecnologia e Inovação na Integração Regional: Da Retórica a Prática. John Mugabe, *ACODE Série de Investigação de Políticas No. 44, 2011*

esta inovação está igualmente a construir as bases de uma sociedade sem dinheiro vivo. No Quénia, o líder neste campo, estima-se que existam mais de 17 milhões de assinantes e a transferência móvel de dinheiro equivale a 20% do PIB, atingindo mais de 1 bilhão de dólares anualmente. Os sistemas móveis de transferência de dinheiro estão a ser usados por pessoas de todos os fins da vida e para os tipos de efeitos, e o sistema está agora a se expandir para os países da África Oriental nomeadamente Uganda, Ruanda e Tanzânia. Existe também cerca de 20 centros de incubação de tecnologia no continente.

Tem-se feito muito progresso na promoção da educação básica em África. O progresso tem sido feito igualmente no que diz respeito ao ensino superior e desenvolvimento da ciência e tecnologia. No entanto, há muitos desafios relacionados com infra-estruturas precárias, falta de financiamento, falta de recursos humanos, curricula não actualizados, fracas infra-estruturas de e bibliotecas. As universidades africanas não têm recursos e capacidades adequados de investigação e concentra-se mais em proferir palestras para estudantes. Além disso, as universidades africanas desenvolveram melhores ligações com os países desenvolvidos do que com universidades dos países africanos, e, devido a limitações de recursos, a faculdade da universidade africana tem poucas oportunidades para empreender a investigação em colaboração umass com as outras. Isso prejudica a capacidade das universidades africanas de contribuir significativamente para oknow-how baseado em evidências para os seus países, bem como as organizações regionais. Por esta razão, a NEPAD e o Plano de Acção Consolidado da UA para a Ciência e Tecnologia de África apelam às universidades e investigadores africanos para fortalecr a investigação, cooperar e desenvolver Centros de Excelência.

África está bastante atrasada em relação à maioria das regiões do mundo no domínio da Ciênica, Tecnologia e Inovação (CTI). Os gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (R & D) em África são baixos e a qualidade da pesquisa está muito atrasada em relação a outras regiões. Estudos sobre as despesas públicas em R & D para alguns países africanos mostram que as despesas estão a menos de 1% do PIB. Excluindo a África do Sul, a média continental é de 0,3%, segundo a UNESCO[37]. As capacidades dos SIDS em ciências e tecnologia permanecem subdesenvolvidas em termos de instituições e disponibilidade de cientistas.

Quando comparado com o resto do mundo, em 2000, a África representava menos de 1% da despesa mundial em R & D, contra 30,5% para a Ásia, 37,2% para América do Norte, 27,2% para Europa e 2,9% para América Latina e Caribe[38]. Os poucos gastos frequentemente abrangem também os pequenos projectos e são usados para cobrir os salários dos funcionários. Uma classificação de 128 países com base na qualidade de suas instituições científicas mostra que os Países da África Subsariana ocupam posições muito baixas em termos de qualidade de pesquisa. Em geral, os países africanos não são fontes significativas de inovações tecnológicas - Tabela 7. Os cientistas e dirigentes africanos não cooperam o suficiente no continente.

---

[37] Ciência, Tecnologia e Inovação na Integração Regional: Da Retórica a Prática. John Mugabe, *ACODE Série de Investigação de Políticas No. 44, 2011*

[38] Ibid

É evidente que ainda há muito por fazer para fortalecer o ensino pós-secundário e terciário em África, e para desenvolver a capacidade do continente no domínio da ciência, tecnologia e inovação. Felizmente, através da integração regional e de esforços colectivos, pode se fazer progressos relativamente rápidos. Inacção, quase certamente, irá levar a um crescimento espectacular de África para começar a vacilar, não obstante a sua riqueza em recursos minerais.

As medidas necessárias para impulsionar o progresso no domínio da CTI incluiriam: desenvolvimento de políticas de inovação; aumento das despesas do governo em CTI; investir nas habilidades de engenharia, ciência e empreendedorismo; melhoramento das infra-estruturas de P & D e da ciência; desenvolver instituições e instrumentos de financiamento[39].

Entre as iniciativas estratégicas sugeridas como benéficas incluem o seguinte: capacitação em matéria de desenvolvimento da política de inovação; desenvolvimento de estratégias regionais de inovação; e promoção de alianças de financiamento para actividades de inovação regionais[40].

Saúde

Boa saúde é um componente indispensável para o bem-estar humano. No entanto, o estado de saúde da população africana é uma fonte de grande preocupação. África Subsaariana tem 11% da população mundial, e 24% do fardo de doenças. Apesar das intervenções eficazes na saúde pública, a fraca cobertura e o sub-financiamento dos sistemas de saúde constituem obstáculo.

África enfrenta um "duplo fardo de doenças" - de doenças infecciosas que mais ou menos desapareceu no mundo desenvolvido, e da onda crescente de doenças crónicas, em geral vistas nos países desenvolvidos industrializados. Isso criou uma situação sem precedentes.

O esforço mundial tem concentrado muita atenção e recursos nas "três grandes" epidemias - VIH/SIDA, Malária e Tuberculose, que têm sido um grande flagelo em África.

Durante a última década, a pandemia de VIH/SIDA provocou um fluxo sem precedentes de recursos e atenção para a África, dando lugar ao surgimento de novas instituições globais (ONUSIDA, o Fundo Global) e mobilizou um vasto círculo que tem beneficiado milhões de pessoas[41]. Há, no entanto, problemas relacionados com a sustentabilidade destes "fundos verticais", devido à crise financeira global, e afirma-se que eles têm

---

[39] Ciência, Tecnologia e Inovação na Integração Regional: Da Retórica a Prática. John Mugabe, *ACODE Série de Investigação de Políticas No. 44, 2011*

[40] Ciência, Tecnologia e Inovação na Integração Regional: Da Retórica a Prática. John Mugabe, *ACODE Série de Investigação de Políticas No. 44, 2011*

[41] Saúde Pública em África, u Relatório da CSIS Cdntro Global de Políticas de Saúde, 2009

contribuído pouco para a capacitação dos sistemas de saúde[42]. Os países africanos precisam de reduzir a sua excessiva dependência de tais fundos e fazer esforços para explorar e harmonizar o apoio proveniente de outras iniciativas globais da saúde e melhorar o apoio ao orçamento nacional para o sector da saúde.

O progresso em geral tem sido bom[43]: as mortes ligadas à malária decresceram em 33% desde 2000; a percentagem de agregados familiares que possuem pelo menos um ITN em África aumentou de 3% em 2000 para 50% em 2011; a proporção de pessoas expostas protegidas pela pulverização domiciliária contra a malária aumentou de menos de 5% em 2000 para 11% em 2011; as mortes relacionadas com SIDA decresceram 30% entre 2004 e 2010; mais pessoas vivem com o VIH/SIDA devido ao acesso ao tratamento; infecções anuais decresceram 21% entre 1997 e 2010; o VIH reduziu em 21 países africanos; as mortes por Tuberculose decresceram mais de um terço desde 1990.O Fundo Global, a Declaração de Abuja, Pára a TB, a Aliança dos Líderes Africanos contra a Malária, a Parceria Fazer Recuar a Malária apontam para um forte compromisso político.

Muitos analistas têm argumentado que a atenção e os recursos recebidos pelo "Três Grandes", enquanto positivo, têm ao mesmo tempo mudado a atenção e os recursos para longe de outros desafios de saúde pública não menos importantes que o continente enfrenta. Estes incluem a saúde materna, doenças bacteriológicas e parasitárias e doenças transmissíveis. Algumas destas doenças tropicais negligenciadas incluem: infecções transmitidas por vectores protozoários, infecções bacteriológicas e vermes parasitárias. O tratamento destas doenças, que afectam principalmente os pobres, muitas vezes nas áreas rurais, é simples e barato.

Nas próximas décadas, as doenças infecciosas permanecerá o desafio predominante da saúde pública para a África, todavia, as doenças crónicas não transmissíveis (doenças de hipertensão, diabetes, cardíacas, câncer e doenças respiratórias crónicas) constituem um fardo crescente e estão a subir rapidamente devido à de urbanização e mudanças de estilo de vida. Segundo a OMS, as doenças crónicas irão ultrapassar as doenças transmissíveis como a causa mais comum de morte em África em 2030[44]. Por exemplo, os casos de diabetes em África em 2006 foram estimados em 10 milhões e devem atingir 20 milhões até 2025, e existem muitos casos não diagnosticados. A mortalidade relacionada com acidentes rodoviários e violência urbana também estão em subida com o aumento da urbanização.

Os progressos alcançados pela África no que diz respeito ao ODM 4 (reduzir a mortalidade infantil) e o Objectivo 5 (melhorar a saúde materna) ilustram outras áreas-chave do desafio os países africanos enfrentam.

Dos 26 países em todo o mundo, com taxas de mortalidade de menores de cinco acima de 100 mortes por 1.000 nados vivos em 2010, 24 encontram-se em África. A África duplicou

---

[42] Relatório dos ODM 2012: Avaliação do Progresso em África Rumo aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio
[43] Relatório dos ODMs 2012, Avaliação do progresso em África Rumo aos objectivos do Desenvolvimento do Milénio
[44] Saúde Pública em África, Um Relatório do Centro da Política Global da Saúde CSIS, 2009

sua taxa média de redução da mortalidade infantil de 1,2% em 1990-2000 para 2,4% em 2000-2010, com alguns países com os melhores desempenhos (Madagáscar, Malawi, Eritreia, Libéria, Níger e Tanzânia). O declínio geral, porém, não é suficiente para a África atingir a meta dos ODMs até 2015[45].

Em relação ao Objectivo 5 (mortalidade materna), existem sérias preocupações para a maioria dos países africanos. A uma taxa média de mortalidade materna (TMM) reportada de 590 mortes por 100.000 nados vivos em África, em 2008, isso se traduz em uma mulher africano que dá à luz morrer a cada 2,5 minutos, 24 em cada hora, 576 em cada dia, e 210.223 em cada ano[46].

O financiamento para a saúde pública em África enfrenta desafios significativos. A África Subsaariana com 11% da população mundial e 24% do fardo de doenças recebe apenas 1% das despesas globais da saúde[47]. 53 países africanos assinaram a Declaração de Abuja comprometendo-se a alocar 15% dos seus orçamentos nacionais ao sector da saúde. No entanto, a maioria permaneceu longe do alvo e sete na verdade reduziram os níveis de financiamento.

As doenças não transmissíveis têm sido geralmente marginalizadas dentro das estratégias africanas da saúde pública, com 80% dos orçamentos de saúde públicos destinados às doenças transmissíveis agudas. Perante esta situação, os investimentos para o reforço de capacidades da saúde pública são limitados, com o resultado que os sistemas existentes têm se degradado a ponto de se tornarem incapazes de fornecer os serviços de saúde necessários, particularmente para as pessoas pobres, rurais e urbanas.

Quadro 4: Destaque das Lacunas Chave- Desenvolvimento do Capital Humano, Ciência, Tecnologia e Inovação
Os progressos na frente económica não se reflectiram suficientemente nos indicadores de desenvolvimento humano em África nem são sustentados pela capacidade da ciência, tecnologia e inovação. Áreas a tratar incluem as seguintes: • Melhoria da qualidade do ensino e aprofundamento no nível primário para complementar avanços nas matrículas no ensino primário; • Investimento de mais recursos para melhorar o ensino superior, incluindo a adopção de estratégias regionais para reforçar as capacidades na ciência, tecnologia e inovação para fortalecer a competetividade das economias africanas; • Tratamento dos desafios chave da saúde: os flagelos do HIV/SIDA, malaria, TB, mortalidade materna e infantil grande aumento das doenças não transmissíveis.

[45] Relatório dos ODM 2012: Avaliação do Progresso em África Rumo aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio

[46] Relatório dos ODM 2012: Avaliação do Progresso em África Rumo aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio

[47] O Futuro dos Serviços de Saúde em África, Unidade da Inteligência Económica, 2012

3.5 AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Agricultura, Autosuficiência Alimentar e Nutrição

A agricultura é fundamental para o desenvolvimento social e economic em África e crucial para o alcance dos objectivos de desenvolvimento sustentável da redução da pobreza e erradicação da fome. Com três-quartos dos africanos a viver nas zonas rurais e a depender da agricultura e dos recurso naturais para a sua subsistência, e com a agricultura e o meio ambiente a contribuir para a maioria do PIB da maior parte dos países africanos, o desempenho da agricultura e da economia rural têm um impacto directo e consequente no desempenho de toda a economia. Estes factos terão uma ramificação de grande impacto sobre a materialização do crescimento, transformação, redução da pobreza, desenvolvimento social e outras metas.

Os principais indicadores do ponto de situação da agricultura africana incluem o seguinte:[56]

África está abençoada com abundantes terras e recursos naturais. Possui cerca de 60% da terra arrável no mundo inteiro. A superfície de terra africana é 12 vezes maior que da Índia com menor número populacional. A África está igualmente abençoada com abundantes recursos hídricos, incluindo, mas não somente, 63 bacias hidrográficas internacionais.

Apesar disso, a produtividade agrícola tem sido a mais baixa em todo o mundo: em média, a produção de cereais em África estima-se em cerca de um-quarto da das outras grandes regiões em desenvolvimento – e tem crescido pouco nas últimas três décadas. O quadro de produtivdade no domínio da pecuária não é diferente, uma vez que grandes desafios de saúde e de produção afectam o desenvolvimento pecuário bem como o comércio em África. Estima-se que o subsector da pecuária contribui quse 30% do total da participação da Agricultura no PIB.

Em parte, deve-se ao facto de se fazer pouco investimento para a agricultura Africana – com a consequência de que os agricultores usam menos de 10% da quantidade de rertilizantes unsados na Ásia; além disso, 16% de todos os solos em África são classificadas como tendo baixas reservas de nutrientes, enquanto na Ásia, o número equivalente é apenas de 4 por cento. A seca é o mais recorrente fenómeno em África em África do que noutras regiões que têm impacto negativo sobre a produção e pecuária. Além sisso, apenas 7% da terra arável em África é irrigada em comparação com 40% na Ásia.

Em grande medida, devido a um fraco desempenho, a África acha-se como um continete que não consegur produzir comida para os seus próprios cidadãos. A fome e apobreza prevalecem – 240 milhões de africano não se alimentam adquadamente para a sua saúde e bem-estar.

Esse facto é agravado pelo estado precário do meio ambiente que apoia a base dos recursos agrícolas. Cerca de 70% das terras de África estão sujeitas a um ambiente árido

ou semi-árido, com grande degradação dos recursos naturais, minando a produtividade da terra e exacerbando a vulnerabilidade dos ecosistemas bem com sa subsistência. A África é também uma das regiões mais vulneráveis ao impacto das alterações climáticas e variação do clima, mas com fraca capacidade de se adaptar. Estima-se que cerca de 200 milhões de pessoas em África serão atingidas pela falta de água e 13% da população pela seca em cada geração. Algumas regiões qie vivem escassez de água, como as regiões do Sahel e do Corno de África, foram vitímas de secas e fome recorrentes e persistentes. Só em 2012, até 17 países africanos sofreram crise alimentar prolongada resultante de desastres naturais recorrentes e/ou de conflitos, vários anos de crise alimentar, degradação das condições de vida e fraca capacidade institucional. Além da escassez de água, prevê-se que os impactos das alterações climáticas em África incluam inundações e migrações.

O estado das infra-estruturas rurais é tão pobre que densidade das estradas em África é 2,5 vezes menos que na América Latina e 6 vezes menos que na Ásia. O custo médio de transporte por quilómentro na distância Douala-N´Djamena (Camarões-Chade) é quase 3 vezes mais que nos EUA, e duas vezrs mais que na Europa Oriental. Isto aplica-se a energia, água, telefone, serviços de internet, etc., que de forma clara afecta negativamente o comércio intra-africano, a produtividade e concorrência. As perdas após a colheita. Que atingem estimativas impressionantes até 40% para algumas culturas, representa um grande desafio, mas também oferece vastas oportunidades para o desenvolvimento de processamento e comercialização de produtos agrícolas em África.

África pratica mais o comércio com o resto do mundo do que no próprio continente. Em 2012, o Comércio intra-africano foi inferior a 10% contra 40% na Europa e 60% na América do Norte. De acordo com as estimativas, a factura de importação anual de produtos agrícolas aproxima-se actualmente a $EUA 40-50 biliões (era cerca de $EUA 20 biliões em 2006); por outro lado, as exportações estagnaram em cerca de $EUA 14-15 biliões. O grau de dependência está a tornar-se insustentável!

Recentemente, a África resgistou uma tendência de crescimento positivo na agricultura, o que também contribuiu para a melhoria do desempenho de toda a economia. Contudo, importa referir que a maior parte do crescimento na produção agrícola é resultado da expansão das terras cultivadas e em detrimento das florestas, pastagens naturais, etc. Ao invés do aumento da produtividade.

Com uma série de países a subscrever aos princípios do CAADP, que apela a alocação de pelo menos 10% dos seus orçamentos nacionais para a agricultura, actualmente tem se verificado uma melhoria nas alocações orçamentais para a agricultura, mas os gastos públicos na agricultura em muitos países africanos permanecem inferiores a metado do que os países asiáticos gastam. Por outro lado, a assistência ao desenvolvimento reduziu de 18% nos finais dos anos 70 para apenas cerca de 3% recentemente.

Portanto, existe necessidade de abordar de forma apropriada os desafios que relacionam com o reforço do investimento para impulsionar o crescimento e produtividade agrícolas. O facto dos níveis de produção serem actualmente baixos oferece oportunidade para obter enormes ganhos, isto é, se a produção de cereais tivesse que duplicar para duas

toneladas/ha em média (ainda metade da média no mundo desenvolvido, que é aparentemente uma meta susceptível de se alcançar a curto prazo) - África produziria 100 milhões de toneladas extras de alimentos por ano. Isto transformaria África numa grande região produtora de excedente de alimentos e ajudaria a erradicar a fome e a pobreza no continente.

Gestão do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

As perspectivas de crescimento económico de África e os esforços de redução a pobreza dependerão muito do progresso feito no sentido de preservar, manter e gerir o meio ambiente e os recursos naturais do continente bem como fazer face aos efeitos das alterações climáticas. É uma questão de profunda preocupação que os riscos ambientais contribuem para 28 por cento do fardo de doença de África. Algumns destes riscos resultam das fracas capacidades de tratamento de lixo em África e acesso limitado a água potável, que se situa a 60% para a população da África Subsaariana. Cerca de 300 milhões de pessoas em África não têm acesso a água potável, quase um terço da população mundial. Além disso, estima-se que a escassez de água aumente para 65 por cento em 2025, uma subida aproximada de 20 por cento desde 2000. Tudo isto afectaria negativamente as funções essências de sustentação da vida do meio ambiente e poria em perigo o fluxo de serviços ecológicos vitais para humanos, flora e fauna.

O acesso a água potável e sanemento vão de mãos dadas, mas o último geralmente fica comprometido pela primeira, seguido de de resíduos líquidos não municipais não tratados, poluição das fontes subterrâneas de água por fertilizantes contendo nitrato e eutrofização de reservatórios de água nas barragens com base no fosfato.

Durante anos, mais especificamente desde 1972, apesar dos tremendous avanços feitos no âmbito institucional e jurídico, o estado do meio ambiente em África tem vivido uma deterioração continua, com ameaças significativas que afectam os recursos atmosféricos e água potável, a terra, o meio ambeiente costeiro e marinho, florestas e zonas florestais e a biodiversidade. Os níveis de poluição subiram consideravelmente como a busca de industrialização e ampliação da base de manufactura de África tem se materializado sem que dedique muita atenção para abordar os requisites de avaliação do impacto ambiental. A criação de instituições ambientais cresceu rapidamente, o mesmo ritimo não acontece em relação à aplicação de sanções jurídicas. Por exemplo, enquanto os padrões da qualidade do ar para os sectores de transporte e industrial, incluindo os sistemas de monitorização do ar, vencendo daí o verdadeiro propósito de conter o desafio da poluição do ar no exterior. Cerca de 40.000 mortes ocorrem em África como resultado da poluição do ar no exterior.

No que respeita à poluição do ar interior, estima-se que as concentrações possam também situar-se entre 10-30 vezes os limites fixados pela Organização Mundial da Saúde. Como tal, enquanto a África pode se orgulhar de ter algumas das melhores políticas e estratégias sobre o meio ambiente, a implementação limitada das várias decisões tem resultado numa mudança económica que estão longe de realizar os objectivos do desenvolvimento sustentável. É facto que continua a ser um desafio.

África tem registado um considerável sucesso na eliminação de combustível com chumbo, bem como na redução do teor de enxofre do diesel. Mas aind há muito por fazer, melhorando as oportunidades de acesso à energia, e ampliando as possibilidades.

Há necessidade de estabelecer fortes regimes de gestão de resíduos sólidos em África, considerando o crescente uso de agroquímicos adversos, contendo propriedades extremamente tóxicos. Os Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) fazem parte dos arsenais químicos cada vez crescentes, muitos dos quais consistem de pesticidas obsoletos e, portanto, aumentando os riscos de intoxicação por agrotóxicos em África. Somando-se esse fardo ambiental está o crescente fluxo de lixo eletrônico, causado principalmente pelo crescimento fenomenal do sector das TIC, sobretudo caracterizado pelo aumento do uso de telefones celulares e de computadores. O despejo de resíduos químicos também tem gerado graves perigos ambientais. Na África Ocidental, o despejo de produtos químicos altamente tóxicos em 2006, levou a mortes de 17 pessoas e mais de 30.000 foram dadas como gravemente doente no processo.

Como se prevê que o consumo em África de fertilizantes químicos aumente, é preciso estabelecer várias medidas como uma questão de urgência. Em primeiro lugar, a África deve participar efectivamente as negociações da convenção embriónico sobre o mercúrio. Em segundo, os Estados-Membros devem reforçar os instrumentos legislativos e promover a aplicação do princípio do poluidor-pagador. Além disso, é preciso reforçar os acordos regionais de cooperação a fim de facilitar a aplicação das convenções de Basiléia, Estocolmo e Bamako.

A Vulnerabilidade de África a mudanças climáticas é agravada pela dependência excessiva da maioria da população dos recursos ambientais e naturais. Quando as condições climáticas mudam como resultado, o impacto adverso nas condições de vida se faz sentir muito diretamente. Isso leva expressamente a insegurança dos rendimentos, alimentar e nutricional. Além disso, os países africanos seriam capazes de amortecer-se contra os excessos das mudanças climáticas se a adaptação não fosse agravada pela falta de diversificação económica e ausência de sistemas de seguros. O tratamento dessas preocupações aumentaria o fluxo de investimentos nos domínios agrícolas sensíveis ao clima por quantidades significativas. O estabelecimento da Capacidade de Risco de África destina-se a lidar com alguns desses desafios.

Neste momento, a população da África carece de mecanismos robustos de resposta e de redes de segurança para lidar com eventos climáticos extremos desencadeadas pelas mudanças climáticas. Os Governos são convidados a melhorar as capacidades de adaptação e de rsposta das comunidades, sua preparação para as catástrofes e capacidades de resposta, e procurar apoiar os Programas de Acção Nacionais de Adaptação (PANA) através de instrumentos executivos. Mas o processo de construção de tolerância ao clima tem sido prejudicado pela fraca implementação de tais planos, financiamento inadequado e falta de integração dos NAPAs nos orçamentos nacionais e processos de planificação de desenvolvimento.

Recursos costeiros e marinhos representam um tesouro escondido de riqueza ainda por explorar para o benefício de muitos países africanos. Seis Estados insulares e 33 países

da costa partes do continente da África. Mas a poluição marinha tem sido um perigo grave, dos quais 80 por cento decorre de actividades sobre a terra que envolvem fluxos de esgoto sem tratamento, descargas agrícolas e resíduos químicos. Para a concretização dos imensos benefícios, deve se implementar as acções que visam mitigar tais complicações adversas, incluindo a rápida ratificação das convenções de Bamako, Nairobi, e Abidjan; promover Áreas de Proteção Marinhas Protegidas, e fortalecer as capacidades de instituições de Gestão Integrada da Zona Costeira.

No que diz respeito a terra, a África tem vivido formas severas de degradação da terra nos últimos anos. Estima-se que no Mali, Lesoto, Etiópia e Burkina Faso, 60 por cento da população vive em terras degradadas. As conseqüências sobre a produção agrícola têm sido drásticas. Na verdade, as perdas agrícolas têm variado entre 2-40 por cento, as piores a nível mundial.

Esforços destinados a promover práticas sustentáveis de gestão têm vindo a crescer ao longo dos anos, com a “Grande Muralha Verde” para o Programa Saara e o Sahel a ser preeminente a este respeito. Também seria necessário que os governos seja alertos quanto aos regimes de licenciamento da terra que concedem a investidores estrangeiros para realizar certos tipos de produção que alienam as comunidades agrícolas africanas e, portanto, privar os moradores da terra produtiva usada para promover a auto-suficiência alimentar. Assim, é preciso autonomizar a regulamentação da aquisição da terra através de disposições contratuais que minam mecanismos nacionais de segurança alimentar deverão ser melhorados. Aqueles que reduzem a cobertura florestal e aumentam o uso ineficiente da água também deve ser evitado.

Em 1990, África possuía uma cobertura florestal de 31.2 por cento, mas até 2010, caiu para 28.1 por cento. Esse declínio na cobertura florestal ameaça os modos de vida rural e a biodiversidade e está associado a excessiva exploração e conversão das florestas para outros usos, forçado pelo crescimento da população, desenvolvimento económico e busca das populações pela satisfação das necessidades básicas.

As tendências climáticas adversas são quase uma certeza e as alterações climáticas já estão a agravar as tendências de degradação dos recursos e resultando na perda de décadas de ganhos duramente conquistados no desenvolvimento, com aumentos das cheias, perda de biodiversidade, desertificação, escassez de água, secas e outros efeitos. O continente precisa abordar as mudanças do clima com urgência renovada e garantir um desenvolvimento resistente ao clima através de medidas de adaptação e mitigação.

A gestão dos recursos ambientais é essencial para o desenvolvimento sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) Africanos. Além disso, estes enfrentam muitos constrangimentos:

- Alterações climáticas e subida dos níveis do mar: os SIDS são particularmente vulneráveis as alterações climáticas e a subida dos níveis do mar devido a concentração das populações, agricultura e infra-estruturas nas áreas costeiras;

- As catástrofes naturais e ambientais: eles são propensos aos ciclones, erupções vulcânicas e aos terramotos. 13 dos 25 mais vulneráveis Estados as catástrofes são SIDS;
- Gestão do lixo: a falta de terra, escassos recursos e o aumento da população coloca um problema de depósito seguro de lixos, sólido e liquido;
- Recursos costeiros e marinhos: devido a sua pequena dimensão, SIDS são essencialmente entidades costeiras com o desenvolvimento económico concentrado nas zonas do litoral. É um desafio atingir o uso ecológico e económico sustentado dos recursos costeiros e marinhos;
- Recurso de água potável; a pequena dimensão dos SIDS, as condições ecológica, topográficas e climáticas tornam a disponibilidade da água potável um desafio;
- Recursos da terra: a pequena dimensão, a posse da terra, os tipos do solo, relevo e clima limitam a disponibilidade de terras para fixação, agricultura, minas, florestas, turismo e infra-estruturas, criando intensa concorrência entgre as diferentes opções do uso das terras. Uma situação además complicada pela degradação dos limitados recursos em terras disponíveis;
- Recursos da biodiversidade: pequena dimensão, isolamento e fragilidade dos ecosistemas insulares fazem com que a diversidade biológica esteja altamente ameaçada;
- Recursos energéticos: a pesada dependência das importações, associada ao ineficiente uso e potencial variável relativamente as energias renováveis (eólica, solar, geotérmica, termal oceânica e energia das ondas.

A integração das preocupações do meio ambiente nos processos nacionais de tomada de decisões é, por isso, a mais importante e única via para que os SIDS assegurem que esses problemas sejam resolvidos.

A avaliação global da resposta de África ao seu desafio ambiental mostra progressos, mas enfrenta desafios de coordenação, harmonização das leis e políticas nacionais e fracas capacidades institucionais e técnicas. A África precisa de aproveitar novas oportunidades no contexto pós Rio+20 e a criação de novos mecanismos de financiamento (por exemplo, Fundo do Clima Verde e Fundo de Adaptação) para abordar o seu desenvolvimento sustentável.

Quadro 5: Destaque das Lacunas Chave: Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Naturais
Apesar do enorme potencial em termos de disponibilidade de terras aráveis, biodiversidade e dotação em recursos naturais, desafios pendentes impedem a exploração desse potencial, incluindo: • Aumento do investimento na agricultura, especialmente a afectação de dotação orçamental nacional para atingir a meta de 10% estabelecida pelo CAADP; • Adopção de medidas para melhorar a produtividade agrícola através de iniciativas de política, instittucionais e tecnológicas; • Adopção de medidas para preservar o meio ambiente da África, incluindo a gestão da biodiversidade, do mar e das zonas costeiras, seca, degradação da terra e desflorestação;

- Adopção de medidas para tratamento das alterações climáticas, especialmente tendo em conta as necessidades dos Pequenos Estados Insulares Subdesenvolvidos;
- Tratamento das necessidades da África relativas a água e saneamento

3.6 IGUALDADE DO GÉNERO E CAPACITAÇÃO DAS MULHERES E DA JUVENTUDE

Igualdade do Género e Capacitação das Mulheres

A existência de desigualdades de género generalizadas entre homens e mulheres tem se manifestado no ónus desproporcional da pobreza, onalfabetismo e doenças sobre mulheres africanas. Enquanto elas constituem mais de metade da população de África (52%), enfrentam desafios em termos de acesso à igualdade de oportunidades e direitos, e são severamente ressentido em posições de tomada de decisão e, ao mesmo tempo, seu bem-estar é grosseiramente prejudicado pelas práticas culturais e tradicionais.

Nos Países africanos, o fortalecimento da igualdade do género e a emancipação económica das mulheres são cruciais para atingir um crescimento e desenvolvimento sustentável e inclusivo. Isso também contribui significativamente para atingir os ODM, especialmente aqueles ligados a saúde materno infantil, desenvolvimento das capacidades humanas e a redução da pobreza.

Quadro 6: Igualdade do Género[48]
"Igualdade do género aumenta as aptidões das pessoas – das mulheres e dos homens – para serem educados e saudáveis, terem voz, tirarem vantagens das oportunidades e fazerem escolhas acertadas. Essas aptidões são vitais para transformação da sociedade e da nação e para o desenvolvimento.

Em geral, os Países que investem e promovem a igualdade do género e emancipam economicamente as mulheres têm mais sucessos na redução da pobreza. A África está a fazer avanços em várias frentes, apesar de o progresso ser lento e ainda haja um longo caminho a percorrer.

No que diz respeito a educação, foram reportadas as seguinte tendências[49]:

- Muitos Países conheceram progressos significativos na paridade do género relativamente ao ensino primário tal como indicado pelas crescentes melhorias na ratio das matrículas das raparigas e rapazes. Por exemplo, entre 1990/91 e 2009, 29 de 42 Países africanos atingiram mais do que 0.9 do índice de paridade (isto é, 90 raparigas em 100 rapazes), 3 e 8 Países atingiram 1.0 ou ligeiramente acima. Mais recentemente, a UNESCO (2012) assinalou que 31 de 50 Países tiveram um índice de paridade inferior a 1.0, mas 16 Países atingiram 1.0 e em dois outros a matrícula das raparigas é superior a dos rapazes.

[48] Relatório sobre ODM 2012: Avaliação dos progressos em África rumo aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio
[49] Ibid

- Relativamente a outras Regiões, África está tratando da diferença do género no Ensino Primário mais rapidamente do que o Sudoeste Asiático, América Latina, as Caraíbas e Ásia Ocidental. Contudo o continente está aquém da média do Grupo dos LDC.
- A paridade do Género ao nível secundário é todavia menos promissora e os avanços são menos claros. As taxas de abandono são geralmente mais altas entre as raparigas do que entre os rapazes na maioria dos Países africanos.

- Realizações ao nível terciário mostram menos progressos embora a matrícula das mulheres a esse nível esteja crescendo mais rapidamente do que dos rapazes.

A promoção dos direitos da mulher em África tem sido demostrado através da ratificação ao mais alto nível do Protocolo; até a data, 36 Estados-membros da UA ratificaram o Protocolo e 12 outros assinaram e isto da uma maior esperança a África, equanto a CEDAW continua a ser o instrumento global para a promoção dos direitos da mulher.

O continente está conhecendo progressos constantes relativamente à representação das Mulheres na tomada de decisões como abaixo se indica[50]:

- Em 2011, a proporção de assentos ocupados pelas mulheres nos Parlamentos nacionais em África foi superado apenas pelos Países desenvolvidos e pela América Latina.

- Muitos Países adoptaram mecanismos legais para garantir assentos nos seus Parlamentos nacionais que são importantes condutores para progressos.

- Dados disponíveis de 57 Países mostram que 7 Países (Ruanda, África do Sul, Moçambique, Angola, Tanzânia, Burundi e Uganda) atingiram a meta de 30% de Mulheres Parlamentares, 3 outros Países estão perto de atingir a meta (Etiópia, Tunísia e Sudão). Contudo, 15 Países têm menos do que 10% de Mulheres nos seus Parlamentos.

A emancipação económica das mulheres mostra menos progressos como indicado abaixo:

- O número de Mulheres que trabalha na agricultura é baixo quando comparado com outras Regiões. Em 2009, a pontuação da África atingiu 32.6% comparado com os 43% da América Latina e Caraíbas e 41.7% da Ásia Oriental.
- A maioria das Mulheres que trabalha fora do sector agrícola está no sector informal que é caracterizado por baixos rendimentos, falta de protecção social, vulnerabilidade a crise económica e outros factores.
- No sector formal a disparidade salarial baseada no género continua existindo em muitos Países africanos.

[50] Relatório sobre ODM 2012: Avaliação dos Progressos em África rumo aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio

- As Mulheres africanas têm menos posse de terra do que nas outras Regiões. Numa escala de 0 (representando o não acesso a posse da terra) a 1 (pleno acesso a posse da terra), a taxa da SSA foi estabelecida em 0.40 enquanto a Europa Central e Oriental, Ásia Central, América Latina e Caraíbas, Ásia Oriental e outras Regiões do Pacífico se elevam a 0.80. A Ásia do Sul tem uma taxa de 0.55 e o Médio Oriente e África do Norte têm uma taxa superior a 0.60 em termos da posse de terra pelas Mulheres[51].

A UA e a sua Comissão, bem como os Organismos Regionais todos colocaram ênfase sobre a igualdade do género e sobre a emancipação económica das Mulheres. O quadro abaixo apresenta a Arquitecturado Género da UA. Isto representa evolução encorajadora mas as suas disposições devem ser plenamente implementadas para serem significativas.

Quadro 7: Arquitectura do Género da União Africana
A Arquitectura do Género da UA inclui (i) O Acto Constitutivo; (ii) Política do Género da UA; (iii) Protocolo à Carta os Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos da Mulher em África (iv) Década da Mulher Africana; (v) Fundo para a Mulher Africana; e (vi) Declaração solene sobre a Igualdade do Género em África (DSIGA).

Capacitação da Juventude

A África possui uma população muito jovem. Dados da Divisão das Nações unidads para a População indicam que em 2010 havia 364 milhóes de jovens africanos com idade entre 15-35 anos e 209 milhões de jovens com idade de 15-34 anos. Eles representam 35,6% e 20,2% do total da população africana, respectivamente.

Na promoção do desenvolvimento e empoderamento dos jovens, este plano estratégico aborda jovens africanos de duas formas: Primeiro, ele proporciona uma janela para o estado actual dos jovens em África e, segundo, identifica e apresenta *recomendações estratégicas* que a Comissão da União Africana e os Estados Membros da UA pode tomar para alcançar o desenvolvimento sustentável da juventude. Ao apresentar a última, adoptou-se uma abordagem de desenvolvimento integrado juventude. Esta abordagem "trata os jovens nem como crianças, nem como desinformados ou adultos incompletos, mas antes como jovens adultos com suas próprias forças, talentos e energias, e também com problemas específicos que devem ser resolvidos com sua própria colaboração , e na medida do possível , em sua própria esfera "(Morrow et al, 2005:. 3).

É evidente a partir do exposto que a África está a conher uma protuberância de jovens, definida como uma "explosão extraordinariamente grande da juventude em relação à população adulta" (Urdal, 2004: 1). Esta explosão da juventude apresenta inúmeras

[51] Relatório do PNUD 2012 sobre o Desenvolvimento Humano em África

razões de preocupação, dado a indicações de uma forte correlação entre países sujeitos a conflitos civis e aqueles com população de jovens crescente (Beehner, 2007; Bryan, 2010).

Tem havido algumas melhorias nas suas condições económicas, mas a juventude Africana enfrenta muitos desafios, incluindo os seguintes principais:

- Ensino: O pensamento sobre a qualidade, o pensamento crítico e estratégico como a essência da educação a todos os níveis tornou-se problemático. Infra-estruturas delapidadas, fracas componentes práticas curriculares e fraco pacote de remunração para professores tem resultado em baixo aproveitamento pedagógico e conclusão dos ensinos secundário e superior;

- Emprego: Esta é uma questão chave enfrentada pelos jovens. Estimativas colocam o desemprego da juventude abaixo de 5% no Malawi e Ruanda, acima de 20% no Gana, Zâmbia e Zimbabwe e mais que 30% nas Maurícias, Botswana, Lesoto, Namíbia, Suazilândia, Argélia e África do Sul. A taxa de desemprego para a juventude com educação é assinalada como sendo três vezes superior do que entre os jovens sem educação. 3 em 5 desempregados são jovens. A taxa de empregos precários é alta e muitos jovens são forçados a se defenderem sozinhos no sector informal. Para a alta taxa de desempregados/empregos precários entre a juventude em África inclui-se: (i) falta de empregos produtivos, pois, os sectores que sustentaram o rápido crescimento da taxa do PIB em África, na última década (por exemplo, exploração mineira e de recursos naturais) não criaram emprego suficiente; (ii) falta de alinhamento adequado e desajustamento entre as exigências dos mercados de trabalho e os sistemas de ensino; (iii) poucas perspectivas na função pública; (iv) uma base do sector privado pequena; (v) discriminação de empregadores com base na suposta falta de experiência dos jovens; e (vi) fraca percepção do formação técnico-profissional. O empreendedorismo juvenil e a formação profissional através da TVET são essenciais para combater o problema.

- Saúde: As necessidade dos jovens não atendidas em informações sobre a prevenção, igualdade deacesso aos serviços e cobertura de tratamento continua a ser um fardo a longo prazo para a política, sistemas e financiamento da saúde em África. Os jovens são os mais afectados pelas três principais doenças do VIH/SIDA, Malária e Tuberculose. Desafios emergentes de alcoolismo e drogas ilícitas têm icluido os casos registados de jovens com transtornos mentais, deficiências e acidentes, entre outros. O VIH é a mais importante causa da morte entre a juventude Africana e uma das maiores questões de saúde pública. Contudo, o Relatório da UNECA sobre os ODM 2010 indica que a prevalência do VIH e a mortalidade entre o grupos etário 15-24 está a baixar.

- Pobreza: A pobreza entre os jovens é muito alta e estima-se que 71% da população jovem na África Subsaariana vive com menos de 2$EU por dia.

- Violência e Conflitos: O capital social que constituem os jovens raramente é aproveitado para o bem social. O estado de governação e a desigualdade no continente tem marginalizado os jovens e, na maioria dos casos, tornam-nos vulneráveis à consequência de conflitos políticas armados e guerras. Os jovens são tanto vítimas como autores da violência, especialmente política e violência urbana.

- Participação na tomada de decisões: Existem esforços significativos para envolver a juventude a todos os níveis, incluindo aos níveis regional e continental (Parlamento Juvenil Africano, Parlamento da Juventude da União Mano River, Fóruns Juvenis, representação na Cimeira da UA, conferências de Ministros e consultas de Peritos). Este processo deve ser expandido e fortalecido.

Existem várias iniciativas regionais e continentais destinadas a enfrentar as questões da juventude.

Quadro 8: Exemplo das Iniciativas Continentais para Tratar das Questões da Juventude
Ao nível da União Africana isso inclui: • **A Segunda Década da Educação da UA (2006-2015)** • **O Plano Decenal da UA para o Desenvolvimento e Autonomização da Juventude (2009 -2018)** • **Programa do Corpo de Voluntários Jovens da UA e** • **Estado Periódico do Relatório dos Jovens e o Dia da Juventude Africana**

Embora a população jovem do continente Africano exija investimentos acelrados em todos os aspectos (infra-estruturas, governação, prestação de serviços, prestação de contas pública, etc.), a oportunidade de uma janela demográfica em África apresenta novas esperanças para levar África a uma economia de rendimento médio em poucas décadas – os “dividendos demográficos”. Esta é resultado de num aumento da dimensão da força de trabalho, declínio da taxa de dependência, aumento das poupanças nacionais e aceleração da urbanização.

Para a África capitalizar esse potencial precisa investir mais no Ensino e no desenvolvimento de aptidões, na saúde e emprego tanto nas áreas rurais como urbanas, particularmente ligadas a ciência, tecnologia e inovação. Tais medidas criarão emprego mas também permitirão a África manter o seu actual impulso de crescimento. Procurar soluções no contexto da integração regional (livre circulação de quadros, de capital e de recursos) oferece melhores possibilidades de sucesso, contrariamente a medidas puramente individuais dos países[52].

[52] Políticas de Integração Regional em Apoio a Criação de Emprego para a Explosão da População Jovem de África, ACBF working Paper No. 21, 2011.

Informação e Comunicação

África tem estado a comunicar através meios tradicional, por exemplo, face a face, TV, rádio e jornais. No entanto, as últimas décadas têm testemunhado a adopção de novos meios de comunicação soocial. Estes incluem a medias social, telefones celulares e satélites. A penetração da Internet ainda está baixo, mas está cada vez a aumentar. Todos estes novos meios de comunicação têm ajudado a disseminar a informação mais rapidamente, reduzir o fosso digital e quebrar barreiras.

Muitas outras melhorias foram realizadas na frente da comunicação, incluindo aumento no número de casas de media, e o número de jornalistas formados e bloguistas, (embora ainda haja necessidade de incentivar mais mulheres jornalistas). Além disso, foi promulgada legislação que permite maior acesso à informação e liberdade de expressão. A UA, por exemplo, aprovou a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, que no Artigo 9 º estabelece que "Todo o indivíduo tem o direito a receber informações. E cada indivíduo tem o direito de exprimir e divulgar as suas opiniões dentro da lei. "

Para promover um maior conhecimento das conquistas africanas, a UA adoptou uma série de estratégias. Entre eles estão: a campanha de promção da imagem, forte ligação com a media, divulgação de informação, facilitação de entrevistas com líderes superiores continentais, publicação de materiais escritos e facilitação de visitas à sede da UA. Isso tem contribuído para um aumento na cobertura de questões de desenvolvimento africano.

Contudo, ainda há necessidade de África contar a sua própria história de forma mais eficaz. Histórias de sucesso africano ainda são abafadas por imagens negativas. É preciso uma apresentação de África mais equilibrada.

3.7 VISÃO GERAL E CONCLUSÃO DA ANÁLISE SITUACIONAL

As Secções precedentes apresentaram a imagem de uma África que conhece progressos rápidos e estáveis numa ampla frente, abrangendo o crescimento económico, desenvolvimento social e democratização, desenvolvimento do capital humano e promovendo a paz e estabilidade. Muitas das realizações têm elementos de sustentabilidade e provavelmente são para ser mantidas ao menos que forças destrutivas surjam para atrapalhar a caminhada para o progresso e autoconfiança.

Apesar dessas realizações persistem desafios significativos: a crise económica e financeira global, recessão levanta vários riscos sobre as realizações arduamente conquistadas, particularmente no provável efeito moderador na procura de matérias-primas. Também a China, um importante parceiro de África poderá ver o seu crescimento a baixar devido ao declínio da procura de produtos manufacturados com efeitos negativos sobre a África. Além disso, existe um limitado comércio intra-africano[53] (apenas 10-12%)

[53]Essa media continental é muito mais baixa quando comparada com outras Regiões. 70% na União Europeia, 32% na América do Norte, 47% nos Países desenvolvidos da Ásia e 27% nos LAC. Existem variantes significativas entre as sub-regiões também em África: África Ocidental 4% em 2009, SADC 12%, África Oriental 13%

para cobrir a diferença na procura global. Não obstante o positivo desempenho económico e as perspectivas, o insucesso na criação de emprego e oportunidade de fazer crescer rapidamente a urbanização, ensino e a população jovem pode provocar terríveis consequências no futuro.

Grandes camadas da população Africana estão amarradas a pobreza e os progressos para atingir os ODM são ainda frágeis – é assinalado que o declínio acentuado na redução da pobreza exigirá das economias um crescimento a taxa anual de 7% e que serão necessárias décadas de crescimento para obter conquistas na luta contra a pobreza[54]. Não obstante extensas terras aráveis e extraordinária repercussão do crescimento económico, um quarto da população da África Subsaariana está mal nutrida, um terço de crianças estão raquíticas e o espectro da fome que desapareceu noutros Países do Mundo continua assolando a Região[55].

Enquanto a exploração dos recursos do continente pode sustentar o crescimento, são necessários cuidados para evitar o fenómeno de "crescimento com fome" devido as frequentes e gritantes desigualdades que caracterizam as economias africanas ricas em recursos[56]. Os ricos recursos minerais da África geraram conflitos tal como evidenciado pela tensão entre o Sudão e Sudão do Sul e o fenómeno de conflitos minerais na Sierra Leone, Libéria e RDC.

Embora o continente tenha registado progressos relativamente à participação das mulheres na vida pública, acesso aos recursos produtivos permanece um desafio. De igual modo, há necessidade de envidars esforços concertados para fazer face aos desafios e as oportunudades associadas com o aumento súbito do número de jovens em África.

Politicamente, os recentes eventos no Mali e Guiné Bissau bem como algumas consequências negativas da "Primavera árabe" nos Países da África do Norte, Tunísia, Líbia e Egipto sublinham a fragilidade das realizações. Outras ameaças incluem: o comércio de drogas na África Ocidental que afecta particularmente a Guiné Bissau, actualmente o principal ponto de trânsito de drogas da América Latina destinada a Europa; a ameaça terrorista na Região do Magreb; a falta de oportunidades para os jovens na África Ocidental que está na origem da infeliz e muitas vezes trágica onda de imigração ilegal para a Europa e ameaças levantadas pelos recursos em terras da África devido a degradação da terra, perda da biodiversidade, desertificação e alteração climática.

A Agenda de África Pós-2015

Foram realizadas em 2011 consultas encabeçadas por CUA/CENUA/PNUD-RBA com os Estados Membros sobre agenda de África pós-2015, envolvendo 32 países e 112 representantes, onde foi sugerido que as três opções propostas (prorrogação do prazo mas mantendo o actual quadro; reformulação dos ODMs; substituindo-o com um quadro

[54] África num período de 50 anos –A via para um crescimento inclusivo, BAD, Setembro 2011
[55] Relatório do PNUD sobre o Desenvolvimento Humano, 2012

alternativo), onde a reformulação dos ODMs foi a opção preferida. As sugestões para a reformulação dos ODM incluía as seguintes, constantes na Tabela abaixo:

Tabela 6: Sugestões dos Países Africanos para a Reformulação dos ODMs no contexto da Agenda pós-2015

ODM	Lacunas percebidas a serem abordadas na reformulação
Objectivo 1	Enfoque insuficiente sobre o crescimento inclusivo e a criação de emprego
Objectivo 2	Demasiada ênfase sobre o ensino primário e menor ênfase sobre o ensino pós-primário
Objectivo 3	Deve ser para além da repreesntação das mulheres no parlamento e incluir o governo a nível local, violência sexual e baseada no género, acesso aos recursos financeiros
Objectivo 4-6	Estado de saúde dos idosos, doenças não transmissíveis e saúde mental
Objectivo 7	Migração rural-urbana, deslocamento interno e alterações climáticas
Objectivo 8	O enfoque deve ser sobre o comércio – comércio global e intra-Africano, não apenas a ajuda

As principais prioridades identificadas incluíam o investimento, agricultura e segurança alimentar, infra-estruturas, governação e paz e segurança. Vide Tabela abaixo.

Tabela 7: Prioridades para a agenda de desenvolvimento pós-2015: perspectivas de África

ODM	Área de Prioridade
Promover a transformação e o crescimento sustentável	• Priorizar a criação de emprego • Promover o desenvolvimento rural • Promover a agricultura, acréscimo de valor dos bens e recursos • Garantir a segurança alimentar • Promover e expandir o comércio, mercados e a integração regional e o investimento • Priorizar a sustentabilidade e o apoio às iniciativas da economia verde • Aumentar os compromissos para com os acordos ambientais multilaterais
Promover o ensino e a inovação tecnológica	• Melhorar a qualidade e o acesso ao ensino básico e o ensino superior • Investir no ensino secundário, superior e profissional • Promover a transferência de tecnologia • Investir na pesquisa e no desenvolvimento

Promover o desenvolvimento humano	• Promover a paridade do género/capacitação da mulher em todas as esferas de actividade • Proteger os direitos humanos e garantir a justiça e a igualdade • Promover o acesso à protecção social • Promover a saúde materna e infantil • Apoiar e capacitar os idosos e as pessoas portadoras de deficiência • Priorizar a redução do risco de desastres e as iniciativas de adaptação às alterações climáticas • Promover o acesso aos serviços de ecossistema e biodiversidade

Para criar um ambiente favorável para a realização da agenda pós-2015, foram identificados os seguintes factores: paz e segurança melhoradas; boa governação; direitos humanos para todos; acesso reforçado à justiça e à igualdade; um processo participativo credível; e capacidade melhorada para medir o progresso e garantir a prestação de contas.

A combinação de sucessos e insucessos, associada ao inexplorado potencial de África levou alguns Observadores a postular diferentes cenários para o Continente para os próximos anos como representado no Quadro 3. Esses vários cenários têm diferentes conjuntos de implicações relativas as capacidades[57]. Contudo, outras previsões apontam para um cenário mais optimista e concluem que "o relatório de avaliação sugere que a próxima metade do século em África oferece boas perspectivas para realização da Visão Africana de uma zona económica dinâmica, diversificada e competitiva na qual a extrema pobreza é eliminada nas sociedades que vivem em paz, estabilidade e que são vibrantes".[58] Todavia, muito dependerá das direcções políticas que os Países africanos adoptarão em resposta as mudanças das condições do Mundo e os condutores de mudanças – global, física e humana – nas próximas décadas.

Para que o Continente prospere e esteja numa trajectória positiva e evite recaída num dos menos desejáveis cenários acima sublinhado, África precisa entre outras coisas reforçar o comércio intra-africano (actualmente situa-se apenas entre 10-12% comparados com o 40% e 50% da Europa e América respectivamente), melhorar a produtividade da agricultura e adoptar medidas para tratar a crónica insegurança alimentar, fortalecer os sistemas de governação política e económica, elaborar estratégias para explorar as suas vastas comparativas vantagens em matérias-primas (incluindo através de mais valia) aumentar o ritmo da integração regional e encontrar soluções para serviços para melhorar o bem-estar dos cidadãos.

[57] ACBF's STMP III
[58] África num período de 50 anos – A via para o crescimento inclusivo, BAD, Setembro 2011

FIGURA 1: ÁFRICA – POTENCIAIS CENÁRIOS PARA O FUTURO PRÓXIMO

Optimista: Alto grau de coerência com forte liderança, agenda própria de crescimento económico, democracias nacionais próprias, liderança e representação nas instituições e debates internacionais, contribuição africana para o comércio e finanças internacional, etc.; conflitos resolvidos e soluções para serviços implementadas (saúde, género, água, educação).

Realista: Mosaico sub-regional da mistura de sucessos e insucessos; qualidade variável de governação democrática e económica; desempenho económico diferenciado; cooperação ad hoc entre os Países, poucos Países a desenvolver agenda externa, resultados do desenvolvimento mistos, sucessos isolados na prestação de serviços, ajuda externa determinada pelas necessidades externas de segurança e avaliações dos doadores da capacidade e necessidade.

Sombrio: Estados externamente conduzidos com pouca coesão e cooperação regional; novas tecnologias e modelos de negócios a ameaçar a produção interna; padrões de governação definidos externamente; África sub-representada nos fora e debates internacionais.

Fonte: ACBF Terceiro Plano Estratégico de Médio Prazo (STMP III 2012-2016)

Enquanto o maior volume de esforços permanece com os Estados-membros, os organismos sub-regionais e regionais tais como as CER e a Comissão da União Africana (CUA) têm um importante papel de facilitação, especialmente com respeito a definição de políticas e estratégias, coordenação e da agenda catalisadora do desenvolvimento socioeconómico e da integração, criação de consensos e advocacia, experiência e informações, comunicação e advocacia e geralmente definindo mecanismos e criando as condições necessárias para a paz, segurança, estabilidade política e crescimento – ou seja, criação de **bens públicos continentais e regionais.**

Análise SWOT

Para que a Comissão se posicionar de modo a implementar este Plano, foi feita uma análise SWOT com vista a identificar os seus pontos fortes e as oportunidades de ser plenamente utilizados, fraquezas que precisam de ser abordada de forma a melhorar a eficiência e eficácia, bem como, as ameaças às próprias ações. Os resultados desta análise, juntamente com a avaliação da implementação do Plano Estratégico 2009-2012 estão na tabela abaixo:

Tabela 8: Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças (SWOT) da Comissão da UA

Pontos Fortes	Pontos Fracos
• Melhorar o perfil global • Maior capacidade de convocar a agenda continental • Determinação da liderança da Comissão • Coordenação da Arquitectura Affricana de Paz e Segurança • Colaboração das CERs • Diversidade de pessoal em termos de cultura, experiência e formação	• Fraco desempenho e Falta de sensibilidade na prestação de serviço • Medidas estruturais organizacionais inadequadas (Maputo) • Cultura organizacional/atitude de comportamento sem apoio (silos de mentalidadey, falta de traalho em equipa, resistência a mudança, etc.) • Uma actividade predominantemente baseda na mentalidade (Gestão com Base nos Resultados and precisa de

• Infra-estruturas físicas adequadas • Prontidão da Juventude Africana para participar nos esforços do desenvolvimento continental e humanitário	ganhar raizes) • Falta de Cumprimento do Regulamento do Pessoal • Falta de Pessoal • Falta de treinamento interno • Dependência em peritos vindos de fora da Comissão • Falta de respeito pelo horário de prazos das reuniões • Falta de um mecanismo de monitorização e avaliação robusto • Duplicação de esforços dentro da Comissão e a NEPAD e as CERs • Relatórios fracos e atrasados • Fraca implementação de Decisões e programas • Incapacidade de organizar e apresentar dados internos razoáveis • Resitência a mudanças • Elevado número de abandono dos funcionários • Falta de finaciamento sutentável • Falta de um foco claro/priorização limitada na concepção/implementação de programas
Opportunidades	**Ameaças**
• Crescimento económico firme • Boa vontade dos 54 Estados membros de construir uma forte União • Maior capacidade de a África falar a uma só voz • Boa vontade dos Parceiros de Desenvolviemtno de apoiar os programas da União • Maior experiência de África de resolver os seus próprios problemas • Novas parcerias estratégicas para África • Colaboração com a NPCA, outros órgão da UA, CERs e Mecanismos Regionais (apoiar	• Dependência Excessiva nos Parceiros de Desenvolvimento para o orçamento do programa • A percepção da Comissão como uma organização que não acrescenta valor • Fraca visibildade tanto da União como da Comissão • Pagamento atrasado das contribuições pelos Estados membros • Mudanças climáticas • Insuficiências de produtos básicos • Desemprego juvenil • Conflitos • Fundamentalismo • Terrorismo e extremismo • Representação inadequada de África no Conselho de Segurança da ONU

o mandato) • Um sentido geral de Pan-africanismo • Disponibilidade de apoio profissional de organizações Pan-africanas tais como o BAD e UNECA • Boa governação através do MARP	• Falta de implementação pelos Estados Membros da Decisões, Resoluções e Tratados da UA • Falta de coordenação entre grupos africanos, ou seja, Nova Iorque, Genebra, Bruxelas, etc. • Falta de adesão total dos Estados membros aos Tratados da OUA/ua • Reaparecimento de golpes de estado

PARTE III:

O Plano Estratégico da CUA (2014-2017)

CAPÍTULO 4: O PLANO ESTRATÉGICO DA CUA 2014-2017

Este Capítulo apresenta o Plano Estratégico da Comissão da União Africana para o período 2014 - 2017. Na primeira Secção do Capítulo estão destacadas as Prioridades Principais a serem tratadas durante o período do Plano. A Secção baseia-se na revisão da implementação do 2º Plano Estratégico apresentado no Capítulo 2 e numa extensiva análise da situação no Capítulo 3.

A segunda Secção apresenta o justificativo do Plano Estratégico, incluindo o seu objective geral e a visão e situa o Plano no contexto de uma visão de longo prazo da UA, do mandato da Comissão e de outras decisões e instrumentos relevantes da União. Ela também apresenta uma visão geral do Plano, resultados e produtos conexos.

Na última Secção do Capítulo é apresentada uma descrição detalhada das respectivas acções e estratégias a serem desenvolvidas.

4.1 PREOCUPAÇÕES ESTRATÉGICAS E PRIORIDADES A ABORDAR

A análise da situação apresentada no capítulo mostra que embora se tenham registado progressos nos últimos tempos, o Continente africano é prejudicado por vários desafios complexos que actuam como um travão sobre um Continente que está em processo de desenvolvimento. Esses desafios abrangem as esferas, económica, política, social, e tecnológica e precisam ser urgentemente tratados.

As prioridades que emergem da análise, incluindo as prioridades para a agenda de África pós-2015 e da reflexão interna no seio da Comissão podem ser agrupadas em oito categorias como abaixo se apresenta. Essas prioridades constituem o ponto de partida do Plano Estratégico para o período 2014-2017:

Quadro 9: As Oito Prioridades da Comissão

1. Promover a paz e estabilidade, incluindo iniciativas regionais, boa governação, democracia e direitos humanos, como fundamento para inclusão, segurança e desenvolvimento do continente e dos seus povos;
2. Expandir a produção agrícola, através do desenvolvimento dos sectores de processamento e comercialização dos produtos agrícolas, aumento do acesso aos mercados e alcance da auto-suficiência colectiva da Segurança Alimentar e Nutricional, por intermédio de promoção de pequenos agricultores, boa gestão do meio ambiente e de recursos naturais, incluindo as mudanças climáticas;
3. Promover desenvolvimento inclusive e industrialização através de aceleração de projectos de desenvolvimento de infra-estruturas que auxiliarão a integração económica, alcançar as metas do comércio intra-africano e acesso aos mercados globais, adição do valor, fortes parcerias dos sectores público-privados, utilização eficaz e sustentável dos recursos minerais e naturais do continente;
4. Reforço da capacidade humana em África através do destaque dos Cuidados Primários de Saúde e da Prevenção, Educação, desenvolvimento de aptidões e

investimento na ciência, investigação e inovação, acesso a água potável, com inclusão dos gupos vulneráveis;
5. Integração da participação das Mulheres e da Juventude em todas as prioridades e actividades da União e do Continente;
6. Implementação das estratégias de mobilização de recursos, com especial ênfase sobre fontes alternativas de financiamento e/ou financiamento adicional para permitir a África financiar os seus programas e o desenvolvimento;
7. Reforçar uma União centrada nos Povos através de uma activa comunicação dos programas da União Africana, marca da União e participação dos Estdos Membros de outros intervenientes na definição e implementação da Agenda Africana;
8. Reforço da capacidade institucional da CUA, CER e de outros Órgãos e das suas relações com os Parceiros estratégicos e outros.

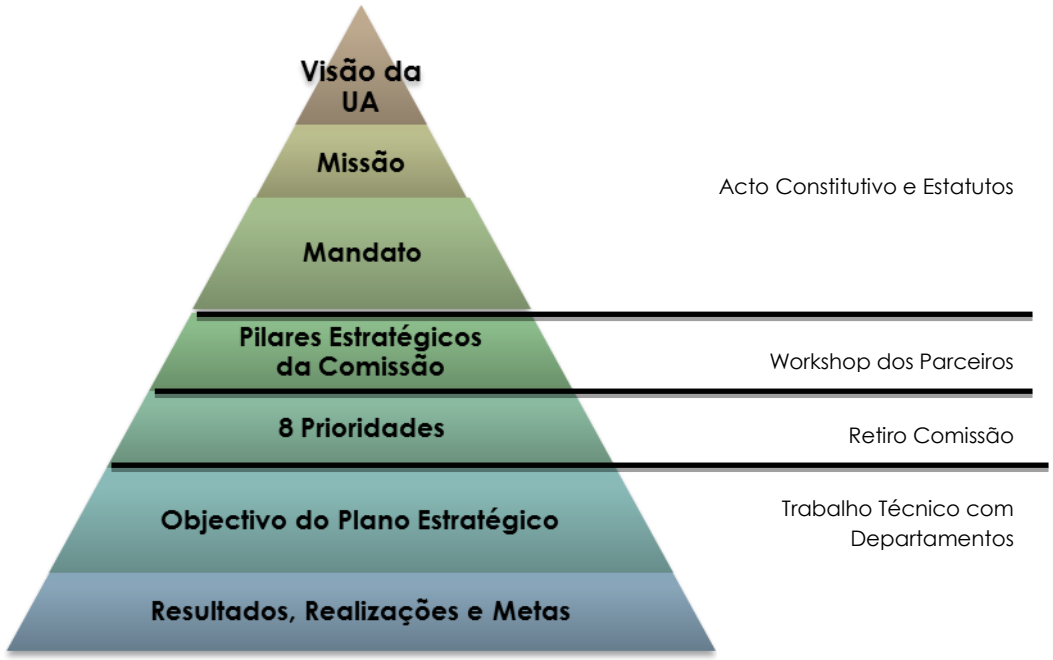
Fonte: Preâmbulo do Roteiro 2012-2016 da Comissão da UA

4.2 OS JUSTIFICATIVOS DO PLANO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico da Comissão (2014-2017) tem como alicerce o Acto Constitutivo, que define a visão da União Africana para "**construir uma África integrada, próspera e pacífica, uma África conduzida e gerida pelos seus próprios cidadãos e que representa uma força dinâmica na arena internacional"**, o mandato e missão da Comissão da União Africana e as prioridades estratégicas definidas pela Comissão e destacadas na secção anterior.

As ligações entre o Plano Estratégico (2014/2017) e as várias Decisões e instrumentos da União e da Comissão estão representadas na Figura 2 e Tabela 9.

Figura 2: Mapa do Plano Estratégico da CUA 2014-2017



O Plano Estratégico da Comissão constitui o mecanismo que destaca as prioridades gerais da Comissão por um período de quatro anos, 2014-2017 e fornece directivas para a preparação de programas e definição de prioridades. Ele proporciona oportunidade para a CUA jogar o seu papel de facilitador, especialmente no que diz respeito a definição de políticas e estratégias, coordenação e dinamização da agenda de desenvolvimento socioeconómico e integração de África, criação de consensos e advocacia, experiência e partilha de informações. Além disso, ele proporciona a instância para a criação de bens públicos continentais que criam as condições necessárias para a paz, segurança, estabilidade política e crescimento. O Plano Estratégico traduz as oito áreas prioritárias em acções para implementação.

4.3 OBJECTIVO E VISÃO GERAIS DO PLANO ESTRATÉGICO 2014-2017

O objectivo geral do Plano Estratégico é o seguinte:

"Acelerar o progresso rumo a uma África integrada, próspera e inclusiva, em paz consigo própria, desempenhando uma função dinâmica na arena continental e global, orientada efectivamente por uma Comissão responsável, eficiente e receptiva.

Quadro 10: Objectivo Geral e Impactos Esperados do Plano Estratégico da CUA 2014-2017

Objectivo	Impacto
Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos africanos **Uma África integrada, próspera e inclusiva, em paz, desempenhando um papel dinâmico na arena continental e mundial**	**1. Uma África em Paz**: Condições de paz criadas e mantidas numa base sustentável 1.1 Conflitos existentes resolvidos/Novos conflitos prevenidos/ausência de conflitos 1.2 Pessoas envolvidas de forma equitativa na sociedade civil **2. Uma África Próspera e Integrada** 2.1 Reduzida a pobreza (contagem) 2.2 Crescimento acrescido: O PIB dos Estados Membros; nº de Estados Membros a alcançar a meta da taxa de crescimento do PIB em 6%; investimento acrescido do Nº de Estados Membros; aumento de negócio; produtividade acrescida, comércio acrescido/livre circulação de bens, serviços e pessoas ao longo das fronteiras; 2.4 Crescimento agrícola incrementado: acréscimo de valor em relação ao PIB; investimento acrescido, produtividade

	agrícola acrescida; segurança alimentar melhorada; 2.5 Alterações climáticas geridas: efeitos de choques mitigados; recursos preservados; a incidência da carestia e fome é mitigada.

Portanto, ao longo dos quatro anos do Plano Estratégico, a Comissão procurará acelerar os progressos rumo a uma África estável, pacífica, próspera e integrada num ambiente de boa governação enquanto presta particular atenção as Mulheres, a Juventude e a outros grupos marginalizados e vulneráveis. A Comissão trabalhará para construir uma União centrada nos Povos através de uma activa comunicação dos programas da União, da marca da União e da participação de todos os intervenientes na definição e implementação da Agenda africana, incluindo o respeito pela diversidade cultural e linguística. Será também dada prioridade ao reforço da capacidade institucional da CUA e reforço de relações com as CER, outros Órgãos, com os parceiros estratégicos e outros.

O Plano Estratégico é conduzido pela convicção de que o sonho africano de segurança, condições de vida decentes e livre circulação de pessoas, bens e serviços não é apenas realizável mas pode ser atingido num período de tempo mais curto. Assim, o Plano está baseado num sentido de urgência sobre a necessidade de acelerar as acções concretas para a realização da visão da União Africana.

A Prioridade 5, que trata das questões relativas às Mulheres e a Juventude, foi integrada em todos os resultados em função do seu papel crítico em assegurar que o actual ritmo de crescimento de África, prosperidade e paz seja sustentado e beneficie todos os segmentos da população. Acções ousadas são necessárias para lidar com essas duas questões gerais do género e da juventude.

TABELA 9: RELAÇÃO ENTRE O PLANO ESTRATÉGICO 2014-2017, A VISÃO DA UA E OUTROS INSTRUMENTOS

Visão	**"Uma África integrada, próspera, pacífica, orientada e gerida pelos seus cidadãos e representando uma força dinâmica na arenas internacional"**
Missão	Tornar-se "numa eficiente e valiosa instituição que conduz a integração Africana e o processo de desenvolvimento em estreita colaboração com os Estados-membros da União Africana, Comunidades Económicas Regionais e os Cidadãos africanos"
Mandato	1. Representação da União e defesa dos seus interesses sob orientação de e conforme for mandatado pela Conferência e pelo Conselho Executivo; 2. Iniciar prpostas para consideração pelos Órgãos deliberativos 3. Implementação das Decisões tomadas pelos Órgãos deliberativos 4. Organizar e gerir reuniões da UA 5. Aagir como depositário do Acto Constitutivo, seus Protocolos, Tratados, instrumentos jurídicos, decisões adoptadas pela União e as adoptadas pela OUA; 6. Estabelecer, com base nos programas aprovados, unidades operacionais que se julgue necessárias 7. Coordenar e monitorar a implementação das decisões dos outros órgãos de União em estreita colaboração com o CRP e informar o Conselho Executivo 8. Assistência aos Estados-membros na implementação dos programas das políticas da União, incluindo a NEPAD: 9. Elaborar projectos de posições comuns e coordenar as acções dos Estados-membros nas negociações internacionais; 10. Preparar o Programa e o Orçamento da União para aprovação pelos órgão deliberativos; 11. Gerir o orçamento e outros recursos financeiros, incluindo a recolha das receitas aprovadas provenientes de várias fontes, estabelece Fundos fiduciário, de reserva eespecial com aprovações apropriadas e aceitar donativos e subvenções que sejam compatíveis aos objectivos da União; 12. Gerir os bens activos e passivos da União de acordo com os regulamentos e procedimentos estabalecidos; 13. Preparar planos estratégicos e estudos para a consideração do Conselho Executivo 14. Tomar medidas no domínio de responsabilidade conforme venha a ser delegado pela Conferência e pelo conselho Executivo. Os domínios devem incuir o seguinte: i. controlo de epidemias; ii. gestão de catóstrofes; iii. crime internacional e terrorismo; iv. gestão do meio ambiente; v. negociações relativas ao comércio externo; vi. negociações relativa a dívida externa; vii. população, migração, refugiados e pessoass deslocadas; viii. segurança alimentar; ix. integraçãi socioeconómica; e x. todas as outras áres em que tenha sido estabelecia uma posição comuma.

	15. Mobilização de recursos e formulação de estratégias apropriadas para autofinanciamento, actividades geradoras de rendimentos e de investimento para a União; 16. Promover o Desenvolvimento socioeconómico e Integração 17. Reforço de cooperação e coordenação das actividades entre os Estados membros em áreas de interesse comum; 18. Assegurar a promoção da paz, democracia, segurança e estabilidade; 19. Prestar apoio operacional aos diversos órgãos da União. 20. Eleborar, promover, coordenar e harmonizar os programas da União cos os das Comunidades económicas Regionais 21. Reparar e submeter un Relatório Annual de Actividades da União à Conferência, Conselho Executivo e Parlamento 22. Preparar Normas e Regulamentos para aprovação pela Conferência. 23. Implementar as decisões da conferência relativasa abertura e encerramento de secções, escritórios administrativosou técnicoa; 24. Acompanhar e garantir a aplicação de Normas de Procedimentoe dos Estatiutos da União; 25. Negociar, em consulta com o CRP, com os países anftriões, acordo de Sede da União e dos escritórios administrativos ou técnicos; 26. Criar capacidade de investigação científica e de desenvolviemnto para reforçar o desenvolvimento spcioeconómico nos estados Membros; 27. Envidar esforços de promoção e popularizaçãp dos objectives da União; 28. Recolha e disseminação de informação sobre a União e criar e manter uma base de dados; 29. Garantir a integração do género em todos os programas e actividades da União; 30. Realizar investigação sobre a construção da União e o proocesso de integração; 31. Desenvolver capacidade, infra-estruturas e manutenção tecnologia de de informação e comunicação intra-continentel; r 32. Preparar e submeter ao Conselho Executivo para aprovação, regulamentos administrativos, ordens permanentes e Normas e Regulamento sobre gestãp dos negócios da União e manter livros de contabilidade apropriados$
Pilares Estratégicos da Comissão da União Africana	1. Paz e Segurança 2. Conselho Social, Económico e Desenvolvimento Humano 3. Integração, Cooperação e Parcerias 4. Valores Comuns 5. Instituições, Reforço de Capacidades e Comunicação
Objectivo Geral	**O objectivo geral do plano estratégico é o de: "Acelerar o progresso rumo a uma África integrada, próspera e inclusiva, em paz consigo própria, desempenhando uma função dinâmica na arena continental e global, orientada efectivamente por uma Comissão responsável, eficiente e receptiva**
Prioridades Principais	As prioridades que resultam da análise e reflexão interna dentro da Comissão e que constituem o foco do Plano Estratégico da Comissão podem ser agrupadas em oito grupos, conforme se apresenta a seguir: 1. Promover a paz e estabilidade, incluindo iniciativas regionais, boa governação, democracia e direitos humanos, como fundamento para

	inclusão, segurança e desenvolvimento do continente e dos seus povos; 2. Expandir a produção agrícola, através do desenvolvimento dos sectores de processamento e comercialização dos produtos agrícolas, aumento do acesso aos mercados e alcance da auto-suficiência colectiva da Segurança Alimentar e Nutricional, por intermédio de promoção de pequenos agricultores, boa gestão do meio ambiente e de recursos naturais, incluindo as mudanças climáticas; 3. Promover desenvolvimento inclusive e industrialização através de aceleração de projectos de desenvolvimento de infra-estruturas que auxiliarão a integração económica, alcançar as metas do comércio intra-africano e acesso aos mercados globais, adição do valor, fortes parcerias dos sectores público-privados, utilização eficaz e sustentável dos recursos minerais e naturais do continente; 4. Desenvolver a capacidade humana africana através da priorização dos Cuidados Primários de Saúde e Prevenção, Educação, desenvolvimento de aptidões profissionais e investimento na ciência, investigação e inovação, acesso a água potável e saneamento, incluindo os grupos vulneráveis; 5. Integração e participação das mulheres e dos jovens em todas as prioridades a União e do continente; 6. Implementar estratégias de mobilização de recursos, incluindo fontes alternativas de financiamento e/ou de financiamento adicional para permitir que África financie os seus programas e o desenvolvimento; 7. Reforçar uma União centrada nas pessoas através de programas activos de comunicação da União Africana, criação da imagem da União e da participação dos Estados Membros e de outros intervenientes na definição e implementação da agenda africana; e 8. Reforço da capacidade institucional da CUA, das CERs e outros Órgãos e o seu relacionamento com os parceiros estratégicos e outros.
Resultados	1. **Resultado 1**: Paz e estabilidade, boa governação, democracia e direitos do homem como base para o desenvolvimento e sociedades estáveis 2. **Resultado 2**: Políticas e instituições para o aumento da produção agrícola, expansão da mais-valia e do acesso ao Mercado e boa gestão dos recursos para aumento dos rendimentos e melhoria da autosuficiência alimentar e nutriçcional; 3. **Resultado 3**:Desenvolvimento económico inclusivo e industrialização impuldionados pela integração económica, projectos continentais de infra-estruturas e sector privado – levou ao comércio intra-africano, acesso global e utilização sustentada dos recursos naturais do continente; 4. **Resultado 4**: Políticas e Programas para reforçar o acesso aos cuidados básicos de saúde, ao ensino de qualidade, desenvolvimento de aptidões profissionais apoiado por investimentos na Ciência, Investigação e Inovação; 5. **Resultado 5:** Estratégias para mobilização de recursos, incluindo fontes alternativas de financiamento para permitir a África financiar os seus programas e o seu desenvolvimento; 6. **Resultado 6**: Uma União centrada nos Povos com a participação dos Estados Membros e de outros intervenientes na definição e implementação da Agenda Africana; 7. **Resultado 7**: Reforço das capacidades institucionais da CUA e das suas relações com as CER e outros Órgãos da UA e com os Parceiros estratégicos e outros;

4.4 VISÃO GERAL DO PLANO ESTRATÉGICO 2014-2017

Uma visão geral do Plano Estratégico é apresentada nas Tabelas 10 e 11 que se seguem:

Tabela 10: O Plano Estratégico 2014-2017 em Revista: Elementos Chave
• **Objectivo geral e Visão** • **Oito (8) Áreas Prioritárias** • **Sete (7) Resultados** • **Trinta (30) Realizações** ✓ **(*Média de 5 Resultados alcaçoados por prioridade/Resultados)*** • **Cento e Sassenta e oito (168) Estratégias e Acções a Seguir** ✓ ***[Média. 27 Estratégias e acções por Prioridade/Realização*** ✓ ***[Média. 6 Estratégias e Acções por Realização]*** • **Um Orçamento Programa avaliado em USD 1.119.348.519**

Para facilitar a implementação efectiva do Plano, foram elaborados Quadros de Resultados Detalhados para cada resultado/realização com acções/estratégias claramente definidas a serem seguidas, papéis e responsabilidades, indicadores, metas anuais e meios de verificação.

Os objectivos serão ajustados anualmente para tomar em consideração a taxa de implementação e as prioridades emergentes. As Matrizes dos Resultados Detalhados fornecem um mecanismo flexível e constituirão a base para monitorização e apresentação de Relatórios descritos no Capítulo 5.

Tabela 11: Visão Geral do Plano Estratégico: Prioridades Principais, Resultados Previstos e Produtos conexos

Prioridades Principais	Resultados	Realizações
1. Promover a paz e estabilidade, incluindo as iniciativas regionais, boa governação, democracia e direitos humanos como base na inclusão, segurança e no desenvolvimento do continente e de seus povos	**Resultado 1**: Promoção da Paz e estabilidade, boa governação, democracia e direitos humanos como bases para o desenvolvimento e para sociedades estáveis	**Realização 1.1:** Capacidades de Prevenção de Conflitos, Gestão, Respostas e Estabelecimento da Paz
		Realização 1.2: Facilitação da participação de Mulheres, jovens (incluindo os YVC da UA) e a sociedade civil na edificação da paz, prevenção de conflito e na recuperação após conflito e no desenvolvimento
		Realização 1.3: Facilitados os melhoramento de mecanismos da edificação da paz e de reconstrução após

		conflito
		Realização 1.4: Promoção de boa governação e democracia
		Realização 1.5: Promoção de Instrumentos legais e valores comuns, com base em instrumentos Africanos e Universais, particularmente os que incluem os que estão voltados para os direitos das mulheres, jovens, pessoas com deficiência e crianças
		Realização 1.6: Reforço da capacidade da UA de coordenar e responder a situações humanitárias e proteger os civis em zonas de conflitos e de calamidades
2. Expansão da produção agrícola, desenvolvimento do processamento de produtos agrícolas e dos sectores de negócios, aumento do acesso ao mercado e realização da segurança alimentar colectiva e da nutrição, através de uma boa gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, incluindo as mudanças climáticas	**Resultado 2**: Políticas e instituições para o desenvolvimento sustentável, aumento da produção agrícola, segurança alimentar e nutricional, e implementação da gestão ambiental sólida.	**Realização 2.1:** Apoio à implementação dos programas prioritários do CAADP pelos Estados Membros, incluindo os derivados de animais como um instrumento para aumentar a produção e produtividade agrícola visando a segurança alimentar e nutricional, eliminando a fome e reduzindo a pobreza.
		Realização 2.2: Implementação de Programas prioritários sobre o ambiente, recursos naturais e Alterações Climáticas
		Realização 2.3: Apoio aos programas para a melhoria de agro-negócio, incluindo o acesso das Mulheres, da Juventude de pessoas portadoras de deficiência aos recursos de produção e de capacidade
		Realização 2.4: Promoção do fortalecimento de infra-estruturas para acesso aos mercados e comércio de produtos agrícolas

3. Promoção do desenvolvimento económico inclusivo e industrialização através da aceleração dos projectos de criação de infra-estruturas que ajudarão a integração económica, alcance das metas do comércio intra-africano e acesso ao mercado global, mais-valia, reforço da parceria do sector público-privado, efectiva e sustada utilização dos minerais e outros recursos naturais do continente	**Resultado 3**: Desenvolvimento de infra-estruturas e ambiental, visando o crescimento económico inclusivo e industrialização, comércio intra-africano liderado pelo sector privado e utilização sustentável dos recursos naturais.	**Realização 3.1:** Formulação e promoção de quadros de política favoráveis para o crescimento inclusivo e melhoria da capacidade de implementação pelos Estados-membros.
		Realização 3.2: Facilitação do Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África
		Realização 3.3: Fortalecimento do acesso a serviços modernos de energia para a maioria da população africana
		Realização 3.4: Facilitação de Políticas e Normas para promover a integração continental
		Realização 3.5: Elaboração e promoção de políticas de facilitação Comercial e Aduaneira e facilitar as negociações de de CFTA.
		Realização 3.6: Elaboração e promoção de Políticas para o engajamento do Sector Privado e melhoria do Clima de Negócio em África.
		Realização 3.7: Promoção e apoio do empreendedorismo das Mulheres, da Juventude e das Pessoas Portadoras de Deficiência.
		Realização 3.8: Elaboração e promoção de políticas para a utilização sustentável dos recursos minerais e outros recursos do continente.
4. Desenvolver a capacidade humana de África através da priorização dos Cuidados Primários de Saúde e Prevenção, Educação, desenvolvimento de habilidades e investimentos em investigação, ciência e inovação, acesso à água potável e saneamento, com a inclusão dos grupos	**Resultado 4**: Implementação de Políticas e Programas de melhoria da saúde, educação e habilidades para emprego apoiadas por investimento em serviços, ciência, investigação e i**novação**	**Realização 4.1:** Promoção/implementação de importantes políticas e programas sobre Cuidados Primários de Saúde e Prevenção
		Realização 4.2: Elaboração e promoção de estratégias de educação de qualidade, desenvolvimento de habilidades e prestação de serviços, em especial para a mulher e a juventude.

vulneráveis		**Realização 4.3**: Promoção de políticas e programas estratégicos para investimentos na ciência, pesquisa e inovação para melhoria da competitividade global de África
		Realização 4.4: Promoção de quadros para Segurança e Protecção Social de grupos vulneráveis (crianças e pessoas portadoras de deficiência)
5. Implementação das estratégias de mobilização de recursos, com especial ênfase sobre as fontes alternativas de financiamento e/ou financiamento adicional para permitir a África financiar os seus programas e o desenvolvimento;	**Resultado 5:** Estratégias para mobilização de recursos, incluindo fontes alternativas e adicionais de financiamento para permitir a África financiar os seus programas e o desenvolvimento	**Realização 5.1:** Realização do objectivo de uma Comissão financeiramente sustentável e viável
		Realização 5.2: Identificação e operacionalização de mecanismos de fontes alternativas para os programas de desenvolvimento de África
6. Reforço de uma União centrada nos povos através de uma divulgação activa dos programas da união Africana e participação dos Estados Membros e de outros intervenientes na definição e implementação da Agenda Africana, respeitando ao mesmo tempo a diversidade cultural e linguística	**Resultado 6**: Apresentação de uma CUA que se comunica com e envolve os Estados Membros e outros intervenientes na definição e implementação da Agenda Africana	**Realização 6.1**: Comunicação activa e melhor visibilidade da União Africana
		Realização 6.2: Melhor participação dos intervenientes na Agenda Africana de modo a reflectir a diversidade cultural e linguística, a participação equitativa das mulheres, jovens e grupos vulneráveis
7. Reforço da capacidade institucional da CUA e das CER e de outros órgãos e sua relação com outros parceiros estratégicos	**Resultatdo 7**: Reforçadas as capacidades institucionais da CUA e as relações com as CERs, Órgãos da UA e com os parceiros estratégicos e outros parceiros	**Realização 7.1:** Fortalecidas as capacidade institucional da CUA **Realização 7.2**: Reforço das relações com as CER e os Órgãos da UA bem como com os Parceiros estratégicos

4.5 ESTRATÉGIA E ACÇÕES A SEREM LEVADAS A CABO

4.5.1 Resultado 1: ***Promoção da paz e estabilidade, boa governação, democracia e direitos humanos como base para o desenvolvimento e de sociedades estáveis***

A paz, segurança, estabilidade e boa governação são pré-requisitos para o desenvolvimento e a coesão social. A resolução de muitos conflitos do continente tem sido uma prioridade para a Comissão e para os seus parceiros ao longo da última década. O benefício destes esforços é que a África tem testemunhado um declínio dramático no número de conflitos. A CUA tem igualmente participado activamente na reconstrução e desenvolvimento pós-conflito – as avaliações sobre a fragilidade dos respectivos países Africanos mostram que embora conflitos tenham diminuído, a fragilidade continua em alta em muitos países pós-conflito. Como os acontecimentos recentes mostram, o ressurgimento de situações de conflito e violência ainda é muito frequente, e ainda existem muitos conflitos que se arrastaram e prolongaram desafiando soluções políticas; por exemplo, a Somália (apesar dos recentes progressos significativos) e a República Democrática do Congo. Além disso, há várias ameaças emergentes como pirataria, delitos cibernético, tráfico de drogas, terrorismo e redes criminosas. A urbanização crescente e grande proporção de jovens desempregados adiciona-se à volatilidade.

Sem dúvida, na frente de governação, democracia e direitos humanos, o continente continua a registar progressos. Ao nível nacional, aumentou o número de países que realizam eleições livres e justas. O pluralismo político é agora a norma e existem em muitos países participações robustas da sociedade civil em processos democráticos e de governação.

A participação política das mulheres africanas e a tomada de decisão é superada apenas por países desenvolvidos e pela América Latina, embora não tivesse mantido o ritmo com o empoderamento económico. Ao nível continental foram desenvolvidos muitos instrumentos e processos para promover a democracia e boa governação em África. No entanto, muitos desafios permanecem: corrupção, fracos serviços públicos, fraca prestação de serviços ligado à fraca governação local, etc.

A Comissão, durante a vigência do Terceiro Plano Estratégico, irá continuar a ter uma abordagem holística e integrada para tratar das questões de paz e segurança no continente. Entre outros assuntos, a Comissão irá chamar atenção aos Estados-membros, enfatizando a importância de abordar as causas do conflito, tais como o subdesenvolvimento, altos níveis de pobreza, acesso desigual aos recursos, desemprego de jovens, má governação, abuso de direitos humanos, alterações climática, instituições de governação deficientes, falta de eleições livre e justas, etc. Irá igualmente acelerar a implementação da política de PCRD no sentido de consolidar a

paz e evitar reincidência de violência em países acabados de siar de situações de conflito.

A Comissão vai trabalhar para fortalecer as capacidades de edificação da paz, prevenção e resposta aos conflitos, com base na consolidação dos ganhos/conquistas conseguidos com a operacionalização da Paz Africana e Arquitectura de Segurança (APSA). A Comissão prevê consultas reforçadas e melhoradas entre o CPS, o CSNU e outras estruturas de paz e segurança e maior harmonização das suas acções com as das CER. Neste contexto, esforços mais vigorosos serão feitos a fim de apoiar a prevenção, resolução e gestão de conflitos a nível regional.

As mulheres, jovens, crianças e pessoas portadoras de deficiência continuam a sofrer a maioria das consequências da violência e conflitos no continente Africano, incluindo a questão das crianças-soldados. A Comissão irá trabalhar agressivamente com os Estados-membros, Nações Unidas e sociedade civil, grupos de mulheres e jovens para reduzir e/ou atenuar os efeitos dos conflitos em crianças, mulheres e jovens e para reforçar a sua participação nos esforços para a consolidação da paz, prevenção e mitigação de conflitos.

Vão ser tomadas medidas para abordar as questões emergentes de paz e segurança, tais como a protecção e segurança marítima, cibercrime, tensões/disputas fronteiriças (provocados por lutas sobre recursos), o comércio de drogas ilícitas, terrorismo, pirataria e redes criminosas, com vista a reforçar a paz, a segurança e a estabilidade no continente.

A Comissão vai trabalhar no sentido de melhor compreender as causas do conflito, de modo a informar melhor os seus esforços de edificação da paz e prevenção de conflitos, incluindo uma política deliberada para promover e incentivar a utilização mais sistemática de mecanismos e práticas de mediação/resolução de conflitos baseados em tradição/comunidade.

África tem testemunhado um ressurgimento de disputas sobre as fronteiras (ambas marítima e terrestre) devido aos conflitos dos recursos (petróleo, gás), água e de rios. É fundamental para a prevenção de conflitos o estabelecimento de processos aceites para resolver tais disputas e facilitar a demarcação de fronteiras. A Comissão trabalhará com Estados-membros, as CER e outras instituições para garantir que as disputas sobre as fronteiras não levam a conflitos, e que há modalidades estabelecidas para a resolução pacífica de tais disputas.

Tendo em conta a fragilidade de muitas situações pós-conflito, a Comissão trabalhará para consolidar os seus esforços na recuperação e reconstrução pós-conflito, com especial atenção ao reforço do papel das mulheres, da juventude e da sociedade civil, tanto antes como depois de conflitos. Neste sentido, a Comissão irá projectar e promover a implementação de programas específicos que visam a reforçar o envolvimento de mulheres e de jovens nos esforços de prevenção, resposta e de recuperação pós- conflitos, como base para a reconstrução de sociedades saudáveis e estáveis. A Comissão irá igualmente prestar atenção às questões de Justiça de Transição, que é uma questão importante na situação pós-conflito.

Reconhecer que todos os conflitos resultam num grande número de cidaãos civis e militares deficientes posteriormente, o Plano continental de Acção sobre a Década de Pessoas Portadoras de Deficiência (2010-2019) prevê as seguintes acções prioritárias, dentre outras, que serão implementados tendo em conta a situação dos conflitos no period de implementação do Terceiro Plano Estratégico da CUA: evacuar pessoas portadoras de deficiência em situação de risco, incluindo situações de conflito armado, emergência humanitária e catástrofes naturais;

a. Assegurar que as pessoas portadoras de deficiência participem plenamente nas acções de consolidação da paz e reconstrução das suas comunidades através da promoção da sua integração nos planos de desenvolvimento;
b. Implementar mecanismos de protecção da segurança e direitos das pessoas portadoras de deficiência em situações de emergência e conflito com base na Arquitectura Africana de Paz e Segurança;
c. Promover o acesso total e equitativo das pessoas portadoras de deficiência aos programas de assistência humanitária;
d. Proteger as pessoas portadoras de deficiência de todos os tipos de exploração e violência durante conflitos, incluindo a Violência Baseada no Género (VBG);
e. Incentivar e apoiar a criação e funcionamento de organizações de veteranos de guerra e antigos combantes portadores de deficiência;
f. Assegurar a participação de pessoas portadoras de deficiência através das suas respectivas organizações, incluindo organizações de antigos combatentes, na prevenção, resolução e reconstruções de zonas pós-conflito;
g. Introduzir um programa sistemático de desminagem, onde existem minas, ou reforçar os programas existentes;
h. Apoiar os veteranos de guerra e antigos combatentes portadores de deficiência para que tenham acesso a serviços de desenvolvimento inclusivo, para que não sejam niglegenciados após os sacrifícios por si feitos.

A Comissão durante o período do Plano Estratégico vai trabalhar para consolidar o progresso e aprofundar a governação democrática, o respeito pelo Estado de direito e respeito pelos direitos humanos através da promoção activa dos instrumentos de valores comuns, adoptados pelos órgãos deliberativos da UA.

Na frente da governação, a Comissão prosseguirá com as seguintes estratégias: promover a implementação plena da Arquitectura de Governação Africana (AGA); reforma do sector público através da implementação da Convenção sobre a Prevenção e Combate à Corrupção, a Carta Africana da Função Pública, bem como as Normas da UA e Políticas de Descentralização. A Comissão continuará a apoiar e incentivar a participação dos países Africanos no processo de Mecanismo Africano de Revisão de Pares. Igualmente importante, a Comissão adoptará medidas robustas para prevenir e tratar das mudanças inconstitucionais de governo.

Com respeito aos Direitos Humanos, a Comissão irá promover a implementação integral da Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos, bem como a implementação da Estratégia dos Direitos Humanos para África. A capacidade da Comissão Africana dos Direitos Humanos será reforçada. Esforços crescentes serão implantados em termos de promoção e sensibilização dos cidadãos comuns sobre esses instrumentos Africanos de Direitos Humanos, incluindo a Carta Africana sobre os Direitos da Criança (ACERWC), e fortalecer o trabalho com as Organizações da Sociedade Civil.

A paz, segurança e boa governação serão igualmente reforçados por meio de promoção da cultura. A este respeito, a Comissão apoiará os esforços da ratificação e de implementação pelos Estados-membros da Carta de Renascimento Cultural Africano.

As estratégias e acções específicas a serem seguidas para desenvolver um capital humano em todas estas áreas encontram-se na Tabela 12. Os detalhes sobre metas anuais a serem cupridas durante o period do plano Estratégico encontram-se no Anexo 6.

Para implementar essas acções e estratégias no âmbito deste resultado, o departamento dos Assuntos Políticos da Comissão assumirá a liderança da sua execução. Para cada realização no âmbito deste resultado, os os departamentos principais responsáveis, e os departamentos co-responsáveis, bem como parceiros externos, foram identificados e constam na Tabela 12.

As CER e as instituições dos Estados-membros são os principais actores na implementação e monitorização das acções em estreita colaboração com a NPCA.

Tabela 12*: **Resultado 1:** Promovida a paz e a estabilidade, a boa governação, a democracia e os direitos humanos como base para o desenvolvimento e de sociedades estáveis*

RESULTADOS PREVISTOS	ACÇÕES/ESTRATÉGIAS A SEGUIR	FUNÇÕES & RESPONSABILIDADES
Resultado 1.1: Reforço de Capacidades para a Edificação da Paz, Prevenção e Resposta de Conflitos	1. Garantir a operacionalização plena da Paz Africana e da Arquitectura de Segurança - APSA 2. Projectar e implementar as iniciativas para tratar das causas de conflitos em África 3. Implementar programas para valorizar os mecanismos de resolução de conflitos com bases tradicionais/comunitárias 4. Promover a investigação na Educação e Cultura para a Paz no Continente, incluindo o desenvolvimento curricular na educação para a paz. 5. Colocar em prática medidas para enfrentar as novas e emergentes ameaças à segurança – crimes cibernéticos, segurança marítima, etc. 6. Promover a implementação do Plano de Acção da UA sobre o Controle de Drogas e Prevenção do Crime, 2013-2017 7. Promover a implementação do Plano de Acção no Controlo de Drogas e Prevenção do Crime (2013-2017) AU 8. Fortalecer as redes existentes de comunicação social para habilitá-las a desempenhar um papel mais activo na melhoria de qualidade e da frequência de cobertura da prevenção de conflitos e nas operações da edificação de paz ao nível Regional e Nacional. 9. Organizar eventos de alto nível de comunicação social sobre a Arquitectura Continental de Paz e Segurança (APSA) destinada a promover uma cultura de paz através dos órgãos de comunicação, para educar a população sobre a cultura da paz. 10. Fortalecer a rede de jornalistas para a paz e segurança em África "NetPeace" e equipar os jornalistas seniores Africanos com conhecimento profundo dos instrumentos e procedimentos utilizados pela UA para mediar e resolver as crises no continente 11. Apoiar a formação de jornalistas em África na área de divulgação de relatórios de conflitos	**DEPARTAMENTO LÍDER DA UA: P&S** Departamentos de Cooperação da UA: Assuntos Políticos, DSA, DIC Alvo (Parceiros Externos)
<u>Resultado 1.2:</u> Facilitação da participação da mulher, da juventude e da sociedade civil na edificação da paz, prevenção de conflitos, desenvolvimento e recuperação pós-conflito	1. Projectar, promover e implementar programas para fortalecer o envolvimento/participação das mulheres na edificação da paz, prevenção de conflitos e nos processos de desenvolvimento e recuperação pós-conflito. 2. Conceber, promover e implementar programas para fortalecer o envolvimento/participação da juventude na construção da paz, prevenção de conflitos e nos processos de desenvolvimento e recuperação pós-conflito;	**DEPARTAMENTO LÍDER DA UA: P&S** Departamentos de Cooperação **da UA**: DPA, CIDO, Género, DIC **ALVO (PARCEIROS EXTERNOS)**

	3. Conceber, promover e implementar programas para fortalecer o envolvimento/participação da Sociedade Civil na edificação da paz, prevenção de conflitos e nos processos de desenvolvimento e recuperação pós-conflito; 4. Estabelecer e implementar campanhas de comunicação e advocacia e planos temáticos dos órgãos de comunicação social para sensibilizar e reforçar a cultura de paz. 5. Defender e implementar actividades específicas identificadas no âmbito das principais actividades de integração do género.	
Resultado 1.3: Reforço da gestão de conflitos, resolução, reconstrução pós-conflito e mecanismo de construção da paz	1. Colocar em prática medidas para acelerar a recuperação pós-conflito e reconstrução, bem como promover a construção do Estado, estabilidade e desenvolvimento nos países pós-conflito. 2. Promover a implementação das Reformas do Sector de Segurança (RSS) e de Desarmamento, Desmobilização e Reitegração (DDR) 3. Promover políticas e programas para facilitar a Justiça de Transição nos países afectados por conflitos para resolver a impunidade e assegurar a reconciliação e a coesão social. 4. Estabelecer e implementar campanhas de comunicação e advocacia e de planos temáticos de comunicação social para sensibilização e garantir a informação dos intervenientes e da participação e do sentido de apropriação dos cidadãos.	**DEPARTAMENTO LÍDER DA UA: P&S** Departamentos de Cooperação da UA: DPA, DIC **ALVO (PARCEIROS EXTERNOS)**
Resultado 1.4: Promoção de Boa Governação e Democracia	1. Garantir a implementação completa e eficaz e operacionalização da Governação da Arquitectura/plataformas de África – AGA; 2. Promover a reforma do sector público através da implementação da Convenção da União Africana sobre a Prevenção e Combate à Corrupção, a Carta Africana da Função Pública e das Políticas e normas da União Africana sobre a Descentralização e governação Local; 3. Facilitar/ apoiar o trabalho do Mecanismo Africano de Avaliação de Pares – MAAP, e reforçar o papel da UA nas avaliações de democracia e governação 4. Melhorar a implementação efectiva das normas e padrões da UA sobre a Governação e Democracia e, em particular, a Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governação; 5. Reforçar medidas para evitar e endereçar mudanças inconstitucionais de governo e promover/facilitar a Realização de Eleições Democraticamente Livre e Justas 6. Integrar o governo em programas de formação académica e profissional 7. Estabelecer e implementar campanhas de	**DEPARTAMENTO LÍDER DA UA: LC** **Departamentos de Cooperação da UA**: DPA, DIC **ALVO (PARCEIROS EXTERNOS): INSTITUIÇÕES NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS, ORGANISMOS DE ADMINISTRAÇÃO ELEITORAL**

	comunicação e advocacia e de planos temáticos de comunicação social para sensibilização e garantir que a informação dos intervenientes e a participação e o sentido de apropriação dos cidadãos 8. Promover instrumentos jurídicos que apoiem a justiça como uma forma de preservação da paz e resolução de conflitos.	
Resultado 1.5: Promoção dos Instrumentos Jurídicos e Valores Comuns, com base nos Instrumentos Africanos e Universais, particularmente aqueles com o enfoque nos direitos de mulheres, jovens , pessoas portadoras de deficiência e crianças	1. Promover a Implementação plena da Carta Africana sobre o Protocolo de Direitos Humanos e dos Povos relativa aos Direitos da Mulher 2. Promover a ratificação e implementação plena da Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança 3. Apoiar a implementação da Carta Africana da Juventude; 4. Promover a ratificação e implementação plena da Carta para o Renascimento Cultural de África 5. Tomar medidas para acelerar a adopção, a domesticação e a implementação de instrumentos de valores comuns**;** **6.** Estabelecer e implementar campanhas de comunicação e advocacia e de planos temáticos de comunicação social para sensibilização e garantir a informação aos intervenientes e a participação e sentido de apropriação dos cidadãos**.** 7. Apoiar a implementação do Plano de Acção Continental para a Década das Pessoas Portadoras de Deficiência (2010-2019).	**DEPARTAMENTO LÍDER DA UA: LC** **Departamentos de Cooperação da UA**: DPA, HRST, Género, DIC **ALVO (PARCEIROS EXTERNOS)**
<u>Resultado 1.6:</u> Reforço da capacidade da UA para coordenar e responder a situações humanitárias e proteger os civis em zonas de conflito e de catástrofes	1. Quadro Africano da Política Humanitária e a Política de Gestão de Catástrofes 2. Aumentar o Fundo de Ajuda Humanitária da UA e colocar medidas para alcançar os mais elevados padrões de protecção e assistência aos refugiados, internamente deslocados e outros afectados por conflito e deslocados forçados. 3. Apoio à promoção de soluções duradouras, incluindo a implementação das cláusulas de repatriação e cessação voluntárias quando necessário. 4. Acelerar a implementação dos instrumentos de Paz e Segurança da UA relativos à protecção de civis em zonas de conflito armado e gestão de catástrofes. 5. Fundo Especial de Assistência de Emergência para a luta contra a Seca e Fome em África	**DEPARTAMENTO LÍDER DA UA:** ASSUNTOS POLÍTICOS **Departamentos de Cooperação da UA**: Género, DIC, P&S **ALVO (PARCEIROS EXTERNOS)**

4.5.2 Resultado 2: *Existência de políticas e instituições para o desenvolvimento sustentável aumento da produção agrícola, segurança alimentar e nutricional, acréscimo de valor e acesso aos mercados, e uma gestão ambiental e dos recursos naturais.*

A África possui 60 % das terras aráveis disponíveis do Mundo e a agricultura é a fonte de sobrevivência de 70 por cento da população. Ainda assim, o Continente produz apenas 10 por cento da produção agrícola. A agricultura Africana é atormentada pela fraca produtividade, pouco investimento, políticas urbanas tendenciosas e os constrangimentos que impendem o acesso das Mulheres ao capital produtivo, incluindo a posse da terra. A agricultura africana também produz uma fraca mais-valia e uma pobre infra-estrutura rural. Como resultado do pobre desempenho, o espectro da fome que desapareceu noutras partes do Mundo ainda persiste em África.

O PNUD assinala que um quarto da população pobre (456 milhões) vive em África. A segurança alimentar e o desenvolvimento humano estão intrinsecamente ligados aos factores de mediação tais como produtividade, nutrição, resistência e emancipação. Além disso, o ambiente e os recursos sobre os quais assentam a produtividade e a sustentabilidade são atacados por uma variedade de factores, sendo as mais importantes as alterações climáticas.

O continente pode libertar-se dos ciclos viciosos das secas e fome, colocando ênfase nas políticas apropriadas para melhorar a produtividades dos pequenos agricultores, nas políticas mais efectivas de nutrição que atingem especialmente as crianças, na capacidade das famílias constituídas para lidar com os choques, na emancipação das Mulheres, da juventude e de deficientes físicos e acelerar a criação de infra-estruturas rurais e a mais-valia.

Para impulsionar a agricultura e a nutrição, a CUA, em colaboração com e as CERs facilitará a implementação das estratégias contidas no CAADP e noutros mecanismos de forma a aumentar a produção de alimentos e a acessibilidade de modo que África possa alimentar-se, exportar e que a seca que provoca as crises alimentar seja reduzida. A Comissão também elaborará estratégias que promovem a mais-valia das matérias-primas de África através do desenvolvimento do processamento dos produtos agrícolas e dos sectores do mercado nos Estados-membros. Ela também promoverá medidas para apoiar a transição da África para uma economia verde, promovendo a gestão sustentada dos recursos naturais, mitigando os efeitos das alterações climáticas sem comprometer o crescimento.

A dinâmica da implementação do Programa Integrado para o Desenvolvimento Agrícola em África (CAADP) será mantida para assistir os Estados-membros nos seus esforços visados a alinhar as suas políticas e estratégias de apoio ao sector agrícola. A

implementação de várias iniciativas sobre as intervenções emblemáticas-chave, tais como a produção animal e a saúde, a política da terra, insumos agrícolas e mercados de produtos serão aceleradas. A Comissão, através do CAADP promoverá e facilitará a criação e disseminação de conhecimentos, inovação e tecnologia para a transformação agrícola, incluindo através da promoção de medidas para o desenvolvimento de infra-estruturas rurais e criação de mais-valia. Esforços acrescidos serão consentidos para atingir o objectivo de 10% de afectação orçamental para agricultura através da advocacia e de outras medidas. Outras medidas para facilitar o aumento da produtividade da agricultura africana serão adoptadas.

A Comissão colocará especial ênfase sobre a promoção de um maior acesso das mulheres e dos jovens aos recursos produtivos (terra, , finaças, tecnologia, etc.). As Mulheres são responsáveis por mais do que 60% da produção de alimentos no continente e ainda assim têm fraca segurança de posse da terra e falta de capital para investimento. Essa situação precisa ser alterada se o Continente se propõe a atingir tanto a auto-suficiência alimentar como a nutricional.

A Comissão fará diligencias para promover a sustentabilidade do ambiente e dos recursos naturais de África, incluindo a terra, florestas e a água. A Agenda Africana sobre as Alterações Climáticas será cumprida através da reafirmação da posição comum africana e a garantia de a África continuar a falar numa só voz no fórum global, bem como através do reforço de e capacidades dos Estados-membros e das CER em termos de melhoria da oferta e do acesso a observação da terra e informações sobre o clima através da coordenação do Programa de Monitorização do Ambiente e a Segurança para o Desenvolvimento Sustentável (AMESD). O Programa de Grande Muralha Verde para a Iniciativa Sahara e Sahel (GGWSSI) será reforçado para combater a degradação da terra e a desertificação. A Comissão trabalhará com os Estados-membros para assegurar que os Compromissos de Sharm El-Sheik sobre a água e a sanidade sejam cumpridos.

A Comissão prevê que até ao fim do período do Plano Estratégico haverá melhorias significativas na produção agrícola sustentada e na segurança alimentar assim como na resistência a choques climáticos induzidos, levando a redução da crise alimentar provocada pela seca.

Estratégias e acções específicas a adoptar em todas essas áreas, são apresentadas na Tabela 13. Os objectivos anuais detalhados a atingir ao longo do Período do Plano Estratégico são apresentados no Anexo 6.

Para implementar essas estratégias e acções com este resultado, o departamento de Economia Rural e Agricultura da Comissão assumirá a liderança. Para cada

rendimento deste resultado, os departamentos de tutela da CUA, os departamentos que colaboram e os parceiros externos foram identificados e ilustardos na Tabela 13:

As instituições das CER e dos Estados-Membros são os principais actores na implementação e acompanhamento das acções no terreno, trabalhando em conjunto com o NPCA.

Tabela 13*: Resultado 2:* *Existência de políticas e instituições para o desenvolvimento sustentável, aumento da produção agrícola, acréscimo de valor, acesso aos mercados e uma gestão ambiental e dos recursos naturais.*

RESULTADOS PREVISTOS	ACÇÕES E ESTRATÉGIAS A ADOPTAR	ACTORES-CHAVE
RESULTADO 2.1: Implementados os Programas prioritários do CAADP por parte dos Estados Membros, incluindo os recursos de animais como um instrumento para melhorar a produção agrícola e a produtividade para segurança alimentar e nutricional e eliminação da fome e redução da pobreza.	1. Acelerar a implementação do CAADP (enquanto um instrumento para o crescimento agrícola, a transformação e eliminação da fome e a redução da pobreza); 2. Promover/facilitar a implementação da Estratégia Nutricional Africana, e abordar os riscos de vulnerabilidade, a resistência e a gestão de riscos; 3. Promover e facilitar a produção e a disseminação de conhecimentos, inovação e tecnologia para a transformação agrícola; 4. Introdução da protecção social na CAADP; 5. Racionalizar o potencial do desenvolvimento de recursos animais para a criação de riquezas e contribuir para o reforço da auto-suficiência alimentar e nutricional; **6.** Definir e implementar campanhas de comunicação e advocacia e planos temáticos para os mídia para aumentar a consciência e assegurar informações aos intervenientes e a participação e apropriação dos cidadãos **7.** Assegurar que programas agrícolas e pecuários, incluindo a Iniciativa Pan Africana de Campanha de Erradicação da Tsé-tsé e da Tripanossomíase (PATTEC) estão devidamente integrados no quadro CAADP e implementados com sucesso; **8.** Racionalizar o potencial do desenvolvimento de recursos animais para a geração de riquezas e contribuir para o reforço da auto-suficiência alimentar e nutricional.	**LIDERADAS PELO DEP.: DREA** **Departamentos que cooperam.: NPCA, DIC** **(Parceiros Externos):** CERs, FAO, IFPRI, BM, PAM, CEA, BAD, UE, USAID, DfID, GIZ, CTA, CIDA, Países Baixos, FARA, SRO, CGIAR, AATF AGRA, OIE
Resultado 2.2: Facilitação da Implementação dos Programas Prioritários sobre o Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas	1. Promover/facilitar a gestão sustentadas do ambiente e dos recursos naturais, incluindo a água, a terra, a biodiversidade, etc.; 2. Adoptar medidas para facilitar progressos na implementação da Agenda de África das Alterações Climáticas, incluindo a Economia Verde; 3. Facilitar a implementacao da Grande Muralha Verde para a Iniciativa do Saara e Sahel;	**DEPARTAMENTO DE TUTELA: : DREA** **Departamentos da UA que cooperam: I & E, DIC** ATINGIR (PARCEIROS EXTERNOS: **AMCEN,**

	4. Facilitar a materialização da Visão Africana da Água 2020; 5. Facilitar a execução da Estratégia Regional Africana sobre a Redução dos Riscos de Calamidades; 6. Facilitar a execução do Programa de Monitoramento do Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável; 7. Facilitar o reforco de capacidade dos Estados-Membros, implementando os Acordos Ambientais Multilaterais.	**AMCOW, CERs, WMO, UNISDR, UNEP, UE, ACP, CEA, BAD**
Resultado 2.3: Apoio aos programas para a melhoria de agro-negócio, incluindo acesso aos recursos de produção e reforço das capacidades das Mulheres, Jovens e Pessoas Portadoras de Deficiência.	1. Promover medidas para reforço do acesso das Mulheres, dos Jovens e das pessoas portadoras de deficiencia à terra e a outros recursos para a produção agrícola; 2. Continuar a Implementar e gerir projectos ao abrigo do Fundo para as Mulheres Africanas por temas, como sector designado para continuar a lançar os temas da Década da Mulher Africana, através dos departamentos e direcções pertinentes; 3. Continuar o lançamento dos temas da Década da Mulher Africanatravés dos Departamentos e Direcções relevantes; **4.** Definir e implementar campanhas de comunicação e advocacia e planos temáticos para os midia para aumentar a consciência e assegurar informações aos intervenientes e o envolvimento e apropriação dos cidadãos.	**DEPARATAMENTO DE TUTELA:** DREA **DEPARTAMENTOS DE COOPERAÇÃO DA UA:: :** GÉNERO, DIC, HRST, PAZ & SEGURANÇA, DSA **Parceiros Externos:** PNUD, Fundação Ford, Master Card
Resultado 2.4: Reforço das Infraestruturas de acesso ao mercado e o comércio de produtos agrícolas	1. Conceber e apoiar a implementação de Programas sobre infra-estruturas rurais e mais-valia; 2. Apoiar os programas especificamente destinados a assistir as mulheres, os jovens e as pessoas portadoras de deficiencia, procurar obter a mais-valia dos produtos agrícolas; 3. Definir e implementar campanhas de comunicação e advocacia e planos temáticos para os mídias para aumentar a consciência e assegurar informações para os intervenientes e envolvimento e apropriação dos cidadãos	**DEPARTAMENTO DE TUTELA DA UA: DREA** **Departamentos da UA que cooperam: :** T&I , NCPA, DIC, DAS, HRST ATINGIR (Parceiros Externos) UNIDO, BAD, PNUD, CEA,

4.5.3 Resultado 3: *Criação do desenvolvimento de infra-estruturas e um ambiente para o desenvolvimento económico inclusivo, industrialização, comércio intra-africano conduzidos pelo sector privado e utilização sustentável dos recursos naturais.*

Por todas as contas, o crescimento económico de África e o desempenho na década passada foi excepcionalmente forte mesmo no quadro da crise económica generalizada

global e da recessão. Contudo, o crescimento não provocou um significativo e comensurável declínio dos níveis da pobreza nem foi rico em empregos. Em larga medida, o crescimento não foi suficientemente inclusivo. Fraco comércio intra-africano, integração limitada, infra-estruturas de conexão são obstáculos adicionais ao impulso a competitividade global das economias africanas e a contribuição para a eliminação da pobreza. O Continente precisa aumentar os esforços para a integração continental, impulso do comércio intra-africano e melhoria da conectividade através do desenvolvimento de infra-estruturas. Até a data, muito foi atingido, mas o caminho pela frente é ainda longo.

Ao abrigo deste resultado, a Comissão trabalhará para promover políticas e programas para o crescimento inclusivo e a criação de empregos (especialmente para as Mulheres, os Jovens e as PPD) e acelerar os progressos rumo ao alcance dos ODM. Serão promovidas medidas para reduzir ou eliminar a marginalização económica e social. Serão elaborados e implementados programas de apoio para ajudar os Estados-membros a adoptarem políticas sobre o crescimento inclusivo.

A Comissão irá procurar reforçar o mecanismo continental para integração continental e mecanismos de cooperação continental e global tais como a aceleração do progresso rumo a criação da Zona Continental de Comércio Livre, harmonização de políticas monetárias e outras normas (incluindo estatísticas e informações sobre o mercado de trabalho, alfandegas, etc.) e medidas para impulsionar o acesso ao mercado. A Comissão redobrará os seus esforços para impulsionar o comércio intra-africano e de apoio ao desenvolvimento do sector privado através da melhoria do clima de negócios. Medidas serão tomadas para acelerar a criação do 2º Acordo Tripartido sobre a ZCL (CEDEAO, CEEAC, AMU e CEN-SAD).

A facilitação do comércio será promovida pela Comissão através do apoio para a criação do Comité Comercial de Alto Nível de Chefes de Estado e Directores Executivos das CERs, a Conferência dos Ministros do Comércio, a criação do Fórum Comercial Africano e a facilitação do Fórum sobre as barreiras não-tarifárias.

No que concerne o o desenvolvimento do sector privado, a Comissão apoiará a elaboração e a adopção do Código de Investimentos Pan-africano , a formulação de Planos Estratégicos para o desenvolvimento do sector privado e facilitará a elaboração de Cartas sobre a criação de PME nos Estados- membros. Especial atenção será prestada a promoção/facilitação do empreendedorismo juvenil e das mulheres através da elaboração de políticas de desenvolvimento, reforço de capacidades, informações e troca de experiências.

O desenvolvimento de infra-estruturas e a conectividade entre os diferentes Países africanos são a chave para os esforços de integração de África para facilitar as relações entre os Povos e o comércio intra-africano. Infra-estrutura é um dos factores chave que dificulta o sucesso da integração do continente africano no sistema global do comércio devido aos altos custos do comércio, especialmente para os Países sem

acesso ao mar –infra-estruturas deficientes representam 40% dos custos de transporte para os Países do litoral e 60% para os sem acesso ao mar.[59].

Embora progressos tenham sido registados no domínio das infra-estruturas, a Comissão acelerará a implementação do Plano o de Acção Prioritário do PIDA, através da operacionalização da arquitectura institucional para o desenvolvimento de infra-estruturas e assegurará a mobilização de recursos adequados. Medidas serão tomadas para completar as ligações em falta no transporte em África e nas infra-estruturas de redes das TIC. A Comissão trabalhará para aumentar a ratificação de uma política sobre a Aviação Civil Comum e transporte marítimo/terrestre. Será promovido o acesso a um moderno serviço de energia seguro, de custos acessíveis e compatível com o ambiente e a Comissão procurará assegurar a melhoria da gestão integrada da água para desenvolvimento holístico do Continente.

A Comissão promoverá a implementação de programas sobre o turismo e o desenvolvimento dos Serviços Postais intra-africanos. Esforços serão consentidos para harmonizar as normas, elaborar directivas e mecanismos e para facilitar a sua implementação nos domínios do transporte, turismo, sector postal, energia renovável (geotérmica, hidroeléctrica, solar, bioenergia e eólica), combustível fóssil e criação de mecanismo harmonizado para a Sociedade Africana de Informação.

As estratégias e acções específicas a ser adoptadas para a construção do capital humano em África, em todas essas áreas são apresentadas na Tabela 14. Os objectivos anuais detalhados a serem atingidos ao longo do período do Plano Estratégico são apresentados no Anexo 6.

Para a implementação dessas estratégias e acções com este resultado, o departamento de infraestrutura e energia da Comissao assumira a liderança. Para cada rendimento deste resultado, os departamentos pertinentes da CUA, os departamentos que colaboraram e os parceiros externos sao identificados e apresentados na Tabela 14.

As instituições das CERs e dos Estados-membros são os principais actores na implementação e acompanhamento das acções no terreno, trabalhando estreitamente com o NPCA.

Tabela 14*: Resultado 3:* *Criação do desenvolvimento de infra-estruturas e um ambiente para o desenvolvimento económico inclusivo, industrialização, comércio intra-africano conduzido pelo sector privado e utilização sustentável dos recursos naturais.*

[59] África num período de 50 anos - Rumo ao Crescimento Inclusivo, ADB Setembro 2011

RESULTADOS PREVISTOS	ACÇÕES/ESTRATÉGIAS A SEGUIR	ACTORES-CHAVE
Resultado 3.1: Melhoria de quadros de política favoráveis para o desenvolvimento incluisivo, promoção e impementação da capacidade dos Estados-membros.	1. Projectar e implementar políticas e programas para promover o crescimento inclusivo e redução da pobreza 2. Promover medidas para acelerar o progresso rumo à implementação dos ODM e da Agenda do Pós-2015; 3. Promover políticas destinadas a reduzir e/ou eliminar a marginalização económica e vulnerabilidades sociais através da implementação do Quadro de Política Social para a África; 4. Facilitar a implementação do Plano de Acção de Ouagadougou 2004 para a Promoção do Emprego e o Alívio daPobreza; 5. Promover o acesso da economia informal e de trabalhadores rurais para regimes de segurança social apropriados e acessíveis 6. Apoiar a melhoria de sistemas de informação e de estatísticas laborais; 7. Promover o acesso a serviços financeiros das de Micro e pequenas empresas, através do estabelecimento de micro-empresas financeiras africanas; 8. Promover o sector privado através de do aumento das taxas de investimento e uma maior produtividade; 9. Estabelecer e implementar as campanhas de comunicação e Advocacia e os planos temáticos dos órgãos de comunicação social para sensibilização e garantir informação aos intervenientes e o envolvimento dos cidadãos e do sentido de propriedade.	**Departamento de Tutela da UA**: DEA/DSA **Departamentos Colaboradores da UA**: : T&I, DIC, DREA, HRST **Parceiros externos**:Sistemas e Agencias Especializadas das NU, BAD
Resultado 3.2: Facilitação o Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas em África	1. Facilitar a operacionalização da agenda/estruturas de governação do IAIDA 2. Promover a implementação de ligações em falta para os projectos de Infraestruturas de transporte e das TIC 3. Promover a adopção de políticas, estratégias e quadros regulamentares comuns sobre os transportes 4. Acesso à economia digital integrada e a serviços e redes de TIC seguros e acessíveis 5. Gestão integrada dos recursos hídricos transfronteiriços para o desenvolvimento continental 6. Acesso e desenvolvimento de infraestruturas energéticas 7. Orientações politicas sobre os combustíveis fósseis (petróleo e gás), foram desenvolvidas e promovidas como contributo para o desenvolvimento sócio-económico	**Departamento Responsável da UA**: IED **Departamentos de Cooperação da UA**: DEA, T&I, NPCA **Parceiros Externos**: Estados-Membros das CER, BAD, Agências Especializadas, UNECA, Sector Privado, Instituições Financeiras Africanas e Internacionais
Resultado 3.3: Melhorou o acesso aos serviços de energia modernos para a maioria da população africana	1 Acelerar o desenvolvimento de energias renováveis e de outras fontes; 2 Facilitar projectos de geração e transmissão de energia limpa regional e continental. 3 Desenvolver directrizes sobre energias renováveis	**Departamento de Tutela da UA**: IED **Departamentos da UA que Cooperam**: DEA, T&I,

	(geotérmicas, hidroeléctricas, solares, bio-energia e eólica) com vista a contribuir para o desenvolvimento socio-económico	NPCA **Parceiros Externos**: Estados-Membros das CER, BAD, Agências Especializadas, UNECA, Sector Privado, Instituições Financeiras Africanas e Internacionais
Resultado 3.4: Facilitação de Políticas e Normas para incentivar a Integração Continental	1. Apoiar a Harmonização e coordenação das Políticas Macro-económicas; 2. Apoiar a operacionalização de Instituições Financeiras e Monetárias Pan-Africanas; 3. Promover a Padronização e Harmonização das Estatísticas através da Carta Africana de Estatística e de outras Medidas; 4. Tomar medidas para acelerar a implementação do MIP (Programa Mínimo de Integração), através do estabelecimento do Fundo de Integração; 5. Criar o Observatório sobre a Integração (Base de dadosMED) para o processo de integração; 6. Aumentar a conscientização, o desempenho, a coordenação e a responsabilizacao para o processo de integração; 7. Criar e implementar campanhas de comunicação e de advocacia e planos temáticos dos órgãos de comunicação social para sensibilização e garantir o envolvimento e o sentido de propriedade dos cidadãos e da informação dos intervenientes; 8. Promover políticas e directrizes para apoiar os programas energeticos, de transporte e das TIC regionais e continentais.	**Departamento Responsável da UA**: DEA **Departamentos de Cooperação da UA:** T&I, HRST, DPS, DREA, DEA, AFREC e NPCA **ALVO Parceiros Externos**: BAD, UNECA, CER, ATU, PAPU, AFCAC, RPP, UPDEA, ITU, UE, UPU, BMZ da Alemanha, USAID, Banco Mundial
Resultado 3.5: Facilitação das políticas de comércio e aduaneiras, bem como das negociações de CFTA.	1. Implementar iniciativas relacionadas a Impulsionar o Comércio Intra-Africano (BIAT); 2. Projectar e implementar Políticas e Programas sobre o Comércio, Indústria e Aduaneiras para melhorar o Acesso de Mercado - aos níveis continental e global; 3. Acelerar o progresso para o Estabelecimento da Zona Continental de Comércio Livre (CFTA) 4. Projectar e implementar programas destinadas a impulsionar o acesso ao mercado (continental e global) para as mulheres e jovens empreendedores); 5. Promover o trabalho migratório para apoiar o investimento transfronteiriço para preencher a lacuna de competências; 6. Criar e implementar campanhas de comunicação e de advocacia e planos temáticos dos órgãos de comunicação social para sensibilização e garantir o envolvimento e o sentido de propriedade dos cidadãos e da informação dos intervenientes.	Departamento de Tutela da UA: T&I Departamento Colaboradores da UA DEA, DIC, Assuntos Políticos, DAS, Genero, DREA, HRST, I&E (Parceiros Externos CERs, Mesa Redonda de Negócios Africana, Sistemas das NU, Banco Mundial
Resultado 3.6: Desenvolvimento e promoção	1. Implementar medidas de apoio ao Desenvolvimento do Sector Privado em África	Departamento de Tutela I da

das políticas para o envolvimento do Sector Privado e melhoria do Clima de Negócio em África.	2. Implementar medidas para apoiar o clima de negócios o em África; 3. Implementar a Agenda Africana da Produtividade 4. Criar e implementar campanhas de comunicação e de advocacia e planos temáticos dos órgãos de comunicação social para sensibilização e garantir o envolvimento e o sentido de propriedade dos cidadãos e da informação dos intervenientes.	UA: EAD Departamentos de Cooperação: T&I, PA, DIC, DAS, DREA Parceiros de Externos: PNUD, UNECA, CERs, UE, FICCI (Federação das Camaras de Comércio e Indústria da Índia), Fundação Kuwaity KFFSED para o Desenvolvimento Social e Económico); SDF (Fundo Saudita para o Desenvolvomento); IDB (Banco Islámico de Desenvolvimento) e ITC (Centro Internacional de Comércio).
Resultado 3.7: Apoio e promoção o empreendedorismo das Mulheres, dos Jovens e das Pessoas com Deficiência.	1. Projectar, Promover e implementar políticas e programas sobre o Empreendedorismo da Mulher; 2. Projectar, Promover e implementar políticas e programas de Empreendedorismo de Jovens; 3. Conceber, promover e implementar políticas e programas sobre o espirito empresarial para as pessoas com deficiencia, incluindo a protecção da propriedade/obra intelectual das PPD, com vista a melhorar as suas possibilidades de criar postos de trabalho e o auto-emprego; 4. Criar e implementar campanhas de comunicação e de advocacia e planos temáticos dos órgãos de comunicação social para sensibilização e garantir o envolvimento e o sentido de propriedade dos cidadãos e da informação dos intervenientes.	Departamento de Tutelada UA: DEA/HRST Departamentos de cooperação da UA: , Género, DIC, DAS, I&T Parceiros Externos: IWBA (Associação Internacional de Mulheres Empresárias); RWBA (Associação Regional de Mulheres Empresárias); BCW (Conselho Empresarial das Mulheres); CERs, Fundação Ford, Sistemas das NU, EUA-UA/USAID, União Europeia..
Resultado 3.8 : Desenvolvimento e promoção de políticas para a utulização sustentável dos recursos minerais e outros recursos do continente	1. Implementar programas no âmbito do plano de acção da visão mineira Africana para a melhoria da governação e mais valia aos recursos minerais da África; 2. Facilitar o Estabelecimento do Centro Africano para o Desenvolvimento Mineiro; 3. Criar e implementar campanhas de comunicação e de advocacia e planos temáticos dos órgãos de comunicação social para sensibilização e garantir o envolvimento e o sentido de propriedade dos cidadãos e da informação dos intervenientes.	Departamento de Tutela da UA: : T&I Departamentos de Cooperação da UA: DREA, DIC, IED, NPCA, P&S, DPA (Parceiros Externos: UNECA, FAO, IFAD

4.5.4 Resultado 4: *Implementação pelos Estados-membros de Políticas e Programas para reforçar a saúde, a educação de qualidade, e competências de empregabilidade apoiadas por investimentos em serviços, ciência, pesquisa e inovação*

Conforme se ilustra na anterior análise, o desenvolvimento do capital humano continua a ser um desafio fundamental em África. Isto manifesta-se na alta sobrecarga de doenças no continente devido, principalmente, ao flagelo do surgimento de doenças transmissíveis e infecciosas. HIV/SIDA, Malária, Tuberculose e várias outras doenças infecciosas continuam a fazer-se sentir apesar do progresso registado, resultando num fraco desempenho sobre o alcance das metas dos ODMs e uma pontuação baixa de África no Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD.

Embora tenha havido progresso assinalável nas matrículas nas Escolas Primárias, o desempenho de África em relação ao ensino secundário e superior tem estado abaixo da média, e o continente regista um atraso significativo em relação à ciência, tecnologia e inovação, os principais factores da economia baseada nos conhecimentos e competitividade global.

Com base no progresso alcançado em relação aos ODM, a CUA procurará fortalecer o capital humano em África centrando-se deliberadamente nas áreas que irão estimular a materialização da sua Visão. Em particular, a CUA irá facilitar o desenvolvimento de estratégias que irão melhorar a capacidade humana no continente e envolver os Estados Membros através de um diálogo que enfatiza a importância de investir nos sistemas de saúde; educação, formação profissional, Ciência, Pesquisa e Inovação, bem como a Segurança e Protecção Social dos grupos vulneráveis. Em particular, a Comissão irá garantir que as estratégias a serem implementadas tenham em vista melhorar as habilidades para a competitividade e garantir que a formação se adeqúe melhor às oportunidades e aos requisitos do mercado de trabalho.

Para fazer face ao deficit relativo ao capital humano, a Comissão irá trabalhar com vista a implementar as principais políticas e programas de Cuidados Primários de Saúde e Prevenção. A Mortalidade Materna e Infantil continua a ser inaceitavelmente alta em África. A Comissão irá mobilizar esforços com vista a reduzir, senão eliminar a mortalidade materna. Ênfase será colocada sobre a aceleração da implementação da Estratégia de Saúde de África, o “Apelo” de Abuja e a promoção da Concretização do Resultado e Prestação de Contas sobre o Acesso Universal aos Serviços de HIV/SIDA, TB, SMI e Malária. Também será prestado apoio para a melhoria da formação e capacitação em serviços médicos e de saúde. Ênfase importante será colocada à advocacia junto dos Estados Membros para aumentarem as suas contribuições orçamentais a nível nacional para a área de saúde, e fazer face ao número crescente de doenças crónicas e não transmissíveis ligadas à urbanização e mudanças do estilo de vida.

A Comissão irá envidar esforços renovados para acelerar e incrementar a implementação da Segunda Década Africana de Educação, bem como o Plano de Acção da Década de Jovens e os Mecanismos para a aplicação e prestação de contas relativas à Carta da Juventude Africana, através de actividades de instituições nacionais de Direitos Humanos, o MARP e a Iniciativa de Governação Africana. Serão envidados esforços intensificados para o apoio à

emergência da massa crítica dos líderes e profissionais Jovens Pan-africanos consciencializados, através de pleno funcionamento e institucionalização de Políticas e Programas de Corpos de Voluntários Jovens da União Africana para apoiarem o desenvolvimento de habilidades no seio dos jovens e mulheres, os quais serão concebidos, implementados e promovidos.

As capacidades de África em STI serão reforçadas através de investimentos estratégicos e uma advocacia e promoção activas. A Comissão irá prestar apoio à implementação integral do Plano de Acção Consolidado para a Ciência e Tecnologia, fortalecer e consolidar a formação e a pesquisa na Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM). A capacidade científica do continente será melhorada através da aceleração do pleno estabelecimento e operacionalização da Universidade Pan-africana. Os esforços da Comissão para promover investimentos estratégicos na ciência, pesquisa e inovação terão em vista aumentar a Competitividade Global de África.

O Quadro de Política Social (SPF) da UA continua a ser o principal pilar orientado para a criação de benefícios para todos, incluindo os grupos vulneráveis. Por essa razão, a Comissão irá desenvolver um quadro claro de implementação que compreende a monitorização e avaliação. A Comissão irá procurar formas de responder às necessidades de segurança social e protecção de grupos vulneráveis, tais como as crianças e pessoas portadoras de deficiência através da implementação integral do Plano de Acção da Família Africana, o Apelo Revisto para a Acção Acelerada sobre o Plano de Acção para uma África digna para as Crianças, o Plano de Acção Continental sobre a Década das Pessoas Portadoras de Deficiência e a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar da Criança.

As estratégias e acções específicas a adoptar para a construção do capital humano de África em todas estas áreas estão apresentadas na Tabela 16. As metas anuais detalhadas a serem cumpridas ao longo do período do Plano Estratégico estão ilustradas no Anexo 6.

Para a implementação dessas estratégias e acções com este resultado, o departamento de Economia Rural e Agricultura da Comissão assumirá a liderança. Para cada actividade deste resultado, os departamentos de tutela da CUA, departamentos de colaboração e parceiros externos foram identificados e ilustardos na Tabela 15:

As instituições das CER e dos Estados-Membros são os principais actores da implementação e acompanhamento das acções no terreno, trabalhando em conjunto com o NPCA.

Tabela 15*: Resultado 4:* *Implementação pelos Estados-membros de Políticas e Programas para reforçar a saúde, a educação de qualidade, e competências de empregabilidade apoiadas por investimentos em serviços, ciência, pesquisa e inovação.*

RESULTADOS PREVISTOS	ESTRATÉGIAS E ACÇÕES A SEREM LEVADAS A CABO	ACTORES PRINCIPAIS
Resultado 4.1: Promoção da implementação da Estratégia de Saúde para África (AHS)	1. Acelerar a implementação da Estratégia de Saúde para África, "Apelo de Abuja ", Política Continental sobre SRHR & seu Plano de Acção de Maputo, ARNS, CARMMA; 2. Promover a Obtenção de Resultados & Prestação de Contas sobre o Acesso Universal aos Serviços de VIH/AIDS, TB, MNCH & Malária, ARNS; 3. Promover Acções concertadas sobre a implementação de PMPA; 4. Fortalecer a formação nas ciências médicas e da saúde; 5. Definir e implementar campanhas de comunicação e advocacia e planos temáticos para os média para aumentar a consciência e assegurar informações aos intervenientes e a participação e apropriação dos cidadãos ; 6. Garantir que todos os actores alvo recebam a informação para promover o maior envolvimento e apropriação; 7. Reforçar o Observatório Africano da SIDA.	**Depart. da CUA Responsável**: DSA **Depart. da CUA Co-responsável**: Género, Comércio & Indústria, HRST, Comunicação, Assuntos Económicos, Paz & Segurança, Serviços Médicos **Parceiros Externos**: FNUAP, WMO, UNICEF, ONUSIDA, UNIDO, PAM, USAID, AUSAID, BAD, NEPAD, Marie Stopes International, IPPF-Escritório Regional de África, IPAS Africa, Partners in Population & Development (região de África)
Resultado 4.2: Desenvolvimento e promoção de estratégias destinadas a estimular a educação de qualidade, desenvolvimento de competências e serviços, particularmente para a mulher e jovens	1. Acelerar a implementação do Plano de Acção da Segunda Década Africana da Educação; 2. Acelerar a implementação do Plano de Acção da Década da Juventude 3. Desenvolver, promover e implementar programas de desenvolvimento de competências e criação de emprego para os jovens, incluindo programas do Corpo de Jovens Voluntários da UA e T-VET 4. Promover a Mobilidade Intra-africana de Estudantes através de Programas de Bolsas de Estudo 5. Apoiar a harmonização dos programas de	**Depart. da CUA Responsável:** HRST **Depart. da CUA Co-responsável**: Género, DSA, Paz &Segurança, DIC, Comércio & Indústria **Parceiros Externos:** CER, EU, GIZ, BAD, SIDA, AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS E SISTEMA DAS NAÇÕES

	Educação Superior e implementar o Quadro de Garantia da Qualidade Africana para facilitar o Reconhecimento das qualificações académicas no Continente 6. Elaborar, promover e implementar programas de desenvolvimento de competências e criação de emprego para as mulheres 7. Apoiar a expansão da Universidade Pan-Africana; 8. Definir e implementar campanhas de comunicação e advocacia e planos temáticos para os média para aumentar a consciência e assegurar informações aos intervenientes e a participação e apropriação dos cidadãos	UNIDAS, USAID, Fundação Ford, ACBF
Resultado 4.3: Formulação e promoção de Políticas e programas Estratégicos para investimento no domínio da ciência, pesquisa e inovação com vista a melhorar a Competitividade Global de África	1. Reforçar e Consolidar a Formação e Investigação em STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática); 2. Reforçar a formação de professors em 3. Promover Acções para promover a Ciência, Tecnologia e Inovação em África; 4. Apoiar a Implementação do Plano de Acção Consolidado para a Ciência &Tecnologia; 5. Apoiar a Implementação dos Quadros da CUA para Biodiversidade, Biossegurança e Bioética; 6. Apoiar a operacionalização da Universidade Pan-Africana; 7. Estabelecer e implementar a Política Espacial e Tecnológica Africana, programas, instituições e redes estratégicas Pan-Africanas; 8. Definir e implementar campanhas de comunicação e advocacia e planos temáticos para os média para aumentar a consciência e assegurar informações aos intervenientes e a participação e apropriação dos cidadãos	**Depart. da CUA Responsável**: RCHT **Depart. da CUA Co-responsável**: DSA, Comércio & Indústria, DREA, Comumicação, Género, DTI **Parceiros Externos**: UE, GIZ, BAD, ASDI, AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS E SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS, ACBF
Resultado 4.4: Promoção de quadros de segurança e protecção social para grupos vulneráveis (crianças e pessoas portadoras de deficiência)	1. Promover a implementação do Plano de Acção sobre a Família em África; 2. Promover a implementação do Apelo Revisto para a Acção Acelerada sobre o Plano de Acção para uma África digna para as Crianças; 3. Promover a implementação do Plano de Acção Continental sobre a Década das Pessoas Portadoras de Deficiência (2010-2019); 4. Promover e facilitar a implementação da Cara Africana sobre os Direitos e Bem-estar da Criança (ACRWC); 5. Definir e implementar campanhas de comunicação e advocacia e planos temáticos para os média para aumentar a consciência e assegurar informações aos intervenientes e a participação e apropriação dos cidadãos	**Depart. da CUA Responsável**: DSA **Depart. da CUA Co-responsável**: HRST, Paz & Segurança, DREA, Género, DIC Parceiros Externos

4.5.5. Resultado 5: *Existência de uma Estratégia para a mobilização de recursos, incluindo fontes alternativas e suplementares de financiamento, para permitir que a África financie os seus programas e o desenvolvimento*

A Comissão da União Africana desenvolveu uma forte colaboração e parceria com doadores e outros parceiros. Estes têm garantido a Comissão significativos recursos financeiros e técnicos; As estimativas indicam que o apoio dos parceiros representa 96% do orçamento de programas da Comissão. Isto constitui uma dependência excessiva não saudável dos parceiros externos e não reflecte correctamente a demonstração do compromisso dos Estados-membros para a visão da União Africana. Esta situação deve ser revertida o mais rápido possível.

Durante o período do Plano Estratégico, a Comissão irá seguir a meta de garantir uma Comissão financeiramente viável e sustentável. A este respeito, serão formulados e implementados um Quadro e Estratégia de Mobilização de Recursos, com o objectivo de garantir um fluxo de rendimentos mais previsível para apoiar as suas actividades.

Uma acção -chave a esse respeito, é desenvolver uma estratégia para recorrer a fontes alternativas de financiamento, a fim de diversificar a base de recursos da Comissão. Para esse efeito, a Comissão irá finalizar e implementar o Relatório do Painel de Alto Nível sobre as Fontes Alternativas de Financiamento.

As estratégias e acções específicas a adoptar para a construção do capital humano de África em todas as áreas, são ilustradas na Tabela 16. As metas anuais detalhadas a cumprir durante o período do Plano Estratégico, estão incluidas no Anexo 6.

Para implementar essas estratégias e acções ao abrigo destes resultados, o Gabinete do Presidente da Comissão assumirá a liderança. Para cada acção deste resultado, os departamentos de tutela da CUA, os departamentos colaboradores e os parceiros externos, estão identificados e apresentados na Tabela 16.

Instituições dos Estados-membros e das CER são os principais actores na execução e acompanhamento das acções, trabalhando estreitamente com a NPCA.

Tabela 16*: Resultado 5: Existência de* *Estratégias para a mobilização de recursos, incluindo as fontes alternativas e suplementares de financiamento, para permitir que a África financie os seus programas e o desenvolvimento*

RESULTADOS PREVISTOS	ACÇÕES/ESTRATÉGIAS A SEREM LEVADAS A CABO	ACTORES-CHAVE
Resultado 5.1: Alcançada a meta de uma Comissão financeiramente viável e sustentável	1. Projectar e Implementar o quadro/estratégia de mobilização de recursos para assegurar fontes de rendimentos sustentáveis e previsíveis 2. Colocar em prática novas modalidades de colaboração com os parceiros doadores tradicionais; 3. Estabelecer e implementar campanhas de comunicação e advocacia e os planos temáticos de comunicação social para a sensibilização e garantir a informação dos intervenientes, a participação e o sentido de apropriação dos cidadãos.	**DEPARTAMENTO DE TUTELA DA UA: DREA** **Departamentos de Cooperação da UA:** Todos os departamentos **Parceiros Externos**:
Resultado 5.2: Identificação e implementação de fontes alternativas e adicionais de financiamento para que África possa financiar os programas de desenvolvimento	1. Facilitar a finalização do trabalho do Painel de Alto Nível sobre as fontes alternativas de financiamento; 2. Implementar as recomendações do Painel de Alto Nível sobre as fontes alternativas de financiamento; 3. Concebidas e promovidas Estratégias para o aumento de recursos internos.	**DEPARTAMENTO DE TUTELA DA UA** **:** DEA//BOCP **Departamentos de Cooperação da UA:** Todos os departamentos **PARCEIROS EXTERNOS:** CERs, E/Ms

4.5.6 Resultado 6: A*lcançado o objectivo de uma CUA que se comunica com e envolve os Estados Membros/Intervenientes na definição e implementação da Agenda Africana.*

A informação e consciencialização de muitas realizações da União Africana e as da sua Comissão não são amplamente conhecidas, particularmente entre os cidadãos africanos comuns. Além disso, o continente continua geralmente a ser apresentado de forma negativa em canais dos órgãos de comunicação internacional. É necessária uma comunicação mais proactiva e multilinguismo para aumentar a visibilidade da UA, da Comissão e dos outros órgãos da União, reforçar o envolvimento dos cidadãos na Agenda Africana e mudar a imagem negativa do continente, respeitando sempre a diversidade.

Á luz deste resultado, a Comissão empenhar-se-á na promoção da comunicação activa e identificação da imagem, através da implementação da Estratégia de Comunicação e Advocacia 2014-2017 e do Plano de Acção da UA, e em geral, melhorar a capacidade da CUA para proporcionar uma comunicação eficaz e planear, desenvolver, coordenar e implementar uma estratégia de comunicação continental, a fim de informar e influenciar o público em toda a África e no mundo.

A identidade corporativa da UA será fortalecida por meio de maior visibilidade, acessibilidade e prestação de contas dos órgãos da UA ao público Africano. Ao mesmo tempo, a Comissão irá fortalecer a sua infra-estrutura de comunicação, bem como fortalecer a sua rede de comunicação social Pan-Africana. As medidas destinadas a divulgar informações positivas sobre África serão intensificadas em parceria com os Estados-membros.

Uma questão importante que diz respeito aos canais de comunicação para alcançar a juventude para lhes incutir um sentido de valores e de destino comum como Africanos. Devido ao ritmo rápido da comunicação, há uma necessidade primordial de enraizar nos jovens os seus valores Africanos, mas continuando abertos para as tendências globais. A comunicação eficaz é fundamental para colmatar as lacunas entre as gerações em relação aos valores.

Sob o Terceiro Plano Estratégico, a comunicação vai servir como uma função transversal e um instrumento para permitir que a Comissão documente, promova e dissemine sistematicamente informações sobre as várias intervenções positivas da UA e da Comissão.

Edificar uma União centrada nas pessoas, implica igualmente a criação do espaço para os cidadãos (incluindo aqueles na diáspora), participação nas decisões, nos programas e nas actividades da União e da Comissão. Isto contribuirá para reforçar o sentido de apropriação e forjar solidariedade em torno da visão da União. A este respeito, a Comissão facilitará a criação e o funcionamento das plataformas dos intervenientes (por exemplo, O Fórum Sindical da UA, Consultas da UA-OSC, diálogo inter-religioso e de RCC da diáspora). A Comissão continuará a apoiar o funcionamento do ECOSOCC.

As acções e estratégias específicas a adoptar para o desenvolvimento do capital humano africano em todas essas áreas são apresentadas na Tabela 17. As metas anuais pormenorizadas a cumprir durante o período do Plano Estratégico são ilustradas no Anexo 6.

Para implementar essas estratégias e acções específicas ao abrigo deste Resultado, o Departamento do CIDO da Comissão, assumirá a liderança. Para cada Resultado desta acção, os departamentos de tutela da CUA, os departamentos colaboradores e os parceiros externos são identificados e apresentados na Tabela 17.

As Instituições das CERs e dos Estados-membros são os principais actores na implementação e acompanhamento das acções, trabalhando estreitamente com a NPCA.

Tabela 17: *RESULTADO 6:* *Alcançada uma CUA que se comunica com e envolve os Estados Membros/Intervenientes na definição e implementação e implementação da Agenda Africana.*

RESULTADOS PREVISTOS	ACÇÕES/ESTRATÉGIAS A SEREM LEVADAS A CABO	ACTORES-CHAVE
Resultado 6.1: Alcançada uma imagem, comunicação eficaz e uma melhor visibilidade da CUA	1. Colocar e implementar uma estratégia de comunicação e divulgação para toda a União em colaboração com parceiros Estados Membros e outros intervenientes de modo a melhorar a imagem da África; 2. Elaborar e implementar planos temáticos específicos dos órgãos de comunicação para sensibilizar e garantir sentido de apropriação da visão e das missões da UA; 3. Optimizar a capacidade da CUA de proporcionar comunicação e resultados eficazes, capaz de planear, desenvolver, coordenar e implementar uma estratégia de comunicação continental a fim de informar e influenciar o público em toda a África; 4. Edificar e optimizar a capacidade da CUA em transmitir e suster planos de comunicação abrangente e de programas associados, em conformidade com os objectivos da UA; 5. Apoiar a comunicação eficaz da política, objectivos e missões da UA em todos os Estados-membros da UA, e entre a comunidade internacional; 6. Promover e implementar cabalmente os instrumentos do Género; 7. Promover uma União Africana Acessível à Juventude; 8. Adoptar medidas para preservar e promover a utilização das publicação, informação e materiais do arquivo da Comissão. 9. Promover, através de acções de comunicação, a diversidade cultural e o multilinguismo.	**Departamento de Tutela da UA**: DIC **Departamentos de Cooperação da UA:** Todos os departamentos **Parceiros Externos**:
Resultado 6.2: Melhorado o envolvimento equitativo das mulheres, dos jovens e de grupos vulneráveis na implementação da Agenda Africana.	1. Facilitar o estabelecimento e o Funcionamento das Plataformas dos Intervenientes (por exemplo, UA, = Fórum Sindical; Consultas da UA-OSC; Diálogo inter-religioso e da RCC da Diáspora e Fórum Internacional das OSC ; 2. Apoiar a Implementação de Projectos de Legado (Programa de Voluntário Africano da Diáspora; Base de Dados das Competências da Diáspora de África; Fundos de Investimento da diáspora de África e do Mercado para o Desenvolvimento Africano; 3. Realizar Mapeamento e Criação de Base de Dados sobre as organizações da Diáspora; 4. Proporcionar ajuda às operações do ECOSOC; 5. Promover e reforçar o multilinguismo na União Africana; 6. Estabelecer e implementar campanhas de	**Departamento de Tutela da UA**: CIDO **Departamentos de Cooperação da UA:** das, HRST **Parceiros Externos:**

	comunicação e advocacia e os planos temáticos de comunicação social para a sensibilização e garantir a informação dos intervenientes, a participação e o sentido de apropriação dos cidadãos.	

4.5.7 *Resultado 7: Melhorada a capacidade institucional da CUA e as relações com as CERs e os Órgãos da UA e com outros parceiros estratégicos*

A Comissão tem feito progressos louváveis nos últimos anos para melhorar a sua capacidade institucional e procedimentos e sistemas operacionais. No entanto, muitos desafios continuam e para que a Comissão possa efectivamente trabalar no sentido de acelerar a Visão da UA e alcançar todas as suas prioridades à médio-prazo do Terceriro Plano Estratégico, deverá continuar a reforçar a sua capacidade interna para estar à altura das suas responsabilidades. A Comissão deve fazer mais para melhorar a capacidade institucional já realizada .

No que diz respeito a este resultado, a Comissão procurará reforçar suas capacidades institucionais e colocar em prática medidas para melhorar o desempenho e a eficiência operacional em termos de finanças, administração de recursos humanos, conferência, médicos e todos os outros serviços. Procederá com estas medidas através da avaliação comparativa e adopção das melhores práticas internacionais. Ao mesmo tempo, a Comissão procurará reforçar a liderança institucional e governação corporativa, promover a mudança organizacional e acelerar medidas para consolidar o estatuto da mulher no seio da Comissão. Serão tomadas medidas para reforçar a gestão do capital humano.

Esperam-se melhorias na eficiência operacional para aumentar a satisfação do cliente, aumentar o nível da integridade das informações financeiras e minimizar riscos financeiros. O aumento do número de processos administrativos será automatizado e haverá uma plena implementação do Kaizen. Uma série de novas políticas e iniciativas de gestão de desenvolvimento e mudança organizacionais será projectada e implementada. Os serviços médicos e de conferência serão melhorados significativamente através da melhoria das instalações, equipamentos e suprimentos.

As medidas para incutir a planificação e monitorização baseadas em resultados serão consolidadas, baseando-se nos progressos recentes. A Comissão reforçará igualmente a colaboração intra e interdepartamental para reduzir e eventualmente eliminar a mentalidade do “silo" que permeia a instituição.

A capacidade de Pesquisa e de Análise de Política da Comissão será significativamente reforçada através da elaboração e da implementação de uma

Estratégia. A Gestão de conhecimento vai continuar a ser melhorado, assim como o património da biblioteca e do arquivo da Comissão.

Para criar sinergia, ligações e boas relações de trabalho com outros órgãos da UA, CER e outros parceiros institucionais, a Comissão irá desenvolver e implementar um plano de acção para trocas estratégicas regulares com os órgãos da UA, implementar o Protocolo, bem como facilitar a coerência das políticas; desenvolver e coordenar os exercícios de programação conjunta com outros órgãos da UA e as CER; desenvolver e implementar um plano de acção para trocas estratégicas regulares com outras instituições Pan-Africanas chaves; popularizar parcerias e presença dentro e fora de África; e facilitar as actividades de JSSO e o RCM.

As acções e estratégias específicas a adoptar para o desenvolvimento do capital humano africano em todas essas áreas são apresentadas na Tabela 18. As metas anuais pormenorizadas a cumprir durante o período do Plano Estratégico são ilustradas no Anexo 6.

Para implementar essas estratégias e acções específicas ao abrigo deste resultado, o Gabinete do Vice-presidente da Comissão assumirá a liderança. Para cada Resultado desta acção, os departamentos de tutela da CUA, os departamentos colaboradores e os parceiros externos são identificados e apresentados na Tabela 18.

As Instituições das CER e dos Estados-membros são os principais actores na implementação e acompanhamento das acções, trabalhando estreitamente com a NPCA.

Tabela 18:*Resumo 7* *Reforçao da capacidade institucional da CUA e melhoria das relações com as CERs e os Órgãos da UA e com outros parceiros estratégicos*

RESULTADOS PREVISTOS	ACÇÕES/ESTRATÉGIAS A SEREM LEVADAS A CABO	ACTORES-CHAVE
Resultado 7.1: Reforço da Capacidade Institucional da CUA	1. Adoptar medidas para melhorar, continuamente, o desempenho e a eficiência operacional da Comissão em termos de Finanças, recursos humanos e administração, jurídicos, planificação estratégica, auditoria interna, serviços de conferência, serviços médicos, protocolo e todos os serviços da Comissão, através de referências e a das Melhores Práticas Internacionais; 2. Adoptar medidas para reforçar a liderança institucional, governação corporativa geral e gestão dos Intervenientes;	**Departamento de Tutela da UA**: : BDCP **Departamentos de Cooperação da UA**: Todos os departamentos **Parceiros Externos**

	3. Divulgar a União através da educação cívica, inclusive a integração da história da UA e os seus símbolos, bandeiras, hino, logo, etc nos currículos escolares nacionais; 4. Promover medidas para permitir a mudança organizacional, inovação e gestão de conhecimentos; 5. Promover medidas para a implementação e o monitoramento da política de Género da UA no seio da Comissão, com vista a reforçar o Estatuto da Mulher ; 6. Desenvolver e implementar medidas para promover sinergias intra e interdepartamentais; 7. Tomar medidas para reforçar o desenvolvimento e gestão do Capital Humano ; 8. Melhorar a comunicação interna; 9. Continuar a capacitar os departamentos e Direcções da CUA para a integração do género; 10. Proporcionar serviços protocolares de alta qualidade para regular a interacção da UA com os Estados-Membros e os Intervenientes.	
Resultado 7.2: Reforçadas as relações com os Órgãos da UA, CERs e Parceiros Estratégicos.	1. Colocar em prática medidas para melhorar a colaboração com os Órgãos da UA; 2. Colocar em prática medidas para reforçar a colaboração e parceria com as CER e com as Instituições Pan-Africanas; 3. Desenvolver e acompanhar com rigor as parcerias estratégicas para garantir a realização da Visão da UA e o Terceiro Plano Estratégico da Comissão; 4. Capacitar e reforçar CER para a implementar os principais programas da UA; 5. Estabelecer e implementar campanhas de comunicação e advocacia e os planos temáticos de comunicação social para a sensibilização e garantir a informação dos intervenientes, a participação e o sentido de apropriação dos cidadãos.	Departamento Responsável da UA: BCP Departamentos de Cooperação da UA: Todos os Depart's (P&S, BCP,DEA, I&T, DIC) **Parceiros Externos**

CAPÍTULO 5: Implementação, Monitorização e Avaliação

Este capítulo apresenta as modalidades do quadro de implementação proposto e os processos de acompanhamento, avaliação e de relatórios. Destaca igualmente um conjunto de medidas que permitem condições/acompanhamento necessários para facilitar a implementação do Plano Estratégico da CUA 2014-2017.

5.1 Quadro/Modalidade de Implementação Interna

O quadro de implementação do Plano Estratégico é apresentado na Figura 3. Este propõe as estruturas internas para supervisionar a implementação e os vínculos entre elas e as suas respectivas funções e responsabilidades na planificação, monitorização e relatórios. O quadro pretende melhorar:

- Prestação de Contas Transparência: como clarifica as atribuições e responsabilidades dos diferentes actores e identifica as realizações a serem materializadas em cada nível para assegurar a boa implementação.
- Integridade: como proporciona uma estrutura integrada que desce até aos planos de trabalho dos funcionários individuais, que serão organicamente vinculados ao plano estratégico global. Desta forma, o quadro irá melhorar a prestação de contas para providenciar a todos os níveis dentro da Comissão.
- Coerência Horizontal e Vertical: reforçar a colaboração interdepartamental e incentivar a planificação conjunta, monitorização e relatórios sobre a implementação.
- Eficácia: eficiência e eficácia operacional para os resultados desejados -----

Os principais elementos do quadro são os seguintes:

A Presidente da Comissão da UA

A Presidente será responsável pela liderança geral e de supervisão geral do processo de implementação. Neste contexto, o Presidente deverá fornecer relatórios regulares para os Órgãos Deliberativos

Membros da Comissão e Director Executivo da NPCA

Compostos pela Presidente, Vice-Presidente, oito Comissários e o Cefe do Executivo da NPCA, estes irão proporcionar um papel crítico de guião e orientação geral e estratégico, em interface com os principais Órgãos Deliberativos da UA e com parceiros estratégicos importantes. As suas funções principais em relação à implementação do plano estratégico estão apresentadas na Figura 2.

A Comissão irá indicar os intervenientes para cada resultado com vista a reforçar a liderança na implementação e na prestação de contas.

O Comité Directivo

O Comité reunirá todos os principais departamentos e Direcções da Comissão e servirá como o principal órgão técnico para supervisionar a implementação do plano estratégico. Deverá proporcionar orientação aos grupos técnicos e rever os planos de trabalho de grupo, orçamentos, acompanhamento e relatórios de progresso para a aprovação subsequente dos Membros da Comissão e o Director Executivo da NPCA. Deverá recomendar igualmente à Comissão e ao Director Executico da NPCA como é que as questões novas e emergentes identificadas/aprovadas pelos Órgãos de Política da UA seriam integradas no Plano

Estratégico. O Comité irá aconselhar a Comissão e ao Director Executivo da NPCA sobre a alocação de recursos para garantir o equilíbrio e plena realização das prioridades sob o Plano Estratégico.

A NEPAD/NPCA irá poiar o Comité Directivo e irá servir de elo de ligação importante com as CER e os Estados-membros, e desempenhar um papel de supervisão (em estreita coordenação com SPPMERM) no processo de monitorização e de relatórios.

A Presidente da Comissão designará um funcionário adequado para presidir o Comité Directivo. O Departamento de Planeamento Estratégico (SPPMERM) na Mesa da Presidente irá agir como o Secretariado do Comité Directivo (verificação dos planos de trabalho, orçamentos, relatórios de progresso e de acompanhamento). Deverá elaborar contribuições para a Agenda do Colégio relacionadas com a implementação do Plano Estratégico. O SPPMERM deve igualmente proporcionar o apoio técnico necessário para os Grupos Técnicos e os seus respectivos departamentos.

Os Grupos Técnicos

Um grupo técnico será estabelecido para cada um dos sete resultados/áreas prioritárias do Plano Estratégico. Cada grupo técnico irá reunir todos os departamentos relevantes, direcções e unidades. O grupo será presidido pelo departamento Líder/Co-Líder para esse grupo. A maior parte da planificação integrada, orçamento, relatório será feito a este nível. Os planificadores actuais dentro de SPPMERM serão atribuídos para apoiar o trabalho dos diferentes grupos.

Departamentos/Direcções

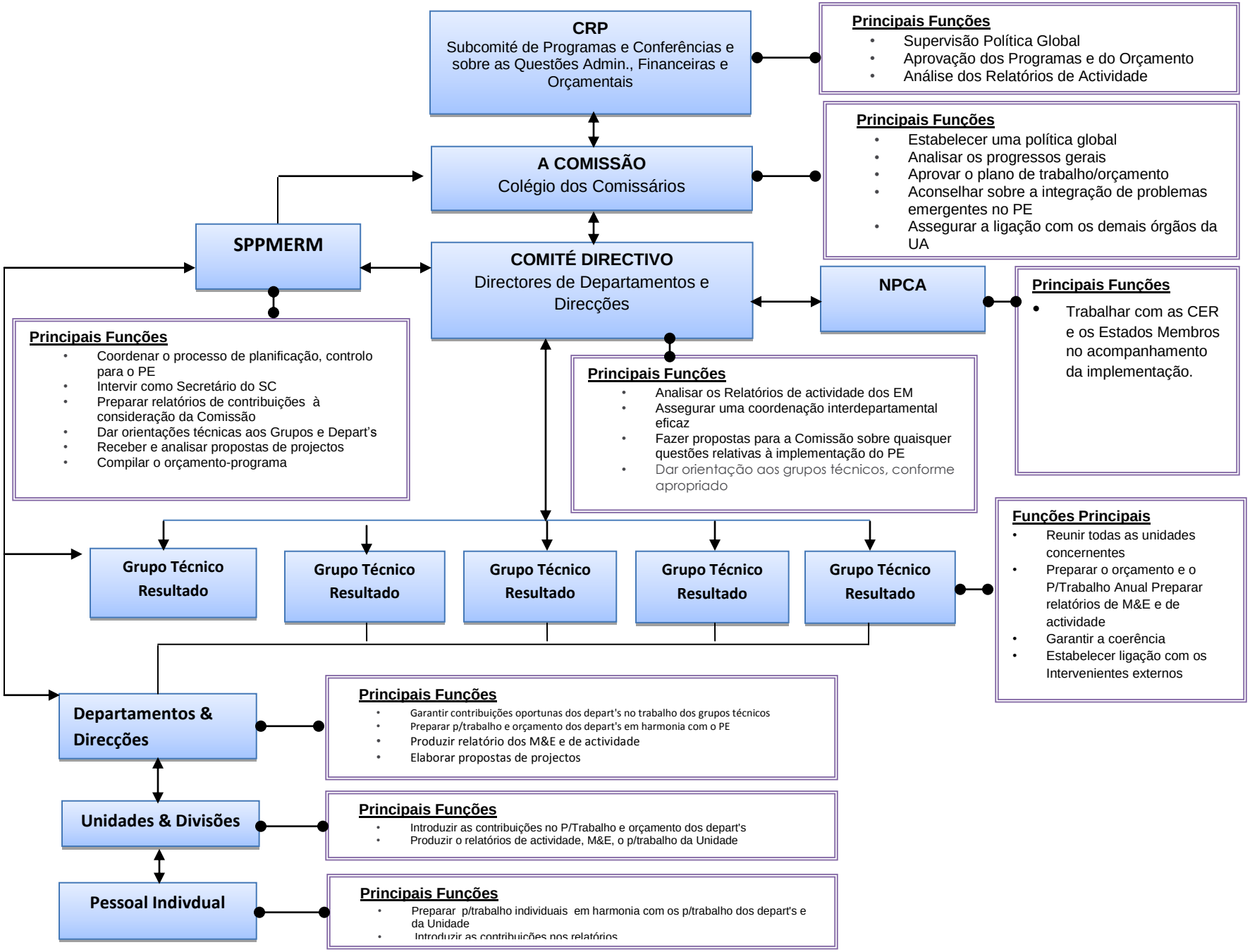
Os departamentos/direcções irão garantir contribuições oportunas no trabalho dos Grupos Técnicos em termos de planificação, monitorização e elaboração de relatórios.

Estas entidades têm a principal responsabilidade de projecção, implementação e seguimento das actividades planeadas do Plano Estratégico, bem como desenvolver e nutrir as relações apropriadas com os intervenientes e parceiros estratégicos.

Funcionários Individuais

Os funcionários individuais devem garantir que os seus planos de trabalho anuais estão em conformidade com os planos de trabalho aprovados para execução do plano estratégico. Espera-se que os chefes dos respectivos Departamentos /direcção/unidade estejam preparados para garantir esse processo, se quiserem que os seus orçamentos sejam aprovados, e que este deve estar vinculado para a avaliação do desempenho de pessoal.

FIGURA 3: IMPLEMENTAÇAO/GESTAO E SUPERVISAO INTERNOS



5.2 FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS VÁRIOS ACTORES E INTERVENIENTES

A CUA desempenha um papel essencial para viabilizar a integrçção do continente. E em conformidade com o seu mandato, a CUA irá desempenhar um papel de facilitadora através de advocacia, prestação de assistência técnica, por meio de estudos temáticos e diálogo político. Os princípios de complementaridade e de subsidiariedade continuam a ser o ponto essencial na agenda da CUA para levar a cabo uma contribuição significativa para o bem-estar dos Africanos, bem como coloca-la competitivamente na arena global. Neste contexto, os outros intervenientes irão jogar o seguinte papel:

Comunidades Económicas Regionais (CER):

- Providenciam dados que reflectem as prioridades regionais para o desenvolvimento dos quadros continentais;
- Traduzem estes quadros continentais em programas regionais concretos em estreita colaboração com a NPCA e com os Estados-Membros;
- Monitoram e avaliam a implementação dos programas regionais e mobilizam recursos para estes programas em estreita colaboração com a NPCA;
- Proporcionam apoio técnico aos Estados-membros na execução dos programas regionais.
- Providenciar os relatórios de progresso para a implementação dos Programas Regionais.

Estados-membros (ao Nível Nacional):

- Integrar a estratégia continental e regional, política e o quadro legal em planos e leis de desenvolvimento nacional; e garantem a implementação e Monitorização e Avaliação ao nível nacional.

NPCA:

- Traduz os quadros políticos e estratégicos em programas concretos em estreita colaboração com as CER e com os Estados-membros;
- Monitora e avalia a execução dos programas regionais e continentais em estreita colaboração com as CER e com os Estados-membros;
- Mobiliza recursos e Parceiros para viabilizar a implementação dos programas regionais e continentais.
- Providenciar relatórios regulares de progresso sobre a implementação de Programas

Outros Órgãos da UA:

- Trabalhar em estreita colaboração com a Comissão da União Africana (CUA) na concepção e implementação dos seus respectivos Planos Estratégicos e nos programas de acompanhamento para assegurar sinergias e complementaridades;

- Os Órgãos irão igualmente proporcionar relatórios regulares para os Órgãos Deliberativos da UA.

5.3 MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS

O centro do plano estratégico são as matrizes de resultados macro e micro (ver anexos---) preparados pelos departamentos dentro do contexto dos sete resultados. O alcance de resultados e das contribuições associadas tem que ser monitorado, avaliado e reportado. Esta sub-secção descreve a estrutura para atingir a esses pretextos. Cobre o propósito e os princípios, os níveis hierárquicos e responsabilidades, as ferramentas de monitorização, o ciclo de monitorização e avaliação.

Propósito dos Princípios de Orientação

Propósito

O Quadro de Acompanhamento de M&A do Plano Estratégico é para servir quatro propósitos fundamentais

- Proporcionar informação com base trimestral/semi-anual, anual para os Comissários/Departamentos sobre os progressos ao nível de realização do plano dos resultados previstos e alcançados.
- Servir como plataforma para actualizações/revisões para os indicadores / resultados e metas
- Realçar as evidências com base na tomada de decisão ao nível Operacional/Comissão e, por último
- Ligar os resultados / realizações aos recursos gastos – para determinar o nível de eficiência operacional da Comissão.

Princípios

O desenvolvimento do quadro para a monitorização e avaliação do plano é sustentado por quatro princípios fundamentais, entre outros.

- **Participação**: Todos os níveis hierárquicos da Comissão - o Gabinete dos Comissários, os Departamentos e as Divisões foram atribuídos funções a

desempenhar. A participação de todos irá garantir que todas as entidades identificáveis com a Comissão possuam ambos os processos e os resultados da execução do plano.

- **Transparência**: Os formatos e processos para o desenvolvimento da matriz de resultados macro/micro, a elaboração de planos trimestrais/anuais de trabalho e os processos de monitorização trimestrais/anuais demonstram uma abertura e apoio consistente e convergente do comportamento de todas as partes.
- **Prestação de Contas**: Os indicadores e metas a serem monitorados/avaliados são atribuídos exclusivamente aos departamentos; dentro duma área de resultados previstos/alcançados, existe um departamento líder para assumir a responsabilidade/ proporcionar a liderança na coordenação da contribuição das contribuições dos departamentos de apoio. Os departamentos de apoio têm igualmente indicadores e metas atribuídas a eles quando necessário. Ao responzabilizar os departamentos pelo seu desempenho contribuirá imensamente para a realização do plano de metas / resultados previstos/ alcançados.
- **SMART**: Tanto quanto possível, todos os indicadores e suas metas de acompanhamento devem ter a componente SMART: simples, mensuráveis, alcançáveis, confiável e oportuna.

O que deve ser Monitorado e Avaliado?

Dentro do contexto da execução do plano será monitorado o seguinte:

- O nível de realização dos objectivos estabelecidos em relação aos indicadores na matriz macro com base anual
- O nível de realização dos objectivos fixados em relação aos indicadores na matriz micro com base trimestral/anual

Dentro do contexto da execução do plano, entre outros será avaliado o seguinte,

- **Relevância:** a relevância contínua da meta e dos resultados do Plano, as hipóteses incluindo os riscos etc., durante e após a conclusão da execução do plano.
- **Eficácia:** a medida em que o objectivo/ resultados previstos/ alcançados do plano foram atingidos dentro dos prazos estabelecidos nas diversas matrizes macro e micro.
- **Eficiência**: a medida em que a gestão da implementação do plano – a concepção do plano estava correcta no início com base na retrospectiva, o orçamento foi gasto / as despesas incorridas estavam dentro do orçamento, etc.

Responsibilidades e Hierarquia Institucional

Um resumo das hierarquias dentro da UA e suas funções atribuídas na monitorização e avaliação da implementação do plano estão na tabela abaixo. O nível hierárquico baseia-se na figura---tal como está apresentado na secção 5.1

Tabela 19 Nível e Responsabilidades Atribuidas em termos do Quadro de M&A

Nível	Responsibilidades Atibuidas
Membros da Comissão eo Director Executivo da NPCA	1. Estabelece / faz revisão / aprova os indicadores e metas anuais para os resultados (matriz macro) 2. Aprova os planos de trabalho e orçamentos anuais 3. Recebe / faz análise / providencia feedback sobre nos relatórios de acomapanhamento simestais / anuais 4. Recebe / revê / aprova as Avaliações Intercalares / do Fim da Implementação do Plano
Comité Directivo	1. Faz revisão / aprova indicadores trimestrais e as metas para as realizações 2. Aprova os planos de trabalho e orçamentos trimestrais 3. Recebe / revê / proporciona feedback sobre relatórios de acompanhamento trimestrais 4. Prepara os relatórios trimestrais para a análise da Comissão 5. Recruta/ supervisiona o trabalho a médio e do fim de prazo de Consultores de execução do plano 6. Proporciona supervisão para o trabalho dos Grupos Técnicos designados *clusters.*
Grupo(s) Técnico(s)	1. Desenvolve o plano de trabalho anual / trimestral para o Grupo (Resultado) 2. Rever os progressos na consecução de resultados previstos / alcançados com base trimestral 3. Facilitar o acompanhamento da execução do plano trimestral / anual 4. Prepara o relatório de progresso para a consideração do comité de direcção na base trimestral / anual 5. Prepara relatórios semestrais com planos de acção para a consideração do Comité de Direcção
SPPMERM	1. Actua como o Secretariado do Comité de Direcção • Prepara / integra os planos de trabalho trimestrais / semi / anuais para validação pelo Comité Directivo • Prepara / integra relatórios de acompanhamento trimestrais / semi anuais / anuais para a validação do Comité de Direcção • Processa o recrutamento e supervisão de Consultores de Avaliação

Nível	Responsibilidades Atibuidas
	2. Actua como o Secretariado para os Grupos Técnicos • Coordenada / organiza as reuniões dos Grupos Técnicos • Coordena a preparação de Progresso para a realização de Resultados para a validação por parte do Comité Directivo 3. Gerir o ciclo de monitorização e avaliação • Emite orientações e prazos • Organiza reuniões coordenação • Coloca o pessoal para cada comissão técnica na monitorização de indicadores / metas, incluindo confiança e precisão da informação proporcionada com respeito aos meios de verificação • Providenciar apoio técnico para grupos técnicos/ departamentos 4. Prepara relatórios de acompanhamento e de avaliação anual
Departamento/ Divisões/Unidades	1. Prepara planos de trabalho e orçamentos Departamentais anuais / trimestrais 2. Monitora o progresso para a realização dos resultados alcançados, usando os meios de verificação na matriz de resultados, se for adequado 3. Participa das deliberações dos Grupos Técnicas sempre que aplicável 4. Prepara relatórios de acompanhamento departamentais / incluindo actividades mensais de monitorizacção

Instrumentos de Monitorização

Para garantir a eficácia na implementação do plano, dois conjuntos de ferramentas de monitorização foram fornecidas - indicadores/metas e formatos

Indicadores / Metas

O quadro de resultados ambos Macro e Micro têm indicadores para cada resultado alcançado que vem sob um resultado previsto. Cada indicador sob um resultado alcançado tem suas metas correspondentes a atingir em cada um dos quatro anos de duração do plano. Uma análise de variação simples - o alvo versus o real para o ano forma a base de avaliação do progresso para a concretização de um resultado alcançado /previsto.

As metas e com os seus indicadores correspondentes embora previstos nas matrizes macro / micro no início da implementação do plano serão sujeitos a uma revisão anual com base em idéias a partir da experiência do ano anterior, ou a uma avaliação intercalar da execução do plano.

Formatos

Foram providenciados dois tipos de formatos - para a elaboração de planos de trabalho trimestrais / anual (Anexo 3) e a elaboração de relatórios de monitorização anuais / trimestrais (Anexo 2). Ambos estão ligados às matrizes aos resultados micro das várias realizações. As notas de Rodapé foram providenciadas nos formatos para a sua utilização.

Há um terceiro formato, o formato de acompanhamento mensal da atcividade (ver anexo 4). Este formulário será utilizado pelos Directores dos Departamentos para monitorar as actividades mensais a serem levadas a cabo a partir dos planos de trabalho trimestrais. Estes devem ser guardados pelos chefes de departamento e vão permitir-lhes preparar os relatórios de acompanhamento trimestrais com facilidade.

O ciclo de Monitorização

Para retirar ambiguidades/incertezas em relação de quando cada nível se espera para cumprir as funções atribuídas na cadeia de monitorização e avaliação, um ciclo de monitorização apresentado pela Tabela 20 demonstrando o nível de hierarquia, os resultados e os prazos, está a ser proposto como parte do quadro de acompanhamento da implementação do plano. Além disso, haverá uma provisão para auditorias regulares internas e externas do Plano.

Tabela 20: Ciclo de Monitorização

Nível	Resultado Final	Prazo(s)
Membros da Comissão e o Director Executivo da NPCA	Aprovação de indicadores e Metas para o ano em curso +1	Abril do Ano Anterior
	Aprovação de Planos de Trabalho e de Orçamentos para o ano em curso +1	
	Feedback dos Relatórios de M&A Semi / Anuais	Abril do Ano Anterior
Comité Directivo	Validação dos orçamentos e de planos de trabalho Trimestrais	Março/Junho/Setembro/Dezembro
	Validação de relatórios de monitorização trimestrais / anuais	Março/Junho/Setembro/Dezembro
Grupo Técnico	Orçamentos e Planos de Trabalho de Grupo trimeistrais/Anuais	Março/Junho/Setembro/Dezembro

Nível	Resultado Final	Prazo(s)
	Relatório de Monitorização Anual / Trimestral	Março/Junho/Setembro/Dezembro
SPPERM	Orçamentos e planos de trabalho integrados anuais / trimestrais	Março/Junho/Setembro/Dezembro
	Relatório de monitorização integrado trimestral/anual	Março/Junho/Setembro/Dezembro
	Relatório Intercalar de Avaliação	Janeiro-Março 2016
	Relatório de Avaliação do Final do Plano	Setembro-Dezembro 2017
Departamento	Orçamento e plano de trabalho Trimestral/ anual	Março/Junho/Setembro/Dezembro
	Relatório de monitorização Trimestral / anual	Março/Junho/Setembro/Dezembro

Avaliação do Plano

Para garantir que os resultados previstos / alcançados do plano são pertinentes pelo menos durante o período de execução sejam gerido de forma eficiente e eficaz, duas avaliações serão realizadas.

A avaliação intercalar será realizada durante o primeiro trimestre do terceiro ano da execução do plano. Ideias da avaliação serão utilizadas para racionalizar o plano de matrizes dos resultados macro / micro em áreas como das revisões dos resultados previstos / alcançados; a inteligência dos indicadores e das suas metas associadas; a estrutura de governação, o quadro de monitorização e as capacidades dos gestores / pessoal envolvido no plano de execução, monitorização e avaliação.

A segunda avaliação será realizada durante o último trimestre do quarto ano do plano. O momento da avaliação é relevante - que irá fornecer ideia para o desenvolvimento do quarto plano estratégico da UA que estaria a ocorrer naquele momento. O foco da avaliação, por causa de sua proximidade com a conclusão do plano, incidirá mais sobre o nível de realização dos resultados previstos/alcançados, a relevância contínua dos resultados previstos/alcançados, a eficácia e eficiência da gestão da execução, em vez do impacto do plano para os Estados-Membros e outros beneficiários do plano.

5.4 PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

Os principais componentes do plano de implementação no contexto do acordo da implementação são o plano de trabalho anual e a execução orçamental e monitorização e avaliação.

A elaboração do plano de trabalho e orçamento anual pelos departamentos / divisões é impulsionado pelas matrizes de resultados macro e micro no anexo 6 O sequenciamento / calendário dos diversos componentes da elaboração do plano de trabalho anual:?. Emissão de indicadores e metas anuais pelos Comissários, seguido pela elaboração de planos de trabalho e orçamentos anuais por departamentos / divisões, a aprovação dos planos de trabalho e dos orçamentos ... etc, estão contidos na tabela 21.

O plano para a monitorização da implementação do plano de base trimestral / anual e da avaliação intercalar e do final do plano seguem os prazos conforme consta da tabela 20. As responsabilidades dos actores-principais na cadeia de monitorização e avaliação - o Colégio de Comissários, o Comité Directivo, os Grupos Técnicos, os Departamentos / Divisões juntamente com prazos estão igualmente providenciados na tabela 20 – nível e responsabilidades atribuidas no quadro de M&A.

5.5 CONDIÇÕES FAVORÁVEIS

Deve-se criar um ambiente adequado para a implementação eficaz do Plano Estratégico. Estas condições favoráveis incluem o seguinte:

- As principais Instituições de intervenientes no continente bem como de cidadãos comuns Africanos devem estar cientes de quê a Comissão, através do seu Terceiro Plano Estratégico, está decidida a alcançar, a fim de reforçar o seu sentido de propriedade e envolvimento. Medidas para popularizar o Plano Estratégico deve ser realizada, envolvendo a imprensa, a TV, folhetos, etc.

- Os Estados-Membros devem assegurar o financiamento adequado (recursos internos) e instrumentos legais para os programas do Plano Estratégico.

- Os programas do Terceiro Plano Estratégico devem ser integralmente propriedade de África, incluindo o continente progressivamente a jogar um papel maior e a assumir liderança no financiamento destes programas.

- Eficiência operacional, sinergia e colaboração dos departamentos da CUA

- A adesão aos princípios da subsidiariedade e da complementaridade entre a CUA, outros Órgãos e as CER.

- Dentro da Comissão, a cultura de pensamento integrado deve ser alimentada e fortalecida de modo que a ela age como uma entidade na busca das metas e prioridades do Terceiro Plano Estratégico.

- Para melhorar a racionalização, a coordenação, harmonização e redução de custos de transação, os parceiros doadores da Comissão precisam de avançar para o apoio directo de orçamento completo.

- Existência de um Mecanismo robusto de Monitorização e Avaliação

- A Comissão deve envidar esforços para garantir que os parceiros e os Estados-Membros são abordados cedo e que todos os pré-requisitos para se desencadear a libertação de recursos sejam tratados em tempo útil. Deve garantir igualmente que todos os departamentos, em especial a PBFA e SPPMERM, tornem disponível em tempo oportuno os relatórios sobre a utilização dos fundos, informar trimestralmente a atenção da Direcção da CUA para a tomada de decisão e direcção e aos parceiros para sua informação.

- A Comissão deve deixar de fazer trabalho predominantemente normativo para um envolvimento mais pró-activo na implementação de muitos quadros inter-regionais complexos, políticas e programas: avaliação/estudos de viabilidade, concepção, negociações/obtenção de acordos, colocando quadros de governação, de monitorização, de mobiilização de recursos, etc de modo a acelerar o progresso para a realização da agenda continental.

- A Comissão deve adquirir capacidades críticas e competências necessárias para fazer avançar a agenda continental; a complexidade técnica de projectos multi-nacionais e negociações de investimento irá requerer novas habilidades que a Comissão deve adquirir ou desenvolver.

CAPÍTULO 6: ORÇAMENTO DE PROGRAMAS E MECANISMOS DE FINANCIAMENTO

6.1. ORÇAMENTO DE PROGRAMAS

O orçamento total de programas do Terceiro Plano Estratégico corresponde a 1,119,348,519 $EU As dotações para os respectivos sete resultados/prioridades estão resumidas no Quadro 21, abaixo

QUADRO 21: TERCEIRO PLANO ESTRATÉGICO DA CUA (2014-2017) ORÇAMENTO POR RESULTADO

RESULTADOS/Prioridades	ORÇAMENTO TOTAL
RESULTADO 1: Promoção da paz e estabilidade, da boa governação, da democracia e dos direitos humanos, como bases para o desenvolvimento e sociedades estáveis	148,175,333.00
RESULTADO 2: Existência de políticas e instituições para a produção agrícola sustentável e crescente, expansão do acréscimo de valor e acesso ao mercado e boa gestão ambiental e das alterações climáticas	316,041,477.00
RESULTADO 3: Criação de infra-estruturas de desenvolvimento e um ambiente para o desenvolvimento económico inclusivo, industrialização, Comércio intra-africano liderado pelo sectorprivado e utilização sustentável dos recursos naturais.	309,295,664.00
RESULTADO 4: Implementação pelos Estados Membros de políticas e programas para melhorar o acesso à saúde, educação e competências de emprego impulsionados pelo investimento nos serviços, ciência, pesquisa e inovação	131,779,846.00
RESULTADO 5: Implementação de estratégias para a mobilização de recursos, incluindo fontes alternativas e adicionais, para permitir que África financie os seus programas e desenvolvimento	14,680,888.00
RESULTADO 6: Uma União que se comunica com e envolve os Estados-Membros e outros intervenientes na definição e implementação da Agenda de África	4,536,554.00
RESULTADO 7: Melhoria das capacidades institucionais da CUA e fortalecidas as relações com as CER e os	194,838,757.00

Órgãos da UA, bem como os parceiros estratégicos e outros.	
TOTAL GERAL	**1,119,348,519.00**

O orçamento acima é composto pelo seguinte:

Categoria		2014	2015	2016	2017	Total
1	Comissão da União Africana*	131,401,912	137,972,008	144,870,608	152,114,138	566,358,666
2	Fundos de Repasse **	90,536,525	95,063,352	99,816,520	104,807,346	390,223,743
3	Assistência Técnica ***	37,763,663	39,651,847	41,634,439	43,716,161	162,766,110
	Total Geral	**259,702,100**	**272,687,207**	**286,321,567**	**300,637,645**	**1,119,348,519**

* Este é o orçamento total disponível para a Comissão

** Estes são os fundos orçamentados, mas são transferências para os Estados-membros, por exemplo concessões geotérmicas, fundos de gado do BIRA

*** Estes representam o apoio técnico previsto dos parceiros de desenvolvimento em áreas e experiências especiais

Durante o primeiro ano, haverão igualmente **projectos especiais** no valor de **24,241,656. $EU**. Estes são projectos únicos previstos apenas para o primeiro ano como a sede do BIRA, Aldeia Africana, casas residenciais para os Comissários.

6.2. MECANISMOS DE FINANCIAMENTO

São propostas as seguintes opções como mecanismos de financiamento para o Terceiro Plano Estratégico:

a) Estados-membros: as contribuições dos Estados-membros têm dado cobertura às despesas de funcionamento e até certo ponto ao orçamento-programa da Comissão. Há necessidade de aumentar as contribuições dos EM para o orçamento-programa da Comissão, como demonstração da vontade política e da apropriação. Há necessidade urgente de explorar fontes novas e inovadoras em parceria com os governos e sector privado dos países africanos
b) Doadores Tradicionais: Os parceiros tradicionais da Comissão generosamente têm disponibilizado o grosso do financiamento dos programas da Comissão. Espera-se que esses parceiros continuem no 3o Plano Estratégico. Contudo, espera-se que a parceria evolua plenamente para o apoio orçamental. Contudo, como uma demonstração de apropriação dos programas prioritários da Comissão, os Estados-

membros terão de assumir uma parte maior do orçamento do programa, de forma incremental;

c) Doadores Não-tradicionais: com a diversificação dos parceiros comerciais e de investimento, seria importante procurar novos parceiros junto dessas regiões emergentes.
d) Mobilização de recursos internos: incluindo formas e meios de envolver o sector privado no financiamento de programas prioritários devem ser exploradas.
e) A Comissão também irá explorar formas de fazer uso do Memorando de Entendimento existente com os Estados-membros em que estes se comprometem a prestar apoio técnico na forma de formação e de pessoal em áreas que a Comissão necessita. Isto só pode ser reactivado mediante um pedido da Comissão.

A Implementação bem-sucedida do Plano Estratégico vai exigir fontes adequadas, previsíveis e sustentáveis de financiamento. Nesse contexto, serão exploradas estratégias para a mobilização de recursos, incluindo alternativas e/ou fontes adicionais. Em particular, os Órgãos Deliberativos da UA terão de chegar rapidamente a acordo sobre as fontes alternativas de financiamento.

CAPÍTULO 7: CONCLUSÃO

O mundo e África estão a passar por alterações impressionantes em todas as esferas da vida e os países africanos necessitará de adaptações para acompanhar essas mudanças. A Comissão da União Africana, sendo o motor para alcançar a visão da União de "**construir uma África integrada, próspera e pacífica, dirigida e gerida pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena internacional**" deve portanto ser imbuída de um sentido renovado de urgência no seu trabalho. É necessário uma mudança decisiva na forma de trabalho da Comissão; mudar de sentir-se satisfeita com a implementação de funções normativas para, proactivamente, apoiar a implementação da integração continental e a agenda socioeconómica do continente.

Existem provas concludentes que o continente Africano está no caminho do desenvolvimento sustentável que levará a uma maior paz, estabilidade, segurança e prosperidade para os seus cidadãos. O que permanece uma icógnita é quão rápido este processo pode ser acelerado de modo a garantir que a Visão da UA seja alcançada o mais cedo possível.

Anexos

Resultado do Grupo Técnico

Anexos

ANEXO 1: ANÁLISE DOS INTERVENIENTES E SUAS EXPECTATIVAS

INTERVENIENTES	EXPECTATIVAS
Estados-membros ▪ **Conferência** ▪ **Conselho Executivo** ▪ **CRP** ▪ **Comités Técnicos Especializados**	▪ Transparência e Prestação de contas ▪ Utilização eficiente e prudente de recursos ▪ Informação e relatórios oportunos e seguros ▪ Implementação clara, oportuna e objectiva de decisões e programas aprovados ▪ Serviço profissional e de qualidade das reuniões
Outros Órgãos da UA ▪ **Parlamento Pan-Africano** ▪ **Tribunal Africano da Justiça e dos Direitos Humanos** ▪ **CADHP** ▪ **ECOSOCC** ▪ **CPS** ▪ **Instituições Financeiras** ▪ **Comité Africano de Peritos sobre Direitos e Bem-estar da Criança**	▪ Conselho, orientação e apoio à formação institucional, funcionalidade e sustentabilidade
CER **CEDEAO, EAC, CEEAC, CEN-SAD, COMESA, SADC, IGAD, UMA**	▪ Coordenação na harmonização dos processos de integração ▪ Cooperação e colaboração respeitante aos programas
Sociedade Civil	▪ Actualização da integração Africana ▪ Maior envolvimento e contribuição dos Órgãos de decisão no processo da União Africana
Cidadãos Africanos incluindo a Juventude Africana	▪ Promoção da integração ▪ Resposta eficaz aos desafios emergentes em África ▪ Representação dos interesses da cidadania Africana comum na arena internacional ▪ Falar a uma só voz e defender os interesses das populações africanas

Diáspora Africana	▪ Maior envolvimento da UA nas actividades ▪ Fortalecimento da Diáspora Africana
Parceiros Estratégicos	▪ Coordenação eficaz com os Estados-membros ▪ Cooperação sobre as posições comuns africanas
Parceiros do Desenvolvimento	▪ Transparência e prestação de contas ▪ Informação e relatórios em tempo oportuno e seguro ▪ Cumprimento de contratos
Sector Privado	▪ Encorajamento e promoção de Parcerias viáveis Público-Privado ▪ Partilha de Informação ▪ Promoção de negócios africanos ▪ Fórum do Sector Privado
Media	▪ Promoção e engajamento como um meio de comunicação ▪ Facilitação do acesso à informação
Pessoal da CUA	▪ Transparência e prestação de contas; integridade; liderança forte; bem-estar; justiça; igualdade; desenvolvimento; carreira e segurança no trabalho.

ANEXO 2: FORMATO DO PLANO DE TRABALHO ANUAL

Departamento:
Resultado:

Resultados	Actividades Programadas	Prazos (Trim.)				Parte Responsável/	Orçamento		
		1	2	3	4		Fonte de Financiamento	Descrição	Montante
1. _____ Indicadores / Objectivos a) b) c)									
2. _____ Indicadores/ Objectivos a) b) c)									
3. _____ Indicadores/ Objectivos a) b) c)									

Notas

1. A informação sobre o resultado será obtida da matriz dos resultados.
2. A informação sobre a produção será obtida da matriz dos resultados
3. A informação sobre os indicadores/objectivos serão obtidos da matriz dos resultados do ano em questão
4. As actividades programadas têm que ser expressas pelo gestor - devem ser específicas e contribuir para a obtenção dos resultados específicos
5. Prazo - indica o trimestre em que a actividade se realiza
6. Parte responsável – quem empreenderá a actividade
7. O orçamento é o custo das actividades programadas - e deve estar incluída no orçamento conforme custo/plano de financiamento; a UA será a principal fonte de financiamento, mas pode ser um doador ou ambos, a UA e o doador

ANEXO 3: FORMATO DE MONITORIZAÇÃO TRIMESTRAL/SEMESTRAL

DEPARTMENTO:----------
ANO:---------- TRIMESTRE/SEMESTRE :----------

Resultado					
Produção **Indicadores**	**Actividades**	**Objectivo**			**Progresso na produção**
		Ano Programado	**Trimestre Programado**	**Trimestre real**	
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					

Notas:

1. O Resultado é obtido da matriz dos resultados micro
2. O resultado é obtido da matriz dos resultados micro
3. As actividades serão obtidas do formato do plano anual de trabalho
4. A Meta- Ano Programado – a meta é estabelecida para o ano de acordo com a matriz dos resultados; Trimestre programado – parte da meta anual que se espera alcançar dentro do trimestre; Trimestre real – a meta real alcançada durante o trimestre
5. O Progresso para a Produção descreve o nível de conclusão das actividades/metas estabelecidas para o ano (ie. substancialmente concluído ; 100% concluído; progresso zero para a obtenção da produção etc.)

ANEXO 4 : MODELO DE ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO MENSAL

Departamento:_____

Resultado:_____

Trimestral_____ **Mensal** _____

Ano_____

ACTIVIDADES PLANEADAS PARA O TRIMESTRE	ACTIVIDADES PLANEADAS E NÍVEL DE REALIZAÇÃO PARA O MÊS	
RESULTADO 1A	PLANIFICADO	NÍVEL DE REALIZAÇÃO
Indicador		
Indicador		
RESULTADO 2		
Indicador		

1. Actividades palnificadas par ao trimesatre para o Resultado em questão é obtido do plano de trabalho trimestral e deve ser organizado à volta dos indicadores inseridos no resultado. Os indicadores são obtidos no plano de trabalho trimestral/anual aprovado

2. As actividades planificadas par ao mês terão de ser desenvolvidas/ inseridas pelo gestor responsável pelo resultado.

3. O nível de realização descreve até que ponto as actividades do plano foram concluídas até ao fianal do mês , constrangimentos, relacionados com o baixo nível de realização e possíveis acções para a rectificação do referido baixo nível de realização

ANEXO 5: INSTRUMENTO AFRICANO DE MONITORIZAÇÃO AVALIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS

Introdução

O Instrumento Africano de Monitorização Avaliação e Elaboração de Relatórios (AMERT) é um sistema computarizado de planificação, monitorização e avaliação (AMERT) que foi criado para facilitar o processo de integração de gestão baseada em resultados no seio da Comissão. Tendo isto em mente, o instrumento incorpora um quadro lógico de análise visando ligar todos os programas e projectos com o plano estratégico da Comissão

Isto faz parte dos esforços de transformação e integração regional para melhorar as capacidades de Monitorização e Avalição na CUA e no Continente

Visão Geral da AMERT

Os seguintes módulos e características encontram-se disponívieis:

Módulo	Funções
Planificação	Proposta de Projecto Esta parte do módulo abrange a fase de planificação do seu projecto. Ela orienta o utente a desenvolver um plano do projecto baseado em resultados, através de procedimentos bem estruturados e metodologias Plano de Trabalho Nesta parte, o utente concebe o seu plano de trabalho do projecto de acordo com as propostas do projecto aprovadas
Monitorização avaliação	Relatório de Actividades Os utentes podem elaborar os seus relatórios de actividades periódicos da seguinte forma: 1. Relatórios Mensais –para uso interno de cada departmento – em análise 2. Relatórios Trimestrais – para uso oficial da Commissão Monitorização e Avaliação O progresso de cada projecto é monitorizado e avaliado de acordo com os seus resultados alvo e indicadores previstos. [Esta parte não está completamente automatizada pelo sistema]
Elaboração de Relatórios	Os seguintes tipos de relatórios podem ser produzidos /gerados pelo AMERT. ✓ Propostas de Projectos ✓ Orçamento Programa ✓ Planos de Trabalho Anuais ✓ Relatórios de Actividades Periódicos ✓ Quadro lógico do Programa ✓ Cada Relatório pode ser categorizado por ✓ Prioridades ou Resultados ✓ Departmento ✓ Fonte ou Fundo ✓ Financeiro, Técnico ou ambos

Dado que a AMERT cria um ambiente onde qualquer infrmação relevante acerca de um projecto pode ser registada, este instrumento pode ser usado para gerar diferentes tipos de relatórios para diferentes intervenientes e cenários

Alguns factos sobre a AMERT

- Acesso fácil
- AMERT tem como base a Web o que faz com que se possa aceder à mesma de qualquer local no mundo através da internet.
- De Software aberto

  O instrumento está completamente desenvolvido com materiais de desenvolvimento do software aberto o que fez com que não se incorresse a custos adicionais de licenciamento
- Desenvolvido na instituição

  AMERT foi desenvolvido internamente; é um produto da comissão que foi desenvolvido a partir de várias consultas e contribuições valiosas dos intervenientes

Situação Actual

O instrumento foi sujeito a diferentes alterações durante o seu desenvolvimento no que refere à transição da planificação, monitorização e avaliação com base na actividade para uma planificação, monitorização e avaliação com base em resultados.

A segunda versão do instrumento que incorpora todas as alterações necessárias está em funcionamento e disponível na internet através do seguinte link www.amert.org'

A Formação nos Departamentos está a ser levada a cabo presentemente

Tarefa	Descrição/objective	Cooperação necessária de	Nível de Cooperação
Formação	Cursos de aperfeiçoamento contínuos necessários para todos os Departamentos e pessoal dos Escritórios Regionais.	Todos os Departamentos	• Todos os Departamentos necessitam de indigitar uma pessoa focal ou Super utilizadores para o AMERT para facilitar a formação e tarefas contínuas que se seguem • Todos os utentes focais indigitados devem estar presentes durante a formação
Integração com o SAP	O AMERT trata do conteúdo narrativo dos relatórios, daí a necessidade de integração com o SAP a fim de se obter relatórios de execução actualizados que os acompanhem	PBFA	• PBFA necessita de providenciar um perito em SAP • PBFA necessita de criar um nível de acesso "sómente para leitura" para o AMERT no SAP

Integração do Instrumento ao fluxo de trabalho da Comissão	O AMERT é um instrumento, e como qualquer outro sistema necessita de informação relevante e uso contínuo para ser bem sucedido em termos de funcionamento e alcançar os seus objectivos.	• Gestão Sénior • Todos os departamentos	• A gestão senior necessita de fazer com que o uso do AMERT seja obrigatório para o processo de planificação, monitorização e avaliação dos programas e projectos da Comissão • Os Departmentos devem aderir aos procedimentos sujeitos à planificação monitorização e avaliação

ANEXO 6: TERCEIRO PLANO ESTRATÉGICO DA CUA (2014-2017): QUADRO DE RESULTADOS

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
Objectivo: **Melhoria da qualidade de vida dos cidadãos africanos** **Uma África integrada, próspera, em paz e desempenhando um papel dinâmico na arena continental e global**	**Impacto** **1. Uma África Pacífica:** Criação e manutenção sustentável das condições de paz 1.1 Resolução dos conflitos existentes/prevenção de novos conflitos/ não existência de conflitos 1.2 Envolvimento equitativo das pessoas na sociedade civil **2. Uma África Próspera & Integrada** 2.1 Redução da pobreza (número de pessoas) 2.2 Maior crescimento: PIB por EM; Nº de EM que alcançou a meta de 6% de taxa de crescimento do PIB; N.º de EM que aumentou investimentos; aumento de novas empresas, maior produtividade, maior volume de comércio/livre circulação de bens, serviços e pessoas entre países; 2.4 Aumento do crescimento agrícola: aumento do acréscimo de valor para o PIB; aumento de investimentos, aumento da produtividade agrícola, melhoria da segurança alimentar; 2.5 Gestão das alterações climáticas: mitigação dos efeitos dos impactos; preservação de recursos; mitigação da incidência da fome	N/A				
Resultado 1: Manutenção da paz e	% de conflitos violentos que surgiram num determinado ano e que foram resolvidos	25%	30%	45%	60%	75%

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
da estabilidade, melhoria da boa governação, da democracia e dos direiros humanos						
	# de Programas de Reconstrução e Desenvolvimento Pós-conflito (PCRD) (incluindo programas de Mulheres e Jovens) que foram implementados com sucesso pelos EM	4	5	6	6	6
	% de eleições que foram declaradas livres e justas pelas Missões de Observação de Eleições da UA/CER num ano civil	35%	45%	55%	65%	75%
	# de EM que implementam a Abordagem Baseada nos Direitos[60]	ND	10	10	10	10
	% de Instituições Nacionais relevantes que implementam as recomendações da CADHP	ND	20%	20%	20%	20%
	# de EM que implementaram pelo menos 50% dos instrumentos jurídicos da UA[61] por si ratificados.	ND	16	19	21	24
	# de Forças em Estado de Alerta que estão totalmente operacionais	0 (três Forças Regionais em Estado de Alerta estão parcialmente operacionais)	3	4	5	

[60] (A Abordagem de Desenvolvimento Baseada nos Direitos é uma abordagem de desenvolvimento promovida por muitas Agências de Desenvolvimento Internacionais e organizações não-governamentais (ONG) que tem como objectivo alcançar uma transformação positiva das relações de poder entre os vários actores do desenvolvimento

[61] Carta sobre Democracia, Eleições e Boa Governação; Convenção sobre a Protecção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente; Carta sobre os Direitos e Bem-estar da Criança; Carta sobre o Renascimento Cultural de África; Quadro de Política Humanitária

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
Realizações						
Realização 1.1 Existência de Capacidade para a Prevenção, Gestão de Conflitos e Consolidação da Paz	# de acordos/plataformas comuns celebrados entre o CPS e outros Órgãos de Paz e Segurança similiares (CSNU, Comité de Política e Segurança da UE, Conselho de Paz e Segurança da Liga dos Estados Árabes)	NA	3	3	3	3
	% de decisões tomadas pelo CPS e CER/MR (sobre paz e segurança) e que cuja implementação foi facilitada pela Comissão por ano.	80	80	85	90	95
	# de iniciativas de prevenção de conflitos (relacionadas com eleições e governação) tomadas pelo Painel dos Sábios, em colaboração com organismos similares nas CER, relativas a questões de paz e segurança.	5	20	20	20	20
	# informações/relatórios de Alerta Prévio por região submetidos à Comissão/CPS e que foram postos em prática, num ano civil	ND	Pelo menos 3	Pelo menos 15	Pelo menos 15	Pelo menos 16
	Preparativos/implantação da FAEA para acções de prevenção, situações de conflito e catástrofes	ND	Testar a FAEA, incluindo a Capacidade de Rápida Implantação & o papel da FAEA no Apoio a Situações Humanitárias e de Catástrofes Naturais	Declarar a FAEA totalmente operacional	Exercício de Formação no Terreno sobre a FAEA	Exercício de Avaliação, Avaliação das forças regionais
	# de EM que receberam apoio em termos de facilitação para a implementação de instrumentos continentais sobre o controlo e não	ND	Pelo menos 12	Pelo menos	Pelo menos	Pelo menos

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
	proliferação de armas			12	16	16
	% da redução de conflitos violentos no continente num ano civil	ND	20	25	30	35
Estratégias e Acções a serem levadas a cabo **1. Garantia da operacionalização plena da Arquitectura Africana de Paz e Segurança - APSA** **2. Mobilização de recursos para apoiar a agenda da UA de paz e segurança, através da Iniciativa Solidariedade Africana (ASI) e contribuições voluntárias para o Fundo de Paz** **3. Facilitação da formulação e implementação de políticas/iniciativas destinadas a abordar as principais causas de conflitos em África** **4. Promoção de mecanismos de resolução de conflitos tradicionais/baseados na comunidade** **5. Promoção da pesquisa em Educação e Cultura de Paz no Continente, incluindo o desenvolvimento de currículos que incluam a educação para a paz** **6. Adopção de medidas para abordar ameaças de segurança novas e emergentes – cibercrime, segurança marítima, pirataria, fundamentalismo, extremismos, terrorismo, etc.** **7. Promoção da implementação do Plano de Acção da UA para o Controlo da Droga e Prevenção do Crime (2013-2017)** **8. No âmbito da APSA, reforço das redes de comunicação a fim de promover os esforços da UA de prevenção, gestão de conlfitos e consolidação da paz.** **9. Desenvolvimento e implementação de campanhas de comunicação e advocacia e planos temáticos de comunicação para sensibilizar e reforçar a cultura de paz.** **10. Aceleração da implementação do Programa de Fronteiras da UA** **11. Apoio ao Centro Africano de Estudos e Pesquisa sobre o Terrorismo**					
Departamento responsável da UA: P&S						
Departamentos Colaboradores da UA: Assuntos Políticos, DSA, DIC						
ALVO (Parceiros Externos)						
Realização 1.2 Facilitação da participação da mulher, juventude (incluindo o CJV-UA) e da sociedade civil na consolidação da paz, prevenção de conflitos e Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito	# de mulheres formadas como formadoras em matéria de prevenção de conflitos, reconstrução e desenvolvimento pós-conflito em países acabados de sair de situações de conflito.	45	80	80	80	80
	# de jovens (incluindo o CJV-UA)o formados como formadores em matéria de prevenção de conflitos, reconstrução e desenvolvimento pós-conflito em países acabados de sair de situações de conflito.	0	108	108	108	108
	# de membros da sociedade civil formados como formadores em matéria de prevenção de conflitos, reconstrução e desenvolvimento pós-conflito em países acabados de sair de situações de conflito.	ND	54	54	54	54
	Desenvolvimento e uso do Manual da UA de Formação de Formadores em matéria do Género para programas de formação	0	1	0	0	0

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
	destinados às Operações de Apoio à Paz da UA (AU PSOs) e PKOPS.					
	# de diálogos facilitados com vista à participação da mulher/jovens/sociedade civil em intervenções relativas à situações de conflito	15	15	15	15	15

Estratégias e Acções a serem levadas a cabo

1. **Elaboração, promoção e implementação de programas para reforçar o envolvimento/ participação da mulher na consolidação da paz, prevenção de conflitos e processos de recuperação e desenvolvimento e pós-conflito**
2. **Implementação do programa CJV-UA e de outros programas relevantes a fim de reforçar o envolvimento/participação da juventude na consolidação da paz, prevenção de conflitos e processos de reconstrução e desenvolvimnento pós-conflito**
3. **Desenvolvimento, promoção e implementação de programas para reforçar o envolvimento/participação da sociedade civil nos processos de consolidação da paz, prevenção de conflitos e recuperação e desenvolvimento pós-conflito;**
4. **Desenvolvimento e implementação de campanhas de comunicação e advocacia e planos temáticos de comunicação para sensibilizar e reforçar a cultura de paz.**
5. **Advocacia e implementação de actividades específicas identificadas nas principais actividades de integração do género**
6. **Desenvolvimento, promoção e implementação de programas para reforçar o envolvimento/participação de pessoas portadoras de deficiência nos processos de consolidação da paz, prevenção de conflitos e recuperação e desenvolvimento pós-conflito**

Departamento responsável da UA: P&S

Departamento Colaboradores da UA: DPA, CIDO, Género, DIC

ALVO (Parceiros Externos):

Realização 1.3 Reforço dos mecanismos de consolidação da paz e reconstrução pós-conflito	% de países africanos acabados de sair de situações de conflito cujos PCRD foram bem sucedidos.	50	55	60	65	70

Estratégias e Acções a serem levadas a cabo

1. **Adopção de medidas para acelerar a recuperação e reconstrução pós-conflito, bem como promover a construção de Estado, a estabilidade e o desenvolvimento nos países acabados de sair de situações de conflito**
2. **Promoção da implementação dos processos de Reforma do Sector de Segurança (SSR) e de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)**
3. **Promoção de políticas e programas para facilitar a Justiça de Transição nos países afectados por conflitos a fim de lutar contra a impunidade e assegurar a coesão social e a reconciliação**

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
4. Desenvolvimento e implementação de campanhas de comunicação e advocacia e planos temáticos de comunicação para sensibilizar e assegurar a informação aos intervenientes e o envolvimento e apropriação dos cidadãos						
Departamento responsável da UA: P&S						
Departamentos Colaboradores da UA: DPA, DI						
ALVO (Parceiros Externos)						
Realização 1.4 Prmoção da Boa Governação e da Democracia	# de EM que ratificaram a Carta Africana Sobre Democracia, Eleições e Boa Governação	ND	8	16	24	38
	% de assembleias legislativas africanas com uma representação de pelo menos 30% de mulheres	19%	21%	23%	25%	30%
	# de EM que ratificaram a Convenção sobre a Protecção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente.	ND	14	27	38	46
	% de eleições consideradas, livres, justas e transparentes	ND	45%	55%	65%	75%
	Número de Estados-membros que ratificaram o Protocolo da UA sobre a Mulher	36	2	2	2	2
Estratégias e Accções a serem levadas a cabo **1. Garantia da implementação e operacionalização efectiva e plena das plataformas/Arquitectura Africana de Governação - AGA** **2. Promoção da reforma do sector public através da implementação da Convenção da União Africana sobre a Prevenção e Combate à Corrupção, a Carta Africana sobre a Administração e Função Pública, bem como das políticas e normas da União Africana sobre Descentralização e Governação Local** **3. Facilitação/apoio ao trabalho do Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares – MAAP, e reforçar o papel da UA nas avaliações da democracia e governação** **4. Melhoria da implementação efectiva das normas e padrões da UA de Governação e Democracia, e da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação, em particular** **5. Reforço das medidas destinadas a prevenir e combater as mudanças inconstitucionais de governo e promover/facilitar a realização de eleições livres e justas** **6. Integração da boa governação nos programas académicos e de ensino profissional** **7. Desenvolvimento e implementação de campanhas de comunicação e advocacia e planos temáticos de comunicação para sensibilizar e assegurar informações aos intervenientes e o envolvimento e apropriação dos cidadãos.** **8. Promoção de instrumentos jurídicos que apoiem a justiça como um meio para a preservação da paz e resolução de conflitos**						
Departamento responsável da UA: Assuntos Políticos						
Departamentos Colaboradores da UA: DIC, LC						
ALVO (Parceiros Externos): Instituiçoes nacionais de defesa dos direitos humanos, Órgãos de Gestão Eleitoral						

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
Realização 1.5 Promoção de instrumentos jurídicos e dos valores comuns com base nos Instrumentos Africanos e Universais, em particular os centrados nos direitos da mulher, jovens, crianças e das pessoas portadoras de deficiência	# de leis nacionais aprovadas com base nos instrumentos da UA		10	15	20	25
	# de países que receberam apoio em termos de facilitação para a implementação dos Planos de Acção baseados na Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África (DSIGA)	10	10	10	10	10
	# de EM que submetem relatórios à CADHP por ano	5	10	15	20	25
	# de EM que ratificaram a Carta sobre os Direitos e Bem-estar da Criança	47	2	2	2	2
	# de Estados Partes que submeteram relatórios sobre a implementação da Carta sobre os Direitos e Bem-estar da Criança	3	5	5	5	5
Estratégias e Acções a serem levadas a cabo **1. Promoção da ratificação e implementação plena do Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos relativo aos Direitos da Mulher** **2. Promoção da ratatificação e implementação plena da Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança** **3. Apoiar a implementação da Carta Africana da Juventude** **4. Promoção da ratificação e implementação plena da Carta para o Renascimento Cultural de África** **5. Adoptar medidas para acelerar a adopção, incorporação e implementação dos instrumentos relativos aos valores comuns;** **6. Desenvolvimento e implementação de campanhas de comunicação e advocacia e planos de comunicação temáticos para sensibilizar e assegurar informações aos intervenientes e o envolvimento e apropriação dos cidadãos.** **7. Apoio à implementação do Plano de Acção Continental para a Década Africana de Pessoas Portadoras de Deficiência (2010-2019)** 8. **Desenvolvimento de directrizes para resolver o problema de desequilíbrio do género nos Estados-membros**						
Departamento responsável da UA: LC						
Departamentos Colaboradores da UA: DPA, RCHT, Género, DI						
ALVO (Parceiros Externos):						
Realização 1.6 Reforço da capacidade da UA para coordenar e responder a situações humanitárias e proteger a população civil em zonas de conflito e	# de EM que adoptaram/ratificaram o Quadro Africano de Política Humanitária		5	10	15	20
	% de redução do tempo de resposta à situações humanitárias					
	Criação e gestão pela Comissão de um sistema de recolha, análise e comunicação de dados sobre situações humanitárias.	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
	Número de países que ratificaram o Protocolo à Carta sobre os Direitos Humanos e dos Povos relativo aos Direitos da Mulher	2	2	2	2	2

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
catástrofes						
Estratégias e Acções a serem levadas a cabo **1. Apoio à implementação do Quadro Africano de Política Humanitária e da Política de Gestão de Catástrofes** **2. Reforço do Fundo Humanitário da UA e adoptar medidas para atingir padrões mais elevados de protecção e assistência aos refugiados, deslocados internos e outras afectadas por conflitos e deslocação forçada.** **3. Apoio à promoção de soluções duradouras, incluindo a implementação de cláusulas sobre repatriamento voluntário e cessação, conforme necessário** **4. Aceleração da implementação dos instrumentos de Paz e Segurança da UA relativos à protecção de civis em zonas de conflito e à gestão de catástrofes** **5. Fundo Especial de Assistência de Emergência para a luta contra a Seca e Fome em África**						
Departamento responsável da UA: Assuntos Políticos						
Departamentos Colaboradores da UA: Género, DIC, P&S						
ALVO (Parceiros Externos):						
Resultado 2 **Existência de políticas e instituições para o desenvolvimento sustentável aumento da produção agrícola, segurança alimentar e nutricional, acréscimo de valor e acesso aos mercados, e uma gestão ambiental e dos recursos naturais**	# de EM que alocaram 10% do seu orçamento à Agricultura	8	10	12	14	16
	# de EM que implementam políticas da UA sobre nutrição	-	5	10	15	20
	# de EM que implementam a Estratégia da UA de combate às Alterações Climáticas	0	0	2	4	8
	% de redução de crises de segurança alimentar causadas pela seca/alterações climáticas	ND	30	40	40	50
	# de EM que implementam a Posição Comum sobre a Iniciativa de Gestão da Água e Grande Muralha Verde para o Sahara e Sahel	-	2	4	6	8
Realizações						
Realização 2. 1 Implementação de Programas prioritários do CAADP por parte dos Estados-membros, incluindo os recursos animais como um	# de EM que recebem apoio anual em termos de facilitação para a transformação dos sistemas, políticas e instituições com mecanismos de coordenação e avaliação inclusivos e transparentes, e tabela de indicadores para avaliar a implementação de programas de desenvolvimento agrícola em termos de resultados e impactos.	-	5	10	15	20
	Desenvolvimento e execução de iniciativas de capacitação em matéria de	8	8	8	8	8

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
instrumento para promover a produção agrícola e a produtividade para segurança alimentar e nutricional e eliminação da fome e redução da pobreza.	implementação de plataformas do CAADP, incluindo SPS, agricultura biológica, produção e saúde animal, política de terra da UA, Quadro de Política para a Pastorícia em África, Programa Africano de Sementes e Biotecnologia, criação de resiliência em Zonas Semi-áridas em África, bem como o acesso a análises e dados de qualidade relacionados com o CAADP[62]					
	# de avaliações transparentes e inclusivas regulares dos investimentos públicos e privados no sector da agricultura realizadas anualmente	-	6	4	4	4
	# de plataformas de segurança alimentar e nutricional para a monitorização do progresso e partilha de experiências/lições sobre orientação de políticas e intervenções de redução da fome criadas e facilitadas anualmente	-	3	2	2	2
	# de instrumentos de financiamento e de quadros para o Mecanismo Africano de Financiamento de Fertilizantes desenvolvidos e operacionalizados anualmente	-	1	1	1	1
	# de iniciativas no domínio dos recursos animais, incluindo a produção e saúde animal, facilitadas para a sua integração nos planos dos EM numa base anual	-	2	2	2	2
	Existência de um sistema estruturado e sistemático de recolha e análise de dados, e disseminação de políticas de uso sustentável dos solos nos SIDS (Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento)		Não	Sim	Sim	Sim
	Instrumentos para a integração do género	1	1	1	1	1

[62] Formaçãoes/tipos de instrumentos desenvolvidos e número/tipo de Assistência Técnica

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
	Estratégia Africana de Nutrição	0	0	1	0	0
Estratégias e Acções a serem levadas a cabo **1. Aceleração da implementação do CAADP como um instrumento destinado a promover ao crescimento agrícola, a transformação, bem como eliminar a fome e reduzir a pobreza** **2. Promoção/facilitação da implementação da Estratégia Africana de Nutrição, e fazer face aos riscos de vulnerabilidade, resiliência e gestão de riscos** **3. Promoção e facilitação a geração e disseminação de conhecimento, inovações e tecnologias para a transformação agrícola** **4. Integrar a protecção social no CAADP** **5. Exploração do potencial do desenvolvimento de recursosanimais para a criação de riqueza e contribuir para a melhoria da segurança alimentar e nutricional** **6. Desenvolvimento e implementação de campanhas de comunicação e advocacia e planos de comunicação temáticos para sensibilizar e assegurar informações aos intervenientes e o envolvimento e apropriação dos cidadãos** **7. Assegurar que os programas de agricultura e pecuária, incluindo a Campanha Pan-Africana para a Erradicação da Mosca Tsetse e da Tripanossomíase (PATTEC), sejam bem integrados no quadro do CAADP e implementados com sucesso** **8. Exploração do potencial do desenvolvimento de recursosanimais para a criação de riqueza e contribuir para a melhoria da segurança alimentar e nutricional**					
Departamento responsável da UA: DREA						
Departamentos Colaboradores da UA: NPCA, DIC, DSA, Género, Paz & Segurança, Comércio & Indústria, RCHT, Assuntos Políticos						
ALVO (Parceiros Externos): **CERs, FAO, IFPRI, WB, WFP, CEA, BAD, UE, USAID, DfID, GIZ, CTA, CIDA, NETHERLANDS, FARA, SROs, CGIAR, AATF, AGRA, OIE**						
Realização 2. 2 Facilitação da implementação de Programas prioritários de Meio Ambiente e Gestão de Recursos Naturais, incluindo as Alterações Climáticas	# de EM que receberam apoio anual em termos de facilitação para a implementação da Estratégia da UA de combate às Alterações Climáticas, bem como defesa da posição comum africana sobre questões relativas às alterações climáticas apoiada por dados sobre a observação da Terra e meteorológicos	0	5	5	5	5
	# de iniciativas de capacitação em matéria de informação sobre recursos naturais, alterações climáticas, economia ecológica, florestas, água, RRD, AAM, dados de observação da Terra, biodiversidade, produtos químicos e desertificação desenvolvidas e implementadas anualmente[63]	-	10	10	10	10
	# de Estados-membros que receberam apoio em termos de facilitação para	0	0	5	10	15

[63] Formações/tipos de instrumentos desenvolvidos e número/tipo de Assistência Técnica

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
	a assinatura de um acordo para a implementação da Visão Africana sobre a Água 2025					
	# de Estados-membros que receberam apoio anual em termos de facilitação para a implementação da Iniciativa Grande Muralha Verde para o Sahara e Sahel	0	5	5	5	5
	# de programas emblemáticos decorrentes dos resultados do Rio +20 desenvolvidos e operacionalizados anualmente	0	2	2	2	2
	# de CER e Estados-membros que receberam apoio em termos de facilitação para a execução do programa de acção relativo à Estratégia Regional Africana sobre RRD, incluindo plataformas nacionais e regionais criadas anualmente	-	3	3	3	3
	# de Mecanismos desenvolvidos para facilitar a troca de informação/partilha de experiências sobre alterações climáticas e catástrofes de origem ambiental entre os Estados-membros	0	1	1	1	1
Estratégias e Acções a serem levadas a cabo **1. Promoção/facilitação da gestão sustentável do meio ambiente e dos recursos naturais, incluindo a água, a terra, a biodiversidade, etc.** **2. Adopção de medidas para facilitar a implementação com sucesso da Agenda Africana sobre Alterações Climáticas, incluindo a Economia Ecológica** **3. Facilitação da implementação da Iniciativa de Grande Muralha Verde para o Saara e Sahel** **4. Facilitação da materialização da Visão Africana sobre a Água 2020** **5. Facilitação da implementação da Estratégia Regional Africana para a Redução do Risco de Catástrofes** **6. Facilitação da implementação do programa de Monitorização do Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável** **7. Facilitação do reforço das capacidades dos Estados-membros através da implementação de Acordos Ambientais Multilaterais**						
Departamento responsável da UA:: DREA						
Departamentos Colaboradores da UA: Género , HRST, DIC, Paz & Segurança, DSA						
ALVO (Parceiros Externos):						
Realização 2.3 Apoio a programas para a	# de iniciativas de capacitação em matéria de o agronegócios, e acesso à terra, finanças e insumos agrícolas para as mulheres, jovens e pessoas	0	1	1	1	1

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
melhoria de Agro-negócios, incluindo o acesso a recursos produtivos e capacitação da mulher, jovens e pessoas portadoras de deficiência	portadoras de deficiência implementadas e facilitadas anualmente[64]					
	# de programas destinados a melhorar a capacidade empresarial das mulheres no sector de agronegócios desenvolvidos e operacionalizados anualmente	0	1	1	1	1
	# de iniciativas agrícolas de AIDA e 3ADI facilitadas anualmente	0	1	1	1	1
	Desenvolvimento e facilitação da implementação da Estratégia Pan-Africana de Promoção de Agro-negócios	Nenhuma	Nenhuma	Estratégia desenvolvida e promovida	Facilitação da implementação da estratégia; 10 organizações nacionais de agro-negócios indicaram que a estratégia é benéfica	Facilitação da implementação da estratégia; 10 organizações nacionais de agro-negócios indicaram que a estratégia é benéfica
	Política-quadro para a promoção do acesso da mulher e jovens à terra, capital e crédito	0	1	0	0	0
	N.º de projectos implementados (Fundo para a Mulher Africana)	54	54	54	54	54

[64] Formações/tipos de instrumentos desenvolvidos e número/tipo de Assistência Técnica

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
	N.º de projectos aprovados para financiamento no âmbito do tema da AWD de 2013	40	40	40	40	40
Estratégias e Acções a serem Desenvolvidas **1. Promoção de medidas para melhorar o acesso da mulher, jovens e pessoas portadoras de deficiência à terra e outros bens de produção agrícola** **2. Continuar a implementar e gerir os projectos no âmbito do Fundo para a Mulher Africana por tema, como o sector responsável** **3. Continuar a implementar os Temas da Década da Mulher Africana através do departamento e direcções relevantes** **4. Desenvolvimento e implementação de campanhas de comunicação e advocacia e planos de comunicação temáticos para sensibilizar e assegurar informações aos intervenientes e o envolvimento e apropriação dos cidadãos.**						
Departamento Responsável da UA: DREA						
Departamento Colaboradores da UA: T&I; NCPA, DIC, DSA, RCHT						
ALVO (Parceiros Externos) **UNIDO, BAD, PNUD, CEA, WEF, MFW4A**						
Resultado 2.4 Promoção do reforço de Infra-estruturas de acesso ao mercado e comércio de produtos agrícolas	# de Mecanismos (Grupos de Acção Conjuntos) para a promoção do Comércio Regional e Infra-estruturas Rurais elaborados anualmente	0	1	2	2	2
	# de quadros para o desenvolvimento e promoção das cadeias de valor regionais para os produtos de base agrícolas estratégicos elaborados anualmente	0	1	1	1	1
Estratégias e Acções a serem levadas a cabo: **1. Concepção e implementação de programas de apoio à infra-estrutura rural e adição de valor;** **2. Programas de apoio concebidos especificamente para ajudar a mulher, jovens e pessoas portadoras de deficiência realizarem adição de valor dos produtos agrícolas;** **3. Definição e implementação de campanhas de comunicação e de defesa e meios de comunicação temáticos para sensibilizar e garantir a informação às partes interessadas e o envolvimento e apropriação por parte dos cidadãos.**						
Departamento Responsável da UA: DREA						
Departamento Colaboradores da UA: I&E, DIC						
ALVO (Parceiros Externos): AMCEN, AMCOW, CERs, WMO, UNISDR, PNUMA, UE, ACP, ECA, BAD,						
REALIZAÇÃO 3 Desenvolvimento de	# de Estados-membros que implementam de forma efectiva quadros políticos concebidos para o crescimento económico inclusivo e	15	20	25	30	

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
infra-estruturas e criação de um ambiente para o desenvolvimento económico, industrialização inclusivos, Comércio intra-africano liderado pelo sector privado e utilização sustentável dos recursos naturais	desenvolvimento sustentável e redução progressiva das desigualdades de rendimentos, por ano.					
	# de projectos regionais adoptados/levados a cabo no âmbito do PIDA		5	5	5	5
	% de aumento no comércio intra-africano	13.3	13.7	14.1	14.5	15
Resultados						
Resultado 3.1 Formulação, promoção e implementação de Quadros Políticos Favoráveis para o desenvolvimento inclusivo e reforço das capacidades dos Estados-membros	# de Estados-membros que adoptam quadros de políticas para o desenvolvimento inclusivo e integram-nos de forma adequada nas iniciativas de desenvolvimento nacionais por ano		5	5	5	5
			5	5	5	5
	# de Estados-membros que beneficiam do apoio de capacitação adequada para a implementação de quadros de políticas para o crescimento inclusivo por ano (assistência técnica, estudos e capacitação de funcionários do governo e ONGs/OSCs direccionadas para o desenvolvimento, etc)					
	Estabelecimento e gestão pela UA de um sistema para avaliar o nível de crescimento inclusivo nos Estados-membros		Sim	Sim	Sim	Sim

Estratégias e Acções a serem levadas a cabo

1. **Concepção e implementação de políticas e programas para a promoção do crescimento inclusivo e redução da pobreza**
2. **Promoção de medidas para acelerar os progressos na implementação dos ODM e da Agenda pós-2015**
3. **Promoção de políticas destinadas a reduzir e/ou eliminar a marginalização económica e vulnerabilidades sociais através da implementação do Quadro de Política Social para África**
4. **Facilitação da implementação do Plano de Acção de Ouagadougou de 2004 sobre a Promoção do Emprego e o Alívio da Pobreza**
5. **Promoção do acesso dos trabalhadores da economia informal e rurais aos regimes de segurança social baratos e adequados**
6. **Apoio a melhoria das estatísticas e sistemas de informações relacionados com o trabalho;**
7. **Promoção do acesso aos serviços financeiros pelas micro e pequenas empresas através do estabelecimento de Empresas de Micro Financiamento Africanas**

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
8. Promoção do sector privado através do aumento das taxas de investimento e maior produtividade **9. Definição e implementação de campanhas de comunicação e de defesa e meios de comunicação temáticos para sensibilizar e garantir a informação às partes interessadas e ao envolvimento e apropriação por parte dos cidadãos.**						
Departamento Responsável da UA: DEA/DSA						
Departamento Colaboradores da UA: T&I, DIC, DREA, HRST						
ALVO (Parceiros Externos):						
Resultado 3. 2: Desenvolvimento para as infra-estruturas em África[65].	% de aumento na mobilização de recursos sustentáveis para a preparação de projectos por ano;	5	*10*	15	15	15
	# de Estados-membros/CER que recebem apoio adequado de capacitação para a implementação do Plano de Acção Prioritário (PAP) do PIDA por ano (assistência técnica, estudos, Unidade de Implementação de Projectos, Formação, etc)	0	12	12	12	12
	% de projectos emblemáticos PAP do PIDA facilitados e em fase de implementação por ano	5%	10%	15%	15%	20%
Estratégias e Acções a serem levadas a cabo **1. Facilitação da operacionalização das estruturas/agenda de Gestão da IAIDA** **2. Promoção da execução das ligações que faltam para o transporte e projectos de infra-estrutura de TIC** **3. Promoção da adopção de políticas de transporte comum, estratégias e marcos regulatórios** **4. Acesso à economia digital integrada e serviços de TIC, correios e redes e fiáveis e acessíveis** **5. Gestão integrada dos recursos hídricos transfronteiriços para o desenvolvimento continental** **6. Desenvolvimento de Infra-estruturas e Acesso à Energia** **7. Desenvolvimento e promoção de orientações políticas sobre combustíveis fósseis (petróleo e gás), para contribuir para o desenvolvimento socioeconómico**						
Departamento Responsável da UA: IED						
Departamento Colaboradores da UA: DEA, T&I, NPCA						
ALVO (Parceiros Externos): CER, Estados-membros, BAD, Agências Especializadas, UNECA, Sector Privado, Instituições Financeiras Internacionais e Africanas						
Resultado 3.3						
Reforço do acesso a	Facilitação da implementação de vários projectos e iniciativas energéticas por ano	**5**	**5**	**5**	**5**	**5**

[65] (Mobilização de recursos e capacitação para a elaboração de projectos, consenso e compromisso político)

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
serviços modernos de energia para a maioria da população africana	# Assistência técnica aos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) sobre a formulação de políticas, normas e orientações sobre energia	**0**	**0**	**2**	**2**	**2**
Estratégias e Acções a serem levadas a cabo **1. Aceleração do desenvolvimento de energias renováveis e outras fontes** **2. Facilitação de projectos regionais e continentais de geração e transmissão de energia limpa;** **3. Desenvolvimento de orientações sobre energias renováveis (geotérmica, hídrica, solar, bioenergia e eólica) para contribuir para o desenvolvimento socioeconómico**						
Departamento Responsável da UA: IED						
Departamento Colaboradores da UA: DEA, T&I, NPCA						
ALVO (Parceiros Externos): CER Estados-membros, BAD, Agências Especializadas, UNECA, Sector Privado, Instituições Financeiras Internacionais e Africanas						
Resultado 3. 4 Facilitação de políticas e normas para a promoção da integração continental	# de Estados-membros que adoptam pelo menos uma das políticas e normas sectoriais continentais e regionais e integram-nas no contexto nacional por ano	ND	15	15	15	9
	Entrada em funcionamento do Fundo de Integração	Não	Não	Sim	Sim	Sim
	Operacionalização do Banco Africano de Investimento/Banco Central Africano/Fundo Monetário Africano	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Pelo menos 1 operacional	Pelo menos 2 operacionais
	# de Estados-membros que implementam Políticas e Normas Harmonizadas de Turismo Africanas	0	0	6	12	20
	Desenvolvimento e promoção de várias orientações sobre o sector de correios para contribuir para a integração continental e regional	1	2	2	2	1
Estratégias e Acções a serem levadas a cabo **1. Apoio à harmonização e coordenação de políticas macroeconómicas** **2. Apoio à operacionalização das Instituições Financeiras e Monetária Pan-africanas** **3. Promoção da Normalização e Harmonização das Estatísticas, através da Carta Africana de Estatísticas e outras Medidas** **4. Tomada de medidas para acelerar a implementação da PIM (Programa de Integração Mínima) através do estabelecimento do Fundo de Integração** **5. Estabelecimento do Observatório de Integração (Monitorização & Avaliação/Base de Dados) para o processo de integração**						

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
6. Aumento da consciencialização, prestação de serviço, coordenação e prestação de contas do processo de integração **7. Definição e implementação de Campanhas de Comunicação e de Defesa e Meios de Comunicação Temáticos para sensibilizar e garantir a informação às partes interessadas e o envolvimento e apropriação por parte dos cidadãos** **8. Promoção da política e orientações para apoiar os programas regionais e continentais de energia, transportes e TIC e Correios**						
Departamento Responsável da UA: DEA						
Departamento Colaboradores da UA: T&I, HRST, DPS, DREA, DEA, AFREC e NPCA, DSA						
ALVO (Parceiros Externos) **BAD, UNECA, CER, ATU, PAPU, AFCAC, RPPs, UPDEA, ITU, EU, UPU, Alemanha BMZ, USAID, Banco Mundial**						
Resultado 3.5 Desenvolvimento e promoção da facilitação de políticas comerciais e aduaneiras e facilitação das negociações sobre a ZCLC	Formulação e adopção de várias políticas comerciais e aduaneiras pelos Estados-membros por ano		6	6	6	6
	% de conclusão das negociações sobre a ZCLC	0	10	60	80	100
	Iniciativas de capacitação[66] em matéria de comércio e aduaneiras realizadas por ano	0	2	2	2	2
Estratégias e Acções a serem levadas a cabo **1. Implementação de iniciativas relacionadas com o Impulsionar o Comércio Intra-Africano (BIAT)** **2. Formulação e implementação de políticas e programas de Comércio, Indústria e Alfândegas para melhorar o acesso ao mercado - aos níveis continental e global** **3. Aceleração do progresso rumo ao Estabelecimento da Zona de Comércio Livre da Continental (ZCLC)** **4. Elaboração e implementação de programas que visam aumentar o acesso ao mercado (continental e global) para a mulher e jovens empresários;** **5. Promoção da migração de trabalhadores para apoiar o investimento transfronteiriço e para preencher a lacuna de competências** **6. Definição e implementação de campanhas de comunicação e de defesa e meios de comunicação temáticos para sensibilizar e garantir a informação às partes interessadas e o envolvimento e apropriação por parte dos cidadãos.**						
Departamento Responsável da UA: T&I						
Departamento Colaboradores da UA: DEA, DIC, Assuntos Políticos, DSA, Género, DREA, HRST, I&E						
ALVO (Parceiros Externos): CER						
Resultado 3.6	# de políticas, estratégias, estruturas e códigos desenvolvidos e	ND	3	3	3	3

[66] Habilidades de negociação, assistência técnica, estudos e formação

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
Desenvolvimento e promoção de políticas para o engajamento do sector privado e melhoria do ambiente de negócios em África	integrados no contexto nacional por ano					
	# de Estados-membros que recebem apoio adequado em termos de capacitação para a implementação de quadros de políticas por ano (assistência técnica, estudos e formação)	ND	5	5	5	5
	Entrada em funcionamento do Observatório do Ambiente de Negócios	Não	Não	Sim	Sim	Sim
	# de novas indústrias estabelecidas no continente	ND	15	20	30	40
Estratégias e Acções a serem levadas a cabo **1. Implementação de medidas para apoiar o desenvolvimento do Sector Privado em África** **2. Implementação de medidas para apoiar a melhoria do ambiente de negócios em África;** **3. Implementação da Agenda de Produtividade Africana** **4. Definição e implementação de campanhas de comunicação e de defesa e meios de comunicação temáticos para sensibilizar e garantir a informação às partes interessadas e o envolvimento e apropriação por parte dos cidadãos.**						
Departamento Responsável da UA: EAD						
Departamento Colaboradores da UA: T&I, DIC, PAD						
ALVO (Parceiros Externos):PNUD, UNECA,CER, EU, FICCI (Federação das Câmaras de Comércio e Indústria Indianas), KFFSED Fundo do Kuwait para o Desenvolvimento Económico e Social); SDF (Fundo Árabe de Desenvolvimento), BID (Banco Islâmico de Desenvolvimento) e ITC (Centro Internacional de Comércio)						
Resultado 3.7 Promoção e apoio ao empreendedorismo da mulher, jovens e pessoas portadoras de deficiência	# de programas adequados de empreendedorismo estabelecidos para a mulher por ano		4	4	4	4
	Concepção e entrada em funcionamento da Arquitectura do Desporto em África	Não	Não?	Não?	Sim?	Sim?
Estratégias e Acções a serem levadas a cabo **1. Projecção, promoção e implementação de políticas e programas sobre o Empreendedorismo da Mulher**						

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
2. Projecção, promoção e implementação de políticas e programas sobre empreendedorismo juvenil; **3. Projecção, promoção e implementação de políticas e programas sobre empreendedorismo para pessoas portadoras de deficiência, incluindo a protecção da propriedade intelectual/obras de PCD, para aumentar as suas possibilidades de criação de oportunidades de emprego e auto-emprego** **4. Definição e implementação de campanhas de comunicação e de defesa e meios de comunicação temáticos para sensibilizar e garantir a informação às partes interessadas e o envolvimento e apropriação por parte dos cidadãos.**						
Departamento Responsável da UA: DEA /HRST						
Departamento Colaboradores da UA: Género, DIC, DSA, I&T						
ALVO (Parceiros Externos):*IWBA (International Women Business association); RWBA (Regional Women business association); BCW(Business council for women)*						
Resultado 3.8 Desenvolvimento e promoção de políticas para a utilização sustentável de recursos minerais do continente e outros recursos	# de Estados-membros que adoptam políticas para a utilização sustentável de recursos minerais e outros e integram-nos em iniciativas de desenvolvimento nacionais por ano	0	0	5	10	15
	Entrada em funcionamento do Centro Mineral Africano	Não	Não?	Não?	Sim?	Sim?
	Iniciativas de capacitação para a adopção de políticas de minerais pelos Estados-membros • Número/tipo de formação/Número de pessoas formadas • Número e tipos de ferramentas desenvolvidas • Número/tipo de Assistência Técnica	 0 0 0	 0 0 0	 5 1 5	 10 2 10	 15 3 15
Estratégias e Acções a serem levadas a cabo **1. Implementação de programas no âmbito do Plano de Acção da Visão de Mineração Africana para uma melhor gestão e adição de valor aos recursos minerais de África** **2. Facilitação do estabelecimento do Centro Africano de Desenvolvimento de Minerais;** **3. Definição e implementação de campanhas de comunicação e de defesa e meios de comunicação temáticos para sensibilizar e garantir a informação às partes interessadas e o envolvimento e apropriação por parte dos cidadãos.**						
Departamento Responsável da UA: T&I						
Departamento Colaboradores da UA: DREA, DIC, IED, NPCA, P&S, DPA						
ALVO (Parceiros Externos): UNECA, FAO, IFAD						
REALIZAÇÃO 4: Implementação de políticas e programas	44 Estados-membros que implementam Programas/AHS harmonizados de PHC da UA por ano	0	5	5	14	20
	40 Estados-membros que aumentam a dotação orçamental para a	25	3	3	4	5

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
para melhoria da saúde, educação e habilidades de emprego sustentadas pelo investimento em serviços, ciência, investigação e inovação pelos Estados-membros	saúde, em particular MCH, VIH, Tuberculose e Malária					
	# de Estados-membros que implementam programas inovadores em técnicas de educação/emprego para a mulher e jovens	ND	5	10	20	30
	Aumento em 30% no investimento em ciência, tecnologia e inovação em 5 Estados-membros com base na Estratégia 2023 de Ciência e Tecnologia	ND	5	5	10	10
	45 Estados-membros que implementam o Quadro de Política Social facilitado pela CUA por ano	ND	5	10	15	15
Resultados						
Resultado 4.1 Promoção da implementação da Estratégia Africana de Saúde (AHS).	25% de Estados-membros que implementam internamente a AHS nos seus planos de desenvolvimento nacional por ano.	15	12	12	12	12
	# de Estados-membros que implementam programas da AHS por ano.	3	3	3	3	3
	# de Estados-membros que recebem Assistência Técnica sobre a implementação de programas da AHS por ano.	12	12	12	12	12
Estratégias e Acções a serem levadas a cabo 1. **Aceleração da implementação da Estratégia Africana de Saúde, "Apelo de Abuja", Política Continental de SRHR e seu Plano de Acção de Maputo, ARNS, CARMMA** 2. **Promoção dos Resultados, Realizações e Responsabilidade do Acesso Universal aos Serviços de VIH/SIDA, Tuberculose e Malária SMNC, Arns** 3. **Promoção de acções concertadas na implementação de PMPA** 4. **Aumento da formação em medicina e ciências da saúde** 5. **Definição e implementação de campanhas de comunicação e de defesa e meios de comunicação temáticos para sensibilizar e garantir a informação às partes interessadas e o envolvimento e apropriação por parte dos cidadãos.** 6. **Garantia de que todas as partes interessadas alvo recebem informações para promover um maior envolvimento e participação.**						
Departamento Responsável da UA: DSA						
Departamento Colaboradores da UA: Género, Comércio & Indústria, HRST, Comunicações, Assuntos Económicos, Paz & Segurança, Serviços Médicos						
ALVO (Parceiros Externos): UNFPA, WMO, UNICEF, UNAIDS, UNIDO, WFP, USAID, AUSAID, BAD, NEPAD, Marie Stopes International, Escritório Regional para África do IPPF, IPAS África, Parceiros em População & Desenvolvimento (Região África)						
Resultado 4.2	25% de Estados-membros que implementam a nível interno o Plano	ND	12	12	12	12

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
Concepção e promoção de estratégias para uma educação de qualidade, desenvolvimento de competências e serviços, particularmente para a mulher e os jovens	de Acção da Segunda Década de Educação para África nos seus planos nacionais de desenvolvimento por ano.					
	25% de Estados-membros que adoptam Programas de FP.	15	12	12	12	12
	Estabelecimento e entrada em funcionamento pleno de 5 polos da Universidade Pan-Africana.	3	4	5	5	5
	10% dos Estados-membros que ratificaram as Convenções de Arusha revistas por ano.	0	5 %	5 %	5 %	5 %
	Concepção e promoção de 2 programas de desenvolvimento de competências para a mulher e jovens	1	2	2	2	2
	% de Estados-membros que apresentam relatórios de actividades nos meios de comunicação locais sobre políticas inovadoras no ensino e desenvolvimento de competências iniciados pela AU	0	20	20	30	35
Estratégias e Acções a serem levadas a cabo **1. Implementação acelerada do Plano de Acção da Segunda Década de Educação para África** **2. Implementação acelerada do Plano de Acção da Década da Juventude** **3. Concepção, promoção e implementação de Programas de Desenvolvimento de Competências e Emprego para a Juventude, incluindo os programas AUYVC e de Formação Profissional** **4. Promoção da mobilidade de estudantes Intra-Africana através de sistemas de bolsas** **5. Apoiar a harmonização dos programas de ensino superior e implementar a estrutura Africano de Garantia de Qualidade para facilitar o reconhecimento das qualificações académicas em todo o Continente** **6. Concepção, promoção e implementação de Programas de Desenvolvimento de Competências e Emprego para a Mulher** **7. Apoiar a ampliação da Universidade Pan-Africano.** **8. Definição e implementação de campanhas de comunicação e de defesa e meios de comunicação temáticos para sensibilizar e garantir a informação às partes interessadas e o envolvimento e apropriação por parte dos cidadãos.**						
Departamento Responsável da UA: HRST						
Departamento Colaboradores da UA: Género, DSA, Paz & Segurança, DIC, Comércio & Indústria						
ALVO (Parceiros Externos),						
Resultado 4.3 Concepção e promoção	25% de Estados-membros, em colaboração com as CER, que adoptaram a Estratégia de Ciência e Tecnologia 2023, em seus	12	12	12	12	12

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
de políticas e programas estratégicos para investimentos em ciência, pesquisa e inovação para aumentar a Competitividade Global de África	planos de desenvolvimento.					
	Estabelecimento e entrada em funcionamento de três instituições técnicas pan-africanas (Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Conselho de Pesquisa e Inovação, Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação)	2	AOSTI em pleno funcionamento	n/a	Estabelecimento da ARIC	Estabelecimento da OPAPI Estabelecimento de 1000 cadeiras de investigação
	Desenvolvimento e promoção de políticas e estratégias de tecnologias espaciais africanas	0	0	1	0	0
	Implementação de quatro (4) programas de publicidade e de participação pública em ciência e tecnologia (consciencialização parlamentar, prémios científicos, etc) por ano.	3	4	4	4	4
	7 projectos intra-africanos de colaboração em pesquisa e desenvolvimento científico.	3	3	3	3	3

Estratégias e Acções a serem levadas a cabo

1. **Reforço e consolidação da Formação e Investigação em STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática)**
2. **Melhoria da formação de professores em STEM**
3. **Promoção de acções para o Avanço da Ciência, Tecnologia e Inovação em África**
4. **Apoio à implementação do Plano de Acção Consolidado para a Ciência e Tecnologia**
5. **Apoio à Implementação dos Quadros da CUA para a Biodiversidade, Biossegurança e Bioética**
6. **Apoio à criação da Universidade Pan-Africana**
7. **Estabelecimento e implementação da Política e Tecnologia Espacial Africana, programas e instituições e redes estratégicas pan-africanas**
8. **Definição e implementação de campanhas de comunicação e de defesa e meios de comunicação temáticos para sensibilizar e garantir a informação às partes interessadas e o envolvimento e apropriação por parte dos cidadãos.**

Departamento Responsável da UA: HRST

Departamento Colaboradores da UA: DSA, Comércio & Indústria, DREA, Comunicações, Género, DTI

ALVO (Parceiros Externos):

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
Resultado 4.4 Promoção de quadros para a segurança social e protecção de grupos vulneráveis (crianças, pessoas portadoras de deficiência).	**Desenvolvimento e promoção de 4 programas sobre grupos vulneráveis (crianças, pessoas portadoras de deficiência, idosos e migrantes)**	3	4	4	4	4
	25% dos Estados-membros que adoptaram o Quadro de Política Social por ano.	ND	12	12	13	13
	Estabelecimento e gestão pela CUA de um sistema de recolha e análise de dados sobre a implementação do Quadro de Política Social	No	No	Sim	Sim	Sim
	Nível de programas de redes de segurança nos Estados-membros	ND	Este ponto deve ser determinado como indicador durante a reunião do Conselho Executivo			
Estratégias e Acções a serem levadas a cabo **1. Promoção e implementação do Plano de Acção sobre a Família em África.** **2. Promoção e implementação do Apelo Revisto para uma Acção Acelerada sobre o Plano de Acção para uma África Digna para as Crianças** **3. Promoção e implementação do Plano de Acção Continental Africano sobre a Década das Pessoas Portadoras de Deficiência (2010-2019)** **4. Promoção e facilitação da implementação da Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança (ACRWC)** **5. Definição e implementação de campanhas de comunicação e de defesa e meios de comunicação temáticos para sensibilizar e garantir a informação às partes interessadas e o envolvimento e apropriação por parte dos cidadãos.**						
Departamento Responsável da UA : DSA						
Departamento Colaboradores da UA: HRST, Paz & Segurança, DREA, Género, DIC						
ALVO (Parceiros Externos):						
REALIZAÇÃO 5: Implementação de estratégias para mobilização de recursos, incluindo fontes alternativas e adicionais de financiamento, para permitir que África possa financiar os seus programas e	% de aumento na disponibilidade de recursos para financiar programas da UA, com ênfase em recursos gerados internamente pelos Estados-membros/outras partes interessadas	ND	10	10	10	10
	% de aumento no apoio financeiro de Parceiros Estratégicos para programas da UA a serem implementados pelos Estados-membros por ano.	ND	10	10	10	10

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
desenvolvimento						
Resultados						
Resultado 5.1 Alcance de uma Comissão financeiramente sustentável e viável	**Desenvolvimento e entrada em funcionamento de uma Estratégia e Plano de Acção de Mobilização de Recursos da CUA**	0	1	0	0	0
	Desenvolvimento e entrada em funcionamento de um Plano de Acção de Mobilização de Recursos	0	0	1	0	0
Estratégias e Acções a serem levadas a cabo **1. Concepção e implementação de um quadro/estratégia de mobilização de recursos para garantir fontes sustentáveis e previsíveis de receitas** **2. Implementação de novas modalidades de colaboração com os parceiros doadores tradicionais;** **3. Definição e implementação de campanhas de comunicação e de defesa e meios de comunicação temáticos para sensibilizar e garantir a informação às partes interessadas e o envolvimento e apropriação por parte dos cidadãos.**						
Departamento Responsável da UA: SPPMERM						
Departamento Colaboradores: Todos						
ALVO (Parceiros Externos):						
Resultado 5.2: Identificação e implementação de fontes alternativas de financiamento para a África para financiar os seus programas de desenvolvimento	**Níveis de cumprimento por parte dos Estados-membros das recomendações do relatório do antigo Presidente Obasanjo sobre fontes alternativas de financiamento.**	0%	0%	10%	30%	50%
	Um sistema para monitorizar a implementação do relatório do antigo Presidente Obasanjo sobre fontes alternativas de financiamento	0	0	0	1	1
Estratégias e Acções a serem levadas a cabo **1. Facilitação da finalização do trabalho do Painel de Alto Nível sobre Fontes Alternativas de Financiamento** **2. Implementação das recomendações do Painel de Alto Nível sobre Fontes Alternativas de Financiamento** **3. Concepção e promoção de estratégias para a valorização dos recursos internos para o desenvolvimento**						
Departamento Responsável da UA: DEA/BCP						
Departamento Colaboradores: Todos						

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
ALVO (Parceiros Externos):						
Realização 6 Uma CUA que se comunica com e envolve os Estados-membros/partes interessadas na definição e implementação da Agenda Africana	# de Estados-membros, onde pelo menos 20% dos cidadãos estão cientes da Marca da UA e Agenda Africana da UA	ND	5	10	15	20
	# de Políticas/quadros contribuídos pela Plataforma das Partes Interessadas Plataforma no contexto da realização da Visão da UA	ND	2	2	2	2
Resultados						
Resultado 6.1 Mudança de marca da Comissão da União Africana, alcance de comunicações eficazes e maior visibilidade	% do aumento no reconhecimento da marca da UA;	ND	30	40	50	60
	# de Estados-membros que incluíram o ensino da União Africana nos respectivos currículos de ensino;	0	0	3	5	15
	# de Estados-membros que introduziram o Hino da UA nas escolas públicas, etc;	0	0	5	15	20
	# de relatórios sobre a UA e as questões de desenvolvimento africano compartilhados com os Estados-membros durante o trimestre;	ND	15	20	20	20
	# de programas da Comissão da UA, incluindo o Plano Estratégico 2014-2017 divulgado nos Estados-membros num ano civil;	ND	15	15	15	15
	# de comentários sobre questões de desenvolvimento informadas da UA e Africanas durante um trimestre através do website, redes sociais, etc.	ND	100	200	300	500

Estratégias e Acções a serem levadas a cabo

1. **Estabelecimento e implementação de uma estratégia a nível da União para Comunicações e sensibilização para a melhoria da imagem de África, em colaboração com os Estados-membros e outras partes interessadas;**
2. **Definição e implementação de campanhas de comunicação e de defesa e meios de comunicação temáticos para sensibilizar e garantir a informação às partes interessadas e o envolvimento e apropriação por parte dos cidadãos.**
3. **Reforço da capacidade da CUA para prestação de Comunicações e Resultados eficazes, capaz de planificar, desenvolver, coordenar e implementar uma estratégia**

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
continental de Comunicações, a fim de informar e influenciar o público em toda a África; **4. Estabelecimento e aumento da capacidade da CUA para transmitir e sustentar planos abrangentes de Comunicações e programas associados em conformidade com os objectivos da UA;** **5. Apoio a comunicações de políticas, objectivos e missões eficazes da UA em todos os Estados-membros da UA e em toda a comunidade internacional;** **6. Promoção e implementação plena dos Instrumentos do Género** **7. Promoção de uma União Africana acessível à Juventude** 8. **Estabelecimento de medidas para preservar e promover a utilização de publicações, informações e materiais de arquivo da Comissão**						
Departamento Responsável da UA: DIC						
Departamento Colaboradores: BCP, BDCP, Outros						
ALVO (Parceiros Externos):						
Resultado 6.2 Melhoria do envolvimento das partes interessadas na implementação da Agenda Africana, o que reflecte a igualdade de participação da mulher, jovens e grupos vulneráveis	# de iniciativas conjuntas entre a CUA e de outros órgãos da UA e as principais instituições Pan-Africanas	3	5	6	7	8
	# de políticas/programas conjuntos desenvolvidos e implementados com órgãos da UA e as CERs	0	3	5	7	10
	# de iniciativas conjuntas entre a CUA e Organizações da Sociedade Civil/redes da diáspora envolvidos na implementação da Agenda Africana	3	6	9	10	12
	# de organizações nacionais de mulheres formadas na divulgação dos instrumentos do género da UA	0	5	5	5	5
	Número de mulheres envolvidas nas reuniões com as partes interessadas e fóruns sobre a marca de África	0	20	20	20	20
Estratégias e Acções a serem levadas a cabo **1. Estabelecimento e implementação de uma estratégia de Comunicações e sensibilização a nível da União, em colaboração com os Estados-membros e outras partes interessadas para melhorar a imagem de África;** **2. Definição e implementação de campanhas de comunicação e de defesa e meios de comunicação temáticos para sensibilizar e garantir a informação às partes interessadas e o envolvimento e apropriação por parte dos cidadãos.** **3. Reforço da capacidade da CUA para prestação de Comunicações e Resultados eficazes, capaz de planificar, desenvolver, coordenar e implementar uma estratégia continental de Comunicações, a fim de informar e influenciar o público em toda a África;** **4. Estabelecimento e reforço da capacidade da CUA de transmitir e sustentar planos de Comunicações abrangentes e programas associados, em conformidade com os**						

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
objectivos da UA; **5. Apoio às Comunicações, objectivos e missões eficazes de políticas da UA em todos os Estados-membros da UA e em toda a comunidade internacional;** **6. Promoção e implementação plena dos Instrumentos do Género** **7. Promoção de uma União Africana acessível à Juventude** **8. Estabelecimento de medidas para preservar e promover a utilização de publicações, informações e materiais de arquivo da Comissão**						
Departamento Responsável da UA: DIC						
Departamento Colaboradores: Todos						
ALVO (Parceiros Externos):						
Realização 7: Melhoria da capacidade institucional da CUA, e reforço das relações com as CER, órgãos da UA e outros parceiros estratégicos.	% do Nível de Satisfação do Cliente (pesquisa)	0	60%	70%	80%	90%
	% do Nível de redução do custo per capita (CUA) como resultado de melhoria sistemas	5	10	10	10	10
	Nível de satisfação do CRP na comunicação atempada/de qualidade pela CUA	ND	70%	80%	90%	90%
Resultados						
Resultado 7.1 Reforço da capacidade institucional da CUA						
	# do pessoal da CUA formado em áreas que visam aumentar a eficiência e a eficácia da CUA	ND	50	100	150	200
	% de mulheres no total do pessoal profissional/ % de mulheres que ocupam cargos de chefia	25[67]	25	30	50	50
	% Nível de satisfação do cliente (interno) da prestação de serviços	0	20	40	60	70
	# de processos revistos/melhorados por ano por departamento	ND	5	5	5	5
	% de redução no tempo de inactividade nos sistemas de TIC da CUA no seio da Comissão e dos Escritórios Regionais	45	45	50	70	95
	# de desenvolvimento organizacional e de iniciativas de gestão de mudanças culturais concebidas e implementadas.	2	2	3	3	3
	% de redução de reuniões, conferências, seminários organizados pela Comissão da UA	ND	20	30	35	45

[67] Postos ao Nível de Director

Cadeia de Resultados	Indicador	Ano Base	2014	2015	2016	2017
Estratégias e Acções a serem levadas a cabo **1. Implementação de medidas para melhorar, de forma contínua, o desempenho e a eficiência operacional da Comissão em termos de finanças, recursos humanos e administração, planificação, jurídica, estratégica, auditoria interna, conferências, serviços médicos, protocolo e todos os serviços na Comissão, por meio de marcos de referência e adopção das melhores práticas internacionais** **2. Adopção de medidas para reforçar a liderança institucional, gestão corporativa e gestão geral das partes interessadas** **3. Divulgação da União através da educação cívica, incluindo integração da história e seus símbolos, bandeira, hino, logótipo, etc nos currículos nacionais** **4. Promoção de medidas que permitam a mudança organizacional, inovação e gestão do conhecimento** **5. Promoção de medidas para implementação e monitorização de políticas do Género da UA no seio da Comissão com vista a reforçar a Situação da Mulher** **6. Desenvolvimento e implementação de medidas para promover sinergias intra e interdepartamentais** **7. Tomada de medidas para fortalecer o Desenvolvimento e Gestão do Capital Humano** **8. Melhoria das Comunicações interna** **9. Capacitação contínua dos Departamentos e Direcções da CUA para integração do Género** **10. Prestação de serviços de protocolo de alto padrão para regular a interacção da UA com os Estados-membros e partes interessadas**					
Departamento Responsável da UA: BDCP						
Departamento Colaboradores da UA: Todos os Departamentos						
ALVO (Parceiros Externos)						
Resultado 7.2 Reforço do relacionamento com Órgãos da UA, CER e parceiros estratégicos.	**# de iniciativas conjuntas entre a CUA e outros órgãos e principais instituições Pan-africanas**	ND	5	11	18	26
	# de Políticas/Programas desenvolvidos em conjunto e implementados com as CER	ND	6	9	10	12
Estratégias e Acções a serem levadas a cabo **1. Implementação de medidas para melhorar a colaboração com os órgãos da UA** **2. Implementação de medidas para fortalecer a colaboração e parceria com as CER e instituições Pan-africanas** **3. Desenvolvimento e monitorização rigorosa das parcerias estratégicas para garantir a realização da Visão e Terceiro Plano Estratégico da Comissão da UA** **4. Capacitação e fortalecimento das CER para a implementação dos principais programas da UA.** **5. Definição e implementação de campanhas de comunicação e de defesa e meios de comunicação temáticos para sensibilizar e garantir a informação às partes interessadas e o envolvimento e apropriação por parte dos cidadãos.**						
Departamento Responsável da UA: BCP						
Departamentos Colaboradores da UA: Todos os Departamentos (P&S, BCP, DEA, I&T, DIC)						
ALVO (Parceiros Externos):						

SP10001

Assembly/AU/3(XXI)
Anexo

PLANO ESTRATÉGICO DA COMISSÃO DA UA 2014-2017

RELATÓRIO SOBRE AS ACÇÕES LEVADAS A CABO NA SEQUÊNCIA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO EXECUTIVO REALIZADA A 8 DE ABRIL DE 2013

Introdução

1.1 Na sua 14.ª Sessão Extraordinária realizada em Adis Abeba, Etiópia, no dia 8 de Abril de 2013, o Conselho Executivo, através da sua Decisão Ext/EX.CL/Dec1(XIV), adoptou, em princípio, o Projecto de Plano Estratégico da Comissão da UA (2014-2017) e recomendou a sua aprovação pela 21.ª Sessão Ordinária da Conferência, agendada para os dias 26 e 27 de Maio de 2013, após a realização de trabalho adicional pela Comissão e CRP com vista à melhoria dos indicadores e integração da perspectiva do género no Plano.

1.2 O Conselho Executivo orientou também a Comissão, tendo em conta todas as contribuições emanadas da Sessão Extraordinária, a submeter a versão final do Plano Estratégico para a sua análise durante a 23.ª Sessão Ordinária a ter lugar nos dias 22 e 23 de Maio de 2013.

2.0 Relatório de Actividades

2.1 Em conformidade com a recomendação acima, a Comissão criou um grupo de trabalho composto por representantes de todos os departamentos para fazer uma análise adicional e melhorar os indicadores. O grupo adoptou a lógica de Cadeia de Resultados, que se encontra definida por metas, resultados, realizações e actividades, com vista a estabelecer uma cadeia causal e apresentar indicadores de desempenho adequados.

2.2 No fim dos trabalhos, o grupo de trabalho apresentou os seguintes resultados:

- Reformulou as frases referentes aos resultados (resultados/realizações) onde necessário, sem necessariamente alterar o seu significado original.
- Em alguns casos, reformulou os indicadores de desempenho de modo a evitar ambiguidades, assegurando que os mesmos sejam SMART.
- Reduziu o número de indicadores de desempenho, mantendo apenas os Principais Indicadores de Desempenho (KPIs), onde foi possível.

2.3 O Quadro de Resultados alterado (com indicadores de desempenho) está contido no documento revisto do Plano Estratégico da CUA como Anexo 6.

2.4 Em relação aos comentários/contribuições feitos pela Sessão Extraordinária do Conselho Executivo, a Comissão preparou a tabela em anexo que apresenta as intervenções feitas pelos Estados-membros e a acção tomada pela Comissão em relação às referidas intervenções. Foram incluídos os números das páginas onde constam as alterações feitas no documento, com base na versão em Inglês do Plano Estratégico.

Observações do Conselho Executivo sobre o Projecto de Plano Estratégico e as Acções da Comissão

Estado-membro	Questão (s) levantada (s)	Acção tomada pela Comissão por página e parágrafo do Plano Estratégico
Seychelles	Recordou à Comissão que Seychelles também está entre os países que alcançaram 30% de representação de mulheres no Parlamento Nacional.	A correcção consta na página 75, parágrafo 4, ponto 3. Os países foram incluídos na lista de acordo com a sua classificação em termos de representação de mulheres no Parlamento Nacional.
Namíbia	Sugeriu indicadores sobre a) redução de conflitos; b) indústrias criadas; c) nível de redes de segurança e d) quantificação da redução de reuniões da Comissão.	Estas sugestões foram incluídas no Anexo 6, da página 139 até 163: por exemplo, nos Indicadores sob Realizações 3.6, 4.4 e 7.1
Egipto	Levantou várias questões: a) Há necessidade de separar questões relativas à Primavera Árabe da situação no Sahel. Considera-se que a Primavera Árabe é de natureza política, enquanto a situação no Sahel constitui uma preocupação de segurança. (Este aspecto foi esclarecido separadamente quando o representante da Embaixada do Egipto visitou a Comissão). b) A questão relativa aos recursos hídricos comuns, uma questão que também foi levantada pela Etiópia durante a reunião do CRP. c) Mobilização de recursos para financiar os orçamentos da UA. d) Necessidade de reactivar os MdE assinados entre a CUA e os Estados-membros relativos às iniciativas de reforço de capacidades e assistência técnica que pode ser prestada pelos	a) A Primavera Árabe e a situação no Sahel foram separadas na página 80, parágrafo 4, com uma formulação adequada fornecida pelo Departamento de Paz e Segurança e também foi corrigida na página 60, parágrafo 2, onde foi retirada a seguinte frase: '*A Al Qaeda no Magrebe Islâmico (AQIM) aproveitou-se da situação de instabilidade na África do Norte para reforçar a sua capacidade de provocar danos no Sahel, com consequências adversas, tal como os recentes acontecimentos no Mali* ", uma vez que não acrescentava muito

	Estados-membros mediante solicitação	valor. b) A nova redacção proposta pela Comissão foi aceite pelo Egipto e Etiópia. Isto consta na página 55, parágrafo 1, na frase que terminava com "……*de acordo com os princípios de ganhos mútuos*" c) Este foi um comentário que solicitava à Comissão a não depender muito nos Estados-membros em relação ao financiamento, mas a concentrar-se mais em explorar fontes alternativas ou adicionais de financiamento, e a esperar em particular pelo relatório de S. Excia Obasanjo. A Comissão não alterou a redacção, uma vez que pensou-se que o que está contido na página 130, ponto 6.2 (a) é suficiente. d) A Comissão inseriu no documento o requisito para analisar a reactivação dos MdEs com os Estados-membros sobre as iniciativas de reforço de capacidades que visam melhorar a eficiência e eficácia operacional da Comissão. Este aspecto consta nas páginas 20, 24 (d) e 130

		(6.2 e)
Moçambique	Enfatizou a necessidade de disseminar o Plano Estratégico nos Estados-membros para que possam começar a integrar partes do Plano nos seus planos nacionais	Propôs-se o uso de indicadores de desempenho para medir se o Plano Estratégico tem sido suficientemente disseminado para fazer com que os Estados-membros comecem a integrar partes do plano nos seus planos. Este aspecto consta na página 160 sob Realização 6.1.
Cabo Verde	Solicitou à Comissão a propor acções específicas para os pequenos Estados Insulares	A Comissão, através do Departamento de Planificação Estratégica, levou a cabo uma pesquisa sobre o assunto. Também consultou vários departamentos da Comissão e apresentou a redacção constante nas páginas 49, 55, 56, 58, 63, 66, e 73. Consta igualmente no Anexo 6 sob Realização 2.1 na página 147 e sob a Realização 3.3, na página 152.
Gabão	Um representante da Embaixada do Gabão visitou a Comissão e levantou questões relacionadas com a necessidade de não tratar a questão das alterações climáticas como um componente das questões ambientais. Ao invés disso, as alterações climáticas devem ser tratadas com o mesmo peso que as questões relativas ao meio ambiente.	No texto onde se faz referência a "…….meio ambiente, incluindo as alterações climáticas", foi alterado para "…….meio ambiente e alterações climáticas". O exemplo consta na página 86 sob a secção 4.1, no Quadro 9 e no número 2.
Observações Gerais	Quase todos os Estados-membros que fizerm uso da palavra observaram que a redacção apresentada no documento, especialmente a secção relativa à Análise da Situação, foi baseada em fontes de dados não relativos à África. Solicitaram que a Comissão usasse,	A Comissão reformulou a secção em questão, fez a revisão do texto e retirou quase todas as redacções com citações estrangeiras. Nenhum departamento apresentou dados

	tanto quanto possível, dados dos Estados-membros. Qual é a opinião da Comissão sobre a Agenda Pós-2015 (ODM) Considerar a introdução de desafios no fim de cada secção do Capítulo relativo à Análise da Situação.	africanos que poderiam ser usados para o efeito. O SPPMERM introduziu uma secção sobre a Agenda Africana Pós-2015 com base no relatório de um estudo realizado em 2011, envolvendo 32 países e 112 representantes que sugeriram três opções. Este aspecto consta nas páginas 80 a 82. A Análise da Situação agora inclui desafios em cada secção do capítulo, ou seja, os Quadros nas páginas 50, 57, 62, 68 e 74.
Senegal	Solicitou à Comissão a considerar a inclusão da promoção do respeito pela diversidade cultural e linguística à medida que se esforça por promover a imagem e a marca da União Africana.	A Comissão incluiu no Plano as sugestões do Senegal. Estas aparecem na página 32, parágrafo 4; página 88 último parágrafo; página 96 sob área prioritária 7 e resultado 6.2; páginas 113-114, parágrafo 4.5.6; página 115 na tabela sob resultado 6.1 e 6.2; e na página 117 também na tabela sob resultado 7.1

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Assembly Collection

2013-05-27

Draft Strategic Plan 2014 – 2017 for the African Union Commission

African Union

DCMP

https://archives.au.int/handle/123456789/9052

Downloaded from African Union Common Repository